



**CONTRIBUIÇÕES FRANCESAS  
PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO  
DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA**

**ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES**



---

**Contribuições francesas  
para a institucionalização da  
Arquivologia brasileira**

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre ([www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port](http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port)).

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Ampliação e Modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação” (Prodoc 914BRZ2005). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



## COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS

### **CONSELHO EXECUTIVO**

- › Gustavo Saldanha (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Paulo César Castro (Escola de Comunicação – ECO/UFRJ)

### **CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO**

- › Cecília Leite (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)
- › Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma de México - UNAM)
- › Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Ivana Bentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Naira Christofoleti Silveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Rafael Capurro (Unesco)

### **COMITÊ CIENTÍFICO AD HOC**

- › Fernanda Antonia da Fonseca Sobral (UnB)
- › Gustavo Saldanha (IBICT / Unirio)
- › Icleia Thiesen (Unirio)
- › Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz)
- › Regina Maria Marteleto (IBICT)

# **Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira**

**Angelica Alves da Cunha Marques**



Rio de Janeiro  
2021

**Capa:** Fernanda Estevam

**Ilustração:** GK Vector (br.freepik.com)

**Projeto Gráfico:** Paulo César Castro

**Edição e revisão do texto:** Eveline de Abreu

**Revisão bibliográfica:** Gislene Velloso Montanari

**Diagramação:** Fernanda Estevam

---

M357

Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira /  
Angelica Alves da Cunha Marques. – Rio de Janeiro: IBICT, 2021. – (Coleção  
PPGCI 50 anos)

248p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>

ISBN 978-65-89167-60-0 (digital)

1. Disciplina científica. 2. Arquivologia internacional. 3. Arquivologia. I. Marques,  
Angelica Alves da Cunha. II. Título.

CDD 020

---



Projeto editorial em colaboração com o Programa de Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ): Paulo César Castro (tutor) / aluno(a)s: Carolina Torres, Dandara Campello, João Maurício Maturana, Juliana Sorrenti, Kethury Santos, Lianne Henriques, Mariana da Paz, Ludmila Rancan, Moniqui Frazão, Robertha Braga, Sabrina Oliveira e Sara Maluf.



Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (IBICT/MCTI) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

Rua Lauro Muller, 455 - 4º andar  
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ  
<http://www.ppgci.ufrj.br>

*Para Henri Boullier de Branche, Charles Kecskeméti e Michel Duchein  
(in memoriam).*

*Para Lucas e Lis, meu inefável amor.*





*Le thème de la coopération internationale peut être abordé de multiples manières. L'approche historique ouvre un vaste domaine de recherches, d'autant plus passionnant que les termes, les formes, le contenu, l'esprit, l'intensité, les réseaux, les sujets et les objets de la coopération des Etats, et des hommes pardessus les frontières des Etats, ont traversé une révolution qualitative avec l'avènement de l'ère des Etats nations au XIX siècle, et qu'une deuxième révolution, peut être moins profonde au plan qualitatif mais plus spectaculaire au plan quantitatif, s'est accomplie après 1945.*

Charles Kecskeméti em Conferência realizada no dia 10 de dezembro de 1984 durante a celebração do 107º ano acadêmico da Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica dell'Archivio di Stato di Roma, intitulada Réflexions sur la coopération internationale (publicada na revista Rassegna degli Archivi de Stato, 1985).



---

# Sumário

- 11** Prefácio  
**Georgete Medleg Rodrigues**
- 19** Apresentação da autora
- 25** A Arquivologia no Brasil: inspirações francesas
- 29** Trilhos metodológicos, trilhas conceituais
- 43** Arquivos, arquivistas e Arquivologia na França
- 95** Os Arquivos e a Arquivologia no e do Brasil
- 111** Cooperação arquivística da França com o Brasil
- 157** Repercussões das contribuições francesas na Arquivologia brasileira
- 187** Para além das influências: possibilidades multilaterais de cooperação
- 195** Fundos pesquisados
- 199** Referências bibliográficas
- 223** Apêndice A – *Masters* em Arquivologia e que abrigam pesquisas com temas da área, na França
- 225** Apêndice B – Entrevista com Michel Duchein



**N**O ENSAIO INTITULADO *O DIABO NA LIVRARIA DO CÔNEGO*, FRIEIRO (1981) analisa o confisco de livros da biblioteca de Luís Vieira da Silva, o cônego do título. Esse confisco ocorreu por ocasião do processo contra a Inconfidência mineira e fez parte da “devassa” da metrópole portuguesa contra os inconfidentes.<sup>1</sup> Dentre os livros apreendidos, dicionários, textos de oratória, teoria estética, arte, volumes da Enciclopédia de Diderot e d’Alembert e clássicos gregos e latinos. E, dos oitocentos volumes confiscados, cerca de *noventa eram em francês*.

Acusado de sedição contra a Coroa Portuguesa, nada foi provado de concreto quanto à participação do clérigo no movimento revoltoso, a não ser... um “livrinho francês” sobre a Revolução Francesa. Bem, estávamos quase no ocaso do século XVIII e não era novidade que os “ecos da marselhesa”, na expressão de Hobsbawm (1996)<sup>2</sup>, reverberavam mundo afora, embora, como se sabe, a Revolução Francesa adotara, ela mesma, alguns princípios consagrados na *Declaração dos Direitos Humanos*, documento proclamado na Virgínia em meio à guerra de independência dos Estados Unidos, em 1776. Por outro lado, é verdade, igualmente, que as ideias iluministas europeias, especialmente na sua vertente filosófica francesa, ultrapassaram o continente, ecoando em várias partes do mundo.

Evocamos o episódio do cônego Luís Vieira da Silva como um dos marcos simbólicos da presença ou “influência” francesa no Brasil quando este último ainda se encontrava em processo de constituição como nação. Entretanto, na trilha (ou, melhor, estrada: e que estrada!) aberta por Angelica Marques nessa colossal pesquisa – documental e bibliográfica<sup>3</sup>, em arquivos e bibliotecas brasileiras e fran-

---

1 FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livreria do cônego**: como era Gonzaga? e outros temas mineiros. São Paulo: Itatiaia/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

2 Esclareço, porém, que a expressão de Hobsbawm, do livro de mesmo nome, analisa os “ecos da marselhesa” duzentos anos depois, numa análise das diferentes interpretações da Revolução. Cf. HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa**. Dois séculos revêem [sic] a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

3 Corroborando a importância dos “estudos documentados”, pois, segundo o historiador da

cesas, complementadas com entrevistas –, a escolha desse marco não obscurece as inúmeras, frutíferas e, às vezes, contestada, presença francesa no Brasil.

De antemão, felicito a autora deste livro que confirma (se isso ainda fosse necessário) a solidez da sua carreira acadêmico-científica, ilumina seu percurso na formação de outros pesquisadores e coroa anos de pesquisa sobre a trajetória disciplinar da Arquivologia brasileira. Os resultados apresentados neste livro resultam, de forma aprofundada e sistematizada, de suas pesquisas de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica e, nos últimos anos, também como orientadora.

Em um bem delineado projeto, este livro, de início explicita seus caminhos metodológicos e, a partir daí, se estrutura a partir da descrição e análise da constituição dos arquivos e da Arquivologia na França, o papel do Estado e de seus agentes (dando, a estes últimos, sempre que possível, voz e forma de maneira comovente) e, em seguida, vai tecendo os nexos que articulam ações no Brasil e na França que culminam com missões e intercâmbios e propostas concretas de intervenção no campo.

Alinhando-me à temática deste livro, para cujo prefácio a autora me honrou com o convite, que, de certa forma, sedimenta os laços intelectuais e de amizade que nos unem há duas décadas, vou abordar alguns aspectos dessa monumental pesquisa que busca incorporar as dimensões disciplinar, institucional e prática da Arquivologia.<sup>4</sup> Sem esquecer o papel dos atores individuais e/ou institucionais de ambos os países. Nesse sentido, convém lembrar da afirmação de Dantes e Hamburger (1996, p.17),<sup>5</sup> segundo a qual:

[...] se forem enfatizadas, para a história de cada país, as ações de grupos sociais – políticos, diplomatas, cientistas, técnicos, profissionais liberais, entidades religiosas – os intercâmbios passam a ser vistos como concretizações dessas ações, desde que ocorram em correlação, isto é, dentro de conjunturas favoráveis dos dois lados.

---

ciência Antonio Lafuente (1986, apud DANTES; HAMBURGER, 1996, p. 18), as ideias “sempre existem relacionadas a homens e instituições [...] seu estudo nos confrontaria, com toda crueza, com o problema do tempo e do espaço histórico e nos obrigaria a um diálogo concreto, preciso, profundo com as **fontes manuscritas e documentos** que se **encontram guardados em nossos arquivos e bibliotecas**” (grifos nossos).

4 Não vou discorrer aqui sobre o que constitui a disciplina pois a autora deste livro já o fez muito bem em muitas publicações referenciadas neste livro.

5 DANTES, Maria Amélia M; HAMBURGER, Maria Amélia Império. A Ciência, os intercâmbios e a História da Ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil (1850-1950). In: HAMBURGER, Maria Amélia Império; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETIJEAN, Patrick (Org.). **A Ciência nas relações Brasil-França**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.

Tendo em vista o extenso levantamento e sistematização bibliográfica e pesquisa documental realizados pela autora sobre os principais marcos da institucionalização da Arquivologia na França e no Brasil, bem como as discussões metodológicas, os limites de espaço deste prefácio me obrigam a um recorte para apreciação do trabalho. Assim, gostaria de me deter no período após a Segunda guerra mundial o que me permite, nesse prefácio, revisitar aspectos de minha tese de doutorado sobre as relações franco-brasileiras a partir dos anos 1940.<sup>6</sup>

De fato, a França, no período imediatamente após o fim da Segunda guerra mundial lança um olhar todo especial para a América Latina (AL). A diplomacia francesa mobiliza-se não apenas no Quai d'Orsay<sup>7</sup>, mas igualmente nos postos diplomáticos na região e nos Estados Unidos: era a busca da retomada do prestígio e da influência francesa ameaçada, suplantada, em alguns domínios, pelos Estados Unidos da América do Norte.

Vários ministérios franceses foram convocados para essa empreitada e, além do próprio *Ministère des Affaires étrangères*, os ministérios da Economia, da Educação e o então Ministério da Informação (à época, ainda não havia sido criado o Ministério da Cultura ao qual seria vinculado os *Archives nationales*). Um “Plano de Ação” para a América Latina foi elaborado no qual era destacada a importância da região no pós-guerra. No momento em que as posições colonialistas, inclusive da França, eram questionadas em várias regiões do mundo, fazia todo o sentido a diplomacia francesa voltar seu olhar para a AL.

Ao encontro de muitas das constatações do livro de Angelica Marques, no imediato pós-guerra, a França busca formular uma política de atração dos países latino-americanos, em particular o Brasil, investindo em política de traduções de obras brasileiras na França e de francesas no Brasil; oferta de bolsas de estudos na França para brasileiros; doação de livros em francês (sobretudo de obras “científicas e técnicas”) para bibliotecas brasileiras. Dessa forma, quando o Acordo Cultural franco-brasileiro (estudado pela autora neste livro), foi assinado em 1948, já havia uma política de bolsas para brasileiros na França desde o início de 1946. Entre os bolsistas havia, inicialmente, por exemplo, um bibliotecário e um conservador de museu. Contudo, como bem observado por Angelica Marques, será a partir dos anos 1950 que ocorrerá a retomada mais vigorosa das relações França-Brasil, o que

---

6 RODRIGUES, Georgete Medleg. **Les attitudes françaises face à l'influence des États-Unis au Brésil (1944-1960)**. Villeneuve d'Ascq/França: Presses Universitaires du Septentrion, 2002. Os fatos abordados nesse tópico foram retirados de minha tese de doutorado e baseados nos arquivos do Quai d'Orsay.

7 Referência ao endereço parisiense do Ministério das Relações Exteriores da França.

vai incidir na presença de especialistas franceses no campo dos arquivos. Quanto a esse aspecto, a criação do Conselho Internacional dos Arquivos (ICA) com sede em Paris, instalado nas dependências dos *Archives nationales*, no coração de Paris, e o fato de a Unesco estar sediada também em Paris, certamente terão contribuído no envio de *experts* franceses nesse domínio ao Brasil.

Diferentemente dos anos que precederam a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o multilateralismo será a tônica das relações internacionais e as organizações internacionais vão mediar as relações entre os países de um modo nunca visto antes. As ações culturais da França, coordenadas pela *Direction Générale des Affaires Culturelles*, poderão, agora, contar com esses organismos multilaterais o que, na perspectiva francesa, permitiria ao País driblar a crise econômico-financeira herdada dos esforços de guerra (incluindo a ocupação nazista) e competir com, entre outros países, os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, na França, aumenta a percepção de que os tempos mudaram e que a “técnica” tendia a “suplantar a cultura”. Não por acaso, a denominação da *Direction Générale des affaires culturelles* já incorporara a palavra “et techniques”. É nesse sentido que podemos entender a criação, em 1951, do *Stage technique international d’archives* (STIA), herdado, segundo Charles Braibant, citado pela autora deste livro, de uma “atividade dos alunos da *École d’Administration*”.

Esse investimento numa colaboração “técnica” associada à formação de quadros administrativos entre os dois países parece reforçado pela pesquisa de Angelica Marques. Ela nos mostra que, em 1959, é assinado um acordo de natureza técnica e administrativa entre o Brasil e a França cujo foco é administração pública federal brasileira. Por outro lado, segundo a autora, Charles Kecskeméti, figura incontornável da Arquivologia francesa e de ações internacionais nesse campo, reforça a tese do papel de organismos internacionais como a Unesco e o ICA como uma “oportunidade de entrar em contato com os melhores especialistas de diferentes atribuições técnicas [...]”.

Na linha do que observamos anteriormente, sobre a preocupação da França com os Estados Unidos no pós-guerra, a pergunta que a autora deste livro formula a respeito da missão, aos Estados Unidos, do arquivista francês Yves Pérotin é bastante simbólica: “a experiência dos *archivistes missionnaires* nas administrações centrais da França teria sido uma reapropriação francesa do *records management* americano? Se sim, prossegue Angelica Marques, Pérotin teria sido um “destacado interlocutor entre a tradição arquivística francesa e a norte-americana”. Teríamos aqui uma recepção “cruzada” de duas tradições arquivísticas diferentes?

De toda forma, entender o intercâmbio entre a França e o Brasil no campo da Arquivologia nos leva a uma certa periodização que parece tributária do momento



histórico na qual ele se deu e das conjunturas particulares de cada país. Entretanto, fica evidente, pelas pesquisas da autora deste livro, como, em todas as fases, destaca-se o protagonismo do Arquivo Nacional (AN) do Brasil nas demandas por especialistas para a formação do pessoal da instituição e, como consequência, a sua extensão inicial para outros órgãos da administração pública e, ainda, um embrião de curso universitário.

Aqui, abro parênteses, para uma questão que me intriga há tempos. Apesar de já existir um curso de graduação em Arquivologia no Brasil, na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, criado em 1976 e instalado em 1977, não se tem notícia de visitas, àquela Universidade, de nenhum dos personagens citados no livro e que vieram em missão ao Brasil entre os anos 1970 e 1980<sup>8</sup>. Por quê? Centralidade do Rio de Janeiro, onde já funcionava o curso instalado na UNIRIO e com origem no AN? O sul do Brasil seria muito longe? Dada a densidade da pesquisa e o farto material documental e bibliográfico, certamente outros pesquisadores poderão formular muitas questões que irão contribuir cada vez mais para a história da Arquivologia brasileira.

Como analisado por Angelica, a tradição arquivística francesa apoia-se em duas dimensões principais: a histórica e a administrativa. Nesse sentido, nos anos 1960, o AN irá, de certa forma, associar essas duas dimensões e, em parceria com a administração pública brasileira, via DASP, buscar uma colaboração que, duplamente, satisfizesse essas duas dimensões da Arquivologia.

Os anos 1970 a 1980 parecem ser os anos áureos das missões francesas na área de arquivos ao Brasil. A despeito das iniciativas iniciais de José Honório Rodrigues, a pesquisa de Angelica Marques confirma que a modernização do AN, nos anos 1980, foi, de fato, o grande catalizador do intercâmbio com a França, intercâmbio esse facilitado pela mediação de organismos internacionais como a Unesco. Nessa perspectiva, sobressai-se mais uma vez a figura de Charles Kecskeméti que, como mostra Angelica Marques, pode ser considerado um internacionalista, talvez pelas suas próprias origens de imigrante. Estudos posteriores, com base na extensa pesquisa apresentada neste livro, poderão nos apontar as diferenças que particularizam as ações de indivíduos singulares ainda que a serviço do Estado. Nesse sentido,

---

8 Denise Molon Castanho e Rosani Beatriz Pivetta da Silva, ao escreverem a história do Curso da UFSM, não fazem nenhuma referência a uma eventual colaboração de especialistas franceses. Conforme: CASTANHO, Denise Molon; SILVA, Rosani Beatriz Pivetta da. O curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Orgs.). A Formação e a Pesquisa em Arquivologia nas Universidades Públicas Brasileiras. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011.

confrontar o papel, por exemplo, de Michel Duchein e Charles Kecskeméti pode lançar luz sobre as ações dos “servidores do Estado” francês, na expressão de Marc Olivier Baruch e Vincent Duclert (2000).<sup>9</sup> Igualmente, podemos fazer o mesmo estudo sobre os atores institucionais brasileiros, especialmente os diretores do AN.

Finalmente, gostaria de destacar que é justa a tese que move o livro de Angelica Marques, ou seja, a de que são as “ações do Estado, da cooperação de agências internacionais, da concessão e disposição de agentes, do Brasil e do exterior”, que convergiram para configurar aspectos da Arquivologia, dos arquivos e da Arquivologia no Brasil. As obras em francês, incluindo diretrizes do ICA traduzidas para o português e localizadas na Biblioteca do AN; as referências de obras francesas na bibliografia de pesquisadores não são mais indícios da presença do “diabo”; antes, são indicadores da intensa troca – simbólica e concreta – entre os dois países.

Como dito no início, diante dessa colossal pesquisa documental e bibliográfica, fiz um recorte neste prefácio e não me detive nos aspectos mais contemporâneos dos intercâmbios com a França dos quais eu, particularmente, tenho me beneficiado em passagens por universidades francesas como pesquisadora convidada ou conferencista. Do mesmo modo, na atualidade, tenho sido testemunha da aliança entre pesquisadores das universidades francesas, os *Archives nationales* e a Associação dos Arquivistas franceses na promoção de eventos sobre temas atuais da Arquivologia, como o acesso à informação e os arquivos das ditaduras militares do Cone sul. Essas experiências têm sugerido que a Arquivologia francesa mantém vivos seus diálogos interdisciplinares com os campos da História, do Direito, da Museologia, da Sociologia.

Por fim, como a própria autora deste livro sugere, os resultados aqui apresentados abrem várias vertentes de pesquisa para a área o que, sem dúvida, é mais uma louvável contribuição de Angelica Marques.

PS: Após a conclusão deste prefácio, soube, com muito pesar, da morte de Michel Duchein no início de agosto. Homenagear a sua memória me pareceu, então, urgente. Reverenciar, ao mesmo tempo, a figura do servidor engajado na causa arquivística, o historiador, o autor de romances policiais e, em especial, a persona que se alinhou e militou, às vezes sob anonimato, contra a discriminação por orientação sexual. Antes mesmo de Foucault, Duchein já havia escrito sobre

---

9 BARUCH, Marc Olivier; DUCLERT, Vincent. *Serviteurs de l'État*. Paris: La Découverte, 2000.

a necessidade de pesquisas sobre a história da sexualidade na história do direito, da medicina, da religião e da família. Por fim, relembro sua generosidade ao, impedido de vir a Brasília para receber a homenagem do I Congresso Nacional de Arquivologia, em 2004, nos enviar uma linda carta. Quero dizer, também, da minha honra por ter sido sua aluna em um dos módulos do Curso de Especialização em Arquivos do Arquivo Nacional, em 1987.



## Apresentação da autora

**C**OMECEI A ESCREVER ESTE LIVRO, EM 1986, JUNTO À MINHA MÃE, QUANDO ela, com meu irmão de quatro meses no colo, me seguia de longe, no caminho para a escola, até eu dobrar a esquina. Naquele tempo, no interior de Minas Gerais, nosso meio de transporte eram as pernas, e ela não podia me acompanhar no longo trajeto. Ao virar a esquina, sabíamos, eu poderia seguir sozinha, orientada pelos seus ensinamentos e pelo seu olhar (do alto), que ainda me protegem.

Muitos anos depois, já discente do curso de graduação de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) e motivada por incertezas sobre sua trajetória no Brasil, participei de um projeto de iniciação científica (2002-2003), com o objetivo de mapear a produção científica sobre o seu objeto de estudo, os arquivos (CUNHA, 2003).

Foi este o embrião de uma pesquisa maior que passou a abrigar algumas das inquietações, durante a dissertação (2005-2007), que teve por objeto a investigação da Arquivologia como disciplina científica no Brasil (MARQUES, 2007) e da tese (2007-2011), dedicada ao estudo das interlocuções entre a Arquivologia internacional e a brasileira, no delineamento científico da disciplina no campo da informação, contemporaneamente (MARQUES, 2011)<sup>10</sup>.

O estudo dos percursos da Arquivologia no Brasil demonstrou que sua formação, como disciplina científica, decorreu da necessidade de habilitação de profissionais especializados para a organização e preservação dos arquivos brasileiros, especialmente aqueles produzidos e acumulados pelo Estado. O Arquivo Nacional (AN) protagonizou tal história até os anos 1970, quando a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) entrou em cena como importante coadjuvante. Tendo em vista a exiguidade de habilitação técnico-profissional do seu quadro de servidores, o AN recomendara cursos desde o final do século XIX, e os concebeu a partir das primeiras décadas do século XX. Contudo, até a década de 1950, os cursos não se concretizaram.

---

10 Todas as etapas da pesquisa foram orientadas pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, a quem reitero meus agradecimentos.

A partir da atuação de José Honório Rodrigues (JHR)<sup>11</sup>, por meio de suas articulações internacionais, o primeiro curso regular para a formação de arquivistas no Brasil foi inaugurado. A seu convite, o arquivista francês Henri Boullier de Branche passou uma temporada no país, quando ministrou cursos, participou da organização de documentos custodiados pelo AN e, ao final da sua permanência, em 1960, relatou suas experiências, tecendo recomendações técnicas sobre os arquivos e a Arquivologia brasileira (ou, o que se almejava dela, pelo menos). Dentre elas, Boullier de Branche<sup>12</sup> destacou que os avanços dos arquivos e da Arquivologia estariam condicionados à oferta de curso regular para a formação de arquivistas (BOULLIER DE BRANCHE, 1975). Em resposta, ainda em 1960, foi criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA), pioneiro no Brasil na formação de arquivistas, regularmente, e que subsidiou a conquista de espaços universitários pela Arquivologia.

Evidentemente, tal conquista definiria os rumos e a configuração da Arquivologia brasileira (MARQUES, 2013), que inicialmente tem um trajeto muito próximo da História (sobretudo pela ascendência do AN e da interação com a Arquivologia francesa) e, mais recentemente, tem estabelecido interfaces com outras disciplinas, especialmente com a Ciência da Informação (CI). No Brasil, os cursos de graduação em Arquivologia estão majoritariamente vinculados à CI (a departamentos, faculdades, escolas, institutos e centros); muitos dos docentes obtiveram seus cursos de mestrado e/ou doutorado em programas de pós-graduação em CI; e boa parte da produção científica sobre arquivos e Arquivologia é oriunda desses programas (MARQUES, 2007; 2011; 2018). Os três aspectos, somados à classificação das áreas do conhecimento que apresenta a Arquivologia como subárea da CI (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984), demonstram intensa proximidade (sobretudo institucional) entre as duas disciplinas, embora questionemos a sua interdisciplinaridade (MARQUES, 2016).

Considerando as tradicionais relações da Arquivologia com a História e da sua recente aproximação com a CI no Brasil, propus-me a investigar os bastidores de tais relações, a partir de alguns pontos: o que sustenta as interfaces epistemológicas da Arquivologia e da CI? Situação semelhante ocorre em outros países, particularmente na França, país com o qual o Brasil tem um fluxo de comunicação em diver-

---

11 Historiador de formação, José Honório Rodrigues foi um intelectual que dirigiu o Arquivo Nacional entre 1958 e 1964, marcando a trajetória da instituição e dos arquivos brasileiros (BUZZATTI, 2015; MARQUES; RODRIGUES, 2017).

12 Henri Boullier de Branche (1907-1999) era arquivista-paleógrafo e tem as suas contribuições relatadas na seção 5.3 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

sas áreas, inclusive na Arquivologia? Afinal, somos herdeiros de qual perspectiva arquivística francesa?

Este livro é fruto de dezenove anos de estudo, coroados com uma pesquisa de estágio pós-doutoral desenvolvida no Programa de Pós-graduação em CI da Universidade de Brasília (UnB) e na *École nationale des chartes* (ENC), Paris/França, respectivamente supervisionado pelas professoras Georgete Medleg Rodrigues e Christine Nougaret. Essas e outras indagações similares o perpassaram, com o propósito de investigar os caminhos da institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, a partir das contribuições francesas. A opção pelo estudo das interfaces arquivísticas entre o Brasil e a França deu-se em razão das suas relações seculares, especialmente daquelas empreendidas a partir da cooperação cultural entre os dois países, oficializada pelo acordo de 6 de dezembro de 1948 (ACCORD CULTUREL ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL, 1948) e, mais particularmente, da herança institucional do AN do Brasil em relação à França (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

Inserese no escopo da cooperação contemporânea, entendida, nas palavras de Charles Kecskeméti, como uma “[...] uma rede incrivelmente complexa de organizações intergovernamentais e não governamentais, com milhares (talvez dezenas de milhares) de reuniões regulares em centenas de cidades, organizadas para discutir ciência, tecnologia, arte, literatura, política, esporte e entretenimento”. Segundo ele, a lógica da cooperação internacional “[...] é estruturada, programada e administrada. Para serem bem sucedidas, as iniciativas devem seguir a mesma lógica. Ou elas se encaixam na estrutura institucional existente ou criam novas estruturas para preencher lacunas ou compensar as deficiências” (KECSKEMÉTI, 1985, s. p., tradução nossa). Complexas, também, as questões que a perpassam, como os problemas linguísticos e as diferenças culturais.

Aqui, compartilho as trilhas, os trilhos e os encantos de uma caminhada, cuja vista contempla as relações atuais da Arquivologia brasileira com a CI, sentidos retrospectivos sobre a tradição arquivística francesa e, prospectivos, sobre suas disposições atuais no contexto internacional. Foram quase 6.000 itens documentais pesquisados em instituições brasileiras e francesas, além de uma ampla pesquisa bibliográfica no Brasil e na França, visitas técnicas a arquivos, entrevistas e conversas com franceses protagonistas dos movimentos que delinearam a disciplina arquivística no Brasil.

Diante de um estudo relacional – e não meramente comparativo (WERNER; ZIMMERMANN, 2004) – da Arquivologia brasileira com a Arquivologia francesa, espero fornecer subsídios para a compreensão dos movimentos da disciplina no

campo da informação e, mais precisamente, sobre suas particularidades, ou seja, seu desenvolvimento como disciplina científica, seus intercâmbios e vínculos institucionais, na França e no Brasil; as contribuições da Arquivologia francesa para a formação da Arquivologia brasileira a partir de iniciativas do Estado para promover visitas técnicas de profissionais e estudiosos franceses da área, ao Brasil; a tradução, circulação e apropriação de obras arquivísticas francesas no país; e as conexões entre ambos, verificadas da participação de brasileiros em eventos, cursos e publicações na França.

Agradeço às mulheres da minha família – nas pessoas da minha avó, Gecy Madalena Alves, e da minha mãe, Alice Ângela Alves Cunha –, que não tiveram as oportunidades que tive para chegar a um pós-doutorado. Todos os seus ensinamentos foram honrados nesta trajetória e serão compartilhados com minha filha Lis.

Estendo meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo Prêmio CAPES de Tese 2012, das Ciências Sociais e Aplicadas, que me possibilitou o estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB (Brasília, Brasil) e na ENC, *École nationale des chartes* (Paris, França), além do financiamento do projeto de pesquisa decorrente do prêmio (2017-2019).

Às equipes das duas instituições, que se empenharam em me auxiliar nos trâmites do pós-doutorado, especialmente Mme. Amélie de Miribel, responsável pelas relações internacionais e pelos estágios na ENC. Aos meus colegas do curso de Arquivologia, que me incentivaram e assumiram parte das minhas atividades docentes enquanto estava fora do país, por um ano.

À minha supervisora, no Brasil, professora Georgete, que me apresentou o idioma francês e os encantos pela França, o rigor da metodologia científica, assim como as pessoas que colaboraram valiosamente para a minha pesquisa. À professora Christine, minha supervisora na França, que me acolheu e direcionou a instituições, pessoas e obras que definiriam este estudo.

Ao Arquivo Nacional do Brasil, ao CNPq, aos Archives nationales (na pessoa de Yann Potin), aos Archives diplomatiques (Pascal Even, Emmanuelle Neto e Bérange Fourquaux), ao ICA (David Leitch e Nathalie Florent), à EHESS, *École des hautes études en sciences sociales*, na pessoa de Isabelle Weiland, e à UNESCO, na pessoa de Jean Boel, pela liberação das fontes documentais que me propiciaram relatar as contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia no Brasil.

A Charles Kecskeméti, Michel Duchein, Patrice Marcilloux, Bruno Delmas, Jean-Pierre Defrance, Paule René-Bazin, Marie-Anne Chabin, Bertrand Müller e Didier Grange, pelas entrevistas e conversas que, com generosidade, atenção e café, deram mais vida aos documentos consultados.



A Bruno Justino Garcia Praciano, Paula Rafisa Batista de Almeida Marques Ramalho, José Mauro Medeiros, Bárbara Karoline da Silva Bandeira de Melo, Sophie Mateus e Miguel Filho Ferreira de Oliveira pela colaboração na organização dos documentos e das informações, suas transcrições e traduções durante o projeto de pesquisa financiado pela CAPES.

À Eveline de Abreu, pelas muitas horas dedicadas à edição e revisão do texto, com acolhimento e compreensão. À Gislene Velloso Montanari, pela revisão bibliográfica.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ e à UNESCO, pela publicação desta obra. Aos professores Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Gustavo Silva Saldanha, Icleia Thiesen, Paulo Roberto Elian dos Santos e Regina Maria Marteleto, pela generosidade na avaliação desta obra.

A Otacilio Marques, parceiro da vida, que não mediu esforços para me acompanhar neste percurso.

Aos meus filhos, Lucas e Lis, por me encorajarem a perseguir no caminho da educação.

À Miriam, pelo seu exemplo de vida. À Gisa, pela sua alegria.

*Angelica Alves da Cunha Marques*  
*Agosto de 2021.*



## A Arquivologia no Brasil: inspirações francesas

*S'interroger sur l'institutionnalisation d'une discipline c'est tenter de retracer le chemin e connaître par la structure admin emprunté par les fondateurs pour la faire ristrative, chargée au plus haut niveau de l'Etat, du développement de l'enseignement et de la recherche*

(COUZINET, 2008, p. 63)<sup>13</sup>

**N**A FRANÇA, AS PRÁTICAS DO SÉCULO XVIII E OS AVANÇOS DELAS DECORRENTES (legislação e teoria) delinearão as correntes de pensamento que moldariam a Arquivologia francesa que, por sua vez, teria repercussões internacionais, inclusive no Brasil, onde a disciplina começa a dar os primeiros passos para sua institucionalização no início dos anos 1960, em decorrência de demandas da Administração Pública com vistas à formação e ao aperfeiçoamento profissional (SCHMIDT, 2012; MARQUES, 2011; MARQUES; OLIVEIRA, 2018). Schmidt reconhece as décadas entre a Revolução Francesa e após a Segunda Guerra como o “período pré-paradigmático da Arquivologia”, o qual corresponde à “Arquivologia Clássica”, cujo objeto era o documento de arquivo em seu conjunto orgânico, como prova e garantia de direitos (SCHMIDT, 2012, p. 59).

Para a autora, as “configurações das correntes de pensamento da tradição americana, as escolas francesas, alemãs e inglesas” (SCHMIDT, 2012, p. 30-31) dão-se no período pós-guerra, depois de 1945, o que pode justificar a vinda de um arquivista francês ao Brasil, num contexto de repercussões do pensamento norte-americano (BOULLIER DE BRANCHE, 1975). Em um cenário mais amplo, retrocede-se, pelo menos, à década de 1930, quando missões universitárias francesas vêm ao país atender a um “duplo interesse”, segundo Massi (1991, p. 34): “por um lado, o interesse

---

13 “Perguntar-se sobre a institucionalização de uma disciplina é tentar refazer o caminho adotado pelos fundadores para reconhecê-la pela estrutura administrativa, encarregada no mais alto nível do Estado, do desenvolvimento do ensino e da pesquisa” (COUZINET, 2008, p. 63, tradução nossa).

francês na ‘conquista’ da América (e do Brasil); por outro, a demanda da elite local brasileira no sentido de ilustrar-se, de modernizar-se, de formar quadros”. Schmidt explica que, no plano arquivístico, a justificativa estaria na necessidade de o Brasil conhecer o contexto francês da época, o qual já era referência internacional, assim como o norte-americano também passaria a ser. Dessa maneira, a Arquivologia se desenvolve no país a partir de referenciais teórico-metodológicos europeus e americanos: “[...] o discurso científico aqui utilizado foi adaptado do utilizado por aqueles países” (SCHMIDT, 2012, p. 67).

Essa afirmação pode, assim, justificar, por um lado, a minha constatação acerca da trajetória da Arquivologia muito próxima da História, em razão da forte atuação do AN e das contribuições francesas para a institucionalização da disciplina no Brasil, e, por outro, o seu arranjo atual muito próximo da CI que parece ressonante da perspectiva informacional repercutida dos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial (MARQUES, 2007; 2011).

Fonseca (2004, p. 161) constata que, no âmbito acadêmico, a Arquivologia e a CI têm estabelecido estreitas relações, sobretudo pelo acolhimento de pesquisas acerca da primeira disciplina e do seu objeto de estudo, em programas de pós-graduação *stricto sensu* em CI. Verifica-se esse acolhimento ao longo da minha pesquisa, com a concentração de trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses sobre arquivos e Arquivologia nesses programas (MARQUES; OLIVEIRA, 2018). Schmidt (2012, p. 291) também o reconhece, ao relacionar a institucionalização acadêmica das duas disciplinas. Embora admita a estruturação do campo científico arquivístico, a autora menciona a “capacidade científica não alcançada pela Arquivologia”, lembrando as repercussões do discurso informacional da CI naquela disciplina, a partir de influências francesas e espanholas, que, segundo ela, não mais se sustentavam e deveriam ser renovadas. “Convivemos com significativos problemas teóricos, terminológicos e conceituais, além de termos nos apropriado do discurso da ‘perspectiva’ informacional sem as devidas ressalvas em relação aos fundamentos da Arquivologia” (SCHMIDT, 2012, p. 287). É assim que, para ela, “a sustentação do discurso informacional para o campo dos arquivos brasileiro desde então é promovido fundamentalmente por reflexões produzidas no interior da Ciência da Informação” (SCHMIDT, 2012, p. 291), as quais, no meu entendimento, devem ser investigadas.

Tais ponderações contextualizadas nas aplicações práticas e nas contingências históricas da Arquivologia, segundo dois dos critérios para a caracterização da natureza de uma disciplina, propostos por Heckhausen (1972)<sup>14</sup>, incitou-me a

---

14 Os sete critérios para a caracterização da natureza de uma disciplina propostos por Heckhausen

estudar as relações entre a Arquivologia e a CI no Brasil: haveria uma acomodação acadêmica, ou um “consenso apático”, da Arquivologia – ao qual se referem os canadenses Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33) – como subárea da CI, de acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ainda em vigor?<sup>15</sup> Uma adesão estratégica da Arquivologia à CI, tendo em vista os benefícios políticos, institucionais, sociais e simbólicos que esta hierarquização poderia lhe propiciar? Uma afinidade teórico-epistemológica das duas disciplinas que pudesse justificar o abrigo político-institucional da Arquivologia na CI, mediante suas interações?

Parti do pressuposto que as questões relacionam-se, em maior ou menor grau, a abordagens práticas, políticas e sociais de tais disciplinas, considerando que uma acomodação institucional não contempla, necessariamente, uma ênfase teórico-epistemológica. Diante destes primeiros questionamentos e da necessidade de aprofundar os resultados das etapas anteriores da pesquisa, as questões centrais que passaram a conduzir a investigação aqui relatada foram:

- A Arquivologia francesa, com uma tradição histórica, também teria se aproximado da CI nas últimas décadas? Como a Arquivologia é representada no âmbito político-institucional francês?
- Na sua aproximação com a CI, a Arquivologia brasileira teria se afastado da Arquivologia francesa (na sua tradição histórica)?
- Como e em que medida as práticas e o pensamento arquivístico francês refletiram na institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil? Podemos estabelecer uma periodização acerca dessa influência? Quais foram os especialistas franceses que contribuíram para a trajetória da Arquivologia no Brasil? Quais foram as suas contribuições? Quais as obras francesas que mais concorreram para o desenvolvimento da Arquivologia

---

sen (1972, p. 83-87) são: domínio material, domínio de estudo, nível de integração teórica, métodos, instrumentos de análise, aplicações práticas e contingências históricas das disciplinas.

15 No plano político-institucional, a agência brasileira de fomento que faz a classificação das áreas do conhecimento com finalidades práticas, o CNPq, já contemplava a CI, desde 1976, como uma subárea da Comunicação na sua TAC. Nesta classificação, a subárea tinha duas especialidades: 1) os Sistemas da Informação e 2) a Biblioteconomia e Documentação (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1978). Na segunda TAC, de 1982, a CI aparece como área, denominada “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia”. Já na TAC em vigor, também de 1984 e com ajustes posteriores, a CI compõe, com outras áreas, a grande área das Ciências Sociais Aplicadas e tem, como subáreas, a Teoria da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia (SOUZA; STUMPF, 2009).

brasileira? Quais as obras francesas traduzidas? Como o pensamento arquivístico francês aparece na produção científica brasileira sobre arquivos e Arquivologia? É possível identificar características da Arquivologia francesa na Arquivologia brasileira?

- A Arquivologia brasileira é (re)conhecida na França? Há alguma contribuição brasileira neste sentido? Houve participação de brasileiros em eventos e publicações francesas? Como?

Considerando os resultados da investigação (CUNHA, 2003; MARQUES, 2007; 2011), as observações e análises apresentadas, desenvolvi uma pesquisa no âmbito de um estágio pós-doutoral, cujo objetivo foi identificar as contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, a fim de compreender as suas (re)configurações diante das relações interdisciplinares atuais. Deste modo, a exemplo de Massi (1991, p. 13), busco “avaliar as marcas deixadas por esses estrangeiros [franceses] entre nós”.

Diante do objetivo, produzi uma pesquisa que contemplou:

- A investigação da trajetória dos arquivos e da Arquivologia como disciplina científica na França, considerando suas relações interdisciplinares na perspectiva político-institucional;
- O mapeamento das contribuições francesas para a institucionalização e o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil;
- O estudo do delineamento e dos avanços da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, a partir dessas contribuições;
- A identificação das interfaces entre a Arquivologia francesa e a Arquivologia brasileira, considerando a estruturação das áreas do conhecimento na França e no Brasil; a circulação de obras francesas no país (com destaque para as traduções); a apropriação de obras francesas na produção científica nacional; a participação de pesquisadores brasileiros da área em cursos, eventos e publicações francesas.

## Trilhos metodológicos, trilhas conceituais

**T**ENDO EM VISTA O OBJETIVO PROPOSTO – IDENTIFICAR AS CONTRIBUIÇÕES francesas para a institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, a fim de se compreender as suas (re)configurações diante das suas relações interdisciplinares atuais –, a pesquisa seguiu o modelo qualitativo, em suas abordagens exploratória e descritiva, durante o estágio pós-doutoral, realizado entre novembro de 2014 e outubro de 2015, e um projeto de pesquisa, entre junho de 2017 e maio de 2019, cujo percurso metodológico seguiu os seguintes trilhos:

- Pesquisa bibliográfica na biblioteca da ENC e documental nos *Archives nationales de France* e nos arquivos da *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS), em Paris, para investigar a trajetória político-institucional da Arquivologia naquele país.
- Pesquisa bibliográfica e documental no AN do Brasil, nos *Archives nationales de France* (Paris), nos *Archives diplomatiques* (Paris e Nantes) e na *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO), também em Paris, além de entrevistas com franceses que vieram ao Brasil, a partir de iniciativas do Estado brasileiro, para identificar a participação e a justificativa das suas visitas. Entre maio e outubro de 2015, conversei com Charles Kecskeméti<sup>16</sup> e entrevistei Michel Duchein<sup>17</sup>, Bruno Delmas,<sup>18</sup> Patrice

---

16 Charles Kecskeméti (1933-2021) foi historiador e arquivista. Atuou nos *Archives nationales de France* entre 1957 e 1971, além de dirigir o *International Council on Archives* (ICA), conforme relatado na seção 5.3 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

17 Michel Duchein (1926-2021) é historiador e anglicista. Formou-se na ENC e se tornou inspetor geral honorário dos *Archives de France* (1995). Parte das suas contribuições para esta obra estão na seção 5.2 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

18 Bruno Delmas (1941- ) foi professor na ENC e diretor de estudos no *Institut National des Techniques Documentaires* (1988) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

Marcilloux<sup>19</sup> e Paule René-Bazin,<sup>20</sup> especialistas que vieram ao Brasil. Também colaboraram para esta etapa da pesquisa Marie-Anne Chabin,<sup>21</sup> Bertrand Müller,<sup>22</sup> Didier Grange<sup>23</sup> e Jean-Pierre Defrance,<sup>24</sup> mediante conversas e orientações bibliográficas que contribuíram valiosamente para os relatos das contribuições francesas para a Arquivologia brasileira.

- Pesquisa documental na CAPES e bibliográfica em artigos científicos, para identificar as convergências e as divergências da estruturação das áreas do conhecimento no Brasil e na França.
- Pesquisa bibliográfica e documental, a fim de mapear a circulação e a tradução de obras francesas no Brasil, realizada no catálogo *on-line* da biblioteca do AN<sup>25</sup>, entre julho de 2018 e maio de 2019, mediante os mesmos descritores utilizados em minha tese (MARQUES, 2011)<sup>26</sup> e a seleção de obras identificadas pelo AN como “livro” ou “livro raro”.
- Complementarmente, a circulação de autores e obras francesas foi analisada

---

19 Patrice Marcilloux é arquivista-paleógrafo, conservador do patrimônio. Foi diretor dos arquivos departamentais de Pas-de-Calais (2003), mestre de conferências em Arquivologia, na *Université d'Angers* e no *Centre de Recherches Historiques de l'Ouest* (CERHIO), em 2009 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

20 Paule René-Bazin foi a conservadora geral encarregada dos documentos do século XX das *Archives nationales* (1996) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

21 Marie-Anne Chabin (1959-) é formada na ENC. Foi diretora dos serviços de arquivo de *Essonne*, consultora em gestão eletrônica de documentos e gestora de fundos audiovisuais. Tornou-se especialista em gestão de arquivos digitais (CHABIN, 1999). Fundou e dirigiu a empresa de consultoria *Archive 17*, em Paris, e foi membro fundador da *Fédération Européenne de l'ILM [Information Lifecycle Management]*, *du Stockage et de l'Archivage* (FedISA), em 2006 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

22 Bertrand Müller estudou Sociologia e História na *Université de Lausanne* (Suíça), depois na EHESS, em Paris. Doutor em Ciências Sociais pela mesma universidade, ele ensinou historiografia em Lausanne e continua sua pesquisa sobre a história da História e a história das Ciências Humanas e Sociais na França e na Alemanha. Diretor de pesquisa do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), é um dos responsáveis pelos arquivos do *Centre Maurice Halbwachs* (MÜLLER, 2013; UNIVERSITÉ DE GENÈVE, 2018).

23 Didier Grange é mestre em História e Arqueologia Clássica pela *Université de Genève* e mestre em Arquivologia pela *Université Paris 8*. É arquivista da cidade de Genebra e assessor especial do ICA (PORTAL INTERNACIONAL ARCHIVISTIQUE FRANCOPHONE, 2018).

24 Jean-Pierre Defrance foi *conservateur* nos *Archives nationales* e diretor do *stage technique international d'archives* (STIA) (FRANCE ARCHIVES, 2018). Aposentou-se em 2019.

25 Disponível em: [http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=geral&uv=vbibltyp1:tipos:descricao;vbibliunio:unidades:nome\\_unidade;vbibliodio:idiomas:nome;vbiblaoo:areas:nome&alias=geral&xsl=home](http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=geral&uv=vbibltyp1:tipos:descricao;vbibliunio:unidades:nome_unidade;vbibliodio:idiomas:nome;vbiblaoo:areas:nome&alias=geral&xsl=home). Acesso em: 01 jul. 2019.

26 *Archival science, archivero, archives, archiviste, archivística, archivistique, archivo, archivólogo, arquivista, arquivística, arquivístico, arquivo, arquivologia, archivología e arquivos*.

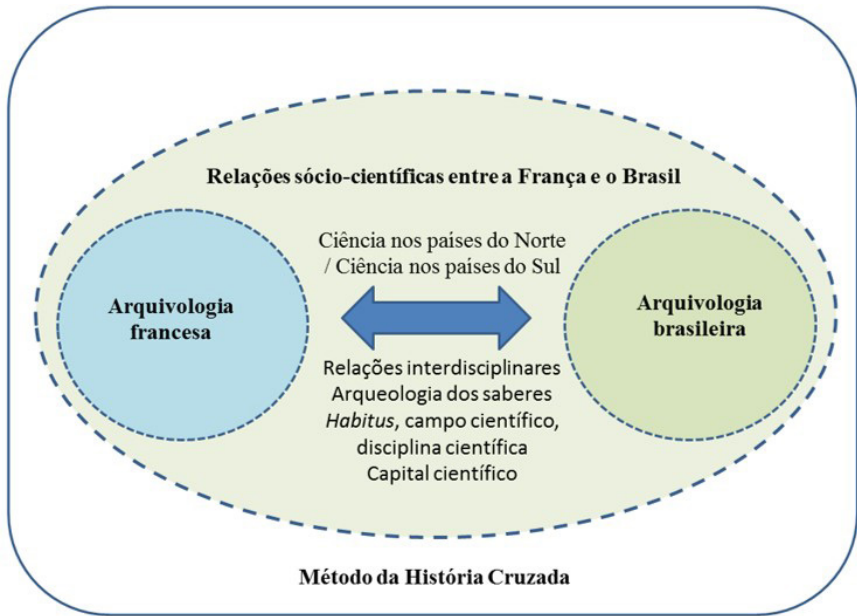


a partir da sua incidência nos TCCs, nas dissertações e teses sobre arquivos e Arquivologia, produzidos nos diversos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Nesta etapa, foi atualizado o mapeamento das referências bibliográficas arquivísticas das pesquisas sobre arquivos e Arquivologia, também feito na pesquisa de doutorado.

- Consulta à Plataforma *Lattes* do CNPq, para investigação da participação de pesquisadores brasileiros da área – aqueles que produziram teses, dissertações e TCCs sobre arquivos e Arquivologia em programas de pós-graduação *stricto sensu* – em eventos e publicações científicas francesas. Semelhantemente à etapa anterior, esta fase da pesquisa foi dedicada à atualização de parte da minha tese, com a identificação da participação dos 534 autores, orientadores e coorientadores de tais pesquisas (MARQUES, 2018) nesses eventos e publicações. Foi realizada consulta no dia 9 de setembro de 2018, no *software e-Lattes*, uma plataforma que busca os nomes de pesquisadores de uma determinada área e facilita a visualização de informações e extração de metadados. Dos 534 pesquisadores, apenas 499 estavam cadastrados na plataforma *Lattes* do CNPq, os quais tiveram os seus currículos abertos e as respectivas informações extraídas por meio do *software scriptLattes* (MENA-CHALCO; CÉSAR JÚNIOR, 2009). Com a seleção de publicações em periódicos e eventos franceses, foram escolhidos alguns periódicos já conhecidos na Arquivologia (FONSECA, 2004; MARQUES, 2011). Complementarmente, a identificação de outras publicações deu-se por um módulo da biblioteca *TextBlob* (LORIA *et al.*, 2014), ao identificar o idioma da publicação, no caso, o francês.

Os trilhos conceituais, por sua vez, foram conduzidos pelo Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMAN, 2004), o qual direcionou a perspectiva relacional de análise, de forma não meramente comparativa: as relações entre a Arquivologia francesa e a Arquivologia brasileira diante das históricas relações sócio-científicas entre a França e o Brasil, para a compreensão das relações histórico-epistemológicas da disciplina com outras disciplinas e a sua configuração como disciplina científica, conforme ilustrado na figura 1.

**Figura 1: Referenciais teóricos para a compreensão das relações histórico-epistemológicas bilaterais da Arquivologia com outras disciplinas e a sua configuração como disciplina científica.**



Fonte: Elaboração da autora.

Assim, espero evitar comparações simplistas que poderiam levar a interpretações equivocadas dos intercâmbios internacionais, geralmente submetidos a fatores estruturais, que desconsideram os contextos culturais de recepção de ideias, conforme sinalizado por Bourdieu (2002).

Na realidade, os efeitos estruturais que, graças à ignorância, tornam possíveis todas as transformações e deformações ligadas a usos estratégicos de textos e autores, podem ser exercidos sem qualquer intervenção manipuladora. As diferenças são tão grandes entre tradições históricas, tanto no campo intelectual propriamente dito quanto no campo social como um todo, que a aplicação a um produto cultural estrangeiro das categorias de percepção e apreciação adquiridas por meio da experiência de um campo nacional pode criar oposições fictícias entre coisas similares e falsas semelhanças entre coisas diferentes (BOURDIEU, 2002, p. 6, tradução nossa).

Dessa maneira, foram contempladas as particularidades do desenvolvimento científico nos/dos países do Norte e nos/dos países do Sul (RAGOUET; WAAST, 1996),

considerando o interrelacionamento dos seus contextos não apenas comparativamente. A análise entrecruzou os documentos de instituições francesas e brasileiras, com entrevistas realizadas na França<sup>27</sup>, à luz do Método da História Cruzada, pertencente à família dos procedimentos relacionais, como a comparação e os estudos de transferência, mas com algumas particularidades.

Pensar as configurações relacionais ativas e dissimétricas, assim como o caráter lábil e evolutivo das coisas e das situações, pensar não somente na novidade, mas igualmente na mudança, são ambições da história cruzada. Mais que um modelo analítico – que equivaleria a congelar as coisas, aqui onde nós gostaríamos justamente de articular e colocá-las em movimento –, ela oferece a possibilidade de elaborar uma caixa de ferramentas que, ao integrar os aportes metodológicos já experimentados pela comparação e pelos estudos de transferência, permite apreender de maneira mais satisfatória a complexidade de um mundo composto e plural em movimento, e pela mesma questão fundamental da mudança, ponto crítico, se não cego, da comparação e, em certa medida, das transferências (WERNER; ZIMMERMANN, 2004, p. 23, tradução nossa).

As especificidades e contribuições do Método da História Cruzada para a pesquisa estão na correlação de abordagens diversas, sem, contudo, simplificá-las, ao questionar os elos materializados na esfera social, entre diferentes formações historicamente constituídas.

Assim, no domínio de uma história cruzada das disciplinas de ciências humanas, a historicização carrega não somente os fenômenos de categorização e de conceituação próprios de cada disciplina ou subdisciplina, mas, ainda, o trabalho de tradução entre os conjuntos que ela trata, bem como os deslocamentos de fronteira e as transformações induzidas pelas interações (WERNER; ZIMMERMANN, 2004, p. 37, tradução nossa).

Assim, este método foi utilizado para superar as perspectivas da sincronia (comparação) e da diacronia (transferência), no percurso de formação e configuração da Arquivologia brasileira, a partir das contribuições francesas e seu legado, considerando-se os regimes de historicidade e de reflexividade dos contextos particulares dos dois países.

---

27 Não houve retorno dos contatos feitos com os pesquisadores brasileiros, o que impossibilitou as entrevistas previstas para a compreensão da estruturação das áreas do conhecimento no Brasil.

Importante contemplar as particularidades do desenvolvimento científico nos/dos países do Norte e nos/dos países do Sul, como questionaram Ragouet e Waast (1996). A ciência feita pelos ou para os países do Sul é diferente daquela feita para ou pelos países do Norte? Mais particularmente, as possibilidades de mudança de referência (país do Norte/país do Sul) poderiam gerar comunidades científicas produtoras de resultados distintos? Contrastes institucionais duplicar-se-iam em contrastes epistemológicos?

Ambos os autores afirmam que em cada disciplina existe uma gama de resultados legítimos, intelectual e socialmente. Com a Arquivologia não seria diferente, pois as contingências espaço-temporais das pessoas (físicas e jurídicas) produtoras, acumuladoras e custodiadoras de documentos de arquivo (seu objeto de estudo), assim como as condições para a concepção e o desenvolvimento da disciplina – o que Foucault (2005) denomina de “arqueologia do saber”<sup>28</sup> – são próprias de cada país ou região.

Gaillard e Schlemmer (1996) também apontam diferenças entre a ciência do Norte e a ciência do Sul relacionadas às condições econômicas da pesquisa e ao tempo dedicado às atividades de pesquisa. Segundo eles, pesquisadores do Sul gastam mais tempo com atividades de ensino que de pesquisa; a carreira ativa de um pesquisador do Sul é mais curta do que a de um pesquisador do Norte, o que, certamente, repercute no ritmo dos avanços de uma disciplina.

Verlet (1996), por sua vez, reconhece a “Ciência do Império” e o “Império da Ciência”, abordagens também estudadas por Petitjean (1996), autor que indica como vetores de transferência científica de um contexto a outro: o meio (intelectual, político, institucional); os graus de ruptura e continuidade dos processos de transferência; o caráter desses processos, considerando as forças exteriores; o envio de pesquisadores ao exterior e a vinda de pesquisadores estrangeiros; a língua utilizada; as traduções de obras; o objeto de pesquisa e as suas aplicações; o sistema educativo envolvido e o papel do Estado de forma mais ampla.<sup>29</sup>

---

28 A arqueologia do saber diz respeito ao surgimento e à transformação dos saberes, explicitando o nível do discurso: “[...] percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência” e ultrapassa os limites das disciplinas, da estrutura específica da Ciência, ao descrever o saber como o “[...] conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (FOUCAULT, 2005, p. 204-205). Segundo o autor, ela é permeada pela genealogia, dimensão que diz respeito às relações de poder.

29 A partir dos resultados da minha tese (MARQUES, 2011), utilizo esses vetores no estudo das interfaces entre a Arquivologia e outras disciplinas, assim como das suas interlocuções internacionais, conforme o Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2004).

Aproximando tais vetores do objeto da pesquisa, pode-se considerá-los como variáveis para o estudo das relações científicas entre o Brasil e outros países, notadamente as relações entre a Arquivologia brasileira e a Arquivologia francesa ao longo do tempo, perpassadas por seus intercâmbios com outras disciplinas. Nessa perspectiva, as variáveis podem contribuir para a compreensão de outras relações que definem e são definidas pelos fluxos do conhecimento arquivístico, como influências, interlocuções, (re)apropriações e tendências desse conhecimento.

Petitjean (1996) recomenda a utilização de duas perspectivas concomitantes e distintas. A primeira diz respeito aos países, que, segundo ele, podem ser compreendidos entre os que tinham uma tradição científica viva no século XIX, as “sociedades europeias transplantadas” (como a América do Norte) e aqueles com tradição científica e complexa, resultante de contatos mais antigos com a ciência moderna (o caso do Brasil). A segunda, relativa às áreas da ciência, particularizadas em relação às tecnologias. Isto é, contextos e domínios científicos diferentes devem ser distintamente tratados, considerando-se as especificidades do eurocentrismo, ainda que o programa de pesquisa seja herdeiro da tradição historiográfica positivista e eurocêntrica, especialmente na França.

Por conseguinte, o estudioso apresenta o “Programa de Ciências e Impérios”, que abrange as relações científicas entre o Brasil e a França, como império colonial francês e organização das ciências coloniais, respectivamente<sup>30</sup>. Ao contemplar a ciência como procedimentos intelectuais, culturais e sociais, ele visa a integrar a ciência clássica e a moderna, com a elaboração de uma nova tradição científica nos países em que a ciência clássica se mantinha viva, a partir do enraizamento da ciência moderna, conjugando a difusão do saber europeu com a recepção dessa modernidade. Cabem destacar, também, ofertas e demandas da ciência, no entrecruzamento de lógicas sociais, políticas e intelectuais, que culminaram em missões científicas e expedições militares, legitimadas pelo “empreendimento colonizador” embalado pela “vontade de influência”. E, mais especificamente, pelo papel de instituições (como museus e – por que não – arquivos), tornando visível a possessão sobre um território (ou, acredito, de intercâmbios internacionais, hoje multilaterais, que instigam a refletir sobre as possibilidades de movimentação latitudinal e longitudinal do conhecimento).

Na primeira perspectiva, mais tradicional, missões francesas no Brasil precedem a institucionalização da Arquivologia no país. Segundo Massi (1991, p. 25), durante os séculos XVI e XVII, os franceses não se cansavam de “descobrir o Brasil”.

---

30 Para Massi (1981, p. 19), as relações intelectuais entre a França e o Brasil dão-se “entre centro e periferia”, respectivamente.

Nos séculos seguintes, assiste-se à chegada de muitos estrangeiros aqui, intensificada com a transferência da Corte Portuguesa para cá, quando “O país se abre, a partir desta data, como campo de investigação para os cientistas europeus” (MASSI, 1991, p. 26).

A partir do final da década de 1950, as relações entre a Arquivologia francesa e a Arquivologia brasileira parecem não ter se restringido à transferência científica, mas a trocas, conforme observei na tese (MARQUES, 2011). Há, sem dúvida, um prestígio internacional francês que também justifica essas relações e, mais que isto, propicia a compreensão das contribuições francesas que marcariam o delineamento da disciplina no contexto brasileiro e em outros, a partir dos fluxos do conhecimento arquivístico no mundo. Na França, a Arquivologia desenvolveu-se a partir do século XVIII e, no Brasil, somente na segunda metade do século XX (SCHMIDT, 2012; MARQUES, 2011), o que evidencia a precedência histórica e os avanços teórico-epistemológicos da Arquivologia francesa em relação à Arquivologia brasileira, que devem ser examinados nas apropriações brasileiras.

Contudo, a contínua constituição e busca por autoafirmação da Arquivologia propõem a ampliação da perspectiva tradicional<sup>31</sup> em direção à compreensão de tal disciplina no campo da informação – entendido como “o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação” (MARQUES, 2011, p. 76).

No âmbito da primeira perspectiva, Blaquièrre, Favreau e Pérotin explicam que

A Arquivologia tradicional geralmente considerava os documentos apenas a partir do momento em que saíam do escritório que lhes deu origem e passavam sob a autoridade do arquivista para um “depósito de arquivos”, terminando assim sua existência ativa e iniciando sua eternidade como arquivos (BLAQUIÈRE; FAVREAU; PÉROTIN, 1991, p. 103, tradução nossa).

No quadro do campo da informação que propus – para a compreensão das relações epistemológicas no Brasil –, estão entrecruzados os percursos históricos e os arranjos atuais da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e CI, como discipli-

---

31 Importante destacar a explicação que Couture, Ducharme e Rousseau (1988, p. 59, tradução nossa) dão para o adjetivo “tradicional”. Segundo eles, “O qualificador ‘tradicional’ é bastante relativo, já que a Arquivologia anterior ao século XIX já possuía caráter administrativo. De fato, os arquivos antes da Revolução Francesa foram usados como um instrumento do governo mais do que como materiais históricos”.

nas simultaneamente parceiras, cooperativas, conflitantes, com aspectos comuns e específicos. E para o seu estudo, foram retomadas as noções de *habitus*, campo científico, disciplina científica e capital científico, propostas por Bourdieu (1983; 2001; 2004), como lentes teóricas relevantes para o estudo das relações entre a Arquivologia brasileira e suas diversas versões internacionais, bem como dos diálogos desta disciplina com outras, especialmente com a História e a CI.

Segundo o estudioso, o *habitus* articula o passado (reprodução de estruturas objetivas) e o futuro (objetivos contemplados num projeto), “como transcendental histórico”, no qual ele está *a priori*, como estrutura estruturada e produzida por toda uma série de aprendizagens comuns ou individuais (BOURDIEU, 2001). Não de outro modo, o *habitus*, de forma dinâmica, funciona como elemento de coesão do grupo, ao longo do tempo.

A noção de campo é proposta pelo autor em um artigo de 1966<sup>32</sup>, quando a aproxima da noção de espaço de interações e explica que, por meio dos encontros das pessoas, as interações ocorrem, em “um espaço de encontros possíveis”, evidenciado na lógica de um campo (BOURDIEU, 2015, p. 539, tradução nossa), o *nomos* (BOURDIEU, 2001). Na perspectiva do interacionismo, ele lembra que o campo sempre está inserido em um universo social, que, por sua vez, joga um jogo particular, definido por regras e estruturas próprias que retraduzem influências externas. Dessa maneira, enquanto o *habitus* está para a dimensão temporal, o campo científico está para a dimensão espacial:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p. 122-123, grifos do autor).

Por conseguinte, Bourdieu reconhece que no campo científico existem estruturas objetivas e lutas em torno delas, movidas por disposições adquiridas (*habitus*): “maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los

---

32 BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. *Les Temps Modernes*, n. 246, p. 865-906, 1966.

a resistir, a opor-se às forças do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 27-28). Ele defende, portanto, a inseparabilidade do caráter científico e social das estratégias dos pesquisadores, na afirmação de uma concepção simbólica e política, fundamentada nas técnicas de persuasão e nos artifícios voltados para a formação de alianças (BOURDIEU, 2001), o que remete à definição de capital científico.

Por esse caminho, o autor compreende as trajetórias individuais e coletivas acerca das mudanças das relações de forças simbólicas no interior de um campo, mediante uma análise conjugada sob duas perspectivas: a interna (própria da epistemologia, quando se propõe a restituir a lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas) e a externa (que relaciona esses problemas às condições sociais do seu aparecimento). O que está em jogo é, assim, o “poder de impor uma definição de ciência”: a delimitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias científicas.

Existe assim, a cada momento, uma hierarquia social dos campos científicos – as disciplinas – que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as “escolhas” de “vocação”. No interior de cada um deles há uma hierarquia social dos objetos e dos métodos de tratamento (BOURDIEU, 1983, p. 128).

Há três níveis do trabalho científico – a disciplina, o subcampo e a especialidade – tomados, pelo estudioso, como coexistentes: “Cada disciplina (como campo) é definida por um *nomos* [lógica] particular de visão e de divisão, um princípio de construção da realidade objetiva irredutível àquele de outra disciplina” (BOURDIEU, 2001, p. 103, tradução nossa). Ainda segundo ele, a disciplina é um campo relativamente estável e delimitado e, em princípio, fácil de identificar: ela tem um nome reconhecido escolar e socialmente; está vinculada a instituições e laboratórios, a departamentos universitários, a revistas, a instâncias nacionais e internacionais (congressos), a procedimentos de certificação de competências, de sistemas de retribuição, de preços. Para o autor, a noção de campo científico retoma, simultaneamente, a unidade existente na ciência e as diversas posições que as diferentes disciplinas ocupam no espaço, isto é, sua hierarquização. O que acontece no campo depende dessas posições e ele pode ser descrito como um conjunto de campos locais (disciplinas), que têm interesses e princípios mínimos em comum.

Bourdieu explica que uma disciplina não é definida somente por suas propriedades intrínsecas, como, também, por aquelas que ela deve à sua posição no espaço hierarquizado de disciplinas. Dentre os princípios de diferenciação entre as disciplinas, destacam-se a importância do capital de recursos coletivos que elas tenham



acumulado (e, em particular, os recursos teórico-formais) e a autonomia que dispõem em relação às limitações externas, políticas, religiosas ou econômicas. Para o sociólogo, a lógica das lutas científicas não pode ser compreendida ignorando a dualidade dos princípios de dominação, como os recursos propriamente científicos e os financeiros (BOURDIEU, 2001).

Exemplo das convergências e divergências entre as disciplinas que integram o campo da informação são as diferentes classificações das áreas do conhecimento pelo CNPq, bases para o fomento à pesquisa no Brasil. Em decorrência de arranjos político-institucionais, as três versões da TAC contemplam a CI e a Arquivologia diversamente (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1978; 1984a; 1984b), conforme será visto adiante, tomando em consideração os pressupostos da teoria da classificação (LIARD, s. d.; PARROCHIA, 1998; POMBO, 1998; DAHLBERG, 1979).

Nas considerações de Bourdieu, a definição de campo científico é ainda contemplada sob duas vertentes complementares: “[...] como outros campos, é um *campo de forças*, dotado de uma estrutura e também um *campo de lutas* para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2001, p. 69, tradução e grifos nossos). A expressão “campo de forças” verifica-se, segundo o autor, na relação simbólica entre os diversos agentes, mais ou menos dotados de capital científico. Como “campo de lutas”, o campo científico é produto do encontro entre duas histórias: uma incorporada sob a forma de disposições e outra objetivada na própria estrutura do campo e nos seus objetos técnicos (instrumentos), escritos, etc., convergindo para a definição de *habitus*, já apresentada. Há, portanto, uma “lógica circular” entre posições e disposições, entre *habitus* e campo, que conduz investimentos científicos e extracientíficos (BOURDIEU, 1984, p. 132). Consequentemente, a margem de liberdade de atuação deixada às estratégias dos agentes depende da estrutura do campo, caracterizada, por exemplo, por um degrau mais ou menos elevado de concentração do capital (BOURDIEU, 2001).

Desse modo, coexistem duas formas de determinação: uma, do agente, da sua trajetória, da sua carreira; outra, do campo, do espaço objetivo, dos efeitos estruturais que agem sobre o agente, estruturando e condicionando percepções, visões, crenças, expectativas, etc. Relativa e socialmente, esses agentes obedecem a uma lei que define o princípio de sua variação – a lei da correspondência entre posições e os próprios posicionamentos (BOURDIEU, 2001).

Ilustrativamente, é oportuna a lembrança da atuação de JHR, quando esteve na direção do AN (1958-1964): ele institucionalizou o discurso de modernidade arquivística, de forma a superar a lógica histórica e a enfatizar o papel do arquivo na lógica da administração pública (BUZZATTI, 2015), promovendo trocas entre o con-

texto brasileiro e o internacional. E nesta dinâmica sócio-cognitiva, a performance de um agente reflete na estrutura de um campo, constituído e atravessado pela acumulação de uma forma específica de capital, o capital científico (BOURDIEU, 2001). O que exemplifica bem uma das espécies de capital científico que perpassa os percursos da Arquivologia no Brasil, o político.

De acordo com Bourdieu, há dois princípios de dominação/diferenciação entre as disciplinas no campo científico, também conhecidos como “espécies de capital científico”. O capital temporal, ou político, contempla os interesses comuns, o consenso mínimo, a defesa de interesses coletivos e os eventos internacionais; é adquirido por estratégias políticas e distintas formas de transmissão e segue as mesmas regras que qualquer outra espécie de capital burocrático, embora possa assumir a aparência de uma “eleição” (BOURDIEU, 2004). Este tipo de capital relaciona-se mais às instâncias nacionais, às categorias momentaneamente dominantes e dependentes de autoridades transitórias, sejam elas econômicas ou políticas (BOURDIEU, 2001). O capital intelectual, ou propriamente científico, é o capital científico puro, predominantemente internacional, adquirido pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, como as invenções e descobertas, e diz respeito às habilidades pessoais. Por isso, difícil de transmitir na prática.

Como a estrutura da convergência de forças – que é constitutiva do campo – é definida pela estrutura da distribuição das duas espécies de capital, a sua autonomia não pode ser total. O estudioso então conclui que a estrutura tem sempre dupla face: uma função puramente científica e uma função social no campo, em relação aos agentes nele engajados. Assim, a estrutura científica pode ser acumulada por vias que não são diretamente científicas. Ou seja, por meio de instituições que o mundo científico comporta e que são o princípio burocrático de poderes temporais sobre o campo científico (BOURDIEU, 2001), como é o caso do CNPq e do AN no Brasil. Como pondera Romani:

A atribuição de prioridades à ciência mediante a formulação de políticas científicas e a concretização das mesmas dependem, em último termo, da função social atribuída à ciência. Desta forma é na organização social do país e no processo histórico de sua formação que se deve buscar os elementos básicos, responsável [sic] pela estrutura da produção científica – entendendo-se por estrutura os processos nos quais os conhecimentos científicos são produzidos, circulam e são incorporados à sociedade. Tais processos, nos quais o Estado desempenha papel fundamental tanto no nível da produção quanto da incorporação – são processos institucionais (ROMANI, 1982, s. p.).

A partir destas trilhas conceituais, foram identificadas e sistematizadas as contribuições francesas – em detalhes, as de Henri Boullier de Branche, Michel Duchein e Charles Kecskemèti – para a institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, mediante o estudo das iniciativas do Estado brasileiro nesse sentido, conforme proposto e descrito nos próximos capítulos.



## Arquivos, arquivistas e Arquivologia na França

*Notre archivistique est fille de celles des archivistes-historiens qui se sont succédé plus d'un siècle, mais elle est en très large partie tributaire de tout ce qui s'est fait dans les temps précédents, dans cette période où entre le milieu du XVIe siècle et le milieu du XIXe siècle s'est élaborée obscurément une large partie de nos principes, de nos méthodes, de nos pratiques.*

(BAUTIER, 1968, p. 149)<sup>33</sup>

**N**ESTE CAPÍTULO, APRESENTO ALGUNS MARCOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA Arquivologia na França. Trata-se de uma versão baseada em pesquisa documental e bibliográfica em instituições francesas e brasileiras, além de entrevistas com professores, pesquisadores e arquivistas franceses, a fim de sistematizar os referidos marcos, considerando-se as vertentes teórico-epistemológicas da disciplina e político-institucionais dos *Archives nationales*; dos cursos de formação de arquivistas no país, especialmente da *École nationale des chartes* (ENC); da *Association des archivistes français* (AAF); da revista *La Gazette des archives* e das classificações dos arquivos e da disciplina pelas instituições francesas. Assim, somadas às informações do capítulo 4, espero demonstrar as realidades dos dois países em estudo, suas singularidades – e não comparativamente, tendo por referencial teórico o Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2004) –, pressupondo duas realidades distintas, ainda que, em muitos aspectos, o Brasil seja considerado tributário da experiência institucional francesa.

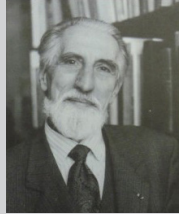
Robert-Henri Bautier (1968) esquematiza a história dos arquivos na França em quatro períodos: 1) os arquivos dos palácios (*archives des palais*), na Antiguidade;

---

33 “Nossa Arquivologia é filha dos arquivistas-historiadores que se sucederam há mais de um século, mas ela é em grande parte tributária de tudo o que foi feito em épocas anteriores, no período entre meados do século XVI e meados do século XIX, em que se desenvolveu obscuramente grande parte dos nossos princípios, métodos e práticas” (BAUTIER, 1968, p. 149, tradução nossa).

2) os tesouros das cartas (*trésors des chartes*), títulos comprobatórios de direitos, do século XII ao XVI; 3) os arquivos como arsenal da autoridade (*archives arsenal de l'autorité*), do século XVI ao início do século XIX; 4) e os arquivos como laboratórios da História (*archives laboratoires de l'histoire*), do início do século XIX até meados do século XX. Os depósitos de arquivo são constituídos, e a Arquivologia é concebida, segundo ele, no terceiro período.

### Robert-Henri Bautier (1922-2010)



Fonte: *Société française d'héraldique et de sigillographie* (2014).

Arquivista-paleógrafo (1943), membro da *Académie des inscriptions et belles lettres* (eleito em 1974), professor de Diplomática e Arquivologia Medieval na ENC (1961-1990) e membro da *École française de Rome* (1945-1948) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

Bautier tornou-se um dos maiores especialistas em Sigilografia, ao analisar os selos e as cartas. Seu trabalho de destaque foi sobre o arquivo de atos reais e sinodais do período carolíngio, considerado um dos mais ricos da França, conservados nos *Archives départementales de la Haute-Marne*.

Um incansável promotor de pesquisa, R.-H. Bautier foi um pilar do Conselho Internacional de Arquivos. Seu papel foi decisivo na elaboração de instrumentos comuns para pesquisadores do mundo inteiro, destinados a padronizar o vocabulário científico e os métodos de publicação de fontes (SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'HERALDIQUE ET DE SIGILLOGRAPHIE, 2014, p. 18, tradução nossa).

O prenúncio do que viria a ser a Arquivologia francesa remonta ao século XVII, com uma obra que consagraria a Diplomática, em 1681: *De Re Diplomatica*, do monge beneditino Jean Mabillon, cujos estudos são seguidos por outros beneditinos franceses (BAUTIER, 1968).

### Jean Mabillon (1632-1707)



Fonte: *École nationale des chartes* (2021a).

Historiador e beneditino, estudioso da Congregação de Saint-Maur (a partir de 1654). Paleógrafo e membro da *Académie des inscriptions et belles-lettres* (em 1701). *De Re Diplomatica*, sua obra de 1681, apresenta regras de crítica erudita e representa uma revolução para o destino dos arquivos, pelo Estado: a dissociação entre as diligências das administrações por uma melhor preservação de seus arquivos e os usos políticos e históricos pela monarquia do século XVII (BRUNTERC’H; PONCET, 2008; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

A partir da publicação, diversas universidades criam cadeiras de Diplomática e Paleografia: Bolonha (1765), Milão (1770), Nápoles (1777), Coimbra (1796), Turim (1820), França (1821) e Madri (1839) (DELMAS, 2006). O ensino de Diplomática na ENC iniciou em 1869 (FRANCE ARCHIVES, 2020) e, de acordo com Banat-Berger, Borgeaud e Nougaret (2016), tradicionalmente se apoiou nos “pais” da disciplina: Arthur Giry, Alain de Boüard, Georges Tessier e Olivier Guyotjeannin.

### Arthur Giry (1848-1899)



Fonte: *Persée* (2021a).

Jean Marie Joseph Arthur Giry era historiador, especialista da Idade Média, e arquivista-paleógrafo (1870). Teve de interromper seus estudos em razão da guerra do mesmo ano. Depois do conflito, trabalhou por um tempo na *Bibliothèque nationale* e depois nos *Archives nationales* (1873). Tornou-se titular da cadeira de Diplomática na ENC (1884) e de Ciências Auxiliares da História na *Sorbonne* (1881-1885). Foi eleito membro do *Institut*

*de France*, da *Académie des inscriptions et belles-lettres*, em 1896 (ARCHIVES NATIONALES, 2008; MORELLE, 2018; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

### **Alain de Boüard (1882-1955)**



Fonte: *Wikipédia* (2021).

Arquivista-paleógrafo (graduado em 1909) e professor de Diplomática na ENC (1929) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

### **Georges Tessier (1891-1967)**



Fonte: *Babelio* (2021a).

Medievalista e arquivista e paleógrafo. Membro do *Institut, Académie des inscriptions et belles-lettres* (eleito em 1962) e professor de Diplomática na ENC (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

### **Olivier Guyotjeannin (1959- )**



Fonte: *École Nationale des chartes* (2021b).

Arquivista-paleógrafo (1981). Ex-membro da *École française de Rome* (1983-1986).



Exerceu várias funções nos arquivos, como voluntário na assistência técnica dos *Archives départementales de Saint-Pierre-et-Miquelon* (1981-1982) e conservador nos *Archives nationales* (1986). Tornou-se professor de Diplomática e Arquivologia na ENC, em 1988 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021; ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES, 2021b).

Levando em conta a história das instituições arquivísticas, de formação e aperfeiçoamento de arquivistas e da Arquivologia na França, apresento informações a respeito, nas seções a seguir.

### 3.1 Archives nationales de France

Pouco se sabe sobre os arquivos da França anteriores ao século XII. Os arquivos reais, inicialmente abrigados no *Trésor des chartes* (no *Louvre* e, depois, na *Sainte-Chapelle*), foram reorganizados por Philippe le Bel<sup>34</sup> e confiados à Pierre d'Étampes<sup>35</sup>, principal escriturário da *Chambre des comptes*, que, segundo Duchein (1993, p. 33), pode ser considerada a “ancestral direta” dos *Archives nationales*. O estudioso explica que

O interesse pela História, o progresso da crítica histórica ilustrada por Dom Mabillon e os Beneditinos de Saint-Maur, a reação da nobreza no fim do século XVIII, tudo isso contribuiu, a partir de 1750, aproximadamente, para a publicação de muitos manuais sobre a técnica de classificação de arquivos, então no início da construção de um *cabinet des chartes* que consistia em milhares de cópias de documentos conservados em todo lugar. Todavia, quando se produziu a Revolução de 1789, tudo estava por fazer para assegurar aos arquivos franceses uma conservação sistemática (DUCHEIN, 1993, p. 33, tradução nossa).

A história dos *Archives nationales* e suas influências internacionais relacionam-se, respectivamente, ao objetivo da sua criação e ao modelo institucional estabelecido em decreto da Assembleia Constituinte, de 29 de julho de 1789, e à sua denominação em 12 de setembro de 1790. Os *Archives de l'Assemblée nationale* são considerados o “berço dos *Archives nationales* de hoje” (BLAQUIÈRE; FAVREAU; PÉROTIN, 1991, p. 104, tradução nossa).

34 Philippe IV (1268-1314) foi rei da França entre 1285 e 1314 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

35 Pierre d'Étampes foi guardião do *Trésor des chartes* entre 1307 e 1324 (DELABORDE, 2018).

A Revolução Francesa instituiu, em torno dos arquivos das assembleias, um depósito para reunir os conjuntos de arquivos de todas as instituições centrais do Antigo Regime, dos fundos dos mosteiros, das igrejas e outros conjuntos documentais: os *Archives nationales* (BAUTIER, 1968). A instituição é regulamentada, em linhas gerais, pela Lei 7 messidor, ano II, de 25 de junho de 1794 (FRANCE, 1794), da Convenção Nacional, como o “depósito central para toda a República, de todos os documentos enumerados”, na lei (LANGLOIS, 1895; BAUTIER, 1968; BABELON, 2008).<sup>36</sup>

Não somente os documentos do governo francês, como, também, do grande império são afetados pela mudança: arquivos de soberania de todos os países anexados, dos principados italianos, do Vaticano, dos estados alemães, da Áustria, da Espanha e dos Países Baixos são alcançados pelas referidas mudanças. Deste modo, seria possível gerir de Paris todos os territórios submetidos à sua autoridade (BABELON, 2008). O movimento centraliza os documentos das jurisdições senhoriais, os títulos dos bens eclesiásticos, das antigas administrações provinciais, das ordens religiosas, das diversas corporações, dos príncipes, dos emigrantes e da coroa na instituição destinada a preservar a história nacional (LANGLOIS, 1895, p. 18).

Como os arquivos das assembleias que criaram a nova França ofereciam referências importantes quanto à materialização do Direito internacional, eles passaram a ser preservados na Grande Galeria do Louvre, onde foram reunidos os documentos provenientes do regime real constitucional. Depois da Constituição do ano VIII, em abril de 1792, o primeiro cônsul assume a responsabilidade pelos arquivos e nomeia Armand Gaston Camus, a partir de então conhecido como “*garde des Archives nationales*” (guarda do Arquivo Nacional)<sup>37</sup>, conforme relatam Babelon (2008, p. 15) e Delmas (2008, p. 319). Camus pensava que os arquivos antigos do reino deveriam ser conservados juntamente daqueles da nação e que ele deveria descrever o seu estado geral. Diante da dispersão dos documentos, preocupou-se com seu reagru-

---

36 Segundo Babelon (2008), tanto os *Archives nationales* como os *Archives départementales* (que, no Brasil, correspondem aos arquivos estaduais) são filhos da Revolução Francesa. Esses últimos foram criados pela lei de 5 Brumário, ano V (26 de outubro de 1796), para realizar a guarda dos arquivos do governo anteriores à Revolução. Eles deveriam: “1. Conservar a documentação das instituições do Antigo Regime; 2. Conservar a documentação das instituições departamentais, assim como a dos serviços estatais periféricos, incluindo os notários” (CRUZ MUNDET, 2008, p. 130, tradução nossa). Os *Archives communales* (equivalentes aos arquivos municipais, no Brasil), por sua vez, já existiam antes da Revolução Francesa.

37 O decreto de 23 de fevereiro de 1897 transforma o título de *Garde général des Archives nationales* em *directeur des Archives*, por sua vez transformado em *directeur des Archives de France*, pelo decreto de 28 de dezembro de 1936 (BÉCHU, 2008).

pamento, o que aconteceria no Louvre, com todos os arquivos das antigas administrações e ministérios, mais tarde transferidos para o *Palais de Soubise*.

### Armand Gaston Camus (1740-1804)



Fonte: *Bibliothèque nationale de France* (2021).

Nascido em Paris, em 1740, Camus é filho de um homem de confiança do primeiro Cardeal de Rohan e que lhe dera título honorífico. Formado em Direito, especializa-se em Direito Canônico (DELMAS, 2008). Advogado do Parlamento e, depois, do clero da França, torna-se membro da *Académie des inscriptions*, deputado do terceiro estado de Paris (1789), aderindo às ideias novas, como “*un homme des ‘lumières* [um homem das luzes]”.

Com a criação da *Assemblée constituante*, ele é designado como secretário, em seguida eleito arquivista, em 4 de agosto de 1789. É inspirador de um dos artigos do regulamento que prevê a organização dos serviços centralizados de arquivos nos *Archives nationales* (Decreto de 12 de setembro de 1790). Ele redige um plano para os depósitos de documentos e procura reconstituir os arquivos anteriores ao período.

Com a implantação dos *Archives nationales*, em 1789, atas, leis, decretos, documentos relativos às eleições e aos comitês são produzidos e se acumulam. “A necessidade de manter arquivos úteis para a administração do Novo Regime gradualmente assumiu o caráter sagrado de um memorial”. Os arquivos da Assembleia são, então, reconhecidos como “*Archives nationales*”, por meio de um decreto de 12 de setembro de 1790 (BABELON, 2008, p. 23, tradução nossa).

Em 1791, Camus é nomeado “*garde des Archives*”, por seis anos e, em 1793, como “*archiviste de la République*”. É refém dos austríacos por três anos, mas suas ideias inspiram a Convenção a adotar o texto fundador da administração dos arquivos, a lei do Messidor do ano II (25 de junho de 1794). Logo que é libertado, retoma seus trabalhos, solicitando o recolhimento de arquivos aos serviços administrativos, conforme a lei, bem como gerindo competentemente os depósitos dos arquivos da antiga monarquia que lhes eram subordinados.

Em 1791, é criada a *Agence temporaire des titres*, com o fim de gerir, selecionar e eliminar parte dos documentos. Entre 1794 e 1801, o *Bureau de triage* serve às necessidades administrativas e históricas, ao classificar os documentos segundo

os interesses e não conforme suas origens (proveniência). Camus impede que a medida prevista pela Lei de 25 de junho de 1794 se cumpra quanto à transferência de documentos para a *Bibliothèque nationale*, conforme seus interesses para a História, as Artes, as Letras e as Ciências.

Braibant (1949) lembra que o arquivista da República, eleito pela Assembleia logo depois do falecimento de Camus, era um dos personagens mais reconhecidos da nação: Pierre Claude François Danou torna-se cônsul, chegando a nomear – detentor de um poder quase ministerial – arquivistas, aos mais altos cargos.

### Pierre Claude François Danou (1761-1840)



Fonte: Assemblée nationale (2021).

Antigo oratoriano (*d'Ordre des Oratoriens*), François Danou ensinou em vários estabelecimentos e se tornou padre (1787). Um dos redatores das constituições dos anos III (22 de outubro de 1795) e VIII (13 de dezembro de 1799), homem do Estado, jurista, ideólogo, um dos primeiros membros do novo *Institut de France*, Danou é nomeado diretor-chefe da *Bibliothèque nationale du Panthéon* (hoje, *Bibliothèque Sainte-Geneviève*). Lá, pode desfrutar do seu gosto pelas Humanidades, mostrando-se um bibliófilo e colecionador de mapas e planos. Publica um catálogo de incunábulos (1800) e se interessa pela classificação de livros (BABELON, 2008; DELMAS, 2008).

Em 15 de dezembro de 1804, Napoleão Bonaparte o nomeia “*garde général des Archives*” (guarda geral dos arquivos). Dirige os arquivos por 22 anos (de 1804 a 1816, com mandato interrompido durante a *Restauration*, e de 1830 a 1840). Ao ser nomeado, ele faz um diagnóstico dos arquivos sob sua responsabilidade e propõe ao imperador que eles passem a ser designados de “*Archives de l'Empire*” (BABELON, 2008, p. 25).

Napoleão reconhece a importância da instituição, compreende a função utilitária dos arquivos e toma uma série de medidas de longo alcance na forma de um decreto (6 de março de 1808), ordenando a reunião, no *Hôtel Soubise* e sob uma única autoridade, de todos os fundos de arquivos em Paris e recomendando um quadro de classificação definitivo. Danou, então, concebe o quadro, inspirando-se na classificação bibliográfica e supervisiona a sua realização, apoiando-se em seis seções: legislativa, administrativa, histórica, propriedade estatal, topográfica e judiciária, que corresponderiam a funções, a usos

e a depósitos distintos. “Ao fim do Primeiro Império, os *Archives nationales* são afirmados em uma perspectiva bastante centralizadora” (DELMAS, 2008, p. 322, tradução nossa).

Em sua segunda gestão, depara-se com medidas do ministro *de l’Instruction Publique*, François Guizot, promotor de uma política estatal para a conservação do patrimônio. Nesse cenário, Jules Michelet e Natalis de Wailly são nomeados para dirigir a seção histórica e a seção administrativa, respectivamente. A visão de Daunou sobre os arquivos não se sintoniza à de Guizot: enquanto ele defendia a classificação dos documentos, a elaboração de inventários e tabelas, a decodificação, as cópias e traduções dos títulos antigos, Guizot propunha uma coleção de documentos históricos sobre a história da França, tendo os arquivos como “laboratórios da História” (DELMAS, 2008, p. 323, tradução nossa).

Com Wailly, Daunou tinha uma relação amistosa e eles concordavam, no quadro de classificação sobre a série administração geral, no que dizia respeito à criação de vinte subséries temáticas próximas às classificações jurídicas. Entretanto, não participa da política de Guizot de ordenar os arquivos locais (departamentais), mediante uma organização uniforme e uma estrutura descentralizada, diferente do que ocorrera no *Cabinet des chartes* e nas coleções jurídicas do século XVIII (DELMAS, 2008).

Nas palavras de Delmas (2008, p. 323, tradução nossa),

Daunou permaneceu um homem do século XVIII até o final e, em 1840, ele estava totalmente desfasado de seu tempo. Um homem de primeiro e segundo escalão, foi um personagem singular e único que fundou os *Archives nationales* como o grande centro de reunião dos arquivos do Estado.

Nessa conjuntura, os documentos não são concebidos somente como arquivos propriamente ditos da Constituinte; são, também, um tipo de enorme centro de documentação a serviço da Assembleia, segundo ideia de Camus, como depósito de todos os atos que estabeleceram a constituição do reino, seu direito público, suas leis e sua distribuição em departamentos, como previa o decreto de 12 de setembro de 1790 (BRAIBANT, 1949). O Decreto de 15 de março de 1805 ratifica a perspectiva centralizadora dos arquivos, prevendo a sua reunião num mesmo local e sob uma mesma autoridade (BABELON, 2008).

Sobre as repercussões do modelo institucional então criado (1796), pode-se citar a constituição de uma rede de arquivos regionais na Europa (a exemplo do que ocorrera com a centralização dos arquivos do Estado da Espanha, no século XVI, e da Áustria, no século XVIII). Afinal, o modelo francês previu a concentração do conjunto dos documentos de arquivo do Antigo Regime, nos arquivos departamentais. Suas influências rapidamente alcançaram a Itália, os Países Baixos e

a Bélgica, inspirando a organização dos arquivos administrativos desses países (BAUTIER, 1968).

Anos mais tarde, em razão das dificuldades decorrentes da dispersão dos lugares de depósito dos arquivos para a sua conservação e consulta, Napoleão Bonaparte os reúne em um único lugar, em 1808: o *Palais de Soubise* destinado a acolher “todos os arquivos existentes em Paris, sob qualquer denominação que pudessem ter” (BABELON, 2008, p. 17, tradução nossa). Depois da centralização dos arquivos no palácio (Decreto imperial de 6 de março de 1808), os *Archives nationales* são divididos, em 1846, em três seções (histórica, administrativa e judiciária). Em 1897, são criadas diferentes seções cronológicas para o arranjo de documentos. Décadas mais tarde, o Decreto de 21 de julho de 1936 torna obrigatório o recolhimento dos documentos dos ministérios e das administrações, que deles dependem, aos depósitos de arquivos do Estado.

A modernização da organização administrativa é acelerada pela *Direction des archives de France* (DAF)<sup>38</sup>, em 1945. As *missions d'archives* são criadas nos ministérios, em 1952, para coletar os arquivos para preservação permanente nos *Archives nationales* (BABELON, 2008). A partir de 1959, os *Archives nationales* passam a ser órgão central da DAF, criada no âmbito do *Ministère de la Culture et de la Communication* (MCC), por André Malraux<sup>39</sup>.

Ela exerce uma autoridade hierárquica sobre o *Archives nationales* e sobre os arquivos departamentais quando realizam missões relevantes do Estado. As regras que elabora sobre o tratamento dos arquivos e a presença de serviços abrangendo todas as questões técnicas lhe permitem, notadamente pela ação dos seus inspetores gerais, exercer a sua influência sobre o conjunto de serviços de arquivo do país. A *Direction* [DAF] constitui, assim, o coração de uma rede que obedece às mesmas regras de tratamento e difusão de arquivos, mesmo quando serviços, como os

38 O Decreto de 23 de fevereiro de 1897 cria a *Direction des Archives*, que nasce da fusão dos *Archives nationales* e do *Bureau des Archives* (que passara a ter tutela dos *Archives départementales, communales et hospitalières*) do *Ministère de l'Intérieur*, dentro do *Ministère de l'Instruction Publique*. Em 1936, torna-se *Direction des Archives de France*, que, a partir de 1982 tem a sua missão reduzida ao controle científico e técnico, mediante a descentralização da gestão dos arquivos departamentais aos conselhos gerais (BÉCHU, 2008). Desde 1959, data da criação do *Ministère des Affaires Culturelles*, de André Malraux, passa a ser uma das direções e, depois, em 2010, um dos serviços do *Ministère de la Culture* (ARCHIVES DE FRANCE, 2018a).

39 André Malraux (1901-1976), escritor e homem político, foi ministro de Estado encarregado de negócios culturais (1959-1969) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

das Relações Exteriores ou da Defesa, não dependem diretamente dela (BABELON, 2008, p. 83, tradução nossa).

Os anos 1960 assistem à criação de mais um prédio dos *Archives nationales*, em Fontainebleau (1969), assim como a de seções de arquivos privados, econômicos e associativos, em Paris (BABELON, 2008). Em 2013, é inaugurado o prédio de *Pierrefitte-sur-Seine*<sup>40</sup>, compondo os serviços arquivísticos de competência nacional, juntamente das instalações do centro de Paris, de Fontainebleau, dos *Archives nationales d'Outre-Mer* (ANOM), em Aix-en-Provence, e dos *Archives nationales du Monde du Travail* (ANMT), em Roubaix.

Os *Archives nationales* também marcam o percurso da Arquivologia francesa com a formação continuada de arquivistas, a partir do *stage technique international d'archives* (STIA), criado em 1951, passando a oferecer formação em Arquivoeconomia (serviço de arquivos), na década de 1970 (DELMAS, 1968).

O embrião do STIA foi uma atividade dos alunos da *École d'Administration* (Paris), organizada por Charles Braibant em 1951, que, segundo ele, “impôs aos nossos futuros diplomatas, aos futuros diretores das nossas administrações centrais, aos nossos futuros prefeitos (o que é essencial), respeito pelo trabalho dos nossos arquivistas, etc.” (BRAIBANT, 1949, p. 9, tradução nossa). Em decorrência da experiência, Braibant cria o STIA no ano seguinte, sob as três perspectivas, lembradas por Defrance (2000, p. 7): confrontar as experiências e os métodos de cada país, criando um “laboratório de trocas”; aproveitar os intercâmbios para obter financiamento público, considerando o crescimento dos custos a partir do primeiro congresso do ICA em Paris, 1950, do qual houve participantes de 35 países; desenvolver um consenso acerca dos elos a serem estabelecidos entre a administração pública e o ensino. Ermisse e Martinez ainda lembram que o STIA delineou-se como

[...] um estágio de aplicação para os estudantes da *École des chartes* e para os arquivistas estrangeiros, que tinha por objetivo ajudar os arquivistas de todos os continentes a reconstituir o patrimônio escrito, particularmente aquele afetado durante a Segunda Guerra Mundial (ERMISSE; MARTINEZ, 2006, p. 96, tradução nossa).

40 Informações disponíveis em: <http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/histoire-de-l-institution>. Acesso em: 14 out. 2015.

**Charles Braibant (1889-1976)**

Fonte: *The U.S. National Archives* (2020a).

Arquivista-paleógrafo (1914), medievalista, romancista, chefe do *Service des archives et bibliothèques de la Marine* (1919-1944), inspetor geral de bibliotecas (1944) e diretor dos *Archives de France* (1948-1959). Incansável e perseverante, em sua gestão estabelece parcerias profícuas, realiza uma profunda modernização na instituição, organiza a administração central dos *Archives*, cria serviços administrativos na instituição (de pessoal, de contabilidade e técnico, voltado às questões científicas e arquivísticas). Atento aos avanços técnicos e tecnológicos, cria o serviço de fotografia, realiza a microfilmagem sistemática de fundos mais prestigiados e promove a restauração de documentos pela laminação.

Braibant defendia um duplo papel dos arquivos, como “*grenier de l’histoire et d’arsenal de l’administration*” (sótão da História e arsenal da Administração, em tradução livre). Nessa abordagem, envia os primeiros conservadores *en mission* aos ministérios, com o propósito de auxiliar as administrações centrais a organizar seus arquivos intermediários e o recolhimento de documentos aos *Archives nationales*, em um novo depósito, construído a partir das suas recomendações, que se estendem aos arquivos departamentais.

Interessado em trabalhos científicos, promove a publicação de uma série de instrumentos de pesquisa. Consciente da importância da cooperação internacional, soma esforços aos de Charles Samaran (diretor geral dos *Archives de France* entre 1941 e 1948) para a criação do *International Council on Archives* (ICA). Acolhe o I° *Congrès international des Archives*, em Paris (1950); cria um estágio anual de três meses (1951), que depois é transformado no STIA e obtém o título de *directeur général des Archives de France* (1951). Preside o ICA até 1954, cria a revista *Archivum* e a *Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives* (CITRA), no mesmo ano.

Além disso, milita a favor da paz e funda, em 1926, a *Société Française des amitiés internationales* e a *Fédération des amitiés internationales*, voltada à parceria franco-alemã.

Aposenta-se em 1959, mas continua desempenhando seu papel junto ao ICA. Torna-se membro do *Conseil de l’ordre des Palmes académiques* e do *Conseil de l’ordre des Arts et des lettres* (DELMAS, 2008; BÉCHU, 2008; BÉCHU *et al.*, 2008; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).



Concebido como um “laboratório de trocas” pelo seu primeiro organizador, o STIA dedicar-se-ia à formação de arquivistas de diversos países, bem como de campo de intercâmbio de experiências entre profissionais qualificados (BAUTIEUR *apud* ERMISSE; MARTINEZ, 2006, p. 96-97), pelo *Ministère de la culture*. Consagrado internacionalmente 40 anos depois de constituído (1991), segundo os autores, com a criação da *École nationale du Patrimoine* – escola de aplicação para os arquivistas franceses –, o STIA caracteriza-se por tais intercâmbios, debates e informações, ao contemplar conferências, visitas técnicas a instituições (arquivos, museus, dentre outras) de outras regiões francesas, atividades práticas e viagens de estudos<sup>41</sup>. A partir deste ano (2021), o estágio passou a ser organizado pelo *Institut nationale du patrimoine* (INP), em parceria com os *Archives nationales* (MINISTÈRE DE LA CULTURE, 2021). Desde a sua primeira versão, em 1951, 62 brasileiros participaram do estágio<sup>42</sup>.

Aqui, vale a pena um relato pessoal acerca da minha participação no STIA em 2019, composto de duas partes. A primeira, à distância, iniciada dois meses antes das atividades presenciais, com um curso de 164 horas oferecido pela *Université Paris 8*, divididas entre teoria e avaliação do conhecimento. A segunda parte, presencial, ocorreu em Paris, durante cinco semanas. As atividades reuniram 37 estagiários, de 26 nacionalidades. Do Brasil, eu fui a única participante, com o apoio financeiro do *Institut Français du Brésil (Ambassade de France)* e da *Direction générale des patrimoines du Ministère de la culture*. Pude participar de atividades práticas e teóricas conduzidas por 70 instrutores, de diversas instituições francesas. O conteúdo cobriu praticamente todos os temas de um curso de formação de arquivistas, desde os fundamentos e conceitos básicos da Arquivologia até a gestão e a conservação de documentos digitais. As atividades foram realizadas em diversas instituições: nos *Archives nationales*, em Paris e em Pierrefitte-sur-Seine; nos *Archives diplomatiques*, em *La Courneuve*; na ENC, em Paris; no *Service historique de la Défense*, no *château de Vincennes* e na *Bibliothèque nationale de France*, também em Paris. Houve, ainda, uma viagem de estudos a Lyon, onde visitamos os *Archives du département du Rhône et de la métropole*, os *Archives municipales* e o *Musée D'Histoire de Lyon (Musée Gadagne)*. Assim, pudemos conhecer diferentes instala-

41 Disponível em: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/action-internationale/formations/>. Acesso em: 04 jan. 2018.

42 Agradeço Jean-Pierre Defrance, responsável pela organização do STIA entre 2010 e 2019, por gentilmente me receber em duas ocasiões, nos *Archives nationales* (Paris), nos dias 19 de junho de 2015 e 19 de abril de 2019, pelo compartilhamento de informações importantes para a compreensão dos programas de formação internacional dos *Archives de France*, especialmente sobre os participantes do estágio.

ções, serviços, fundos e coleções. Considerando a minha formação de arquivista e a minha atuação como professora pesquisadora, foi uma experiência que trouxe um rico aprendizado teórico, prático, didático e pedagógico, bem como a atualização das minhas pesquisas sobre as contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia no Brasil.

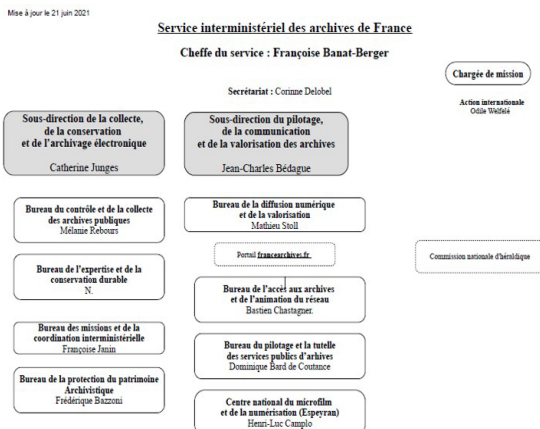
Ainda no âmbito dos estágios internacionais, o MCC, por meio da DAF, passa a oferecer a profissionais estrangeiros, a partir de 2001, o *programme courants*, que consiste em estágios correntes, voltados para as teorias e práticas arquivísticas (ERMISSE; MARTINEZ, 2006). Em uma perspectiva temática, o programa foi dedicado às tecnologias de informação e comunicação nos arquivos, para ser desenvolvido em duas semanas (MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION, 2003).

Esses estágios seriam, depois, substituídos pela *Conférence internationale supérieure d'archivistique* (CISA), a partir de 2012. Semelhantemente ao programa que a precedeu, a CISA propõe, aos seus participantes, temas que lhes permitam intercâmbios sobre assuntos concretos: a partir de abordagens reflexivas e comparativas, entre instituições e práticas nacionais, “[...] ela é identificada como um ativo para compartilhar a metodologia e incentivar o desenvolvimento de novas soluções em modo colaborativo” (MINISTÈRE DE LA CULTURE, 2020, tradução nossa).

### 3.2 A organização dos arquivos na França hoje

A rede de arquivos públicos na França atualmente compõe o *Service Interministériel des Archives de France* (SIAF), responsável pelo controle científico e técnico dos documentos públicos conservados em diversas instituições.

Figura 2: Organograma do SIAF.



Fonte: France Archives (2021).

Os *Archives nationales* – dos quais somente as instalações de Paris e Pierrefitte-sur-Seine estão funcionando atualmente – estão na escala nacional do SIAF, juntamente dos *Archives nationales d'outre-Mer* (Aix-en-Provence) e dos *Archives nationales du Monde du Travail* (Roubaix). Enquanto os primeiros são responsáveis pelos arquivos centrais do Estado e dos seus agentes; os segundos dão conta dos arquivos dos ministérios encarregados das antigas colônias francesas e daqueles transferidos dessas colônias e da Argélia, quando das suas independências, de 1954 a 1962, e os terceiros abarcam os arquivos das empresas, bancos, sindicatos e associações.

Na esfera dos serviços territoriais, as próprias autoridades preservam e difundem seus arquivos, de acordo com o Código do Patrimônio (FRANCE, 2021). Eles podem, sob certas condições regidas por lei, confiar esta tarefa ao serviço de arquivo de outra autoridade territorial. Os arquivos departamentais cobrem e gerenciam os serviços descentralizados do Estado, na sua jurisdição (território departamental, comunas com menos de 2.000 habitantes e os arquivos privados). Os serviços comunais e intercomunais, por sua vez, são de responsabilidade das comunas, que cooperam com a conservação e o depósito dos seus arquivos mais antigos, no âmbito dos arquivos departamentais. Ainda há os serviços regionais de arquivos, que devem dar conta do tratamento e da comunicação dos seus documentos junto ao serviço de arquivos do departamento em que se encontrem.

Em outra esfera, o *Ministère de l'Europe et des affaires étrangères* – criado em 1945, correspondente aos *Archives diplomatiques* – tem uma direção de arquivos (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991), assim como o *Ministère des armées*, uma direção do patrimônio, da memória e dos arquivos. O *Service historique de la défense* (SHD) extrapola essa jurisdição, uma vez que tem competência nacional (GOUVERNEMENT [FRANCE], 2020).

Por fim, os arquivos privados são de responsabilidade de seus proprietários. Entretanto, se forem reconhecidos como de interesse histórico, podem ser classificados como arquivos históricos ou adquiridos por um serviço de arquivo público quando são colocados à venda.

### **3.3 École nationale des chartes, formação de arquivistas-paleógrafos**

Fundada por Joseph Marie de Gérando (1772-1842)<sup>43</sup>, em 22 de fevereiro de 1821, em Paris, a *École des chartes*<sup>44</sup> começa a funcionar no contexto que prece-

43 Gérando foi professor de Filosofia no *Lycée de Paris*, membro da *Société philosophique* e do conselho dos *Cinq-Cents*. Ouvidor no *Conseil d'État*, foi, também, membro da *Académie des sciences morales et politiques* (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

44 Segundo Babelon (2008), duas ordens se complementam para a criação da ENC (de 22 de

de o Romantismo literário e político – no qual o trabalho histórico se apoia nos documentos de arquivo (BAUTIER, 1968) – para formar arquivistas-paleógrafos. É inspirada na vontade de formar especialistas na leitura de escrituras antigas (BABELON, 2008).

Formação de erudição pura ou quase pura é oferecida pela ENC (BRAIBANT, 1949), vinculada ao *Cabinet des chartes*, instituição, por sua vez, criada por Jacob-Nicolas Moreau, e que deveria centralizar os documentos dispersos nos diversos arquivos do reino, além de copiar todos os documentos que interessassem à história da França, para formar uma coleção na *Bibliothèque royale* (LANGLOIS; STEIN, 1891; LANGLOIS, 1895; DELMAS, 2006).

### Jacob-Nicolas Moreau (1717-1804)



Fonte: <https://maria-antonia.forumactif.com/t41257-31-juillet-1764-jacob-nicolas-moreau>. Acesso em: 8 jul. 2021.

Antigo conselheiro da *Cour des aides de Provence*, o advogado Moreau tornou-se historiógrafo da França, encarregado da guarda de cartas. Foi, também, bibliotecário quando Marie-Antoinette foi rainha consorte da França e Navarra, de Louis XVI. Como publicitário a serviço dos *Affaires étrangères*, assumiu o cargo de controlador geral de finanças, ao constituir um depósito central de documentação administrativa, a *Bibliothèque des finances* (1759).

Três anos depois, se encarregou de um depósito de Direito Público e de História, o *Dépôt* ou *Cabinet des chartes*, cujo objetivo era reunir duplicatas de inventários dos arquivos reais, além de cópias dos monumentos que o rei havia pesquisado e coletado nas cartas das igrejas e de particulares. Ele mobilizou a administração monárquica, os colaboradores e beneditinos para diagnosticar a situação dos fundos mais interessantes e pesquisar, nos fundos eclesiásticos, documentos interessantes para se analisar ou copiar. Em 1788, chegou-se a mais de 50.000 documentos provenientes de 350 depósitos diferentes, com um inventário de 41.000 peças. Ele então publicou a coleção Moreau, reunida na *Bibliothèque du roi*, em 1790, também conhecida como “*Cabinet des chartes*” e “*Dépôt de législation et d’histoire*” (BRUNTERC’H; PONCET, 2008; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

fevereiro e 11 de novembro de 1821).

Vinculada, portanto, à biblioteca, a ENC tem sua história marcada por duas tradições: a conservação empírica de documentos; e a política documental de seleção, recolhimento e divulgação de documentos históricos, contemplados como monumentos. Em 1847, a escola se desvincula da *Bibliothèque royale* e se instala nos *Archives royales*, rompendo a política com o *Cabinet des chartes* que a abrigara por mais de duas décadas (DELMAS, 2006).

Por sua vez, a Diplomática que estivera recôndita, reaparece juntamente da Paleografia, e a obra de Natalis de Wailly (1838), *Éléments de Paléographie*, simboliza esse movimento. Designado por François Guizot para realizar a empreitada, Wailly a denomina como “um novo tratado de Diplomática”, com mais de mil páginas.

### Natalis de Wailly (1805-1886)



Fonte: *Archeologie Culture* (2021).

Joseph-Noël de Wailly, conhecido como Natalis de Wailly, era advogado (1827), arquivista-paleógrafo, literário e arqueólogo. Exerceu o cargo de conservador de manuscritos na *Bibliothèque nationale*, em Paris. Discípulo de François Guizot, foi por ele nomeado chefe de gabinete no *Ministère de l'Intérieur*. Na seção dos arquivos contemporâneos da época, Wailly propôs ajustes no plano de classificação elaborado por Daunou, em 1809, recomendando a subdivisão da série F, dos arquivos do referido ministério, concernentes à administração da França, em subséries definidas pelo assunto principal que retratasse a ação administrativa executada.

Assim, ele estabelece uma classificação temática, quebrando deliberadamente a unidade dos depósitos, sem respeitar a origem dos documentos da mesma divisão ou uma mesma seção do ministério. Seu espírito, metódico e pragmático, procurou antecipar as reorganizações internas e frequentes da administração, agrupando os arquivos de acordo com as principais funções permanentes atribuídas ao *Ministère de l'intérieur*. Sua abordagem, que a princípio parece tão distante do respeito aos fundos que lhe é geralmente atribuída a paternidade, foi na verdade o primeiro passo de uma pesquisa de tentativa e erro que

levaria ao princípio fundador da Arquivologia: ao se concentrar nas funções da administração e não nos assuntos tratados nos documentos e ao limitar esta reorganização aos arquivos das administrações dependentes do *Ministère de l'intérieur*, ele já previa o vínculo orgânico que necessariamente une um conjunto de documentos com seus produtores (BÉCHU, 2008, p. 110, tradução nossa).

Em 1841, Tanneguy Duchatël – antigo colaborador do jornal *Globe*, a exemplo de Wailly e Guizot, que se tornou *ministre de l'Intérieur* – encomendou a Wailly, a redação de uma instrução para a classificação dos arquivos departamentais. Nela, aparece, pela primeira vez, a noção do princípio de respeito aos fundos, como “[...] reunir os vários documentos por fundos, ou seja, formar uma coleção de todos os títulos que provêm de um órgão, de uma instituição, de uma família ou de um indivíduo” (BÉCHU, 2008, p. 110, tradução nossa). O autor explica que, a partir da circular, o princípio supramencionado passou a ser creditado a Wailly. Entretanto, uma vez definido o fundo, ele defendia a classificação do tipo documental por assunto.

Como chefe da seção histórica dos *Archives nationales*, permaneceu no cargo por apenas dois anos. Passou à chefia do *Département des manuscrits* da *Bibliothèque impériale*, onde implementou uma classificação biblioteconômica, de acordo com o idioma das obras e não mais por fundos. Em 1841, se tornou membro da *Académie des inscriptions et belles lettres* (BÉCHU, 2008; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

### François Guizot (1787-1874)



Fonte: *Académie française* (2021).

Historiador e homem público, Guizot foi professor na *Sorbonne*, membro do Parlamento e, depois, da Constituinte (1848). Seu papel político terminou com o advento do Império, que passou a combater veementemente (ACADÉMIE DE FRANCE, 2021). Em 1833, fundou a *Société d'histoire de France* (BÉCHU, 2008).

Foi *ministre de l'Intérieur* (1830), da *Instruction publique* (1832-1837) e dos *Affaires étrangères* (1840-1847). Quando no *Ministère de la Instruction Publique*, foi chefe do gabinete e expediu ordens acerca do arranjo dos documentos públicos provinciais, em 1839 (SCHELLENBERG, 1980).

Tornou-se membro da *Académie française* (1836), embaixador em Londres (1840) e presidente do *Conseil de ministres*, entre 1847-1848 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021). Guizot foi nomeado *grand-croix* da *Légion d'honneur* (ACADÉMIE DE FRANCE, 2021).

Nesse cenário, o documento é relacionado ao arquivo, na sua erudição histórica, e o interesse pelo documento individual ou pelo conjunto documental define o novo objeto de estudo, o *fonds*: “conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, que permite a uma pessoa exercer as suas atividades” (DELMAS, 2006, p. 8, tradução nossa). Para o autor, a ruptura intelectual da Arquivologia com a Diplomática dá-se com a passagem do documento isolado ao fundo: “Com o fundo de arquivo, identificamos um novo objeto sobre o qual vai se determinar o método de tratamento dos arquivistas, se renovar as críticas e a pesquisa histórica” (DELMAS, 2006, p. 8, tradução nossa). A distinção entre fundo de arquivo e coleção de biblioteca vai ao encontro do princípio geral de arranjo dos documentos de arquivo, por meio do princípio de Respeito aos Fundos, “isto é, o respeito pela natureza orgânica deste conjunto, tal como ele foi constituído” (DELMAS, 2006, p. 9, tradução nossa), conforme normatiza o Estado francês.

Entre 1839 e 1844 são publicadas instruções quanto à coleta, à triagem, à classificação, ao inventário e à conservação de documentos para os arquivos departamentais e comunais (DELMAS, 2006). Como regras do Estado, essas instruções teriam repercussão na teoria arquivística. É nessa época que Natalis de Wailly, responsável pelos arquivos departamentais do *Ministère de l'Intérieur* anuncia, em 24 de abril de 1841, a declaração do que seria reconhecido mais tarde como princípio de Respeito aos Fundos – apropriado pelos alemães como princípio da Proveniência, no final do século XIX (MELO, 2021) – para a classificação e o arranjo de documentos, em um documento intitulado “*Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*” (DUCHATÊL, 1841).

Na segunda metade do século XIX, a orientação em favor da história nacional se acentua, culminando no interesse pelos arquivos da Idade Média e, conseqüentemente, no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa. A Arquivologia se apoia, então, em dois eixos: 1) descritivo como “ciência auxiliar da História”, voltada para a identificação, a classificação e o inventário de fontes; e 2) de gestão dedicada à administração dos serviços de arquivo (especialmente os arquivos departamentais), tidos como “laboratórios da História”, a serviço da História Positivista (DELMAS, 2006).

Segundo Delmas, ainda, o primeiro estudioso que teoriza e define a Arquivologia é Charles-Victor Langlois, em um artigo publicado no primeiro número da *Revue Internationale des Archives, des Bibliothèques et des Musées*, publicação

que reconhece uma ciência de arquivos, uma ciência de bibliotecas e uma ciência de museus, especificamente auxiliares de outras ciências. Inicialmente, Langlois apresenta uma definição de “arquivo”, como “o depósito de títulos e documentos autênticos de toda espécie que interessem a um Estado, uma província, uma cidade, uma instituição pública ou privada, uma empresa, um indivíduo” (LANGLOIS, 1895, p. 7, tradução nossa). A *Science des Archives* (Ciência dos Arquivos), título do seu artigo, no que lhe concerne, “trata da economia, da organização teórica, descritiva e comparativa e da história dos depósitos de arquivos, que lista esses depósitos e que divulga os repertórios” (LANGLOIS, 1895, p. 7-8, tradução nossa). Contudo, depois de mencionar manuais, repertórios de arquivos e revistas de diversos países, o professor assinala a imaturidade da ciência e de suas práticas.

### Charles-Victor Langlois (1863-1929)



Fonte: Babelio (2021b).

Formado em História e Direito (*Sorbonne*, 1883), Langlois tornou-se arquivista-paleógrafo (ENC, 1884). Concluiu seu doutorado em Letras (1887) e ministrou aulas de Letras nas Universidades de Douai e Montpellier. Depois, na *Sorbonne*, ensinou Ciências Auxiliares da História, História da Idade Média, Paleografia, Bibliografia Histórica, Cronologia e Diplomática. Dentre as suas contribuições para os estudos históricos, destaca-se a sua defesa de que estes deveriam ser fundamentados nas provas fornecidas pelos documentos de arquivo, conforme uma metologia positivista (DELMAS, 2008).

Precursor na definição da “*Science des Archives*”, ele a concebe sob a tríade da história dos fundos, da bibliografia dos instrumentos de pesquisa e da arquivoeconomia. Funda e dirige a *Revue Internationale des Archives, des Bibliothèques et des Musées* (1895-1896) (DELMAS, 2008).

Foi diretor dos *Archives nationales* (1913-1929). No cenário da Primeira Guerra Mundial, empreende esforços para a salvaguarda das coleções do museu, dá continuidade às atividades científicas e à elaboração de instrumentos de pesquisa na instituição. Viaja para a Alsácia, em missão, para estudar a situação dos arquivos (1919). Na modernização das administrações departamentais, que integra os arquivos departamentais à administração central do Estado, ele participa, em 1921, da regulamentação para tal, codificando e



atualizando a legislação a respeito. Depois da Guerra, estabele o recolhimento regular de documentos aos *Archives nationales*. Delmas (2008, p. 334, tradução nossa) lembra que “É também um período importante para a entrada de arquivos privados por doação, depósito ou compra”. Leva, à votação, a Lei de 14 de março de 1928, que obriga os cartórios do país a depositarem as minutas de mais de 125 anos, nos serviços de arquivos públicos. Cria o *Minutier central des notaires parisiens* para acolher os arquivos notariais, o que demanda o arranjo contínuo dos documentos, a criação de uma nova subsérie para abrigar fundos diversos que não se vinculassem à série ministerial, além da triagem, reclassificação, descrição e elaboração de novos instrumentos de pesquisa.

Preocupado com a história dos fundos, nas suas obras sobre o inventário sumário dos documentos recolhidos aos *Archives nationales*, na introdução de cada subsérie, ele apresenta a formação destas em relação à história dos serviços produtores e dos sucessores, bem como a sua classificação e os instrumentos de pesquisa que as descrevem. Da sua antiga parceria com Charles Seignobos – historiador e professor na *Faculté des lettres de Paris*, que viveu entre 1854 e 1942 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021) –, Langlois consolida as suas ideias com a implementação de um programa científico na instituição, publicando obras que contemplavam informações sobre a situação de custódia sucessiva dos fundos (DELMAS, 2008).

Tornou-se membro do *Institut, Académie des inscriptions et belles-lettres* (1917), vice-presidente da seção de História e Filologia do *Comité des travaux historiques et scientifiques*, presidente da *Société de l'histoire de France* (1922) e presidente da *Société de l'ENC* (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

Generosa e gentilmente, Delmas assim resume as contribuições de Charles-Victor Langlois para a História e a Arquivologia:

Dotado de um raro poder de trabalho, de 1888 até sua morte, em 1929, ou seja, em quarenta anos, ele conseguiu, ao lado de uma inegável obra histórica, combinar uma visão científica da História e dos arquivos. Ele deixou uma obra metodológica considerável, fundada no campo das ciências históricas com a História positivista, da qual foi um dos progenitores, e no da ciência arquivística que ele teorizou e para a qual produziu os principais instrumentos metodológicos (DELMAS, 2008, p. 334-335, tradução nossa).

Esse trabalho retoma, portanto, o inventário dos estabelecimentos onde os arquivos da França eram conservados, em território nacional ou estrangeiro, feito, alguns anos antes, por Langlois com Henri Stein (LANGLOIS; STEIN, 1891), por sua vez, inspirados nas ideias de Moreau, consubstanciadas no *Cabinet des chartes*. Os

arquivos compreendiam “a coleção de todos os documentos dos arquivos relativos à história da França, ou seja, documentos oficiais de toda espécie: cartas, contas, enquetes, etc., e as correspondências públicas ou privadas” (LANGLOIS; STEIN, 1891, p. 10, tradução nossa). Para Delmas (2006, p. 11), embora o princípio de Respeito aos Fundos tenha baseado a descrição empreendida por esses estudiosos, ainda não havia uma “teoria de fundos”. O que existia eram, apenas, diversidade e discrepância metodológica.

### Henri Stein (1862-1940)

Historiador e arquivista-paleógrafo (1885), foi conservador da *Section moderne aux Archives nationales* e ministrou palestras na ENC. Teve seu trabalho reconhecido, ao ser indicado para assumir uma das seções dos *Archives nationales*, como um homem célebre, com influência e notório reconhecimento em sua área (DELMAS, 2008).

Também foi diretor do *Bibliographe moderne*. Tornou-se membro da AAF e da *Société de l'École des chartes*. Presidiu a *Société de l'histoire de France* e a *Société des bibliophiles français* (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

De acordo com o autor, no final do século XIX, a Arquivologia desdobra-se em três eixos: história dos depósitos dos arquivos, arquivoeconomia e descrição, caracterizando-se como uma ciência descritiva dos arquivos. Desta maneira, a obra de Langlois e Stein (1891) teria delineado a *archivéconomie française* (arquivoeconomia francesa) nas perspectivas descritiva e documentária (DELMAS, 2006).

Sobre os conservadores formados pela ENC, eles sempre foram recrutados pelos arquivos públicos. A partir de um decreto de 1850, passam a ter postos reservados como arquivistas dos *départements* (departamentos) e, depois, com um decreto de 1887, como *conservateurs d'archives aux Archives nationales* (conservadores de arquivos no Arquivo Nacional).

A ENC passa a se dedicar à formação mais dirigida para o ensino da História e da Arquivologia descritiva, a partir de Langlois e Stein, nos anos 1970. Bautier, então professor de Diplomática, é o responsável pelo reagrupamento e pela redistribuição das disciplinas *Archivistique*, *Diplomatique* e *Histoire des Institutions*, conforme um recorte cronológico. Para Delmas (2006, p. 20-21), a reforma disciplinar é considerável, pois representa o refazimento de disciplinas tradicionais em três novas cadeiras (*Diplomatique Médiévale*, *Histoire des Institutions de l'Époque Moderne* e *Archivistique Contemporaine*), afirmando a Arquivologia como ciência, em três eixos, por ele denominados de: a) *archivistique descriptive* (desde o século XIX, desenvolve-se com as normas de descrição e com os instrumentos de pesquisa); b)

*archivistique fonctionnelle* (que comporta métodos e técnicas que buscam responder às necessidades do presente no melhor custo e com eficácia, sem comprometer o que está por vir, como uma *archiveconomie renouvelée* (DELMAS, 2006, p. 24); c) *archivistique fondamentale* (cujo debate se dá em torno do *corpus* científico e do fundo de arquivo, aprofundando o conhecimento diplomático dos arquivos e elaborando modelos teóricos de tratamento de fundos). Os dois últimos eixos, delineados no século XX e somados ao primeiro, configurariam a Arquivologia atual, independente da CI.

Desde 1991, o diploma de *archiviste-paléographe* já não é suficiente para ser arquivista: a passagem por uma nova instituição, a *École nationale du patrimoine* – agora *Institut nationale du patrimoine* (INP) – é obrigatória: os admitidos no exame do INP devem passar 18 meses no instituto para obter o título de *conservateurs du patrimoine* (conservadores do patrimônio) e serão designados a um serviço de arquivo (*Archives nationales, départementales, Affaires étrangères, Défense, Finances*) (BABELON, 2008; INSTITUT NATIONALE DU PATRIMOINE, 2020). Semelhantemente, a *École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques* (ENSSIB) diploma o *conservateur des bibliothèques* e a *École du Louvre*, o *conservateur du patrimoine*.

Nougaret (2007) afirma que uma renovação regular vem sendo procurada pela instituição na formação de arquivistas. Para ela, a primeira razão da ENC é a formação nos *métiers de la conservation*, os quais preveem o desempenho dos profissionais em bibliotecas, museus, monumentos históricos e arquivos, tanto do setor público quanto do privado. Ainda há possibilidades de carreira no ensino superior e na pesquisa, além de empregos na alta administração.

Essa diversificação de oportunidades tornou-se imperativa para a *École* com as sucessivas violações do monopólio chartista, a partir da década de 1990. Se a *École* perdeu a exclusividade da formação em Arquivologia desde 1976, com o surgimento de um curso universitário em Mulhouse, logo seguido por outros em Lyon e Angers, ela manteve até 1990 o monopólio da formação dos arquivistas do Estado, com postos nos *Archives nationales*, assim como nos *Archives départementales*, a descentralização não questionou o emprego de arquivistas estatais nos últimos anos. (NOUGARET, 2007, p. 24, tradução nossa).

Nos dias atuais, a ENC forma arquivistas, mas não somente, como demonstra esta pesquisadora. A instituição oferece o curso para a formação de arquivistas-paléógrafos (três anos) e o mestrado com duração de dois anos.

Confrontada com a constrição de sua abordagem voltada para os arquivos tradicionais, a *École des chartes* diversificou a gama de formações oferecida aos arquivistas-paleógrafos para torná-los mais adaptáveis a um mercado de trabalho competitivo. [...] A criação, em 2006, de um mestrado “*Nouvelles technologies appliquées à l’Histoire*”, combinando erudição e Ciências da Informação, completou o sistema (NOUGARET, 2007, p. 26, tradução e grifos nossos).

Por conseguinte, a pesquisadora explica que a ENC oferece estudos em Arquivologia a todos os estudantes, ainda que não se formem como arquivistas: todos têm acesso a um método histórico e à crítica de fontes documentais para, como futuros *conservateurs du patrimoine*, estejam aptos a coletar, conservar e difundir diferentes tipos de documentos legados pelo passado.

### 3.4. Outras formações em Arquivologia para além da ENC

Na França há outros cursos para a formação de arquivistas além daqueles oferecidos pela ENC, nas modalidades: profissional, especialização, mestrado e doutorado, em geral como habilitação dentro de outros cursos (ARCHIVES DE FRANCE, 2018b).

A *licence* equivale à graduação no Brasil e tem um cunho profissional. Existem dois cursos: um oferecido pela *Université d’Angers*, o “*Métiers de l’Information: archives, médiation et patrimoine*”<sup>45</sup>, e outro pela *Université de Lille*, denominado “*Chargé de valorisation de ressources documentaires*», curso «*Gestion des systèmes d’Archivage*”<sup>46</sup>. Há, também, um curso de diploma universitário, “*Archives et métiers des Archives*”, oferecido pela *Université de Poitiers*, dedicado à formação geral sobre os arquivos e o trabalho do arquivista.<sup>47</sup>

Os mestrados complementam a formação profissional e contêm diversas linhas voltadas aos arquivos. Existem 12 cursos direcionados e quatro relacionados aos arquivos (apêndice A). Doutorados são proporcionados pela *École Doctorale des Pays-de-Loire*, ligada à *Université d’Angers* (*Formation doctorale en archivistique et*

45 Informações disponíveis em: <http://formations.univ-angers.fr/fr/offre-de-formation/licence-professionnelle-LICP/sciences-humaines-et-sociales-03/licence-pro-metiers-de-l-information-archives-mediation-et-patrimoine-IZ5A8JIC.html#programContent3f33c75a-b7d6-4021-b3d2-d77179b215a5-1>. Acesso em: 25 mar. 2020.

46 Informações disponíveis em: <https://reseau.intercariforef.org/formations/certification-50105.html>. Acesso em: 9 abr. 2020.

47 Informações disponíveis em: <http://sha.univ-poitiers.fr/dpt-histoire/enseignements-et-formations/le-diplome-duniversite-archives-et-metiers-des-archives/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

*gestion des documents d'activité*)<sup>48</sup> e pela ENC, em convênio com a *Université Paris 5 (Formation doctorale dans le cadre de l'école doctorale d'histoire)*<sup>49</sup>.

Para a formação dos *conservateurs du patrimoine*, há o *diplôme d'archiviste paléographe*, da ENC, e a formação complementar no INP, como mencionado na seção anterior.

### 3.5. *Association des archivistes français* e suas repercussões

Criada como *Association amicale et professionnelle des archivistes français* (AAPAF), em 1904, a atual *Association des archivistes français* (AAF) ocupar-se-ia de todos os tópicos técnicos e científicos concernentes à profissão do arquivista (NOUGARET, 2006).

Para a pesquisadora, a realização mais emblemática da AAF é a revista *La Gazette des archives*, de 1933. Seus primeiros números são dedicados a assuntos administrativos da associação. A partir de 1934, a dimensão corporativa da instituição ganha relevo na revista. Complementarmente, relatórios bibliográficos da produção arquivística/histórica e de obras sobre arquivos franceses/estrangeiros aparecem no primeiro período da publicação que vai até 1939, em razão da Segunda Guerra Mundial. A AAF tem suas atividades suspensas no ano seguinte, em 1940, para retomá-las somente seis anos depois. Em cooperação com os *Archives nationales*, a AAF volta a publicar a revista, em 1947, cujo conteúdo compreendia: editorial do presidente, crônica administrativa, ata das assembleias gerais e das reuniões regionais, artigos e notas (temas técnicos e científicos), bibliografia de instrumentos de pesquisa e crônica. A revista servia, em tal contexto, mais como órgão de difusão da política da *Direction des archives* do que como defesa dos interesses profissionais (NOUGARET, 2006).

A partir de 1949, quando Braibant assume a direção dos *Archives de France* e cria o *Congrès internationale des archives* (1951), os arquivistas passam a participar mais ativamente das assembleias gerais da associação e as atas do evento são publicadas no periódico. Até 1970, as assembleias gerais e as respostas da direção dos *Archives de France* são, também, publicadas. Com a gestão de Guy Duboscq (1949-1952), a AAF passa a adotar um tema de estudo anual, escolhido pela assembleia, cuja metodologia consistiu, por 25 anos, na elaboração de um questionário enviado às regiões, no estudo da questão proposta pelos grupos regionais, assim como na sua discussão em assembleia, na publicação do questionário, dos relatórios das reu-

48 Informações disponíveis em: <https://alma.hypotheses.org/955>. Acesso em: 25 mar. 2020.

49 Informações disponíveis em: <<http://www.chartes.psl.eu/fr/cursus/doctorat>>. Acesso em 25 mar 2020.

niões e do relatório final. Ainda que houvesse cooperação entre a AAF e a *Direction des archives*, cada instituição mantinha independência na escolha dos assuntos estudados. Quanto à profissão, ela era discutida nas reuniões, mas não teorizada nas publicações (NOUGARET, 2006).

### Guy Duboscq (1909-1994)



Fonte: THE U.S. National Archives (2020b).

Guy Henri Jean Duboscq ingressou na ENC em 1929 e se formou arquivista-paleógrafo em 1933. Tornou-se arquivista do *Departement de Dordogne* (1935) e, depois, dos *Archives nationales* (1937). Arquivista adjunto (1939) e conservador adjunto na *Direction des archives de France*, no *Service des archives departementales* (1941), onde se tornou chefe em 1947 (DELMAS, 2008).

Responsável por aquele serviço, que depois se tornou serviço técnico da *Direction des archives de France*, Duboscq, juntamente de François Douset – arquivista-paleógrafo e inspetor geral honorário da instituição (1911-1991) –, estruturou o controle científico e técnico dos *Archives departementales* e *communales*. Charles Braibant apreciava o seu trabalho, nomeando-o seu adjunto em 1949 (DUCHEIN, 1995). Foi encarregado da organização do primeiro *Congrès international des Archives* (Paris, 1950). Assumiu o cargo de inspetor geral (1956-1971) e diretor geral (1971-1975) da mesma instituição, dando continuidade ao trabalho de Braibant e de André Chamson, diretor dos *Archives de France* entre 1959 e 1971 (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021). Destacou-se por sua dedicação à gestão dos arquivos intermediários das administrações centrais do Estado e do seu pré-arquivamento, segundo a proposta da teoria de três idades de Pérotin (1961). Foi responsável pela construção e organização da *Cité interministérielle des Archives* em Fontainebleu (1968) e suas relações com os *archivistes en mission* nos ministérios, desde 1962. Publicou uma pequena obra a respeito, *Organisation du pré-archivage* (1974) (DELMAS, 2008).

Preocupava-se com a carreira do pessoal e com as bases jurídicas dos *Archives*, chegando a publicar o *Code des archives* e propor uma nova lei para a instituição. Embora se considerasse mais administrador do que pesquisador, promoveu ativamente a publicação de instrumentos de pesquisa e chegou a criar o serviço de publicações da instituição. Ampliou o recolhimento dos arquivos históricos, ao defender a obrigação de depósito dos

*archives communales* nos *Archives départementales* (o que era previsto em lei desde 1924 e passou a vigorar a partir de 1947) e dos *archives centennaires* das comunas de memos de 2.000 habitantes. Reconhecia a relevância dos arquivos privados e criou a *Commission pour la sauvegarde des archives privées contemporaines* (1973). Também defendia uma política de disponibilização de documentos aos usuários e a reelaboração do *État des inventaires* de acordo com a ordem das séries e dos fundos, a partir do plano de classificação. Em 1971, Duboscq anuncia a criação de um serviço central de informática, voltado a definir um plano diretor para a introdução da informática nos serviços dos *Archives nationales*. Foi presidente do *Comité internationale pour le développement des archives* e participou da criação de um fundo internacional com esse fim. Ressaltava a importância do ICA para a profissão de arquivista, apoiou a criação da *École de bibliothécaires, archivistes et documentalistes* (EBAD), na *Université de Dakar* (1971), e a implementação de projetos pilotos da UNESCO na África (DELMAS, 2008).

Foi vice-presidente (1946-1949), presidente (1943-1952) da AAF, da *Société d'histoire religieuse de la France* (1977-1989), da *Société de l'École des chartes* (1974-1975), além de conselheiro honorário de Estado (1979) (DELMAS, 2008; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

Quando Michel Duchein – cuja trajetória e contribuições para os arquivos e a Arquivologia estão descritos no próximo capítulo – assume a edição de *La Gazette*, em 1956, os recolhimentos e as aquisições dos arquivos departamentais e, mais tarde, dos arquivos nacionais, de armas, dos serviços estrangeiros e da justiça ganham espaço no periódico, como crônicas.

Caixa de ressonância da *Direction des archives de France* e da rede de serviços de arquivos públicos, *La Gazette* não renuncia, portanto, a tornar mais claramente o órgão de debate da profissão que afirmam repetidamente seu fundador, seus presidentes ou seu editor-chefe. (NOUGARET, 2006, p. 39, tradução nossa).

Além da perspectiva profissional, enfoques mais teóricos ganham evidência na revista. Como observam Verry e Le Pottier,

Abre-se, então, após a Guerra, para os arquivos, um período de modernização e abertura à sociedade, incorporado pelos diretores gerais Charles Braibant e André Chamson. A Associação participa desse movimento, oferecendo, à *Direction des Archives*, um quadro para reflexão coletiva e disseminação do conhecimento arquivístico. Essa simbiose

permite a difusão internacional de uma “doutrina francesa de arquivos”, meticulosamente construída sobre as questões de *La Gazette des archives* e que encontra seu ápice no *Manuel d'archivistique* publicado em 1970 (VERRY; LE POTTIER *apud* NOUGARET, 2006, p. 40, tradução nossa).

Nougaret (2006) lembra que a referida publicação, pela AAF, nutre o clima de efervescência teórica. Trata-se de uma obra coletiva contendo dois textos introdutórios: o primeiro, com definições gerais e problemas jurídicos dos arquivos, de Robert-Henri Bautier; o segundo, sobre a organização e a legislação dos *Archives de France* desde o século XIX, de Guy Duboscq. Divide-se em: 1) Arquivologia geral, 2) Arquivologia especial, 3) Conservação material dos documentos e 4) Papel científico, cultural e administrativo dos arquivos (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991). Como o próprio título indica, a obra se propõe a apresentar a teoria e a prática dos arquivos públicos franceses (LA GAZETTE DES ARCHIVES, 1971).

Interessante observar no livro a perspectiva ampliada de “arquivos”, pautada na origem da Arquivologia francesa (que contemplaria o duplo papel dos arquivos, sob o crivo das administrações e o da pesquisa científica), considerando a “continuidade orgânica” dos documentos, que seria mais estudada pelos canadenses – no âmbito da Arquivística Integrada (ROUSSEAU; COUTURE, 1998) – e dos australianos – em sua proposta do *records continuum* (COSTA FILHO, 2016). Na apresentação do *Manuel d'archivistique*, Dousset, inspetor geral dos *Archives de France* e presidente da AAF (1964-1967), pondera que

Por um lado, a rápida circulação de ideias e pessoas torna as barreiras nacionais cada vez mais ilusórias e isto é verdade tanto no campo arquivístico como em todos os outros. A realização de diferentes países é imediatamente conhecida no exterior; a legislação e os regulamentos são prontamente inspirados por exemplos tirados de além das fronteiras. Os arquivistas franceses certamente não são estranhos a este grande movimento [...] Se os responsáveis pelo *Manuel* estavam ansiosos para dar a ele uma estrutura francesa, é precisamente porque estão conscientes de que a teoria e a prática arquivísticas em nosso país constituem um elemento de uma vasta rede onde todos dão e todos recebem, e que, como tal, merecem ser estudados em detalhes (DOUSSET, 1991, p. 10-11, tradução nossa).

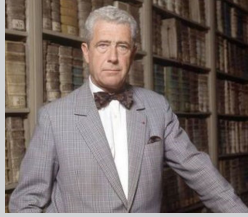
Dessa maneira, a obra teria sido concebida para cobrir uma lacuna na literatura da área, à época, ao descrever as práticas arquivísticas regulamentadas e, em certa medida, perpassadas por “uma doutrina de conjunto” (DOUSSET, 1991, p. 10,



tradução nossa): práticas e doutrina embaladas por uma vasta rede de trocas diante da internacionalização da área.

O sucesso de *La Gazette* e a publicação do *Manuel* nos anos 1970 contribuíram para sedimentar solidamente a reputação arquivística nacional e internacional da associação, a ponto de o novo presidente René Gandilhon (1970-1971) se perguntar sobre o que ainda seria possível fazer de novo no campo. Tendo conquistado suas linhas científicas, a associação está madura para a emancipação (NOUGARET, 2006, p. 40, tradução nossa).

Ainda é importante lembrar a publicação da obra *La Pratique archivistique française*, pela *Direction des archives de France*, vinte e três anos depois do *Manuel d'archivistique*, organizada por Jean Favier, então membro da DAF, com o auxílio de Danièle Neirinck, *conservateur général* encarregada do serviço técnico. Semelhantemente à primeira, esta obra se propõe a ser um manual (de uso prático) e não um tratado científico. A introdução apresenta e elucida definições de *arquivo*, *arquivistas* e *Arquivologia*. O livro está dividido em: 1) Produtores e serviços jurídicos de arquivos; a evolução da produção administrativa e da sua utilização; 2) O tratamento de arquivos; 3) Os arquivos e seus públicos; 4) A conservação (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1993). Como no primeiro manual, cabe observar que na sua segunda parte, mais especificamente no segundo capítulo – “Os arquivos contemporâneos ou a chegada do fluxo ao cotidiano” –, as autoras mostram a teoria e a prática do pré-arquivamento, considerando as três idades dos arquivos; a gestão dos arquivos correntes; os arquivos intermediários e o pré-arquivamento (PETILLAT; PRAX, 1993), assinalando elementos que transcendem os arquivos históricos, a sua guarda e conservação.

**Jean Favier (1932-2014)**

Fonte: *La Libre* (2014).

Aluno da ENC, Jean Favier torna-se arquivista-paleógrafo em 1956. No mesmo ano, é nomeado conservador dos *Archives nationales* e diretor geral dos *Archives de France* (1975-1994).

Levou a *Loi du 3 janvier 1979* à votação. A Lei de Arquivos francesa de 1979, concebida por Duboscq e preparada por Duchein, que substitui a *Loi du 7 messidor an II* – de 25 de junho de 1794 (FRANCE, 1794) –, promove uma inovação, ao definir, pela primeira vez, *archives* e *archives publiques*; o conjunto da rede de arquivos públicos, bem como as relações entre a administração de arquivos e os proprietários dos arquivos privados. Ao reduzir as restrições de acesso aos documentos públicos e promovê-lo, a Lei é regulamentada por decretos de dezembro do mesmo ano, que especificam os procedimentos para o recolhimento de documentos e criam as séries contínuas nos arquivos locais. As suas repercussões demandam recursos humanos, instalações para depósito de documentos e salas de consultas, que são paulatinamente obtidos na gestão de Favier. Ele cria o *Centre des Archives du monde du travail* em Roubaix (1993), com vistas a custodiar os fundos dos arquivos de empresas e de associações, e o *Centre d'Accueil et de Recherche des Archives nationales* (CARAN), para o acolhimento dos pesquisadores. Ele promove a atualização dos instrumentos de pesquisa dos *Archives nationales*; o desenvolvimento das atividades tradicionais, aperfeiçoadas com as novas técnicas e tecnologias, destacadamente na restauração, fotografia e microfilmagem. Os serviços educativos são ampliados, mediante exposições em Paris e nos arquivos departamentais.

Foi, ainda, membro da *École française de Rome* (1956-1958); pesquisador associado do CNRS; professor na *Faculté des lettres et sciences humaines de Rennes* (1964); mestre de conferências na *Faculté de lettres de Rouen* (1966); professor de História Econômica da Idade Média na *Université de Paris-Sorbonne* (1969); diretor do *Institut d'histoire de l'Université Paris-Sorbonne* (1971-1975) e de estudos na *École pratique des hautes études* (EPHE) (1965-1977); membro do *Comité nationale de la recherche scientifique* (1980); diretor da *Revue Historique* (1973-1997); presidente da CITRA (1979-1984); vice-presidente (1984-1988) e presidente do ICA (1988-1992); presidente do *Conseil d'administration de l'École normale supérieure* (1988-1997), da *Bibliothèque nationale de France* (1994-1997) e da *Comission*

*nationale française pour l'UNESCO* (1997); professor honorário de várias universidades (1996); presidente da *Association française pour les célébrations nationales* (1979-2008), do *Haut comité des célébrations nationales* e do *Comité d'histoire de la ville de Paris* (2008) (DELMAS, 2008; BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

Também editado pela AAF, o terceiro grande manual francês no âmbito dos arquivos e da Arquivologia é o *Abrégé d'Archivistique: principes et pratiques du métier d'archiviste*, cuja primeira edição data de 2004, reeditada em 2007 e em 2012. Com um comitê de redação composto por diversos especialistas, o livro compõe-se de nove capítulos: 1) Arquivos e arquivistas no seu ambiente; 2) Os documentos de atividade à idade corrente e intermediária; 3) Constituição dos arquivos definitivos; 4) Classificação e codificação; 5) Análise e indexação; 6) Instrumentos de pesquisa: princípios e atualização de novas tecnologias; 7) Do pergaminho ao arquivo eletrônico: conservação e perenidade; 8) Comunicação de documentos de arquivo; e 9) Valorização dos arquivos (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS, 2012). Novamente, um manual francês a tratar temas relacionados aos arquivos correntes e intermediários, como no segundo capítulo, que abrange os documentos no seu contexto de produção; a gestão de documentos nas organizações; a *expertise* do arquivista e os instrumentos de gestão (plano de classificação, plano de conservação, diagnóstico).

Voltando ao percurso da AAF, depois da proposta de Françoise Poirier-Coutansais<sup>50</sup> de desmembrar a associação da direção da revista, com a saída de Michel Duchein do cargo de chefe de redação, em 1976, essa separação acontece. Seu sucessor, Gérard Naud<sup>51</sup>, diante dos desafios decorrentes dessa dissociação, devota-se a reforçar a qualidade dos papéis de informação e reflexão do periódico (NOUGARET, 2006).

O editorial do presidente é substituído pelo editorial do redator-chefe; resumos de artigos em língua estrangeira passam a ser publicados, assim como relatórios dos grupos de trabalhos temáticos e das seções (1979). Todavia, as atas dos congressos da direção deixam de ser publicadas, no mesmo ano. As assembleias gerais da AAF passam a ser realizadas independentemente daqueles eventos e, a partir de 1984, jornadas de estudos da associação acontecem simultaneamente a essas reuniões

50 Françoise Poirier-Coutansais (1926- ) foi diretora dos *Archives départementales du Maine-et-Loire* (1978) e da AAF (1971-1973) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

51 Gérard Naud (1935-2010), arquivista-paleógrafo, foi diretor dos *services d'archives de la Meuse*, depois de *la Sarthe* (1963), inspetor geral dos *Archives* (1988) e diretor da AAF (1976-1982) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

(cujas atas começam a ser publicadas em 1985). Alguns anos mais tarde, colóquios dos grupos regionais (1989) e seções dos arquivos municipais (1993) passam a compor a agenda da revista. Constitui-se, assim, entre as esferas práticas e teóricas, “[...] um *corpus* da Arquivologia contemporânea ajustado com as evoluções do tempo. [...] Esta inscrição em seu tempo conduz a associação a analisar as transformações da profissão de arquivista e levar em conta as adaptações da disciplina arquivística” (NOUGARET, 2006, p. 42-43, tradução nossa).

Não obstante as dificuldades quanto à publicação regular do periódico, números especiais são preparados, com a publicação de conferências dos estágios da *Direction des archives de France* (STIA), das atas de um colóquio internacional da ENC (LA GAZETTE DES ARCHIVES, 1996) e das jornadas de estudos. Por outro lado, artigos aparecem com menos frequência.

Ao analisar o lugar da Arquivologia na revista *La Gazette des archives*, a pesquisadora afirma que a publicação, inicialmente um boletim em formato amigável, foi gradualmente transformada “em uma revisão da teoria e das práticas de arquivo” (NOUGARET, 2006, p. 45, tradução nossa). A análise temática dos artigos publicados entre 1933 e 1984, pela estudiosa, aponta o predomínio das instituições de conservação (quadros institucionais, pessoais, construções e equipamentos), com 43% do total. A Arquivologia geral, por sua vez, aparece em somente 10% das publicações (fontes e referências, teoria e categorias de documentos), o que fundamenta a sua observação acerca da fragilidade teórica dessas publicações até os anos 1970.

Na análise dos artigos publicados entre 1985 e 1999, a autora observa um aumento quanto aos trabalhos voltados ao tratamento dos arquivos, que passam a representar 20% do total (entrada de documentos, pré-arquivamento, triagem, classificação, descrição, instrumentos de pesquisa e comunicação). Levando em conta o seu estudo histórico e temático, Nougaret amplia suas considerações sobre o papel do periódico:

No final de uma evolução cinquentenária que levou *La Gazette des archives* do estágio de boletim de notícias e profissional ao de revista de referência em Arquivologia, *La Gazette* se afirma como um lugar de expressão de uma doutrina comum a todos os arquivistas, qualquer que seja a diversidade de *status*, de trabalhos, de estruturas de exercícios. [...] *La Gazette* manifesta a vontade de afirmar a unidade da doutrina arquivística, unidade que se baseia em princípios fundadores e regras comuns aplicáveis em toda a cadeia arquivística (NOUGARET, 2006, p. 49, tradução nossa).

Importante realçar que a busca por afirmação teórica vai ao encontro da identidade da Arquivologia como disciplina, como visto no início deste livro. Para tal, as ponderações de Nougaret são bastante pertinentes, ao notar que

Esse corpo de doutrina, cada vez mais elaborado, testemunha a originalidade da Arquivologia que, embora na encruzilhada de diferentes disciplinas (Ciências Humanas e da Informação, em particular), existe em si mesma e requer conhecimentos e técnicas particulares: *La Gazette* demonstra a existência de uma verdadeira profissão que não pode ser nem “banalizada” nem confundida com outras profissões da conservação, por exemplo. Essa delimitação da Arquivologia em relação a outras disciplinas é acompanhada de um reconhecimento do seu valor universal: os arquivistas de todo o mundo compartilham princípios comuns, ecoados por *La Gazette* ao abrir suas páginas para outros estrangeiros, ao relatar viagens de estudo, ao multiplicar as revisões de obras ou artigos estrangeiros, ao resumir seus próprios artigos em diferentes idiomas (NOUGARET, 2006, p. 50, tradução nossa).

A autora lembra, ainda, o atraso teórico ou mesmo o desinteresse da Arquivologia francesa em relação a outros países, ainda que constate visão divergente, por parte de estrangeiros que reconhecem o desenvolvimento francês nessa perspectiva (especialmente a partir da publicação do *Manuel d'Archivistique* e do *La Pratique Archivistique Française*, em 1970 e 1993, respectivamente, e de alguns artigos emblemáticos). O *Manuel d'Archivistique* (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991, p. 11) sinaliza o perfil prático da disciplina, carente de estudos sistematizados, ao explicar que “Em cada uma dessas partes, o aspecto teórico – pode-se dizer doutrinário – é iluminado e ilustrado por referência aos regulamentos e práticas do Arquivo francês”. Nougaret (2006) sugere que a Arquivologia seja uma disciplina aplicada, considerando o distanciamento da teoria pura da reflexão da Arquivologia francesa, assinalado por Bruno Delmas, ao mencionar os primeiros manuais franceses do século XIX, normativos e operacionais.<sup>52</sup>

A respeito do papel de formação da instituição, Verry (2010) relata as dificuldades que se propagaram no meio dos chartistas, sobretudo a partir da década de 1980, com a complexificação da administração, a popularização dos meios de re-

---

52 Bruno Delmas me concedeu uma entrevista em Paris, no dia 15 de julho de 2015. Na ocasião, ele citou as obras *Manuel de L'Archiviste des Préfectures, des Mairies et des Hospices...*, de Champollion-Figeac (1860) e *Traité Theorique et Pratique des Srchives Publiques*, de Richou (1883).

produção de documentos, a evolução tecnológica, particularmente quanto à digitalização, concomitantes à diversificação da profissão de arquivista. Em 1980, é, então, constituído um grupo, na AAF, com o fim de estudar a exequibilidade de oferta de cursos de formação pela associação. O grupo o fez por meio de um questionário sobre a situação e as necessidades da profissão acerca da formação do arquivista, cujos resultados apontaram a conveniência de formação permanente nas instituições arquivísticas, bem como “o reconhecimento oficial da Associação como órgão de formação” – ainda que outros centros de capacitação já o fizessem, como o *Centre de formation du personnel communal* (CFPC) e a *Association des professionnels de l’information et de la documentation* (ADBS) (VERRY, 2010, p. 35). Esta associação foi criada em 1963 e foi pioneira na Europa ao agrupar 2.000 membros no domínio da Informação e da Documentação (ASSOCIATION DES PROFESSIONNELS DE L’INFORMATION ET DE LA DOCUMENTATION, 2021).

### 3.6. Institucionalização da Arquivologia na França?

Patrice Marcilloux, arquivista-paleógrafo formado na ENC, atualmente professor de Arquivologia na *Université d’Angers*, ao estudar a institucionalização da disciplina na França, aponta para lacunas que demonstram a incipiência desse processo. Ele lembra que

Uma disciplina é um princípio de especialização teórica e funcional, destinado a permitir ao mesmo tempo a organização institucional de um saber e sua transmissão pedagógica, se possível com formação acadêmica, e que deve criar condições favoráveis à inovação científica (MARCILLOUX, 2012, p. 299, tradução nossa).

Ao conceber socialmente uma disciplina, mais especificamente a Arquivologia, o estudioso discorre sobre a sua identidade epistemológica, o seu potencial heurístico, a sua identidade profissional e o seu posicionamento social, vertentes também investigadas em minha pesquisa (MARQUES, 2007; 2011). Em seu país, o reconhecimento da área (profissão) e a institucionalização da disciplina ocorrem, segundo ele, de forma plural, nas instituições que (não) a reconhecem, dependendo do caso.

Na esfera profissional, além das instituições mencionadas na seção 3.2, os arquivos são contemplados no âmbito da *Documentation-Archives-Bibliothèque*, dentre as 18 áreas enumeradas no *Dictionnaire des compétences* do *ministère de l’Enseignement supérieur, de la Recherche et de l’Innovation* (MESRI). Nela, a Arquivologia é descrita como “Conhecimento dos princípios e técnicas que regem a criação, avaliação, acumulação, classificação, descrição, indexação, divulgação e preservação

de arquivos” (MINISTÈRE DE L’ÉDUCATION NATIONALE; MINISTÈRE DE L’ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR ET DE LA RECHERCHE, 2011, p. 16, tradução nossa).

Em 2011, o *Ministère de l’Éducation Nationale de la Jeunesse* (2020) elaborou o *Répertoire des métiers de l’éducation nationale*, no qual os arquivos foram inseridos no domínio dos suportes, na família profissional “*bibliothèques, documentation, archives et musées*”. No documento, a família profissional agrupa os *emplois-types* (tipos de emprego, em tradução livre), conforme os domínios de atividade e a cultura socioprofissional comuns e, neste caso, “reúne trabalhos comuns que permitem valorizar, gerenciar e conservar os recursos documentais e editoriais em todos os suportes, arquivos e coleções científicas museais”, segundo o repertório.

O *Ministère de l’Enseignement supérieur, de la Recherche et de l’Innovation* (2020a) reconhece sete domínios de pesquisa: Biologia e Saúde; Bio-recursos, Ecologia e Agronomia; Energia, Desenvolvimento durável, Química e Processos; Meio ambiente, Planeta, Universo; Espaço; Matemática, Física, Nanociência, Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação (*sciences de l’information et de la communication* – STIC), Inteligência Artificial (*intelligence artificielle* – IA); Ciências do Homem e da Sociedade. Ainda que não exista menção aos arquivos, interessante observar que eles poderiam ser contemplados nesta última área.

As *Sciences de l’Homme et de la Société* estudam o homem na sociedade em diversos contextos históricos e geográficos. Elas o estudam em seus determinismos biológicos e em seus mecanismos cognitivos e, também, na variedade de formas de organização social e de produções culturais, artísticas e religiosas que o caracterizam em vários momentos (MINISTÈRE DE L’ENSEIGNEMENT SUPERIEUR, DE LA RECHERCHE ET DE L’INNOVATION, 2020b, tradução nossa).

O *Système d’information sur le suivi de l’étudiant* (SISE) é responsável, desde 1994, pelo censo universitário, considerando o total de inscrições em cerca de 100 estabelecimentos de ensino superior. Nele, a disciplina corresponde a um agrupamento em 16 modalidades de 52 setores. Enquanto a História e as Ciências da Informação e Comunicação são listadas nas Ciências Humanas e Sociais, a Arquivologia não é indicada no último documento, em nenhum dos setores disciplinares (MINISTÈRE DE L’ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR, DE LA RECHERCHE ET DE L’INNOVATION, 2016; 2017). Contudo, outrora já o fôra, como “Arquivos e documentação”, na esfera das Ciências da Informação.<sup>53</sup>

53 Informações disponíveis em: <http://edlisit.u-bourgogne.fr/images/stories/pdf/contrat->

Ainda no âmbito do mesmo ministério, a *Direction générale pour l'enseignement supérieur et l'insertion professionnelle* (DGESIP) desenvolve e institui a política relativa ao ensino superior. São considerados 48 setores disciplinares, agrupados em cinco grandes disciplinas e 12 disciplinas. Novamente, a Arquivologia não aparece nessa lista (MINISTÈRE DE L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR, DE LA RECHERCHE ET DE L'INNOVATION, 2020C).

Os estudos são realizados com base em pesquisas da Arqueologia, da História da Arte e das Ciências do Patrimônio, em parceria com o CNRS, que corresponde ao CNPq no Brasil. O CNRS apresenta uma tipologia com 12 domínios de pesquisa, que não parecem ser excludentes entre si: 1) Conhecimentos científicos; 2) Técnicas específicas; 3) Informática; 4) Automação de escritórios (*Bureautique*); 5) Aplicações CNRS; 6) Higiene e segurança/ética/prevenção; 7) Parceria e valorização; 8) Finanças, Contabilidade e Direito; 9) Recursos humanos; 10) Gestão/qualidade; 11) Cultura institucional e eficácia pessoal; 12) Línguas (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020b). Os arquivos e a Arquivologia não são contemplados na descrição desses domínios, mas poderiam ser considerados, por exemplo, ou no primeiro domínio, no qual estão as Ciências da Informação e Comunicação, as Ciências Humanas e as Ciências Sociais ou, no segundo, em que aparecem as Ciências Humanas e Sociais, bem como a Documentação, Edição e Comunicação.

O CNRS abriga 10 institutos que abrangem diversas áreas do conhecimento<sup>54</sup>, mas que também não mencionam os arquivos e a Arquivologia, mesmo nos institutos que contemplam perspectivas nas quais a disciplina e o seu objeto poderiam ser estudados. No *Institut des sciences humaines et sociales* (INSHS), os estudos são dedicados à descrição, análise e compreensão dos humanos em sociedade, incluindo a representação do conhecimento meio às suas diversas organizações.

Ao longo de sua história, os seres humanos atuam como criadores de línguas, de linguagens e de sinais. Eles inventaram formas de expressão e **representação**, cultivaram e transmitiram culturas, elaboraram saberes e teorias. Eles também se envolveram em **complexas organizações**

---

doc2012/Candidature/Disciplines%20SISE.pdf. Acesso em: 16 out. 2015.

54 Os 10 institutos do CNRS são: *Institut des sciences biologiques* (INSB); *Institut de chimie* (INC); *Institut écologie et environnement* (INEE); *Institut des sciences humaines et sociales* (INSHS); *Institut des sciences de l'ingénierie et des systèmes* (INSIS); *Institut national des sciences mathématiques et de leurs interactions* (INSMI); *Institut de physique* (INP); *Institut des sciences de l'information et de leurs interactions* (INS2I); *Institut national de physique nucléaire et de physique des particules* (IN2P3) e *Institut national des sciences de l'Univers* (INSU) (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020b).



**políticas, sociais, jurídicas e econômicas.** Eles exploraram, ocuparam e organizaram a Terra, frequentemente de maneira conflitante e com importantes consequências para outras espécies e os recursos oferecidos pelo planeta. É esse conjunto de elementos que a atividade de pesquisa das unidades do INSHS pretende captar (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020C, grifos e tradução nossa).

Como no Brasil a Arquivologia está até hoje vinculada institucionalmente à Ciência da Informação (CNPq 1984; MARQUES, 2007; 2011; 2016), procurei por vínculo semelhante na França e observei que isto não ocorre. No *Institut des sciences de l'information et de leurs interactions* (INS2I), as pesquisas são voltadas às tecnologias da informação, à automação, ao processamento de sinais e imagens, à robótica e ao *design* de sistemas computacionais (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020D).

A tradicional vinculação da Arquivologia à História – ainda que não seja assinalada na descrição dos institutos do CNRS – pode explicar, em parte, a não ocorrência da sua associação à Ciência da Informação, pelo menos no âmbito da consagrada escola de formação de arquivistas-paleógrafos, a ENC.<sup>55</sup> A dimensão corporativista decorrente dessa formação clássica, para Bertrand Müller<sup>56</sup>, implica a ausência da Arquivologia na classificação das áreas pelo conselho, o que não ocorre em outras instituições.

Em Angers, a *Licence professionnelle Métiers de l'information: archives, médiation et patrimoine* é oferecida em torno de um tronco comum, com duas possibilidades: *métiers des archives* e *histoire et médiation*.<sup>57</sup> Na *Université Charles-de-Gaulle*

---

55 Destaca-se, entretanto, que a tradição da ENC deve ser redimensionada na atualidade. Além de conteúdos clássicos (conhecimento histórico geral sobre a França a partir da Idade Média até a contemporaneidade, história das instituições e dos seus arquivos, sob a perspectiva diplomática, Paleografia, Latim Medieval, Filologia Romana, História do manuscrito, do livro impresso e das mídias contemporâneas, História do Direito, Historiografia, Bibliografia, Ecdótica, Cartografia, Estatística, História da Arte, Arqueologia), a escola oferece estudos voltados para as novas tecnologias aplicadas à pesquisa, bem como para a Arquivologia contemporânea (ciência de gestão dos arquivos). Informações disponíveis em: <http://www.chartes.psl.eu/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

56 Diretor de pesquisa convidado na *Maison des Sciences de l'Homme* (MSH), em Paris, e no CNRS, responsável pelos arquivos do *Centre Maurice Halbwachs* (CMH). Conforme entrevista que realizei em Paris, em 16 de junho de 2015.

57 Disponível em: <http://formations.univ-angers.fr/fr/offre-de-formation/licence-professionnelle-LICP/sciences-humaines-et-sociales-03/licence-pro-metiers-de-l-information-archives-mediation-et-patrimoine-IZ5A8JIC.html#programContent3f33c75a-b7d6-4021-b3d2-d77179b215a5-1>. Acesso em: 9 abr. 2020.

– Lille 3, a *Licence pour ressources documentaires et bases de données spécialité chargée de valorisation des ressources documentaires* conjuga a formação de arquivistas e a de bibliotecários, voltada à gestão de sistemas de arquivo e à gestão de bibliotecas, respectivamente<sup>58</sup>.

Interessante observar que, enquanto no Brasil a CI é uma disciplina independente (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984), na França as *sciences de l'information* estão atreladas à Comunicação. Oficialmente criadas em 1975, hoje esse modelo único assim as denomina como *Sciences de l'information et de la communication*, na esfera das Ciências Humanas e Sociais (COUZINET; SILVA; MENEZES, 2007).

O *Comité nationale de la recherche scientifique* (CoNRS), por sua vez, é uma “Instância coletiva composta por conselho científico, conselhos de institutos científicos, seções especializadas em cada uma das disciplinas e comissões interdisciplinares”, cuja missão “[...] contribui para a elaboração da política científica do estabelecimento, analisa a situação econômica e suas perspectivas, participa do recrutamento e monitoramento das carreiras dos pesquisadores e do acompanhamento da atividade das unidades de pesquisa” (COMITÉ NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020a, tradução nossa).

As disciplinas (ou grupos de disciplinas) são distribuídas em 41 seções do Comitê, que também possui cinco comissões interdisciplinares (COMITÉ NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020b). Novamente, os arquivos e a Arquivologia não são evidenciados. No caso dos arquivos, eles aparecem em uma perspectiva paleoambiental, como arquivos oceânicos, glaciais e continentais, na seção 19, Sistema terrestre: envelopes de superfície.<sup>59</sup> Na 31ª seção, “Homens e meios: evolução, interações”, eles não são mencionados, embora a seção contemple tópicos com os quais poderiam estar relacionados, notadamente no âmbito das culturas materiais.<sup>60</sup>

O *Conseil national des universités* (CNU) é responsável pelas medidas acerca da qualificação, do recrutamento e da carreira de professores universitários, fixando disposições estatutárias aos docentes-pesquisadores. Há 11 grupos que comportam 92 seções correspondentes a 92 disciplinas. A Arquivologia não é mencionada em nenhuma delas, nem naquelas que parecem lhe ser próximas: Ciências de Gestão

58 Disponível em: <https://reseau.intercariforef.org/formations/certification-54842.html>. Acesso em: 9 abr. 2020.

59 Informações disponíveis em: <https://www.cnrs.fr/comitenational/sections/section.php?sec=19>. Acesso em: 16 out. 2015.

60 Os *archives* atualmente não são mencionados nessa seção. Informações disponíveis em: <https://www.cnrs.fr/comitenational/sections/section.php?sec=31>. Acesso em: 29 jul. 2021.

(seção 6), do grupo 2, Direito, Economia e Gestão; História (seções 21 e 22), do grupo 4, Letras e Ciências Humanas; Ciências da Informação e Comunicação (seção 71), do grupo 12, Pluridisciplinar (CONSEIL NATIONAL DES UNIVERSITÉS, 2020).

Desde 2006, a *Agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur* (AERES) se encarregava de avaliar os estabelecimentos de ensino superior e de pesquisa, sob 14 domínios e 37 subdomínios disciplinares. Depois de 2014, o *Haute Conseil de l'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur* (HCE-RES) substituiu a agência, ao acompanhar, avaliar e analisar o conjunto de estruturas para apoiar a qualidade do ensino superior e da pesquisa. Em seu relatório acerca da análise do posicionamento científico da França, a partir de 2000, a Arquivologia não é mencionada, assim como no seu último relatório de atividades, de 2018 (HAUTE CONSEIL DE L'ÉVALUATION DE LA RECHERCHE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR, 2020; 2018a; 2018b).

O primeiro relatório traz informações relevantes para a compreensão da produção científica francesa em relação à internacional. O país é especializado em Matemática, área que aparece em 70% das publicações francesas, percentual maior do que o total das publicações mundiais. O perfil científico da França é assim descrito como

A especialização da França evoluiu significativamente em 5 grandes disciplinas. Em Química, sua especialização declinou desde 2000, evolução que pode estar ligada ao forte crescimento no volume de publicações da China, altamente especializada em Química. Por outro lado, a especialização da França aumentou acentuadamente nas Ciências Sociais (em 60%) e mais moderadamente na Informática e nas Ciências do Universo. Assim, a França parece ser moderadamente especializada em Física, Ciências do Universo e Informática, tendo essas disciplinas uma participação 20% maior nas publicações francesas do que no total mundial. A França continua não especializada em Ciências Sociais, com um índice 40% menor que a média mundial. Desde a virada do século, a França, no entanto, tornou-se especializada em um campo das Ciências Sociais, a Economia, como a Alemanha, Itália e Espanha (HAUTE CONSEIL DE L'ÉVALUATION DE LA RECHERCHE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR, 2018a, tradução nossa).

Dessas informações, pode-se depreender a marginalidade das Ciências Humanas e, conseqüentemente, da História e, mais ainda, da Arquivologia, nas publicações científicas francesas. Do mesmo modo, nas classificações do CNRS e do CoNRS,

a Arquivologia não foi localizada como uma área, subárea do conhecimento ou disciplina científica, nem os arquivos como objeto de estudo na perspectiva arquivística. Diante dessas observações, convém retomar a afirmação de Marcilloux (2012, p. 303, tradução nossa) quanto à falta de reconhecimento ou o reconhecimento implícito da Arquivologia, por ele designado num quadro de *silences officiels* (silêncios oficiais), marcado por imprecisões existenciais, taxonômicas e de definições.

**Quadro 1: Classificações institucionais da Arquivologia e dos arquivos na França**

Instituição	Classificação	Reconhecimento da Arquivologia
Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche	Classificação dos <i>métiers</i> em famílias profissionais.	Os arquivos estão classificados na família <i>Documentation-Archives-Bibliothèque</i> .
Ministère de l'Éducation nationale et de la Jeunesse		Os arquivos são apresentados na família <i>bibliothèques, documentation, archives et musées</i> .
MESRI	Reconhecimento de sete domínios de pesquisa.	Os arquivos e a Arquivologia não são explicitados, embora possam ser compreendidos nas <i>Sciences de l'homme et de la société</i> , particularmente nas pesquisas das <i>sciences du patrimoine</i> .
SISE	Órgão de estatística ministerial que reúne os dados dos estudantes efetivos em 52 setores disciplinares.	A Arquivologia não é indicada no último documento, em nenhum dos setores disciplinares.
DGESIP	Desenvolve e implementa a política relativa ao ensino superior, considerando 48 setores disciplinares.	A Arquivologia não aparece na lista dos setores disciplinares, das grandes disciplinas e das disciplinas.
CNRS	Categorização das diversas áreas do conhecimento em 12 domínios de pesquisa e em 10 institutos.	A Arquivologia e os arquivos não aparecem nos domínios em que as Ciências da Informação e Comunicação, Ciências Humanas e Sociais e Documentação são listados. Semelhantemente, não são especificados nos institutos com os quais poderiam ter afinidades de pesquisa (INSHS e INS21).
CoNRS	Concepção de 41 seções, que correspondem aos campos do conhecimento.	A Arquivologia e os arquivos não são reconhecidos. Eles são mencionados em uma acepção diversa da arquivística, a ambiental na seção "Sistema terrestre".
CNU	Categorização das possibilidades de vinculação de professores-pesquisadores em 11 grupos, divididos em 92 seções (disciplinas).	A Arquivologia e os arquivos não são reconhecidos no âmbito das Ciências de Gestão, da História e das Ciências da Informação e Documentação.
HCERES	Acompanhamento, avaliação e análise do conjunto de estruturas para apoiar a qualidade do ensino superior e da pesquisa.	A Arquivologia e os arquivos não são mencionados nos relatórios institucionais.

Fonte: Elaboração própria, com base em Marcilloux (2012) e nos sítios eletrônicos das instituições mencionadas.

### 3.7. *Archivistique française*: erudição e inovação

Ao questionarem se a Arquivologia teria encontrado sua identidade como disciplina científica, Couture, Ducharme e Rousseau (1988), pesquisadores canadenses, assinalam que a origem do problema identitário está na tentativa de suprir lacunas de organização dos documentos administrativos, não contempladas na perspectiva tradicional de arranjo, descrição e conservação dos documentos históricos, decorrente da repercussão do Manual dos Arquivistas Holandeses, publicado em 1898 e traduzido para vários idiomas, inclusive o português (MÜLLER; FEITH; FRUIN, 1960).

Devo retomar a ponderação feita por Couture, Ducharme e Rousseau (1988, p. 59) em torno do adjetivo “tradicional” no mundo arquivístico, segundo a qual ele é bastante relativo, levando-se em conta que a Arquivologia já possuía caráter administrativo antes do século XIX. No caso francês, o texto de apresentação do *Manuel d'archivistique* menciona explicitamente a articulação entre os arquivos “vivos” e os “históricos” na criação dos *Archives nationales*, no final do século XVIII:

Notaremos, sem dúvida, o lugar dedicado, neste manual, aos aspectos “vivos” da profissão de arquivista. É que na França, os *Archives*, fiéis a isso em sua própria origem de 1789 e do Ano II, sempre tiveram a intenção de permanecer intimamente ligados à administração viva. Não há solução de continuidade entre os fundos “históricos” e os fundos “modernos” ou “administrativos”; não há depósitos diferentes um do outro; nenhuma regra separada aplicável a um ou outro. Por esse motivo, o controle dos “arquivos em formação” e o pré-arquivamento são recursos dos arquivistas e o “*Records Management*” não constitui uma disciplina autônoma: é apenas um ramo da Arquivologia (DIRECTIONS DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991, p. 12, tradução nossa).

Face aos diversos registros acerca da composição e das tendências históricas da Arquivologia francesa – motes da minha pesquisa de pós-doutoramento –, a busca pela compreensão da Arquivologia francesa contemporânea sugeriu uma investigação sobre as suas interfaces com outras disciplinas, notadamente a Administração e a CI. Afinal, a disciplina tradicionalmente erudita (a serviço da História) e agora nitidamente preocupada com as dificuldades de gestão, conservação e acesso aos documentos, estaria sendo renovada? Inovada? Como?

Tradicionalmente, a História, na França, é estudada como uma “religião”, que tem os arquivos ao seu dispor, segundo a interessante argumentação de um arquivista dos *Archives nationales* – Yann Potin –, que muito colaborou com a minha

pesquisa na instituição, em 2015, e a quem reitero meus agradecimentos. Visão semelhante pode ser observada em Philippe Joutard (1935- )<sup>61</sup> no evento da ENC/AAF (HOTTIN, 2003), quando incluiu os arquivistas na família dos historiadores, tendo em conta que eles participam da escrita da História.

E esta é a visão prevalente em Paris, muito em razão da formação de arquivistas-paleógrafos oferecida pela ENC desde 1821 e que justifica, segundo Marcilloux – em entrevista que o professor da *Université d'Angers* me concedeu em Paris, em 2 de outubro de 2015 –, em sua concepção de que as Ciências da Informação não convêm aos arquivistas diplomados naquela escola. Sob tal prisma, estudiosos formados na *École nationale des chartes* tendencialmente defendem uma estreita relação da Arquivologia com a História e não reconhecem suas vinculações com as Ciências da Informação. Outros estudiosos, particularmente aqueles que atuam fora de Paris, moderam esta visão e chegam a defender a proximidade entre Arquivologia e as Ciências da Informação, que, na França, estão relacionadas à Comunicação (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020d).

Assim, a vinculação dos arquivos aos interesses da História – claramente evidenciada na institucionalização duvidosa da disciplina (MARCILLOUX, 2012) – e o conseqüente prisma da Arquivologia clássica no estudo de técnicas voltadas à conservação dos documentos históricos passaram a ter direções diversas a partir das exigências contemporâneas de organização, disponibilização e acesso aos documentos, para também atender a demandas administrativas. Entre incumbências administrativas e históricas, as diferentes concepções transitam, sem consenso, ainda de acordo com Marcilloux, em afirmação que fez na mesma entrevista de 2015, embora ele concorde que prepondere o entendimento tradicional dos arquivos e da Arquivologia, ligados à História.

Relevante lembrar que, outrora, mais especificamente no século XVIII, iniciativas para a eliminação de documentos inúteis foram empreendidas por arquivistas franceses, assim como o estabelecimento de depósitos distintos para reunir a documentação em matéria de legislação para a reforma das leis francesas e outro, o “*dépôt des chartes*”, para guardar o conjunto de documentos históricos da nação (BAUTIER, 1968, p. 148-149). Similarmente, mas em outro contexto, isto ocorreria nos Estados Unidos, no pós-Segunda Guerra, quando são criados arquivos intermediários para dar conta do depósito de documentos que já tinham alcançado o seu valor primário (jurídico-administrativo), que ainda não deveriam ser elimi-

---

61 Philippe Joutard foi professor de História na *Université de Provence* (1987), líder do *Groupe ment scientifique Nord-Méditerranée* (1988) e reitor da *Académie de Besançon* (1989) (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

nados (podendo ser recolhidos aos arquivos permanentes ou descartados futuramente), o que seria sintetizado na *Théorie des Trois Âges*, de autoria de um francês, Yves-Pérotin (1961).

### Yves-Pérotin (1922-1981)



Fonte: *The U.S. National Archives* (2021c).

Arquivista-paleógrafo (1948), Yves-Pérotin foi arquivista chefe de *La Réunion* (1952-1958). A partir dessa experiência, interessou-se pela conservação de documentos em regiões tropicais, tornando-se um especialista internacional que recebeu da UNESCO a incumbência de elaboração de um manual de Arquivologia tropical.

Por indicação de Braibant, assumiu a direção dos *services d'Archives de la Seine et de la Ville de Paris*. Preocupado com o tratamento dos arquivos contemporâneos, desenvolveu estudos a respeito e é considerado um teórico da Arquivologia. Publicou importantes obras, como *L'administration et les trois âges des Archives*, *Le concept d'archives et les frontières de l'archivistique* e, depois de sua missão técnica aos Estados Unidos, *Records management et l'administration américaine des archives*.

Dedicado aos problemas internacionais da área, foi secretário da CITRA (1962-1966). Em 1966, trabalhou no escritório das Nações Unidas, em Genebra, encarregando-se da classificação, do inventário e das regras para o acesso aos arquivos da *Société des Nations*. Em 1964, foi nomeado, pela UNESCO, para uma missão na Argélia com o objetivo de organizar os arquivos do Estado; em 1969 no Marrocos e no Peru e, em 1970, no Iraque. Voltou a trabalhar no escritório internacional em Genebra, onde implementou um programa de elaboração de instrumentos de pesquisa. Voltou aos *Archives de France* (1971) e, no ano seguinte, à Genebra, para administrar a divisão de gestão administrativa da OMS. Ao retornar ao seu cargo de origem, em 1974 é nomeado conservador nos *Archives des Pyrénées-Orientales*.

Faleceu precocemente, deixando lembranças de um “espírito poderoso e original, curioso sobre tudo” e “dotado de talentos excepcionais”, nas palavras de Taillemite (1982, p. 357, tradução nossa).

Já no final da década de 1940, Braibant, diretor dos *Archives de France*, previu

um duplo papel dos arquivos: “Não é menos verdade que eles devem, a meu ver, se esforçar para ser, mais do que no passado, auxiliares da administração ativa, na medida em que possam fazê-lo sem renunciar, mesmo em uma medida limitada, à sua função de alimento da História” (BRAIBANT, 1949, p. 13, tradução nossa). Nessa perspectiva, ele lembra a formação erudita pura oferecida pela *École des chartes* e propõe a sua inovação:

Depois de toda a sua fidelidade à concepção tradicional da *École* em seu auge, seu endurecimento tem sua beleza em um momento em que se viu tantas coisas distorcerem. E os inconvenientes que daí podem resultar para o recrutamento da *École* e a boa administração dos arquivos desapareceriam com uma condição: que alguém se encarregue, em algum lugar, de concluir a formação profissional dos arquivistas (BRAIBANT, 1949, p. 21, tradução nossa).

Os movimentos de inovação da Arquivologia francesa podem ser ilustrados com a missão que Yves-Pérotin, então diretor dos *services d'Archives de la Seine et de la Ville de Paris*, recebeu no início da década de 1960, do prefeito de La Seine, para estudar, em Washington e Nova York, “[...] a gestão de arquivos correntes, os *records centers*, os métodos de armazenamento e de eliminação e tudo o que se relacionasse ao tratamento de documentos contemporâneos em organizações internacionais, federais, estaduais, municipais ou privadas” (PÉROTIN, 1962, p. 6, tradução nossa).

Pérotin viajou para os Estados Unidos em outubro de 1961 e estudou o histórico estadunidense de busca por controle da destruição de documentos inúteis, pelo Estado, e identificou que os marcos históricos remetiam ao Comitê Cockrell (1887), passando pela Comissão Dockery (1889); pelo Comitê Keep (1905); pela Comissão Taft (1910); pela criação do *National Archives* (1934); pela legislação (a partir da década de 1940, em especial a *Federal Records Act*, que em 1950 define legalmente o *records management*); pelas necessidades de gestão documental subsequentes à Segunda Guerra e a decorrente concepção dos depósitos intermediários como solução “para estocar os documentos de conservação temporária” (PÉROTIN, 1962, p. 14-15); pelas Comissões Hoover (1947 e 1954); pelas forças-tarefa lideradas por Emmet Leahy (1948 e 1954), dedicadas ao *records management* e à *paperwork management*<sup>62</sup>, respectivamente; pela transformação do *National*

62 “[...] na linguagem dos escritórios, sinônimo de eliminações e de recolhimentos” (PÉROTIN, 1962, p. 21). Pérotin explica que, nos Estados Unidos, ainda que a definição de *records manage-*



*Archives em National Archives and Records Service (NARS), em 1949 (NATIONAL ARCHIVES, 2020).*

### Emmett J. Leahy (1910-1964)



Fonte: *The Emmett Leahy Award* (2021).

Emmett Ed Leahy foi pioneiro e inovador na gestão de documentos, com uma carreira de quase três décadas, iniciada no *National Archives* (EUA), em 1935, como arquivista. Em 1941, ele se mudou para o *the U.S. Navy Department* como *Director of Records Administration* e, depois da Guerra, trabalhou no *National Microfilm Sales Manager for Remington Rand*. Em seguida, em 1948, organizou o *National Records Council*, uma organização sem fins lucrativos, voltada à promoção da gestão de documentos. Além disso, Leahy presidiu uma *Records Management Task Force for the Hoover Commission* (1947-1948). Em 1953, deixou o *National Records Council* e fundou a *Leahy Business Archives*, repositórios externos para documentos, e a *Leahy & Company*, uma empresa de consultoria em gestão de documentos, ambas administradas por ele até a sua morte (THE EMMETT LEAHY AWARD, 2021).

Segundo o arquivista francês, os trabalhos dessa última comissão propiciaram o controle imediato da produção documental, a racionalização das eliminações, a conservação econômica e concentrada dos documentos de valor temporário. A abordagem norte-americana passa a focalizar a eliminação, ou seja, a tarefa de racionalizar o sistema de conservação, ao estabelecer tabelas de temporalidade para os documentos produzidos e acumulados. As vantagens dessa conduta, para Péro-tin, relacionavam-se ao reconhecimento real da responsabilidade dos agentes administrativos quanto à gestão dos seus documentos, em conexão com os serviços de arquivo; à produção, classificação e eliminação de documentos almejando uma organização racional, cujos princípios tivessem sido efetivamente disseminados; à

---

*ment* estivesse ligada aos arquivos públicos, em razão da legislação que a definia, ele a estendia aos documentos privados. A *paperwork management*, por sua vez, foi desdobrada em *task force on paperwork required of citizens* (força-tarefa sobre papelada necessária aos cidadãos, em tradução livre).

instituição de depósitos intermediários para a conservação dos documentos advindos das administrações e que não tivessem mais utilidade imediata; à distinção entre *records* e *archives*, segundo suas peculiaridades (PÉROTIN, 1962). Assim, na fase intermediária, em princípio coexistiriam as utilidades administrativas e históricas dos documentos (BLAQUIÈRE; FAVREAU; PÉROTIN, 1991).

Ao utilizar expressões americanas, o arquivista francês traduziu, para o seu idioma, os verbetes de *record*, *records* e *records management* do *Glossary of Records Terminology*.<sup>63</sup> Quanto a esta última, a definição traduzida foi a seguinte<sup>64</sup>:

*Records management* – Condução de um programa de ação formulado para proporcionar economia e eficácia na criação, organização, conservação e também na utilização dos *records* e nas disposições finais elaboradas para esses fins, garantindo que os *records* desnecessários não sejam criados ou mantidos e os *records* de valor sejam preservados (PÉROTIN, 1962, p. 8, tradução nossa).

A partir da sua missão nos Estados Unidos, Pérotin (1962) levanta questionamentos sobre a aplicabilidade da perspectiva norte-americana no seu país, mais especificamente em sua cidade, recomendando um diagnóstico dos arquivos franceses (quantidade, acumulação e conteúdo). A experiência dos *Archives nationales* quanto aos *archivistes missionnaires* nas administrações centrais teria sido, nesse sentido, uma reapropriação francesa do *records management* americano?

Na VII CITRA (Paris, 1963), Pérotin lembra as origens das *missions d'archives* nos ministérios.

Esta aparição de arquivistas nos próprios escritórios já é, muitas vezes, uma realidade nos departamentos. Em Paris, ela data de pouco mais de quinze anos com a criação de “*missions d'archives*”, ou seja, a instalação permanente nos próprios ministérios de certo número de *conservateurs* dos *Archives nationales*, responsáveis por todas as relações com esses ministérios do ponto de vista dos arquivos. Após uma experiência temporária no *Ministère de l'Agriculture*, uma primeira missão foi estabele-

63 NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS SERVICE. General Services Administration. **Glossary of Records Terminology**, 1956.

64 Texto traduzido por Pérotin (1962, p. 8): “*Conduite d'un programme d'action formulé pour procurer économie et efficacité dans la création, l'organisation, la conservation et aussi l'utilisation des records et dans les dispositions finales prises à leur propos, garantissant que des records inutiles ne seront pas créés ou conservés et que les records de valeur seront préservés*”.

cida no *Ministère de l'Intérieur* em 1952; depois foi a vez do *Ministère des Travaux Publics* em 1953, da *Éducation nationale* em 1954, das *Finances* em 1955 e da *Construction* em 1959 (PÉROTIN, 1963, tradução nossa).

Ele segue considerando o papel dos *conservateurs en mission*, como “reguladores” das eliminações dos documentos nos próprios órgãos produtores e do recolhimento daqueles de guarda permanente aos *Archives nationales*; como “catalizadores” do tratamento dos documentos naqueles órgãos, ao promoverem ações voltadas à conscientização dos administradores sobre “a importância dos seus arquivos para o bom funcionamento dos seus serviços” e a preparação dos documentos para que, mais tarde, componham os “melhores ‘arquivos históricos’” (PÉROTIN, 1963).

Assim, enquanto outros países criavam depósitos para o armazenamento intermediário dos documentos – a Inglaterra criou um depósito com este fim, o *Public Records Office*; os Estados Unidos o fizeram com a implementação dos *Records Centers* –, a França adotava as missões supracitadas para a análise dos documentos que não mais possuíam interesse para os produtores e que pudessem ou ser eliminados ou ser recolhidos aos *Archives nationales*, a partir de uma descrição sumária (RODRIGUES, 1959).

Ao escrever sobre a *Théorie des Trois Âges*, Pérotin (1961) considerou a passagem dos documentos administrativos (*archives vivants/courants*, de utilidade primária), de primeira idade, aos documentos históricos (*archives archivées*, de utilidade secundária), de terceira idade, e incluiu a segunda idade, a intermediária, que deveria contemplar a passagem dos interesses da Administração aos da História. Diante da efemeridade de utilização administrativa de grande parte dos documentos e da escolha entre a destruição e o recolhimento, a segunda idade, relativa aos *archives de dépôt*, foi por ele compreendida como “a era ingrata dos arquivos, a das infelizes transições entre a Administração e a História” (PÉROTIN, 1961, p. 1, tradução nossa). O autor recorre à Psicologia, à Administração, à Economia, à História e à Biologia para ilustrar a utilidade dos arquivos nessas diferentes fases, que abrangem *papers* (arquivos correntes), *records* (arquivos intermediários) e *archives* (arquivos permanentes) (PÉROTIN, 1962).

Assim, Pérotin foi um destacado interlocutor entre a tradição arquivística francesa e a norte-americana, ao apresentar ideias compatíveis com o que Theodore Roosevelt Schellenberg difundira na América (SCHELLENBERG, 1974) e com quem, inclusive, manteve contato durante sua estada de dez dias nos Estados Unidos. As noções de “valor primário” e “valor secundário”, que passaram a circular na França, pautam-se na terminologia de Schellenberg: os documentos das administrações lhe são úteis para o cumprimento das suas missões institucionais, daí o valor

primário dos documentos; parte dos documentos, em outra perspectiva, pode ter valor para pesquisas históricas, daí o valor secundário (BLAQUIÈRE; FAVREAU; PÉROTIN, 1991). Enquanto na França a vinculação dos arquivos se dá, sobretudo, com a História, mais timidamente com a Administração e de modo esporádico com as Ciências da Informação (no plural), nos Estados Unidos eles são intrinsecamente relacionados à Administração, tendo em vista a sua gestão e, nas últimas décadas, à CI (COX *et al.*, 2003).

Por conseguinte, os *archives en formation* passam a compor, explicitamente, a agenda das discussões e do trabalho dos arquivistas franceses, que se dedicam à classificação e à avaliação de documentos, à definição dos lugares dos arquivos nas administrações e à sua coleta aos arquivos permanentes (BLAQUIÈRE; FAVREAU; PÉROTIN, 1991). O *records management* aparece em vários artigos publicados na França, a partir dos anos 1950, com destaque para *La Gazette des archives* (DELMAS, 2006), ainda que, a partir de meados da década de 1985, o assunto tenha se intimidado (NOUGARET, 2006).

Diante desses movimentos de aproximação das práticas e dos estudos arquivísticos com outras disciplinas, além da História, Delmas (2006, p. 25, tradução nossa) foi taxativo ao afirmar que a “A Arquivologia não é uma Ciência da Informação, ela se situa acima”. O estudioso sublinha o cuidado de não se sobrepor a Documentação à Arquivologia, considerando as origens da institucionalização dessa disciplina na França, vinculada ao *Cabinet des chartes*. Em relação aos avanços tecnológicos mais recentes, ele lembra que a Arquivologia fundamental se desenvolve independente da Arquivoeconomia, mais ligada às tecnologias da informação, que, por sua vez, não apresentam soluções próprias para os arquivos. Nas especificidades da disciplina, está, também, segundo o professor, a contradição da profissão do arquivista:

Cada arquivista trabalha no presente para os homens e a sociedade ao seu redor e também para toda a comunidade humana que virá. Ele é quem conserva documentos para o futuro e cuja conservação induz à acumulação. Essa acumulação traz um valor que não cessa de crescer e se diversificar ao longo do tempo, à medida que as ações e questões evoluem, e que, por essa razão, é hoje incomensurável. Diante dessa missão fundamental e de longo prazo, o arquivista obtém sua visibilidade, justificativa social e os meios que possui para a restituição que faz hoje dos arquivos. A contradição na profissão de arquivista está bem aí. A contradição permanente entre o curto prazo de hoje, os eventos atuais e os modismos, que usam técnicas e métodos documentais, definidos para uma necessidade imediata, de um lado, e o imperativo fun-

damental no longo prazo, de outro. Ou seja, para os curtos prazos e as notícias de amanhã e depois de amanhã, para usuários a quem não se pode conhecer e perguntas que não se podem supor (DELMAS, 2006, p. 28-29, tradução nossa).

No escopo dessa análise, o estudioso pergunta se poderíamos apreender que “A arquivologia contemporânea está reduzida às Ciências da Informação” (DELMAS, 2006, p. 16, tradução nossa). E, na entrevista que me concedeu, ele afirma que “A matéria dos arquivos é histórica; cultura; contexto. Os arquivos têm uma existência autônoma. A Ciência da Informação é outra coisa: instrumento, que deve ser adaptado”.

Assim como no Brasil, na França há uma diversidade de pontos de vista sobre a autonomia científica da Arquivologia e as suas relações interdisciplinares. Chabin e Watel (2006, p. 113; p. 128-129, tradução nossa) aparecem como posições isoladas – em Paris, onde tradicionalmente são formados arquivistas-paleógrafos, na ENC – ao reconhecerem, no país, práticas distintas e coexistentes da abordagem patrimonial/cultural e da perspectiva da gestão/qualidade da informação. Ao reconhecerem uma proximidade francesa do *records management*<sup>65</sup>, afirmam que “A França tem uma tradição administrativa viva e uma forte tradição arquivística e documental. As características dessa cultura influenciam o modo de resposta dado na administração e nas empresas francesas à necessidade do *records management*.”

Segundo elas, há especificidades francesas em torno da expressão anglo-saxônica que devem ser consideradas, tais como: a não distinção entre *records* (cerne nas obrigações legais do produtor) e *archives* (conjunto de documentos independente da sua data, da sua forma e do seu suporte, conforme definição clássica), assim como o seu tratamento distinto entre os *documents/dossiers* (fase corrente), por um lado, e os *archives intermédiaires* e os *archives définitives* (visão mais histórica), por outro. Os norte-americanos, por sua vez, agrupam os *records* e os *non current records*, distinguindo-os dos *archives*, muito mais em razão de movimentos associativos que epistemológicos (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988).

Quanto a esta última especificidade, Chabin e Watel (2006) lembram o depósito intermediário dos arquivos, chamado de *pré-archivage* pelos franceses, que, a partir dos anos 1970, passa a ter uma importante função, diante dos problemas de gestão das grandes massas de documentos administrativos, geralmente elimináveis em médio tempo. Blaquièrre, Favreau e Pérotin explicam que

---

65 Para Chabin e Watel (2006), a expressão anglo-saxônica “*records management*” não tem, ainda, uma tradução francesa clara e consensual.

O pré-arquivamento, há muito tempo, tem sido uma prática. A evolução atual demanda – para um melhor aproveitamento do local, sempre insuficiente, nos repositórios de arquivos – concebê-lo a partir de “depósitos intermediários”, dependendo das próprias administrações, mas controlados pelos serviços de arquivos (BLAQUIÈRE; FAVREAU; PÉRO-TIN, 1991, p. 118, tradução nossa).

O *Centre des archives contemporaines* – criado no final dos anos 1960 em Fontainebleu e atualmente fechado, em razão dos riscos de as instalações desmoronarem (ARCHIVES NATIONALES, 2020) – e os depósitos destinados aos *Archives départementales* são construídos para acolher os arquivos intermediários das suas respectivas competências.

Assim, após décadas de práticas francesas e anglo-saxônicas legitimamente divergentes, a publicação, em 2001, da norma ISO 15489<sup>66</sup> chega em um momento em que as necessidades dos produtores de arquivos e as respostas a elas tendem a se tornar uniformes em torno do conceito de *records management*, mesmo que as palavras para designá-lo mantenham sua cultura (CHABIN; WATEL, 2006, p. 117-118, tradução nossa).

No plano da gestão, as autoras reconhecem o arquivista como o primeiro profissional a acompanhar o ciclo de vida dos documentos que não tenham mais uso corrente e que, portanto, devam ser avaliados, tendo em vista a sua destinação (eliminação ou guarda/preservação permanente). Para elas, o trabalho dos arquivistas franceses, particularmente no caso do *ministère de l'Europe et des Affaires étrangères*, pauta-se mais na “gestão dos arquivos correntes e intermediários”, referida na Lei n. 79-18 de 3 de janeiro de 1979 (FRANCE, 1979), do que no *records management* (ISO 15489). A especificidade francesa está, pois, na constituição e preservação do patrimônio arquivístico que está por vir, ou seja, seus arquivos:

---

66 Segundo a ISO 15489 (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2016, tradução nossa), a gestão de documentos considera os documentos de atividade, seus metadados e sistemas documentais, bem como as políticas, a distribuição de responsabilidades, o monitoramento e a formação necessários para a gestão eficaz dos documentos de atividades; a análise recorrente do contexto operacional e a definição de requisitos para documentos de atividade; o controle de documentos de atividade e o processo de criação, captura e gerenciamento de documentos de atividade.

Assim, a partir do tratamento dos arquivos atuais, a preocupação subjacente à preservação por razões históricas aparece. O arquivista assume sua responsabilidade pelo serviço sob o olhar do produtor, que ele se esforçará para tornar mais eficiente, e sua responsabilidade como conservador, levando em consideração permanente os imperativos da preservação histórica nas melhores condições (CHABIN; WATEL, 2006, p. 125, tradução nossa).

O trabalho dinâmico do arquivista, concomitantemente atento à gestão e à preservação de documentos, deve ser conduzido em cooperação com outros profissionais e vai ao encontro da identidade contemporânea da Arquivologia, assinalada por Couture, Ducharme e Rousseau (1988), ao considerarem as contribuições da disciplina para a gestão da informação. Eles ponderam que

Não faz sentido definir a disciplina antes de reivindicar seu lugar ao sol? No momento em que a informação se tornou um recurso natural popular – não estamos falando da era da informação? – é cada vez mais urgente que a Arquivologia defina claramente o lugar que deseja ocupar no tabuleiro de xadrez da informação. Para fazer isso, ela deverá, primeiro, se libertar completamente de suas dependências e, em seguida, consolidar sua autonomia para finalmente estabelecer alianças, evitando o isolamento (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 57, tradução nossa).

Dessas considerações, retomo a noção de “campo científico” de Bourdieu (2001), apresentada no capítulo 2, segundo a qual a lógica interna de funcionamento de uma disciplina não ignora o espaço maior de relações disciplinares, caracterizado, pelo pesquisador, pela hierarquização das disciplinas, conforme suas condições, seus interesses e o capital científico em circulação e negociação.

Para os estudiosos canadenses, “A Arquivologia é uma disciplina em si mesma que, repetimos, tem seus próprios fundamentos teóricos, suas próprias intervenções, seus próprios métodos de trabalho” (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 57, tradução nossa), que não deve depender da Administração, da História – segundo eles, clientes da Arquivologia no âmbito dos valores dos documentos (primário e secundário, respectivamente) –, da Biblioteconomia e da CI (que possuem um objeto comum com a Arquivologia, a informação). Assim, eles concluem que “Autonomia não significa isolamento. A Arquivologia deve definir claramente sua esfera de atividade para escolher livremente suas alianças com as disciplinas

das quais possa se beneficiar, mas sem jamais aceitar a subordinação” (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 59, tradução nossa), visão com a qual comungo inteiramente.

Adepta dessa linha de pensamento, Hottin (2003, p. 100, tradução nossa) assinala relações da Arquivologia com “disciplinas vizinhas” para utilizar um “termo neutro e oportuno para aludir as relações de interdependência e de subordinação”. Ao relatar as discussões havidas no evento organizado pela ENC e pela AAF, em 2003 – o mesmo em que foi reiterada a caracterização da Arquivologia francesa, cujas reflexões predominantemente advêm do mundo do trabalho, e as relações da disciplina especialmente com a História, distante de um consenso entre os debatedores presentes (LIARD, 2003) –, ela apresenta as ponderações da pesquisadora italiana Paola Carucci, que defende que “[...] uma renovação da Arquivologia só pode advir de uma reflexão interna à disciplina e não pode nascer somente da confrontação dos praticantes com as evoluções quantitativas ou materiais do objeto de estudo” (HOTTIN, 2003, p. 100, tradução nossa). Levando em conta as discussões dos diversos pesquisadores que participaram do evento, Hottin (2003, p. 105, tradução nossa) assim resume as suas conclusões: “Sem reflexividade, dificilmente existe objetificação possível de práticas... e, a partir daí, o projeto científico de uma disciplina é amplamente questionado.”

Tendo em mente a arqueologia dos saberes arquivísticos – que estudo a partir de Foucault (2005) –, desde os primeiros documentos da Antiguidade até as técnicas concebidas para a sua organização, disponibilização e acesso, ao longo do tempo, os apontamentos de Hottin (2003) mostram-se bastante pertinentes para, a partir das tendências históricas da disciplina, marcadas por considerações decorrentes das práticas do mundo do trabalho, pensarmos nos cenários prospectivos da disciplina que conjugam seus interesses e suas interfaces com outras disciplinas, sem comprometer sua autonomia científica e as particularidades dos seus conceitos, princípios, metodologia e técnicas.



## Os Arquivos e a Arquivologia no e do Brasil

*On peut, nous semble-t-il, envisager l'institutionnalisation d'une discipline en constituant sa mémoire en de ça de son inscription administrative, comme justification supplémentaire de la nécessité de la faire exister et suivre la trace qu'elle a laissée comme autant d'ouvertures possibles pour comprendre les situations actuelles.*

(COUZINET, 2008, p. 77)<sup>67</sup>

**N**O AMPLO PROJETO DE PESQUISA DO QUAL PARTICIPEI – DESDE A INICIAÇÃO científica (CUNHA, 2003) e com ênfase no mestrado (MARQUES, 2007) –, a análise da trajetória da Arquivologia no Brasil demonstrou que sua formação, como disciplina, foi consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para a organização dos arquivos públicos brasileiros, com liderança do AN e atuação da AAB. A realização de diversos cursos pelo AN foi essencial para a implementação do primeiro curso regular de formação de arquivistas, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), em 1960, seminal na conquista de espaços universitários pela Arquivologia. Esse êxito definiria os rumos e a expressão da disciplina no cenário brasileiro, a partir das recomendações de um arquivista francês, que, mesmo em um contexto de avanços do pensamento norte-americano, vem ao Brasil, faz um diagnóstico dos arquivos brasileiros e ministra aulas em cursos que seriam o embrião do CPA.

A configuração atual da Arquivologia brasileira é definida a partir de diversas interfaces com outras disciplinas, evidenciadas nos vínculos institucionais dos seus cursos de graduação, na formação e titulação dos seus docentes e na produção

---

67 “Parece-nos que podemos imaginar a institucionalização de uma disciplina, constituindo sua memória além de seu registro administrativo, como justificativa adicional da necessidade de fazê-la existir e seguir o rastro que deixou como o maior número possível de pistas para entender as situações atuais” (COUZINET, 2008, p. 77, tradução nossa).

científica, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sobre a disciplina e o seu objeto de estudo, os arquivos. Esses três aspectos se entrecruzam e apontam para uma intensa proximidade entre a Arquivologia e a CI hoje – sobretudo político-institucional, inclusive na perspectiva acadêmica –, embora a trajetória arquivística tenha sido marcada pela tradição histórica, muito em decorrência da hegemonia do AN até o início da década de 1970. Assim, verifica-se a tendência histórica, em um primeiro momento do percurso da Arquivologia no Brasil, e, posteriormente, a informacional, coexistente a primeira nos últimos anos.

A ampliação dessa perspectiva para além dos muros do AN e das parcerias com a História pode ser observada na situação da Arquivologia no campo da informação, por mim entendido, a partir de Bourdieu (2001), como um espaço de lutas e alianças, no qual a disciplina tenha sido classificada político-institucionalmente dentro da CI, pelo CNPq (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984).

Diante destas constatações, me propus a investigar o que teria subsidiado as interfaces entre a Arquivologia e a CI no Brasil, de uma parte; de outra, qual seria a herança arquivística francesa para a Arquivologia brasileira, em decorrência das diversas colaborações de arquivistas, professores e pesquisadores franceses que vieram ao Brasil no âmbito de várias iniciativas, inclusive do próprio AN.

Neste capítulo, dois recortes da história e da conformação atual da Arquivologia no Brasil. O primeiro diz respeito ao contexto de consolidação da cooperação arquivística da França com o Brasil, no final da década de 1950, e a criação do CPA, na de 1960, durante a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional. O segundo, sobre a posição da disciplina no campo da informação, mais recentemente, que traz à tona considerações interessantes sobre as relações de colaboração e de submissão com a CI.

#### **4.1. José Honório Rodrigues, o intelectual internacionalista**

Carioca nascido no início do século XX (Rio de Janeiro, 1913), José Honório Rodrigues (JHR) bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais (1933-1937), embora tenha se tornado mais conhecido pela sua segunda formação, em História (Estados Unidos, 1944) (GLEZER, 1976; RODRIGUES, 1994; MARQUES, RODRIGUES, 2017). “Um historiador por vocação”, assim Rodrigues se apresentava, preocupado com a elaboração conceitual na descrição dos acontecimentos (GLEZER, 1976, p. 85).



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2021).

Um brasileiro atento aos movimentos mundiais, ele manifestava seu gosto pelo estudo das relações internacionais, sob a perspectiva política do Brasil e de suas ligações com os brasilianistas, “historiadores estrangeiros que se preocupavam cada vez mais em estudar o Brasil, e sua oposição pessoal à política externa dos regimes militares, de franco alinhamento com os Estados Unidos” (ABREU, 2011, p. 235). O viajor brasileiro foi aos Estados Unidos (1943; 1948; 1961; 1963; 1966) e à Europa (1950; 1972, quando visitou a França). Chegou a representar o Brasil, oficialmente, em diversos encontros internacionais (GLEZER, 1976; MARQUES, RODRIGUES, 2017).

Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1938-1944); no Instituto do Açúcar e do Alcool, como bibliotecário (1945); no Instituto Rio Branco (1946-1956), onde participou da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil (1945-1968) e como professor (a partir de 1953); na Biblioteca Nacional (BN), como diretor de Obras Raras e Publicações (1946-1958), quando disponibilizou obras de difícil acesso; e no AN, como diretor (1958-1964), período no qual ele se preocupou com a publicação de fontes, com reformas administrativas e cursos de formação de pessoal, trazendo ao Brasil autoridades arquivísticas internacionais (GLEZER, 1976; RODRIGUES, 1994; ABREU, 2011; MARQUES, 2007, 2011; BUZZATTI, 2015; MARQUES, RODRIGUES, 2017).

A exemplo de vários brasileiros que se beneficiaram de auxílios a viagens ao exterior (BRASIL, 1938),<sup>68</sup> Rodrigues foi aos Estados Unidos, onde permaneceu por

---

68 O Decreto-Lei n. 776, de 7 de outubro de 1938, propiciou uma situação administrativa favorável à cooperação internacional, ao contemplar a especialização de funcionários pela sua participação “em cursos mantidos por instituições culturais, ou por estágio para observação direta em serviços públicos, ou, ainda, por ambas as formas referidas” (BRASIL, 1938), inclusive em técnicas

um ano (1943-1944), para se aperfeiçoar em atividades compatíveis com aquelas que desenvolvia no Instituto Nacional do Livro (MARQUES; RODRIGUES, 2017). Naquele país, participou do *First Inter-American Archival Seminar* (1961) e ministrou aulas como professor visitante na *University of Texas* (1963-1964 e 1966-1967). Algumas das suas obras chegaram a ser traduzidas para o inglês nos Estados Unidos (GLEZER, 1976).

Quando foram observadas relações entre a metodologia da pesquisa histórica e o discurso técnico-científico associado aos documentos, JHR realiza o seu diagnóstico da situação do AN, no qual faz críticas à situação arquivística que encontrou, aos problemas considerados por ele fundamentais e funcionais, como o recolhimento de documentos e a formação de pessoal no quadro da instituição. Ao concluir que “[...] só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar da história” (RODRIGUES, 1959, p. 66), ele toma a frente de um discurso de modernidade arquivística tendo em vista a superação da lógica histórica e enfatiza o papel do arquivo na lógica da Administração Pública (BUZZATTI, 2015). Esse estudioso lembra que

A lacuna existente por não estar o AN voltado a trabalhar para a administração pública, e sim para a pesquisa histórica (enquanto coleta documental), tornava a instituição, aos olhos de JHR, um exemplo de obsolescência. Esse serviço, essencial ao Estado moderno, permaneceria órfão, enquanto o AN não se incumbisse do papel de “arcabouço da administração” (BUZZATTI, 2015, p. 69).

A reforma administrativa que Rodrigues almejava consistia em “[...] afastar a forma da instituição da ordem dos documentos e a aproximá-la de um formato administrativamente atualizado” (BUZZATTI, 2015, p. 70), ou seja, redimensionar o papel do AN de uma instituição custodiadora de documentos históricos para uma visão mais dinâmica diante das demandas de gestão, organização e preservação de documentos, bem como das políticas institucional e nacional de arquivos. Assim, a nova perspectiva que ele vislumbrava conjugaria os serviços de arquivo, os próprios arquivos (fundos), os profissionais por eles responsáveis e a disciplina que os estuda.

Seu interesse pelas relações internacionais do Brasil com a França foi manifestado em carta ao embaixador brasileiro na UNESCO, ocasião em que José Honório solicitou uma obra francesa a respeito, para empreender estudos meio ao seu exaustivo

---

biblioteconômicas e arquivísticas (MARQUES; RODRIGUES, 2017).

trabalho no AN.<sup>69</sup> Os desdobramentos desse interesse trariam ressonâncias para os arquivos e a Arquivologia brasileiros, a partir de um legado de contribuições, estudadas e reconhecidas no âmbito da História (GLEZER, 1976; IGLÉSIAS, 1988; MOTA, 1988; ALVES JUNIOR, 2008; RODRIGUES; MELLO, 1994; ABREU, 2011; UHIARA, 2014), dos arquivos e da Arquivologia (SOARES, 1987; SIMÕES, 2013; BUZZATTI, 2015; SANTOS; LIMA, 2016; MARQUES; RODRIGUES, 2017). Observa-se que, há 33 anos, Soares assinalou a responsabilidade do diretor do AN frente à institucionalização da disciplina:

O processo renovador da arquivística brasileira é fruto do empenho do historiador José Honório Rodrigues, quando a partir de 1958 assume a direção do Arquivo Nacional. O estado deplorável em que se encontrava aquela instituição, sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender qualquer propósito de modernização levaram o historiador a repensar seus projetos administrativos e começar o trabalho pelo caminho mais longo: **a formação de pessoal adequado capaz de enfrentar os novos desafios que viriam pela frente**. Em outras palavras: **fundar uma arquivística com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos** (SOARES, 1987, p. 7, grifos nossos).

O papel de Rodrigues nesse intercâmbio cultural e técnico foi de grande importância e reconhecido pela comunidade arquivística. No seu texto de 1987, Soares enumera as contribuições de JHR para a Arquivologia brasileira que merecem ser lembradas diante das suas repercussões para os arquivistas, docentes e pesquisadores da área que lhe sucederiam:

Pelo que se pode aferir nos indicadores aqui levantados sobre a contribuição de José Honório Rodrigues no desenvolvimento da moderna arquivística, se conclui:

- 1) Criou condições para o desenvolvimento profissional da arquivística brasileira, trazendo especialistas internacionais para o aprimoramento técnico-científico do pessoal recrutado;
- 2) Deu motivo para atrair novos interessados ao trabalho arquivístico, através de cursos que promoveu no Arquivo Nacional e com seus livros;

---

69 Carta-ofício de JHR a Paulo Carneiro, de 7 de dezembro de 1959 – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

- 3) Estimulou o levantamento de instrumentos de trabalho histórico, ele mesmo dando exemplo na execução de tais tarefas;
- 4) Valorizou o papel dos arquivos e, conseqüentemente da arquivística, dando prioridade ao reexame das fontes primárias;
- 5) Por fim, fez caminhar paralelas e harmonicamente instrumentadas, as questões de metodologia da pesquisa histórica e de preparo e conhecimento científico dos acervos documentais.

Com efeito, **trata-se de uma contribuição de ressonância profunda, sem dúvida a mais significativa que a arquivística brasileira recebeu nos últimos tempos** (SOARES, 1987, p. 10, grifos nossos).

Em matéria publicada pelo Correio Braziliense, Astréa de Moraes e Castro (1968)<sup>70</sup> lembra o apoio do ex-diretor do AN. Segundo ela, a falta de literatura especializada era um empecilho à formação de pessoal e a única solução consistia na tradução de trabalhos estrangeiros. Foi então que ele promoveu a tradução e publicação de importantes obras da literatura da área, divulgando práticas e o pensamento arquivísticos, por meio de publicações especializadas produzidas pela instituição. Destacam-se traduções e o projeto de obras técnicas, apresentadas e prefaciadas por ele mesmo, que passaram a compor a Série “Publicações Técnicas” do AN, obras que, para Fonseca (1988, p. 101), representam o “[...] esforço iniciado por José Honório Rodrigues no sentido de dotar os arquivistas brasileiros de obras clássicas da arquivologia, até então fora de seu alcance”.

Em 1970, JHR foi nomeado diretor do arquivo da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1987, deixando, dentre seus legados, contribuições valiosas para a internacionalização da Arquivologia e, mais especificamente, para a institucionalização da disciplina no Brasil, doravante relatada.

O cerne desta análise está nas autoridades arquivísticas internacionais que José Honório trouxe ao Brasil, como o francês Henri Boullier de Branche e o norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg (ABREU, 2011). Indo ao encontro dos estudos empreendidos por esses arquivistas, Rodrigues (1959) faz o diagnóstico da situação do AN, conforme já mencionei.

---

70 Astréa de Moraes e Castro, formada em Direito, elaborou o projeto do qual originou o Parecer n. 212, de 7 de março de 1972, que autorizou a criação dos Cursos de Arquivologia em nível superior, pelo Conselho Federal de Educação (CFE); participou das negociações para a implantação do curso de Arquivologia na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) e no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); dirigiu o Núcleo Regional da AAB, em Brasília, em 1979; e desempenhou relevante papel para a criação do Curso de Arquivologia na UnB, no final da década de 1970 e no início dos anos 1990, quando de sua consolidação (MARQUES, 2007).

Seu trânsito político, favorecido por uma rede de contatos que propiciava a cooperação de outras instituições (inclusive internacionais), repercutiu em avanços notáveis nas instituições em que trabalhou. Isso teria impacto na própria Arquivologia, que dava os seus primeiros passos, quando da gestão de JHR no AN. As repercussões dessa gestão para a disciplina e os arquivos no Brasil serão relatadas no próximo capítulo.

#### 4.2. A Arquivologia brasileira no campo da informação

Pierre Bourdieu (2001) articula estruturação histórica com objetivos contemplados em projetos (*habitus*), lógica própria de funcionamento (*nomos*) em um espaço (campo científico) e regulação desse espaço por meio de duas espécies de capital científico (o temporal/político e o intelectual/puro) para a compreensão da ciência e dos seus usos nos mundos social e científico. Conjugando essas três noções indissociáveis na perspectiva do estudioso, retomo a trajetória histórica dos arquivos e da Arquivologia, levando em consideração o surgimento daqueles na Antiguidade e a constituição desta como uma disciplina científica, a partir do século XVI (FONSECA, 2004), ao se projetar como um conjunto de métodos e técnicas utilizados para a identificação, organização, preservação e recuperação dos documentos de arquivo. Auxiliar da História, da Administração e/ou parte da CI, suas relações foram da submissão à colaboração, em intercâmbios não lineares e diversamente apropriados pela comunidade arquivística, nos diferentes contextos espaço-temporais.

Para compreender os arranjos das relações entre a Arquivologia e essas disciplinas, ao longo do tempo, é importante recorrer a Jardim (2011) que reconhece a dimensão interdisciplinar como uma característica da disciplina arquivística, que transita entre, pelo menos, três visões: como campo autônomo, com bases consolidadas e, de certa forma, ciência auxiliar da História; como disciplina que constitui uma subárea da CI (uma interpretação que ganha espaço especialmente no Brasil, sem maior veiculação internacional); e como disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida (ou potencialmente exercida) em diversos aspectos que permeiam as suas relações com a História, a Administração, a CI, a Biblioteconomia, a Museologia, a Sociologia, dentre outras. O autor defende esta última perspectiva, com a qual concordo, a partir de um breve histórico da classificação das ciências que doravante apresento, a fim de subsidiar o entendimento das relações supracitadas.

Diante da variedade das obras que definem “classificação” e “classe”, uma definição me parece clara: classificação como um procedimento lógico (JAPIASSU; MARCONDES, 1991; DUROZOI; ROUSSEL, 2002), do qual são estabelecidas classes (JA-

PIASSU; MARCONDES, 1991; ABBAGNANO, 2003) ou grupos (SANTOS, 1963), a partir de características comuns (JAPIASSU; MARCONDES, 1991; NADEAU, 1999). O pioneirismo da sistematização da classificação do conhecimento é tributado ao italiano Angelo Poliziano, poeta e humanista que, em 1941, publicou um esquema das relações entre as ciências e áreas do conhecimento, inaugurando o “movimento” de elaboração de sistemas de classificação” (DAHLBERG, 1979, p. 353). Outros estudiosos também propuseram esquemas de classificação das ciências: Mario Nizolio (1553); Francis Bacon (1605); Ampère (1834-1843); Saint-Hilaire (1808-1861); Henry Evelyn Bliss – dedicado aos fundamentos filosóficos sobre classificação, publicou o livro *“The Organization of Knowledge and the System of Sciences”* (1929), bem como um sistema de classificação bibliográfica, em 1935; e Ranghanathan que, com o seu livro *“Prolegomena to Library Classification”* (1937), apresenta regras, postulados, princípios e métodos representativos de elementos de notação.

A partir de amplas definições de “classificação”, alguns autores as especificam, apresentando aquelas voltadas à “classificação das ciências”. Para Santos (1963, p. 274), “a unidade da ciência funda-se na unidade de seu objecto”, que pode ser, segundo ele, material (concreto) ou formal (aspecto particular do objeto material, que caracteriza a ciência). Dessa maneira, “a variedade do objeto formal permitiu a especialização científica, como também a classificação das ciências” (SANTOS, 1963, p. 275). Ele divide as ciências conforme os seus objetos, em: ciências do objeto real (as da Natureza e as do Espírito); e ciências de objeto ideal, como as Matemáticas. E, a partir de tais objetos, apresenta uma classificação da ciência: a) Ciências da Natureza, cujo objeto é a natureza, como conjunto de todos os seres tempo-espaciais, a realidade corporal, tanto inorgânica como orgânica, enquanto não é produto da ação humana. O corpo humano é assim considerado um objeto natural; b) Ciências do Espírito (culturais), que estudam o âmbito propriamente humano da realidade, o homem em sua peculiaridade e como criador, homem do mundo da cultura, e a própria cultura. Enfim, todo o objeto cultural, que é tudo quanto ele cria ou modifica.

Abbagnano (2003, p. 140), por sua vez, explica que

Enquanto uma enciclopédia é a tentativa de dar o quadro completo de todas as disciplinas científicas e de fixar de modo definitivo as suas relações de coordenação e subordinação, uma classificação das C. [Ciências] tem só o intuito mais moderno de dividir as C. em dois ou mais grupos, segundo a afinidade de seus objetos ou de seus instrumentos de pesquisa.

Ao reconhecer a importância das classificações dos filósofos do século XIX, o autor retoma alguns modelos de classificação, assim como Durozoi e Roussel



(2002). Da definição de “ciência” desses dois últimos autores, gostaria de sublinhar as Ciências Humanas, entendidas como “as disciplinas cujo objeto exclusivo é o homem em suas várias dimensões (história, sociologia, psicologia, etnologia, etc.)” (DUROZOI; ROUSSEL, 2002, p. 80).

Nadeau (1999), por sua vez, classifica a ciência segundo três critérios: a) objeto: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ciências Lógico-Formais; b) método: Ciências Nomotéticas, Ciências Idiográficas, Ciência Especulativa e Ciências Experimentais; c) objetivo ou função: Ciências Fundamentais e Ciências Aplicadas.

Independente das classes adotadas, Pombo (1998) afirma que toda classificação das ciências possui: um agente classificativo, um mecanismo classificador, um princípio de classificação, uma multiplicidade de fins, elementos finitos, um contexto de classificações precedentes e um produto externo da atividade classificadora. Também as classificações das ciências são classificações reais e, como tal, não escapam às irregularidades e anomalias de que só as classificações ideais estariam isentas.

Levando em conta a variedade de aspectos para a classificação da(s) ciência(s), emergiram questionamentos acerca das diversas classificações que a Arquivologia poderia receber. Poderia ser contemplada como ciência prática (relacionada às atividades humanas), na visão dos antigos filósofos (SANTOS, 1963), ou como ciência do espírito (cultural), dedicada a um objeto cultural, o arquivo (SANTOS, 1963; BRUGGER, 1969). Se as atuais Ciências Sociais – Humanas, também – adivessem das Ciências do Espírito (DUROZOI; ROUSSEL, 2002), os arquivos, como criação humana e como objeto de estudo da Arquivologia, seriam estudados por uma disciplina classificada nessa concepção. No século XIX, a Arquivologia poderia, porventura, se enquadrar nas Ciências Concretas, concebidas por Comte como descritivas (ABBAGNANO, 2003).

Ao estudar o histórico do seu delineamento científico, na minha tese (MARQUES, 2011), observei que as relações da Arquivologia com outras disciplinas mudam ao longo do tempo, muito em razão dos interesses que outras áreas têm pelos arquivos. Na Idade Média, dá-se a revitalização do papel dos arquivos, criados na Antiguidade, que passam a ser conservados para além da sua perspectiva jurídica e patrimonial (século XII). No século XIII, os arquivos passam a servir aos interesses da História e, depois do reconhecimento dos valores políticos e administrativos dos documentos, os arquivos passam a servir aos interesses da Administração (século XIV).

Compreendidos como fontes autênticas para o desenvolvimento do trabalho erudito, os documentos de arquivo são tidos como fontes de informação, inclusive sobre o passado, no século XVI. Essa dimensão que, mais uma vez, aproxima os

arquivos dos interesses da História, é reforçada no século seguinte (XVII) com a intensificação da sua procura, em função do carácter histórico dos documentos; da elaboração de instrumentos de pesquisa e, quase que consequentemente, da organização não orgânica dos documentos (temática ou cronologicamente).

Em continuidade à perspectiva histórica, há o investimento na formação paleográfica no século XVIII e a aproximação entre a Arquivologia e a Diplomática, no século XIX. Dessa maneira, são criadas escolas para atender às demandas de leitura de interpretação de documentos (segundo as abordagens diplomática e paleográfica); os arquivos continuam a serviço da História; a sua função científica se fortalece; o papel do arquivista relaciona-se à disponibilização dos documentos aos usuários e à análise crítica das fontes e esse profissional é confundido com o conservador erudito e o historiógrafo. No século XX, mais especificamente durante a Segunda Guerra Mundial, a Arquivologia passa a ser entendida como descritiva, quando entra em crise de identidade com a História, com o predomínio de uma linha tecnicista, especialmente a partir dos anos 1930 (SILVA *et al.*, 1999).

Concebidas administrativa e historicamente – em um primeiro momento e, diante da complexidade da produção documental –, diferentes concepções da disciplina e do seu objeto passam a coexistir, conforme a produção, organização e utilização dos arquivos nos diversos países e regiões como aqueles que a compreendem mais próxima da História, a exemplo da França; ou conjunto de técnicas para recuperar documentos, como os Estados Unidos; ou como uma (das) Ciência(s) da Informação, como em Portugal ou mesmo no Brasil, ainda que a concepção não seja consensual aqui (MARQUES, 2011; 2017b).

Tendo em vista a classificação da Arquivologia como subárea da CI, em vigor no Brasil (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984), deve-se retomar um breve histórico das agências de fomento, no mundo e no país.

As primeiras fundações particulares para incentivo à Ciência & Tecnologia (C&T) e as ideias de criação de muitos conselhos de pesquisa surgem com a Primeira Guerra Mundial, mediante o reconhecimento da eficácia da C&T para a definição das batalhas (MOTOYAMA; NAGAMINI, 1996). Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e França inspiraram o Brasil na institucionalização do seu Conselho Nacional de Pesquisas (ROMANI, 1982; MOTOYAMA, 1985; MOTOYAMA; NAGAMINI, 1996; ANDRADE, 1998).

Nos Estados Unidos, a primeira instituição nesses moldes é criada no século XIX, dando origem à *National Academy of Engineering* (1964) e ao *Institut of Medicine* (1970), hoje *The National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine* (MOTOYAMA, 1985; THE NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND

MEDICINE, 2020a). Atualmente, a instituição possui sete programas de pesquisa (THE NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2020b), nos quais não há nenhum ramo relacionado à Arquivologia.

O *Conseil national de recherches Canada* (CNRC) é o principal órgão de pesquisa e desenvolvimento do governo, que, associado à indústria, promove a divulgação da pesquisa de laboratório, aplicando-a comercialmente para beneficiar a população (CONSEIL NATIONAL DE RECHERCHES CANADA, 2020a). O CNRC possui quatro divisões integradas de programas de pesquisa e desenvolvimento (R-D) estratégicos, nas quais há 14 setores integrados, agrupados e ligados aos domínios industriais prioritários (CONSEIL NATIONAL DE RECHERCHES CANADA, 2020b). Nessas divisões e setores, não se verificam interesses arquivísticos.

No Reino Unido, o *UK Research and Innovation* substituiu o *Research Councils UK* (RCUK), que integrava os conselhos de pesquisa na procura de benefícios para suas comunidades acadêmicas e para o governo. Atualmente, são nove conselhos, dos quais o de Artes e Humanidades, que abrange, entre outras áreas, Estudos de Biblioteconomia e Informação, na qual são contemplados os arquivos, juntamente da gestão de documentos, da CI e recuperação, dos estudos biblioteconômicos, da gestão da informação e do conhecimento e dos estudos computacionais (UK RESEARCH AND INNOVATION, 2020).

Na França, a primeira instituição para equipar laboratórios é criada em 1901, complementada, mais tarde (1922), pelo *Office national des recherches scientifiques et industrielles et des inventions* (ONRSI); pela *Caisse nationale des sciences* (CNS), em 1930; pelo *Conseil supérieur de la recherche scientifique* (CSRS), em 1933; pelo *Centre de la recherche scientifique appliqué* (CNRSA), em 1938; e por um serviço central em torno do *Centre national de la recherche scientifique* (CNRS), em 1939 (MOTOYAMA; NAGAMINI, 1996). O CNRS caracteriza-se, atualmente, como organismo público de pesquisa, subordinado ao *Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enseignement supérieur et de la Recherche*. É composto por dez institutos, dentre os quais o Instituto de Ciências Humanas e Sociais e o Instituto de Ciências da Informação e suas interações. O primeiro abriga interesses históricos, sociais, antropológicos, filosóficos e políticos (não há especificação para a Arquivologia, que é entendida na perspectiva histórica); o segundo contempla a CI junto à Comunicação (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 2020b), conforme seção 3.5.

No Brasil, a história do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) começa nos anos 1920, com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), que inaugura a ideia da necessidade de criação de um conselho de pesquisas (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984; MOTOYAMA, 1985; MOTOYAMA; NAGAMINI, 1996), que é criado em 1951.

Já no contexto da sua concepção, o CNPq estrutura a base de um instrumento para a classificação das áreas do conhecimento, tendo em vista o fomento à pesquisa. Este é o embrião para a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC), que é concebida e passa por atualizações diante de demandas relacionadas à incorporação de áreas inicialmente não contempladas. Depois de reconhecer alguns setores como áreas do conhecimento a partir de 1951, o CNPq publica três tabelas (1976, 1982 e 1984), revistas nos anos 1990 e na primeira década do século XXI. Na primeira TAC, a CI é classificada como subárea da Comunicação, e a Arquivologia não é mencionada. Na segunda TAC, “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia” denominam uma área, dentro da qual “Organização de Arquivos” é tida como uma especialidade da subárea “Tratamento da Informação”. Na terceira TAC, a Arquivologia é concebida como subárea da área CI, por sua vez inserida na Grande Área “Ciências Sociais Aplicadas”, conforme representam Souza e Stumpf (2009).

**Quadro 2: Ciência da Informação nas versões da Tabela de Áreas do Conhecimento**

<b>TAC 1976</b>	
<b>Área</b>	<b>Comunicação</b>
<b>Subárea</b> Especialidades	<b>Ciências da Informação</b> Sistemas de Informação Biblioteconomia e Documentação Outras (Especificar)
<b>TAC 1982</b>	
<b>Grande Área</b>	<b>Ciências Humanas, Sociais e Artes</b>
<b>Área</b>	<b>Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia</b>
<b>Subárea</b> Especialidades	<b>Teoria da Informação</b> Teoria Geral da Informação Processos da Comunicação Teoria da Classificação Representação da informação Métodos Quantitativos. Bibliometria
<b>Subárea</b> Especialidades	<b>Tratamento da Informação</b> Técnicas de recuperação da informação Processos de disseminação da informação Organização de arquivos
<b>TAC 1984</b>	
<b>Grande Área</b>	<b>Ciências Sociais Aplicadas</b>
<b>Área</b>	<b>Ciência da Informação</b>
<b>Subárea</b> Especialidades	<b>Teoria da Informação</b> Teoria Geral da Informação Processos da Comunicação Representação da Informação
<b>Subárea</b> Especialidades	<b>Biblioteconomia</b> Teoria da Classificação Métodos Quantitativos. Bibliometria Técnicas de Recuperação da Informação Processos de Disseminação da Informação
<b>Subárea</b> Especialidades	<b>Arquivologia</b> Organização de Arquivos

Fonte: Souza e Stumpf (2009, p. 45).

Em uma proposta de revisão da última TAC, em 2005, CI e Arquivologia são propostas como duas áreas distintas, inseridas na Grande Área “Ciências Socialmente Aplicáveis”. A Arquivologia teria quatro subáreas: Fundamentos de Arquivologia; Gestão Arquivística; Métodos Arquivísticos; e Arquivologia Especializada. Entretanto, esta proposta de revisão não se realizou (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1978; 1984; ROMANI, 1982; SOUZA, 2004; 2005; 2008; SOUZA E STUMPF, 2009; MARQUES, 2016).

O que há no Brasil, hoje, é uma classificação das áreas do conhecimento (em sua terceira versão), que reconhece a CI como uma área, na qual a Arquivologia é uma das suas subáreas (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984). Esta classificação político-institucional para fins de fomento à pesquisa não é consensualmente aceita pela comunidade científica arquivística. Há estudiosos da CI e da Arquivologia que reconhecem (ou não) as suas relações em, pelo menos, três perspectivas: a) autores que ignoram a história dos arquivos e da Arquivologia e nem a consideram cientificamente, como Le Coadic (1996, p. 14); b) autores que concebem a Arquivologia como uma parte da CI (PINHEIRO, 1999; SILVA *et al.*, 1999); 3) e autores que demarcam a autonomia da Arquivologia e reconhecem, em níveis e graus diversos, as suas relações com a CI (JARDIM; FONSECA, 1995; SILVA, 1996; MARQUES, 2007; CRUZ DOMÍNGUEZ, 2017).

As TACs no Brasil se aproximam mais da perspectiva enciclopédica, com a fixação das relações entre as disciplinas, do que da divisão científica em grupos, conforme seria pela afinidade dos objetos e dos instrumentos de pesquisa das áreas do conhecimento, respeitando as particularidades das diversas disciplinas científicas. A classificação das áreas do conhecimento no país tem, como agentes classificativos, pesquisadores representantes das diversas áreas, que utilizam a sua hierarquização como mecanismo classificador, segundo princípios de classificação que não são explicitados, como a ordem histórica da constituição e diferenciação das disciplinas; ou a natureza dos objetos estudados, de acordo com Pombo (1998). Com finalidades práticas, conjuga disciplinas constituídas e em vias de constituição, num contexto de classificações precedentes, do próprio CNPq, gerando esquemas, conhecidos como TACs (MARQUES, 2017b).

Afinal, qual é a especialização científica da CI não verificada na Arquivologia que justifica a atual classificação desta como subárea daquela? Mais especificamente, qual é o objeto formal da CI que justifica a sua autonomia científica em relação às outras disciplinas, tal como nos propõem Santos (1963) e Brugger (1969)? Definido de forma ampla, o objeto da CI transita entre a informação e o seu tratamento, o seu fluxo, a sua recuperação e o seu acesso. Definido em uma perspectiva mais específica, o objeto da Arquivologia é representado pelo arquivo/documento de

arquivo (SCHMIDT, 2012). Assim, não observei especialização na CI em relação à Arquivologia que paute a sua concepção como uma área que a abrigue como uma subárea, tal como aparece na TAC em vigor (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984). Semelhantemente, não se observam princípios científicos na literatura da CI como ocorre na Arquivologia (KUROKI, 2016; RAMÍREZ ACEVES, 2017), além de uma longevidade histórica dos arquivos e da Arquivologia, também não verificada na recente história da CI como disciplina (MARQUES, 2011).

Ainda manter-se-ia a Arquivologia, uma disciplina científica que vem se formando desde o século XVI (FONSECA, 2004), subordinada à CI, uma disciplina nascida na segunda metade do século XX? Ou seja, esta questão cronológica legitimaria a emancipação da Arquivologia como uma área do conhecimento independente da CI ou não seria suficiente para tal a despeito do papel coadjuvante da Arquivologia no campo da informação, como sugere Schmidt (2012)? Contudo, a CI ainda tem maior visibilidade político-institucional que a Arquivologia, possivelmente em razão da propagação do discurso informacional nos arquivos mediante os aspectos apontados pela mesma estudiosa:

[...] institucionalização da Ciência da Informação e sua “capacidade” científica “não alcançada” pela Arquivologia, a “emergência” da Sociedade da Informação e a necessidade em renovar o discurso teórico que aqui se configurava [em meados da década de 1990], baseado majoritariamente por ideias europeias advindas de países como França e Espanha (SCHMIDT, 2012, p. 260).

O questionamento sobre como a Arquivologia poderia ser classificada, considerando a pluralidade de aspectos que perpassam a classificação da(s) ciência(s), vai ao encontro da sua compreensão como disciplina científica, nem sempre contemplada assim por todos, diante dos interesses que outras áreas têm pelos arquivos. Dessa maneira, a subordinação da Arquivologia a outras disciplinas ou a sua autonomia científica parece variar de acordo com esses interesses. A partir das recomendações de Bourdieu (2001), é imprescindível à configuração de um campo científico a conjugação dos seus *habitus* e dos seus capitais, para que espaço, tradição e regulação definam uma lógica própria de funcionamento no decorrer do tempo, mediante a dinâmica de uma comunidade. Tal dinâmica parece adequada para todas as disciplinas e é assim que, inspirada nas ideias desse autor e considerando o percurso histórico da Arquivologia apresentado em sua literatura (FONSECA, 2004; SILVA *et al.*, 1999, MARQUES, 2011), defendo a autonomia dessa

disciplina, inclusive em relação à CI, por mais que esta tenha alcançado visibilidade na contemporaneidade.

Levando em conta a história e a epistemologia da Arquivologia, entendo que esta disciplina não pode ser compreendida como uma parte da CI, ainda que esta última tenha conquistado importantes espaços acadêmico-institucionais nos últimos anos, de maneira a abrigar cursos e pesquisas arquivísticos em universidades e programas de pós-graduação. Nesse sentido, a manutenção da subordinação da Arquivologia à CI camufla conquistas seculares daquela disciplina, encobrendo suas peculiaridades teóricas e epistemológicas por trás de questões político-institucionais.

Assim, a propagação do discurso informacional nos arquivos lembrada por Schmidt (2012), aliada à baixa visibilidade político-institucional da Arquivologia, não representa os avanços histórico-epistemológicos e teóricos da disciplina, dificultando a sua ressonância. Diante dessas incongruências, espero que a classificação das áreas do conhecimento no Brasil seja inconclusiva e brevemente substituída, não somente pelas limitações típicas de qualquer esquema classificatório, como também por não espelhar os avanços de uma disciplina que tem história e teoria e que anseia por reciprocidade, recusando a subordinação.





## Cooperação arquivística da França com o Brasil

*Une discipline ne naît pas au moment où, administrativement, elle devient repérable. Elle est le résultat d'un cheminement intellectuel commencé de longue date qui aboutit un jour, dans un contexte précis et favorable, à rassembler suffisamment de personnes pour être entendu. Auparavant, la production de quelques auteurs, même éloignés dans le temps constitue un soubassement qui met en lumière les interrogations, les avancées, les bilans, les projets, les hésitations ou les prises de position qui sont déjà des jalons pour une discipline, une source d'inspiration et des voies de réflexion ouvertes pour le futur.*

(COUZINET, 2008, p. 76)<sup>71</sup>

**N**ESTE CAPÍTULO, O RELATO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO ARQUIVÍSTICA DA França com o Brasil, a partir de uma ampla pesquisa documental em instituições dos dois países, para a análise histórica das contribuições de especialistas franceses, do campo prático dos arquivos e teórico da Arquivologia, para o delineamento da disciplina no Brasil, em um primeiro momento, e brasileira, mais recentemente. A análise tem base nos referenciais teóricos apresentados no capítulo 2, especialmente em Bourdieu (2002, p. 3, tradução nossa) que, ao discorrer sobre as condições sociais da circulação internacional de ideias, propõe “um programa para uma ciência de relações internacionais em matéria de cultura”, regulado pela importação e exportação intelectual de ideias em culturas diversas, a meu ver mui-

---

<sup>71</sup> “Uma disciplina não surge quando, administrativamente, se torna identificável. É o resultado de uma jornada intelectual iniciada há muito tempo, que um dia, em um contexto preciso e favorável, reúne pessoas suficientes para ser entendida. Inicialmente, a produção de alguns autores, mesmo distantes no tempo, constitui uma base que destaca as questões, os avanços, as avaliações, os projetos, as hesitações ou posições que já são marcos para uma disciplina, uma fonte de inspiração e vias de reflexão abertas para o futuro” (COUZINET, 2008, p. 76, tradução nossa).

to alinhado ao Método da História Cruzada, relacional em sua essência (WERNER; ZIMMERMANN, 2004).

Iniciativas de cooperação técnica, científica e cultural entre a França e o Brasil são oficializadas a partir do século XIX, com o *Traité d'amitié, de commerce et de navigation* (Rio de Janeiro, 1826), que inaugura vários acordos bilaterais.<sup>72</sup> Destaco aqueles firmados a partir da década de 1940, a começar pelo *Accord culturel entre la France et le Brésil*, assinado no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1948, o qual, como o próprio título indica, visa a estabelecer relações de ordem cultural entre os dois países, levando em conta a mesma cultura latina. Previsto para vigorar por cinco anos, o acordo contempla facilidades recíprocas entre os dois governos quanto à circulação de: livros, revistas, publicações literárias, artísticas, científicas e técnicas; filmes educativos, documentários e discos com interesse cultural; intelectuais e artistas; professores, técnicos, pedagogos e cientistas; obras e objetos para exposições artísticas ou científicas; bolsistas e conferencistas (ACCORD CULTUREL ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL, 1948, Article 1<sup>er</sup>). Esse acordo é publicado 12 anos mais tarde pelo Decreto n. 60-878, de 12 de agosto de 1960 (FRANCE, 1960), que, por sua vez, é revogado em 28 de maio de 1996, pelo *Accord-cadre de coopération entre le gouvernement de la République française et le gouvernement de la république fédérative du Brésil* (1996), apresentado adiante.

No dia 15 de maio de 1954, é assinada, em Madri, a *Convention pour la création de l'Union Latine* (Decreto n. 71-796, de 15 de setembro de 1971), pelos países participantes do II<sup>ème</sup> *Congres International de l'Union Latine* (inclusive o Brasil). Seus objetivos contemplam o favorecimento da cooperação intelectual entre esses países; a valorização do patrimônio cultural comum; o conhecimento recíproco das personalidades, instituições e necessidades dos povos latinos; e a valorização da latinidade quanto aos aspectos morais e espirituais no âmbito das relações internacionais (CONVENTION POUR LA CRÉATION DE L'UNION LATINE, 1954, Article II).

Anos depois, o *Accord sous forme d'échange de lettres relatif à la coopération technique administrative entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil* é assinado em 6 de outubro de 1959, no Rio de Janeiro, pelo embaixador da França no Brasil e pelo então ministro das Relações Exteriores, ratificando a cooperação técnica entre a França e o Brasil. Executado pelo diretor da *École Nationale d'Administration* e pelo diretor geral do Departa-

---

72 Além desses acordos, é importante lembrar a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, em decorrência da tradicional cooperação entre os dois países e, mais especificamente, da Missão Francesa no Brasil (SCHMIDT; MARTINS, 2006).

mento Administrativo do Serviço Público (DASP), o documento prevê cooperação técnico-administrativa:

- a) pela participação de professores franceses na formação geral dos funcionários do Governo Federal brasileiro, nas escolas ou centros de aperfeiçoamentos existentes, ou a serem criados, particularmente na Escola do Serviço Público;
- b) pela participação de professores, ou de especialistas franceses, na formação especializada de funcionários brasileiros nos estabelecimentos nacionais de ensino;
- c) pelo envio de funcionários brasileiros para estagiar em escolas, ou serviços técnicos franceses;
- d) pela participação de técnicos no estudo de novas técnicas administrativas, de reformas, ou de novos métodos de ensino, por conta de uma ou de outra Parte;
- e) pelo envio, ao Brasil, e, particularmente, ao D.A.S.P, de funcionários franceses;
- f) pelo envio, à França, de funcionários, ou de personalidades do Brasil, particularmente, ao “Centre des Hautes Etudes Administratives” e ao “Centre de Formation des Experts Internationaux;”
- g) pela participação de professores brasileiros na formação geral dos funcionários do Governo francês (ACCORD SOUS FORME D’ÉCHANGE DE LETTRES RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ADMINISTRATIVE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL, 1959, Article II).

Outras modalidades de permuta também são contempladas, possibilitando viagens de estudos para personalidades ou utilização de técnicos do outro país:

- a) para o estudo de novas técnicas administrativas;
- b) para a elaboração de reformas;
- c) na ocasião da criação de serviços novos;
- d) e, de uma maneira mais geral, a título de conselheiros técnicos, para o desenvolvimento do programa de cooperação administrativa, principalmente no domínio da formação dos funcionários em todas as disciplinas (ACCORD SOUS FORME D’ÉCHANGE

DE LETTRES RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ADMINISTRATIVE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL, 1959, Article 14).

Tendo em vista essas perspectivas de intercâmbio técnico, sobretudo entre funcionários públicos, há a previsão de concessão de bolsas, pelo governo francês, a funcionários brasileiros em duas categorias, uma delas reservada ao pessoal de nível superior. Nesse caso, as instituições francesas a que teriam acesso eram: a *École nationale d'administration*, para cursos normais e ciclos especiais de formação; o *Centre des hautes études administratives* (CHEA), o *Centre de Formation des Experts internationaux – Fondation nationale des sciences politiques* (FNSP) –, o *Conseil d'État*, o *Conseil de l'Inspection des finances* e o *conseil de la Cour des comptes*, para estágios. Os demais bolsistas teriam acesso à *École du Trésor*, *École des impôts*, *École des Douanes*, *École de l'Institut de statistiques et d'études économiques*, *École nationale supérieure de la santé publique* e *École Nationale des Postes et Télécommunications* (ACCORD SOUS FORME D'ÉCHANGE DE LETTRES RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ADMINISTRATIVE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL, 1959, Article 9). Interessante observar que nem os *Archives nationales* nem a ENC constam do rol mencionado.

Uma das seguintes situações seria condição para o funcionário público brasileiro beneficiar-se de bolsa do governo francês: conclusão de curso da Escola do Serviço Público (ou instituição congênere); exercício de função pública de responsabilidade. Além disso, deveria ter declaração que atestasse conhecimento suficiente da língua francesa, pela Aliança Francesa (ACCORD SOUS FORME D'ÉCHANGE DE LETTRES RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ADMINISTRATIVE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL, 1959, Article 13).

Este parece ser o primeiro acordo que consolida a cooperação técnico-científica entre os dois países, ratificada por outros documentos. Em 16 e 22 de janeiro de 1963, são assinadas as *lettres entre le gouvernement de la République française et le gouvernement des États-Unis du Brésil sur les privilèges accordés aux experts français de la coopération technique*, especificando concessões, pelo governo brasileiro quando da estada de franceses, nessas condições, em instituições técnico-científicas brasileiras.<sup>73</sup>

73 Documentos anexos ao *Accord de Coopération Technique et Scientifique entre le Gouverne-*

O *Accord de coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil* (Paris, 16 de janeiro de 1967) é chancelado pelo Decreto n. 69-392, de 24 de abril de 1969, e reitera a cooperação entre os dois países nas esferas técnica, científica, administrativa e de formação profissional, particularmente quanto ao previsto no acordo cultural de 1948 e nas cartas franco-brasileiras de 1963. A organização dessa cooperação, com base em financiamento comum, deve, então, garantir, reciprocamente, a cessão de pessoal nos referidos domínios; a realização de programas de pesquisa científica e técnica, fundamental e aplicada, mediante a colaboração de instituições especializadas; a organização de estágios de estudos e de aperfeiçoamento, bem como a concessão de bolsas; além da intervenção de organismos especializados nos estudos, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social (ACCORD DE COOPERATION TECHNIQUE ET SCIENTIFIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRESIL, 1967, Article 2).

O *Accord de sécurité relatif aux échanges d'informations protégées entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement de la république fédérative du Brésil* (Brasília, 2 de setembro de 1974), por sua vez, especifica questões relativas a informações, documentos, materiais, invenções e processos protegidos (classificados como secretos, confidenciais ou reservados), comunicados ou produzidos em acordos de cooperação.

Também assinado em Brasília, em 14 de outubro de 1985, o *Accord sous Forme d'Échange de Lettres entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de République Fédérative du Brésil relatif au Projet «France-Brésil»* (conforme Decreto n. 86-724, de 23 de abril de 1986) reforça a cooperação entre os dois países, mediante um projeto que objetiva “lançar nova luz sobre o legado do passado e explorar novas perspectivas de cooperação” (ACCORD SOUS FORME D'ÉCHANGE DE LETTRES ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL RELATIF AU PROJET «FRANCE-BRESIL», 1985, p. 2, tradução nossa). A proposta complementa os acordos firmados, abrangendo atividades culturais, educativas, universitárias, esportivas, promocionais e de cooperação científica, tecnológica e industrial.

Em 28 de maio de 1996, é celebrado, em Paris, o *Accord-cadre de coopération entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil* – na mesma natureza de acordos celebrados em 1954 e 1975, entre os dois países –, fortalecendo a cooperação econômica, cultural, científica e

técnica, estreitando a mutualidade política. Para esse fim, são criadas duas comissões franco-brasileiras, uma geral e uma no domínio econômico, paralelamente a grupos de trabalho setoriais e de consulta. As comissões mistas previstas no *Accord Culturel entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de la République des États-Unis du Brésil* (1948, Article 12), bem como outras comissões que lhe sucederam, são, então, revogadas.

Dez anos depois é assinado, em Brasília, em 25 de maio de 2006, o *Protocole de coopération entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil sur la promotion réciproque des langues dans l'enseignement*. O documento especifica a cooperação universitária entre a França e o Brasil e o referido fórum é concebido como instância de diálogo destinada a: articular as parcerias e os programas de cooperação no ensino superior e na pesquisa; analisar a evolução e avaliar regularmente as prioridades de cooperação; encorajar a mobilidade de estudantes, professores-pesquisadores e pesquisadores; desenvolver canais de difusão de informação a respeito das parcerias e programas de cooperação; aproximar os diversos agentes econômicos e sociais; desenvolver parcerias inovadoras; e propor novas ações de cooperação multilateral, a partir da experiência da cooperação bilateral (PROTOCOLE DE COOPERATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL PORTANT CREATION D'UN FORUM FRANCO-BRESILIEU DE L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR DE LA RECHERCHE, 2006). Nele ainda são mencionados outros acordos como o CAPES-BRAFITEC e CAPES-BRAFAGRI, nas áreas de Engenharia e Agronomia;<sup>74</sup> o *Collège doctoral franco-brésilien*, criado em 2005 para promover a cotutela de teses e uma dupla diplomação, franco-brasileira (MUÑOZ, 2009); o programa CAPES-COFECUB, coordenado pelo *Comité français d'évaluation de la coopération universitaire avec le Brésil* (COFECUB), implementado em 1978 (CAMPUS FRANCE, 2020) para suprir o país nas suas deficiências de recursos humanos no desenvolvimento das instituições de ensino superior (SCHMIDT; MARTINS, 2006); o *Protocole d'intention du gouvernement de la République française et du gouvernement de la République fédérative du Brésil concernant la coopération dans le domaine des technologies avancées et de leurs applications* (Paris, 15 de julho de 2005).

O documento é complementado pelo *Protocole entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif*

---

74 Nesses programas, “Estudantes brasileiros podem cursar até um ano de sua graduação na França e estudantes franceses podem estudar no Brasil pelo mesmo período” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2020).

à la coopération dans le domaine de l'enseignement professionnel, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008. As partes então se comprometem a desenvolver a qualidade da formação profissional secundária, intensificando a cooperação entre os estabelecimentos de excelência dos dois países (os *lycées des métiers*, na França, e os estabelecimentos da rede federal, no Brasil), criando uma rede franco-brasileira de ensino profissional, assim como um grupo de trabalho franco-brasileiro encarregado de definir e acompanhar os conteúdos e a metodologia de ações de cooperação.

Importante lembrar, no âmbito internacional mais amplo e do campo da informação, particularmente, o desejo de organizar uma cooperação intelectual universal, que é contemplado no *Congrès de Bruxelles*, que reúne, na capital belga, em 1910, durante a Exposição Universal de Bruxelas, mais de 500 arquivistas e bibliotecários alemães, ingleses, austríacos, brasileiros,<sup>75</sup> canadenses, cubanos, dinamarqueses, espanhóis, estadunidenses, franceses, húngaros, irlandeses, italianos, luxemburgueses, monegascos, noruegueses, neerlandeses, portugueses, russos, suecos, suíços e belgas. Organizado pela *Association des archivistes et des bibliothécaires de Belgique*, o evento é dedicado a pontos teóricos e técnicos do domínio da Arquivoeconomia e da Biblioteconomia, bem como ao estímulo a um acordo internacional para a promoção de reuniões similares. Já naquele evento, é apresentada, como unânime, a necessidade de preparação científica e a recomendação de diploma universitário/de ensino superior para o arquivista (CUVELIER; STAINIER, 1912).

De acordo com Babelon (2008), o propósito do *Congrès de Bruxelles* é postergado até a criação da UNESCO, nos anos 1930, e concretizado em 9 de junho de 1948, quando da implementação do ICA. A partir de 1956, a UNESCO põe em marcha uma política arquivística, depois confiada ao *Département des bibliothèques et des archives* (1967) – cujas ações se concretizam com fundos da própria UNESCO e do *Programme des Nations Unies pour le développement* (PNUD)<sup>76</sup> –, mediante missões de especialistas em diversos países, inclusive no Brasil.

Sobretudo a partir do acordo de cooperação técnico-administrativa entre os governos francês e brasileiro (1959), o intercâmbio de professores, pesquisadores e técnicos entre os dois países se intensifica. Muitos especialistas franceses de coope-

75 O Brasil é representado por Manoel Cícero Peregrino da Silva, diretor da BN, entre 1900 e 1924 (JUVÊNCIO, 2016).

76 Relatório geral do grupo de trabalho “*Les Archives dans la Coopération*”, de 29 de junho de 1972 – *Fonds d'Inspection générale des Archives*, custodiado pelos *Archives nationales*, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

ração técnica das áreas de Administração Pública, Agricultura, Medicina, Administração, Engenharia Florestal, Oceanografia e Engenharia Atômica vêm ao Brasil, entre os anos de 1960 e 1962, conforme controle do *Ministère des Affaires étrangères* francês. Dentre eles, chama a atenção o arquivista francês Henri Boullier de Branche que visita o Brasil na qualidade de *expert* em Administração Pública.<sup>77</sup>

### 5.1 Henri Boullier de Branche

Nascido em Ernée (Mayenne, departamento no noroeste da França), em 29 de outubro de 1907, Henri Marie Michel Alphonse Boullier de Branche parte, em 1956, em missão técnica arquivística das Nações Unidas para a Nicarágua, o que lhe proporciona experiência com arquivos de países tropicais, especialmente acerca das peculiaridades da conservação dos seus documentos.<sup>78</sup>



Fonte: Dossier ABIVc24 Boullier de Branche.

Em 1957, ele publica um livro, *Archivo, organización y métodos*, resultado de conferências que realizara na *Escuela Superior de Administración Pública de América Central*.<sup>79</sup> No mesmo ano, depois da entrevista com o *directeur général des Archi-*

77 Documento *Experts de coopération technique*, de 15 de novembro de 1960 – *Fond Amérique/ questions culturelles/coopération technique (bourses, stages, missions scientifiques et techniques)*, 1952-1961, custodiado pelos *Archives diplomatiques*, em La Courneuve (França).

78 Correspondências de Boullier de Branche para o *directeur des Archives de France*, de 22 de junho de 1956 e 13 de novembro de 1957 – *Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940)*, custodiado pelos *Archives nationales*, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

79 *Feuilles signalétiques pour les Années 1957 et 1958* – *Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940)*.



ves de France, Charles Braibant, é indicado para colaborar na assistência técnica das Nações Unidas ao Brasil, de acordo com um requerimento do governo brasileiro<sup>80</sup> que retoma preocupações do AN, do século XIX, acerca da necessidade de formação do seu quadro técnico.

A instituição brasileira foi criada em 1838, sob a perspectiva moderna de um arquivo, com a denominação de “Arquivo Público do Império.”

A história dos arquivos no Brasil pode remontar ao século XVI, porém o modelo dos arquivos modernos, **como havia surgido na França no final do século XVIII**, teve sua chegada prevista na primeira constituição do Império, datada de 1824, e desembarcou em terras brasileiras no ano de 1838. (BUZZATTI, 2015, p. 43, grifos nossos).

Desde o final do século XIX, são registradas, nos relatórios institucionais, demandas sobre a formação de arquivistas, particularmente do seu quadro técnico (MARQUES, 2007; 2011). José Honório Rodrigues, nomeado em 21 de agosto de 1958, inicia a gestão no AN poucos dias depois, em 29 de agosto do mesmo ano. “Ao assumir o Arquivo Nacional, um dos objetivos de José Honório era contar com a assessoria de técnicos europeus e norte-americanos que pudessem colaborar no estudo e no planejamento da reforma institucional que pretendia imprimir” (SANTOS; LIMA, 2016, p. 493).

Ainda na ausência de um curso específico para a formação dos funcionários da principal instituição pública custodiadora de documentos arquivísticos do país, ele escreve uma carta à Embaixada da França, solicitando a colaboração de um arquivista francês para conferências acerca da organização dos arquivos franceses, que eram modelo à época. Rodrigues sempre foi concomitantemente atento às necessidades da instituição e aos avanços técnicos internacionais da área e experimentava os primeiros passos da institucionalização da Arquivologia como disciplina no Brasil, que, segundo Santos e Lima (2016), eram dados em razão das primeiras etapas da criação e implantação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no final da década de 1950. “Leitor e acumulador voraz do noticiário político, econômico e cultural que alimentava seu ofí-

---

<sup>80</sup> *Request from the Government of Brazil*, de 13 de novembro de 1957; correspondências de Boullier de Branche, então *directeur des Services des Archives du département de la Sarthe* para o *directeur général des Archives de France*, de 11 e 14 de dezembro de 1957; correspondência do *directeur général des Archives de France* para o *ministre des Affaires Étrangères*, de 23 de dezembro de 1957 – *Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940)*.

cio, José Honório sempre acompanhou e participou da vida nacional” (SANTOS; LIMA, 2016, p. 488).

Em seu requerimento, JHR então explica, que

O professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o Stage International seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento.<sup>81</sup>

Haveria, portanto, um curso de aperfeiçoamento de arquivistas, basicamente quanto às doutrinas, às técnicas, aos métodos, à história e à organização dos arquivos na Europa e, particularmente, na França. O curso teria a duração de quatro meses e meio e o restante do tempo seria “aproveitado para o estudo da situação do Arquivo Nacional e a elaboração de sugestões para sua solução.”<sup>82</sup>

Contudo, a missão de Boullier de Branche no Brasil se daria somente dois anos mais tarde, quando o governo brasileiro volta a se aproximar do governo francês, explicando suas necessidades por meio de um programa de trabalho precisamente descrito, no âmbito da cooperação técnica prevista pelo acordo firmado em 1959 (ACCORD SOUS FORME D'ÉCHANGE DE LETTRES RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ADMINISTRATIVE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL, 1959). Nessa circunstância, a indicação do nome de Boullier de Branche para a missão, pelo Diretor do DASP, decorre do seu contato com o chefe da Seção de Arquivos e Biblioteca daquela instituição, que havia feito um estágio com o arquivista francês, no ano anterior.<sup>83</sup>

O programa de trabalho para a consecução da missão de Boullier de Branche no Brasil constituía-se de duas partes. A primeira dizia respeito à formação sobre organização de arquivos que ele daria na Escola do Serviço Público do DASP, para o aperfeiçoamento dos funcionários do AN. Conforme previsto, ao longo de

81 Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur, adida cultural da Embaixada da França 195[7?] – Fundo AN.

82 Documento solto, incompleto e sem data, aparentemente relacionado à carta de JHR à Gabrielle Mineur 195[7?] – Fundo AN.

83 Correspondência do *chargé d’Affaires de France* para o *ministre des Affaires Étrangères*, de 15 de março de 1959 – Série *correspondant* do Fundo *Rio Ambassade*, custodiado pelos Archives diplomatiques, em Nantes (França).

quatro meses e distribuído em três horas semanais, o curso compreendia a história, a doutrina, a técnica e os métodos de organização de arquivos, na Europa e especialmente na França. Ele deveria indicar uma bibliografia internacional de referência, apontando, inclusive, as obras que deveriam ser traduzidas para o português.

Este curso é organizado pelo Arquivo Nacional, na Escola de Serviço Público. Em funcionamento pela primeira vez, este ano, seguirá um ciclo elementar que acaba de ser aberto. A maioria dos 90 alunos inscritos neste primeiro ciclo já é de funcionários do Arquivo Nacional.<sup>84</sup>

Também atendendo à demanda de JHR, a segunda parte do programa era dedicada ao estudo da organização e do funcionamento do AN, tendo em vista a proposição de soluções para a sua modernização.

Boullier de Branche, à época *conservateur des archives* do *Ministère des Affaires étrangères*, lotado nos *Archives départementales de la Sarthe* (Le Mans), como *directeur des Services des Archives*, obtém autorização do governo francês para exercer funções de arquivista no âmbito da cooperação técnica internacional, junto ao governo brasileiro, por um ano: entre 1º de agosto de 1959 e 31 de julho de 1960. Inicialmente, sua estada seria de oito meses (1º de agosto de 1959 a 31 de março de 1960), mas o governo brasileiro solicita, ao governo francês, a sua prorrogação por mais seis meses. Da França, vem a autorização de mais quatro meses, totalizando a cooperação de um ano.<sup>85</sup>

84 *Programme de mission de M. Henri Boullier de Branche, expert-archiviste – Série correspondances* do Fundo *Rio Ambassade*, custodiado pelos *Archives Diplomatiques*, em Nantes (França).

85 Correspondências do *directeur général des Archives de France* para o *directeur des Services d'Archives de la Sarthe*, de 20 de abril de 1959; do *préfet de la Sarthe* para o *directeur général des Archives de France*, de 28 de abril 1959; do *ministre d'État chargé des affaires culturelles* para o *ministre des Affaires Étrangères*, de 4 de maio de 1959; do *directeur général des Archives de France* para o *directeur des Services d'Archives du Département de la Sarthe*, de 2 de julho de 1959; de Boullier de Branche para o *directeur général des Affaires Culturelles et Techniques*, de 16 de dezembro de 1959; do *ministre des Affaires Étrangères* para o *ministre de l'Éducation Nationale*, de 8 de janeiro de 1960; do *ministre d'État chargé des Affaires Culturelles* para o *ministre des Affaires Étrangères*, de 9 de janeiro 1960. Publicação no *Journal Officiel*, de 12 de janeiro de 1960; *arrêté de prolongation de détachement de conservateur des archives*, de 9 de maio de 1960; ordem de serviço não publicada no *Jornal Oficial*, de 12 de outubro de 1960, do *ministère d'État, Affaires Culturelles, Direction des Archives de France – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940)*. Telegrama *Ambafrance Rio de Janeiro*, de 3 de julho de 1959 – Fundo *Rio Ambassade (télégrames)*, custodiado pelos *Archives diplomatiques*, em Nantes (França). Correspondências de Bernard Hardion, *ambassadeur de France au Brésil* para o *ministre des Affaires Étrangères*, de 22

O Curso de Preparação de Pessoal Auxiliar de Arquivo passa, então, a ser oferecido em abril de 1959, com a colaboração do DASP. Com duração de quatro meses, é voltado para o pessoal das repartições públicas dos institutos educacionais e busca atender às demandas de formação do quadro técnico AN.

Em agosto do mesmo ano, inicia o segundo curso, já com a presença do arquivista francês. Nos jornais da época, o Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo foi assim anunciado:

O Arquivo Nacional, com o apoio da Divisão de Cursos do D.A.S.P, inicia a 24 de agosto o 2º Curso de Arquivos, destinado a aperfeiçoar arquivistas e revelar dirigentes. O 2º Curso terá a colaboração do Prof. Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de la Sarthe (França), obtida através da ajuda da Embaixada da França. O Curso, que contará com a colaboração de professores brasileiros, constará da classificação de Arquivos, Organização e Administração de Arquivos, História Administrativa do Brasil, Paleografia e Diplomática, Pesquisa Histórica e Noções de Historiografia.<sup>86</sup>

No curso que Boullier de Branche ministra na Escola Brasileira de Administração Pública da FGV, são utilizados artigos das revistas *Archivum* (do ICA) e *La Gazette des archives* (da AAF). Da primeira revista, o professor indica a tradução de alguns textos do francês para o português.<sup>87</sup>

Ao final da sua estada no Brasil, ele prepara o *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* – 1ª edição de 1960 e 2ª de 1975 –, no qual examina os principais problemas da instituição. Em relação ao seu pessoal, ele descreve que

O pessoal científico e técnico do Arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o

---

de dezembro de 1959 e 29 de janeiro de 1960 – Fundo *Rio Ambassade (correspondances)*, custodiado pelos *Archives diplomatiques*, em Nantes (França). Telegrama *Ambafrance Rio de Janeiro*, de 16 de abril de 1960 – Fundo *Amérique/questions culturelles/coopération technique (bourses, stages, missions scientifiques et techniques)*, 1952-1961, custodiado pelos *Archives diplomatiques*, em La Courneuve (França).

86 Documento identificado como *Notícia p/ jornal [1959?]* – Fundo AN.

87 Correspondência do *ambassadeur de France au Brésil* para o *ministre des Affaires Étrangères*, de 23 de maio de 1959 – Fundo *Rio Ambassade (correspondances)*, custodiado pelos *Archives diplomatiques*, em Nantes (França).

impulso de seu Diretor na renovação dos Arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia (BOULLIER DE BRANCHE, 1975, p. 5).

Levando em conta essa conjuntura, ele recomenda a realização regular de cursos para a formação dos arquivistas no Brasil:

A formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados nos problemas de arquivos, é essencial para o futuro dos arquivos brasileiros. Mas este trabalho, para dar resultados satisfatórios, deverá prosseguir sem interrupção e conduzir normalmente à criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tem necessidade premente, ou pelo menos de uma série de cursos permanentes, nos quais serão ensinadas as diferentes matérias indispensáveis. Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis (BOULLIER DE BRANCHE, 1975, P. 17).

Ainda que preocupações nesse sentido tenham sido registradas nos relatórios do AN desde os anos 1890 e que ações tenham sido empreendidas para a criação (não consumada) de cursos ao longo da primeira metade do século XX, é da recomendação de Boullier de Branche que explicitamente é criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que entra em funcionamento em 1960. Esses movimentos lembram as palavras de Bourdieu (2002, p. 4, tradução nossa), para quem “Os estrangeiros, como a posterioridade, têm, em certos casos, uma distância, uma autonomia em relação às restrições sociais do campo”. A afirmação pode explicar a legitimidade conferida às observações e sugestões do arquivista francês sobre a necessidade de promoção regular de cursos para a formação de arquivistas no Brasil, o que se consubstanciou com a criação do CPA.

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do País, a formação de pessoal especializado em Arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as con-

dições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação (ARQUIVO NACIONAL, 1974, p. 13).

Assim, consumavam-se as expectativas de oferta de cursos para a década de 1960, pelo AN. O CPA inicialmente tem a duração de dois anos, com aulas semanais, com o propósito de “especializar pessoal na técnica de arquivo, não só servidores públicos como auxiliares de empresas e de organizações que desejarem melhorar as suas condições.”<sup>88</sup> Sobre as repercussões das contribuições de Boullier de Branche, destacadamente no ensino, Dannemann afirma que

Ao que parece, a convivência com Boullier serviu aos técnicos como introdução aos elementos básicos da arquivologia francesa e encorajou o Arquivo Nacional – após sua partida, em fins de 1960 – a promover um curso com três disciplinas consideradas básicas: História Administrativa do Brasil, Técnica de Arquivo e Administração Pública Atual. Logo em seguida, precisando ampliar os conhecimentos dos auxiliares, o curso foi aumentado para dois anos e acrescido de outras matérias. Paleografia, Diplomática, Cronologia, Organização e Administração de Arquivos, Notariado, Genealogia e Heráldica (DANNEMANN, 1972, p. 22).

Inaugurando a formação regular de arquivistas brasileiros, o CPA continua sendo oferecido pelo AN por 17 anos. Nesse ínterim, em 28 de setembro de 1973, é firmado um acordo que regula o seu mandato universitário, concedido pelo Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) – hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) –, em 1977,<sup>89</sup> com a denominação de Curso de Arquivologia (BRASIL, 1977).

---

88 De acordo com o *Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia* [1960?] – Fundo AN.

89 Em consequência do termo de convênio assinado pelo diretor do AN, pelo presidente da FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade. Conforme telex do ministro de Estado da Justiça ao diretor geral do AN, agradecendo pela cooperação no processo de transferência do curso de Arquivologia para a FEFIERJ (ARQUIVO NACIONAL, 1977a, p. 33). A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, com a nomeação de professores, dá-se pela Portaria n. 141, de 31 de março de 1977, a qual se refere ao artigo 41 do Estatuto aprovado pelo Parecer n. 4.529, de 1975, do CFE, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (ARQUIVO NACIONAL, 1977b).

Contudo, é possível afirmar que a experiência de formação profissional em uma instituição não-universitária, ao contar com servidores do Arquivo Nacional e professores e historiadores externos lançou, desde o início da década de 1960, as bases de uma “escola de arquivologia” que passou por mudanças para atender demandas de formação e em 1977 seria abrigada pela universidade (SANTOS; LIMA, 2016, p. 495).

Os cursos extraordinários do AN continuam sendo ministrados de acordo com as conveniências da instituição.

Ao fim da sua missão, Boullier de Branche recomenda que a cooperação técnica da França com o Brasil seja permanente, com a assistência de um arquivista ou de uma equipe técnica que lhe suceda na formação e no treinamento dos funcionários públicos brasileiros<sup>90</sup>. Esta recomendação é reiterada pelo embaixador da França no Brasil, quando é realizada uma avaliação da situação da cooperação técnica em matéria administrativa.

Castro (1968) ratifica a recomendação de Boullier de Branche, de 1960 (BOULLIER DE BRANCHE, 1975), sobre as demandas pela formação de arquivistas e, conseqüentemente, do oferecimento de cursos, que deveria ser ampliado. Para que existissem cursos além daqueles oferecido pelo AN, seria preciso investir em docentes que ministrassem aulas em Arquivologia. Como eram raros os professores no Brasil que pudessem fazê-lo, deveriam ser trazidos de outros países, especialmente da França, que forma arquivistas desde a criação da ENC, em 1821. Outra alternativa sugerida por ela seria o envio de brasileiros para estudar no exterior, pois, quando voltassem, poderiam formar equipes de professores.

O arquivista francês também recomenda a presença de um especialista em restauração de documentos, pelo governo francês, ao Brasil, diante da demanda apresentada pelo diretor do AN.<sup>91</sup> Solicita, ao governo do seu país, bolsas para brasileiros participarem do STIA.<sup>92</sup> Requer, ainda, aos *Archives nationales*, auto-

---

90 Correspondência do *directeur général de l'École Nationale d'Administration* para o *directeur général des Archives de France*, de 25 de fevereiro de 1960. Série *Correspondances* do fundo Rio Ambassade, 1959-1960, custodiado pelos *Archives Diplomatiques*, em Nantes (França).

91 Correspondência de JHR para o diretor geral do DASB, de 20 de novembro de 1959; correspondências de Bernard Hardion, *ambassadeur de France au Brésil* para o *ministre des Affaires Étrangères*, de 24 de novembro de 1959 e de 8 de dezembro de 1959 – Fundo *Rio Ambassade (correspondances)*.

92 Correspondência de Boullier de Branche para o *directeur général des Archives de France*, de 1º de setembro de 1959 – *Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940)*.

rização para a tradução de textos legislativos e regulamentares sobre os arquivos franceses.<sup>93</sup>

A excelência do seu trabalho é reconhecida por JHR, que escreve ao diretor geral dos *Archives de France* para agradecer pelo trabalho prestado por Boullier de Branche:

Além dos diversos cursos ministrados pelo referido técnico no preparo de pessoal para trabalhar em Arquivos, o Sr. Boullier de Branche planejou e iniciou levantamento de vários Fundos, organizou um repertório de toda documentação da Marinha de Guerra, existente neste Arquivo, e que será muito breve publicada, e reviu diversas coleções de documentos históricos. Não posso deixar de exaltar a sua competência, dedicação, assiduidade e afabilidade no trato, tornando-se cada servidor um seu amigo e admirador.<sup>94</sup>

Boullier de Branche também compartilhou a “noção moderna de ‘respeito aos fundos’” (BUZZATTI, 2015, p. 87) e “[...] deixou as bases de um método de classificação que, segundo sua análise, a instituição ainda não possuía” (SANTOS; LIMA, 2016). Ainda no âmbito da cooperação técnica internacional, ele participou de uma missão para reorganização do Arquivo Nacional de Camarões, por dois anos (de agosto de 1963 a julho de 1965).<sup>95</sup> Em outubro de 1973, Henri Boullier de Branche se aposenta e é nomeado “*conservateur d’archives honoraire*.”<sup>96</sup>

O arquivista francês, recebido por um intelectual, JHR, no AN, marcou a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, apontando caminhos que a levariam à sua identidade como disciplina. Ainda que não seja tão conhecido na literatura da área, Boullier de Branche, juntamente ao seu anfitrião – cujo perfil é delineado pela erudição e intelectualidade ativa e engajada politicamente no período do

93 Carta de Boullier de Branche, de 16 de outubro de 1959 à André Chamson, *directeur général des Archives de France*; carta de Chamson, de 28 de outubro de 1959, em resposta à primeira – Série *Service technique*, do Fundo *Direction des Archives de France*, custodiado pelos *Archives nationales*, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

94 Correspondência do diretor do AN para o diretor geral dos *Archives de France*, de 5 de agosto de 1960 – Série *Service technique* do Fundo *Direction des archives de France*.

95 *Arrêté, par le ministre d’État chargé des Affaires Culturelles*, de 5 de junho de 1964. Outros documentos indicam que esta missão tenha sido prorrogada até 1968 (*Fiche d’appréciation sur la manière de servir des fonctionnaires de coopération technique*, de 16 de maio de 1969) – *Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940)*.

96 *Arrêté n. 567*, de 16 de outubro de 1973 – *Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940)*.



nacional-desenvolvimentismo brasileiro (SANTOS; LIMA, 2016) –, nos deixa um legado de boas práticas, estudos e condutas imprescindíveis à atuação profissional e acadêmica. Como ponderam esses estudiosos,

Se a agenda da política nacional de arquivos e o lugar do Arquivo Nacional no âmbito da mesma não obtiveram os resultados desejados, as missões dos técnicos estrangeiros, a publicação de uma 'biblioteca de referências' com a Série Publicações Técnicas e o lançamento do Curso Permanente de Arquivo (CPA) foram iniciativas seminais para o desenvolvimento da arquivologia no país nas décadas de 1960 e 1970. Portanto, não é demais afirmar que José Honório Rodrigues representou um marco, uma inflexão na tradição histórica de diretores do Arquivo Nacional, ao traçar as grandes linhas das transformações necessárias ao Arquivo Nacional e às práticas arquivísticas que vigoravam na administração pública (SANTOS; LIMA, 2016, p. 498).

A participação de Boullier de Branche em cursos no AN e suas recomendações sobre a oferta de cursos regulares para a formação de arquivistas no Brasil sintetizam momentos da sua colaboração, rastros de memórias para a compreensão da história e da identidade dos arquivos, dos arquivistas e da Arquivologia brasileira, que, seguindo os ensinamentos de José Honório Rodrigues, torna-se atenta ao desenvolvimento do pensamento arquivístico internacional, particularmente o francês.

## 5.2 Michel Duchein

Graduado arquivista-paleógrafo, na ENC, em 1949, Michel Duchein também se licenciou em História, em 1952, na *Université de Bordeaux*. Tornou-se *directeur des Archives de Haute-Vienne* (1949-1954), *conservateur des Archives nationales* (1954-1956), *conservateur en chef de la Direction des archives de France* (1956-1978), redator-chefe da revista *Archivum* (a partir de 1968) e *inspecteur général des Archives de France* (a partir de 1978).<sup>97</sup> Desde a década de 1970 participou de algumas missões da UNESCO para a construção de edifícios de arquivo e para a organização de arquivos (Kuala Lumpur, em 1971; Irã, 1974; Venezuela, 1978; Argentina, 1979; Ruanda, 1981 e Costa Rica, em 1991). Foi professor do STIA a partir de 1958; ministrou cursos sobre edifícios de arquivos e conservação de documentos de arquivo na Universidade de Dakar (1974 e 1976); ministrou curso sobre conservação de arquivos no

<sup>97</sup> Correspondências de Michel Duchein para Francisco de Assis Barbosa, de 12 de julho de 1978 – Fundo *Inspection générale des archives* (1972-1997).

estágio técnico para arquivistas em Argel (Argélia), em 1975, além de cursos de formação em Arquivologia na Universidade do México e na Tunísia. Visitou o Arquivo do Ministério da Cultura da Espanha, em junho de 1984. No mesmo ano, foi conselheiro especial do presidente do ICA. Realizou missão do *Ministère français de la coopération*, em Cabo Verde (1990). Além disso, fez conferências em diversos eventos e publicou artigos em vários periódicos estrangeiros. Suas obras tiveram repercussões internacionais significativas, tornando-o bastante reconhecido na comunidade arquivística mundial.<sup>98</sup>



Fonte: Fundo pessoal da autora.

As primeiras correspondências sobre a possibilidade de colaboração técnica de Duchein para com o Brasil partem, em 1976, do diretor do Arquivo do Estado de São Paulo, Francisco de Assis Barbosa para o arquivista francês e, depois, para o diretor da *Division of Documentation, Libraries, Archives and Book Promotion* da UNESCO, Frank Evans.<sup>99</sup> Tratavam da necessidade de um especialista para auxiliar na implantação de um curso de formação de arquivistas no âmbito da pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP); de informações concernentes às maiores instalações de arquivos do mundo para subsidiar a construção de um depósito central de arquivos para o Estado; e do conhecimento da legislação arquivística francesa. Evans, então, intermedia o contato entre Barbosa e Duchein que já se conheciam durante a estada de Barbosa na França. Nesse contexto, Duchein se dispõe a orientar a construção do referido depósito, cogitando a possibilidade de visitar

<sup>98</sup> Conforme documentos do fundo *Inspection générale des archives* (1972-1997).

<sup>99</sup> Frank Evans foi presidente da *The Society of American Archivists* e diretor do Programa Latino Americano para 1974 da NARS (MARQUES, 2011).

São Paulo em missão, no âmbito da UNESCO. No ano seguinte, as negociações para a consecução da visita se dão por meio de diversas correspondências, trocadas entre Barbosa, Duchein, Zaher, Mahin, Martins e Aragão.<sup>100</sup>

Essas negociações não chegaram a se consolidar na construção do depósito de arquivos em São Paulo, tampouco na visita de Duchein à cidade. Entretanto, abriu-se a perspectiva de que o arquivista francês visitasse as cidades do Rio de Janeiro e Brasília, para colaborar com o grupo de trabalho criado para a implantação do Sistema Nacional de Arquivos.<sup>101</sup>

Novamente, a visita de Duchein ao Brasil não aconteceu. E, em 1978, o secretário de Estado em Negócios Culturais, Científicos e Tecnológicos retomou o projeto de trazê-lo a São Paulo. Desta vez, o contato de Duchein com Paulo Carneiro, quando esteve nos *Archives nationales de France* e se encontrou com o então chefe dos serviços técnicos, teria justificado a indicação do nome do arquivista francês para a missão no Brasil e na Colômbia, por um mês (três e uma semana, respectivamente), dentro do Programa de Participação da UNESCO, com a incumbência de auxiliar na reforma do sistema de arquivos de São Paulo e na construção de um prédio de arquivos em Bogotá.

No Brasil, entre 14 de agosto e 3 de setembro de 1978, Duchein – então *inspecteur général des Archives de France* e técnico do ICA – deveria estudar a situação dos arquivos do Estado de São Paulo e aconselhar sobre a organização de arquivos em geral, a construção de um local apropriado para os arquivos, bem como acerca da legislação e regulamentação para a elaboração de um plano para a reforma do referido sistema, incluindo o pré-arquivamento (*records management*), pela intermediação

---

100 Correspondências de Michel Duchein para Francisco de Assis Barbosa, de 1º de junho de 1976; de Barbosa para Michel Duchein, de 16 de junho de 1976; de Barbosa para Frank Evans, de 31 de agosto de 1976; de Evans para Barbosa, de 14 de setembro de 1976; de Duchein para Barbosa, de 21 de setembro de 1976; de Barbosa para Duchein, de 8 de outubro de 1976; de Duchein para Barbosa, de 12 de novembro de 1976; de Barbosa para Duchein, de 1º de dezembro de 1976; de Duchein para Barbosa, de 17 de dezembro de 1976; de Barbosa para Duchein, de 18 de janeiro de 1977; de Duchein para Barbosa, de 1º de fevereiro de 1977; de Duchein para Evans, de 3 de fevereiro de 1977; de Duchein para Celia Zaher, *directeur de la Division de documentation, bibliothèques et archives* (DBA) da UNESCO, de 3 de fevereiro de 1977; de Duchein para Mahin (DBA), de 8 de fevereiro de 1977; de Duchein para Barbosa, de 14 de fevereiro de 1977; de Barbosa para Duchein, de 8 de março de 1977; de Duchein para Barbosa, de 21 de março de 1977; de Duchei para Zaher, de 21 de março de 1977; de Zaher para Duchein, de 30 de março de 1977; do governador Paulo Egydio Martins para Raymundo Moniz de Aragão, da Comissão Nacional da UNESCO [s. d.] – Fundo *Inspection générale des archives*.

101 Correspondência de Barbosa para Duchein, de 26 de abril de 1977; de Duchein para Barbosa, de 2 de junho de 1977 – Fundo *Inspection générale des Archives*.

de José Sebastião Witter da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Como noticiavam os jornais, o francês desenvolveu seu trabalho considerando três recursos que julgava essenciais: espaço, organização e pessoal. Quanto a este último aspecto, afirmava que “Precisamos dos arquivistas. A formação deles atualmente está ligada ao ensino de História, mas é preciso uma formação mais especializada, e estudamos soluções para criar em São Paulo uma estrutura de ensino que assegure o funcionamento dos arquivos.”<sup>102</sup> De Paris, mais tarde Duchein enviaria, inclusive, uma proposta de currículo para um curso com essa finalidade.

Além do trabalho em São Paulo, ele aproveitaria sua estada no Brasil para visitar outras cidades.<sup>103</sup> Em Brasília (24 e 25 de agosto de 1978), participou de reuniões para a construção do Arquivo do Distrito Federal; visitou a Coordenação de Arquivos da Câmara dos Deputados, a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, a Direção de Pré-Arquivo do AN e a UnB, por intermediação de Gustavo Lopez, representante da UNESCO no Brasil. Michel Duchein ainda proferiu palestra no Ministério da Justiça, promovida pela AAB.

Entre os dias 28 e 29 de agosto do mesmo ano, esteve em Belo Horizonte, onde conheceu o Arquivo Público Mineiro. Na ocasião, ele reconheceu a instituição como de referência nacional e internacional.

---

102 Jornal *O Estado de São Paulo*, de 24 de agosto de 1978 – Fundo *Inspection générale des Archives*.

103 Correspondência do embaixador do Brasil junto à UNESCO, Ilmar Penna Marinho, para o diretor do *Programme Général d'Information* (PGI), A. Wysocki, de 5 de janeiro de 1978; do *ministre de la Culture et d'Environnement* para o *ambassadeur délégué permanent de la France auprès de l'UNESCO*, de 23 de fevereiro de 1978; de Mahin (PGI) para Duchein, de 20 de abril de 1978; de Mahin para Gustavo Lopez, representante da UNESCO no Brasil, de 8 de março de 1978; *contrat de consultant entre l'UNESCO et Michel Duchein*, de 28 de junho de 1978; correspondência de Duchein para José Pedro Pinto Esposel, de 29 de junho de 1978; de Duchein para José Witter, secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, de 29 de junho de 1978; de Duchein para Gustavo Lopez, representante da UNESCO no Brasil, de 29 de junho de 1978; de Duchein para Mahin, de 30 de junho de 1978; de Duchein para Raul Lima, de 12 de julho de 1978; de Duchein para Francisco de Assis Barbosa, de 12 de julho de 1978; de Duchein para Zaher, de 24 de julho de 1978; Jornal *Estado de Minas Gerais*, de 3 de setembro de 1978; correspondência de Duchein para Martinho Cardoso de Carvalho, de 17 de julho de 1978; de José Sebastião Witter para Duchein, de 23 de julho de 1978; de Francisco de Assis Barbosa a Duchein, de 27 de julho de 1978; notícia do Jornal *O Estado de São Paulo*, de 16 de agosto de 1978; notícia do Jornal *Correio Braziliense*, de 23 de agosto de 1978; notícia do Jornal *Estado do Rio de Janeiro*, de 1º de setembro de 1978; agenda de visitas Duchein à Brasília (23 a 25 de agosto de 1978); Mensário do Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL, 1978); *Notes sur la situation des Archives au Brésil depuis mon voyage d'août-septembre 1978 (Notes rédigées après mon passage à São Paulo et Rio de Janeiro en décembre 1979)* – Fundo *Inspection générale des archives*.

Em seguida, foi ao Rio de Janeiro (de 30 de agosto a 2 de setembro de 1978), para visitar o AN, pela mediação de Martinho Cardoso de Carvalho, diretor do Departamento Geral de Cultura e a Fundação de Atividades Culturais de Niterói.

No relatório enviado ao governo brasileiro, pela UNESCO, Duchein afirmou que:

Por toda parte, eu constatei uma consciência profissional, um interesse e mesmo um entusiasmo dos arquivistas brasileiros, que permitem as melhores expectativas para os arquivos desse grande país.

O calor do acolhimento que eu recebi em todas as cidades onde fui chamado em missão, o interesse manifesto para essa missão pelas autoridades e mesmo pela imprensa (em São Paulo, Brasília e Niterói) demonstram a importância dos problemas de arquivo percebidos em todos os níveis.

A criação de um sistema arquivístico nacional se impõe como a primeira das necessidades.

Uma vez garantida essa base indispensável, o Brasil poderá rapidamente se inspirar nas experiências estrangeiras e na sua própria tradição histórica, garantindo de maneira exemplar a conservação e a utilização de seu patrimônio documental nacional (DUCHEIN, 1978, p. 22, tradução nossa).

No ano seguinte, em 1979, Duchein voltou ao Brasil, onde permaneceu por cinco dias, entre 9 e 14 de dezembro, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nessa ocasião, o francês visitou o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e preparou o projeto de construção do futuro edifício da instituição. Além disso, encontrou-se com José Sebastião Witter e Regina Alves Vieira, diretor do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo e presidente da AAB, respectivamente. Ao retornar à Paris, ele enviou ao secretário executivo do ICA, Charles Kécskeméti, algumas anotações sobre sua viagem, nas quais apresentou: os avanços legais brasileiros acerca da instituição do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), da Comissão Nacional de Arquivos (CONAR), da lei de regulamentação das profissões de arquivista e de técnico em arquivo, dos arquivos da FGV, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), do Estado de São Paulo, dos arquivos municipais do Rio de Janeiro, além do Sistema de Informações Administrativas (SINAD) do Estado do Pará e do Sistema Estadual de Arquivos do Rio Grande do Norte.<sup>104</sup>

104 Correspondência de Kecskeméti para Giuseppina Terzi Ito, sobre a estada de Duchein no RJ

No ano seguinte, reiniciaram as negociações para o retorno de Duchein ao Brasil, tendo em vista a sua colaboração no diagnóstico dos problemas sobre a construção dos edifícios do AN em Brasília e no Rio de Janeiro. Entre os dias 26 de abril e 5 de maio de 1982, ele visitou a cidade do Rio de Janeiro, a convite da instituição e sob expensas do governo brasileiro. Sua vinda foi diretamente negociada pela então diretora do AN, Celina Vargas do Amaral Peixoto.<sup>105</sup>

No período, o francês visitou essa instituição, reunindo-se com os chefes das diversas seções, e o prédio da Casa Moeda (para onde o AN seria transferido); esteve com os responsáveis pelos arquivos da FGV; conferiu palestras na AAB sobre “A legislação de arquivos”, “Arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos permanentes”, “O acesso aos arquivos”, “Os instrumentos de pesquisa nos arquivos” e “A colaboração internacional no campo dos arquivos”. Duchein, nos 15 dias da sua estada no Brasil, debruçou-se sobre os seguintes problemas (especialmente da instituição anfitriã): o edifício que deveria passar por intervenções que seriam a condição para a melhoria da situação do AN; o projeto de transferência da instituição para a Casa da Moeda, que deveria ser adaptado para tanto; a legislação, com a apresentação de um projeto de lei ao Ministério da Justiça para posterior envio à Presidência da República e ao Congresso Nacional, sobre as responsabilidades do AN com os arquivos produzidos e acumulados pelas instituições de todos os po-

---

(anexo: correspondência de Giuseppina/ICA, de 13 de novembro de 1979); carta de Duchein à Celina Franco, sobre relatório CPDOC, de 17 de dezembro de 1979; carta de Duchein a José Sebastião Witter, de 17 de dezembro de 1979; carta de Duchein a Regina Alves Vieira, de 17 de dezembro de 1979; *notes sur la situation des archives du Brésil*, de 18 de dezembro de 1979 – Fundos *Inspection générale des archives et Conseil international des archives*, custodiados pelos *Archives nationales*, em Pierrefitte-sur-Seine.

105 Correspondência Witter para Duchein, de 28 de abril de 1982; notícia do Jornal *O Globo*, “Técnico francês acha ‘desesperador’ estado do Arquivo Nacional”, de 4 de maio de 1982; *Rapport de mission sur l’organisation de l’Arquivo Nacional du Brésil*, escrito por Duchein, em 5 de maio de 1982; correspondência de Lia Temporal Malcher para Duchein, de 7 de maio de 1982, agradecendo por sua estada no Rio de Janeiro; *note à l’attention de Monsieur André Larquié*, de 12 de maio de 1982; *lettre d’information bimensuelle n. 104*, de 25 de maio de 1982; correspondências de Duchein para Celia Camargo de Simone, de 25 de maio de 1982, de 3 de junho julho de 1982 e de 9 de agosto de 1982, sobre pagamento, em resposta à correspondência de Celia, de 11 de maio de 1982; correspondência da AAB para Duchein, de 22 de julho de 1982, sobre tradução do texto “*Le respect des fonds en Archivistique*”; nota informativa n. 56 da *Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA)*, de 23 de setembro de 1982; correspondência de Duchein para Lia Temporal Malcher, de 1º de outubro de 1982, em resposta ao convite para participação em congresso da AAB; *Contrat CIA 81\_14*, de 9 de novembro de 1982, indicando participação do Brasil na enquête realizada por Duchein, sob encomenda da UNESCO sobre “*les obstacles à l’accès et à l’utilisation des archives*” – Fundo *Inspection générale des archives*.

deres; os problemas de pessoal e da formação profissional, considerados dos mais graves e urgentes.

Assim, ele chegou a afirmar que: “Com a falta de um pessoal suficientemente numeroso, competente e bem informado dos métodos e das técnicas da Arquivologia moderna, a organização do trabalho não poderá realizar-se satisfatoriamente.”<sup>106</sup> Tendo em vista o recrutamento e a permanência de pessoal com alta qualificação profissional, Duchein recomendou que a organização da carreira do pessoal do AN tivesse o mesmo nível daquela dos bibliotecários, mas respeitando a autonomia e a especificidade conquistada pela Arquivologia. Para a formação de “arquivistas científicos”, o francês lembrou a necessidade de oferta de ensino também voltado para os arquivos históricos, pelos cursos universitários brasileiros, como era feito no exterior.

Duchein ainda estudou o problema do pré-arquivamento, relacionando-o às questões locais, legais e de pessoal. Desse modo, reiterou a necessidade da gestão adequada dos arquivos correntes nos locais da sua produção; da recepção, triagem e conservação nos arquivos intermediários; do seu recolhimento aos arquivos permanentes.

Do acordo firmado entre Celina Vargas e Michel Duchein, resultou um projeto de missão na França de dois arquivistas brasileiros, com o objetivo de formá-los nos métodos e nas técnicas modernas de pré-arquivamento e arquivamento. José Maria Jardim e Silvia Ninita de Moura Estevão, técnicos do AN, interessados em experiências que pudessem inspirar a instituição brasileira nas perspectivas da sua modernização institucional-administrativa foram à França, onde permaneceram por dois meses, de outubro a dezembro de 1982.<sup>107</sup>

E seguiram as negociações para a ida de outros brasileiros à França, como Maria Odila Fonseca, bem como para nova visita de Duchein ao Brasil. Sempre acompanhando as notícias acerca dos avanços dos arquivos brasileiros, o arquivista francês continuou colaborando e retornou cinco anos depois da sua terceira visita. Convidado para colaborar com a preparação dos técnicos envolvidos com o Curso de Pós-Graduação em Arquivologia que seria implantado no AN e com aulas no Estágio Nacional de Arquivos, oferecido pela mesma instituição, desde 1985, Duchein voltou ao Brasil, onde permaneceu por dez dias (25 de agosto a 4 de setembro de 1987). O arquivista francês não somente colaborou com as aulas, como

---

106 *Rapport de mission sur l'organisation de l'Arquivo Nacional du Brésil*, de 8 de maio de 1982 – Fundo *Inspection générale des Archives*.

107 Correspondências de Duchein para Celina Vargas, de 5 de julho de 1983, de 1º de setembro de 1983 – Fundo *Inspection générale des Archives*.



também analisou a adequação do currículo proposto para o curso, recomendando reformulações e material bibliográfico, e prestou assessoria na definição do projeto de restauração da parte tombada do edifício do AN.<sup>108</sup>

As interlocuções entre os arquivistas franceses e brasileiros não findaram com esta última visita de Duchein ao Brasil. Ele ainda facilitaria a participação de Carla Botelho (Pernambuco) no XI Congresso Internacional de Arquivos (Paris, 16 a 20 de agosto de 1988).<sup>109</sup>

No ano seguinte à sua última visita, a Revista *Acervo*, do AN, publica um artigo de autoria do arquivista francês em que ele apresenta reflexões acerca do “Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil”, título da publicação (DUCHEIN, 1988). Cautelosamente, Duchein aborda a “modernização” da instituição, considerando que

Os responsáveis pelo Arquivo Nacional encontram-se enraizados na história brasileira, da qual são guardiães vigilantes. Mas eles sabem que não se pode conceber o mundo hoje como territórios fechados. A arquivologia tornou-se uma ciência de fato, que evolui rapidamente em todos os países, e a cooperação internacional é vital para assegurar seu futuro. No contexto da ALA, do CIA, da OEA, da UNESCO e de todos os organismos bilaterais e multilaterais de cooperação cultural, o Arquivo nacional está situado em primeiro plano. Conquistou seu lugar entre as grandes instituições arquivísticas do mundo e já serve de modelo para os arquivos dos demais países em desenvolvimento (DUCHEIN, 1988, p. 97).

Duchein relatou as experiências que teve no Brasil nessas quatro visitas e as suas ponderações a respeito, em uma entrevista que, muito elegante e gentilmente, me concedeu na ENC, em 17 de junho de 2015. No escopo do meu estágio pós-doutoral, a entrevista objetivou registrar as contribuições desse francês para a institucionalização da Arquivologia no país (MARQUES, 2018), conforme apêndice B.

---

108 Correspondências de Celina Vargas para Duchein, de 25 de fevereiro de 1987, sobre agenda de curso da sua missão no Brasil; *note à l'attention de M. le Directeur Général*, “*Mission au Brésil*: solicitação de autorização”, de 6 de março de 1987; correspondência de Duchein para Celina Vargas, de 13 de março de 1987, aceitando convite para missão no Brasil; de Duchein para Celina Vargas, de 19 de maio de 1987, sobre datas da missão; de Duchein para Celina Vargas, de 23 de junho de 1987, sobre seminário; contrato de Duchein com a Organização das Nações Unidas (ONU), de 17 de agosto de 1987, sobre assistência ao AN do RJ; correspondência de Celina para Duchein, de 10 de setembro de 1987, com agradecimentos – Fundo *Inspection générale des archives*.

109 XI *Congrès internationale des archives* – Fundo ICA.



No último verão francês, em agosto de 2021, Michel Duchein faleceu. Embora ele não tenha recebido a última versão deste texto, que eu enviara dias antes para a sua leitura, acredito que este relato reconhece os seus valiosos ensinamentos e contribuições para a comunidade e a disciplina arquivística. Foi uma honra conhecê-lo e ouvi-lo por duas horas. Suas palavras me encantaram.

### 5.3 Charles Kecskeméti

Em 1979, Kecskeméti, como diretor executivo do ICA, assim descreve o cenário dos arquivos da América Latina, em um projeto de cooperação do conselho com os países da região:

Em muitos países da América Latina, a situação dos arquivos é preocupante, se não alarmante. A legislação ou é inadequada ou não é aplicada, os orçamentos de investimento e operacionais estão muito aquém das necessidades, faltam instalações, equipamentos técnicos e o pessoal qualificado é escasso. Como resultado, o patrimônio documental latino-americano, um dos mais ricos e prestigiados do mundo, está ameaçado de destruição, a administração é forçada a operar sem uma infraestrutura de arquivos e gestão de documentos e os pesquisadores não têm acesso à grande massa de fontes sobre a história latino-americana.

Consciente de seus deveres profissionais, o Conselho Internacional de Arquivos gostaria de tomar a iniciativa de uma ação de longo prazo para superar a crise atual. A ação deve ser colocada sob a dupla égide da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos, com nosso Conselho e sua filial regional, a Associação Latino-Americana de Arquivos, podendo fornecer os conhecimentos profissionais necessários e assegurar as condições para a cooperação arquivística em escala continental. Antes de apresentar oficialmente suas propostas às duas organizações intergovernamentais competentes, o Conselho Internacional de Arquivos gostaria de saber como tal iniciativa seria recebida pelas altas autoridades de seu país. Fiel à sua vocação e cauteloso para respeitar o espírito e as regras da cooperação internacional, nosso Conselho não tomará nenhuma iniciativa que não conte com a aprovação dos governos envolvidos.

Por favor, aceite a garantia da minha mais alta consideração.<sup>110</sup>

---

110 “*Dans un grand nombre de pays latino-américains, la situation des archives est préoccupante, sinon alarmante. La législation est soit inadaptée soit inappliquée, les budgets d’investissement et*

Karoly Charles Kecskeméti nasceu em agosto de 1933, na Hungria. Graduou-se em História e em Arquivologia em Budapeste. Em 1956, chegou como refugiado político à França e começou a trabalhar nos *Archives nationales*, em 1957, em colaboração com Jean Favier. Obteve o título de Doutor em Letras (Paris). Ingressou no ICA, em 1962, onde ocupou o cargo de secretário-executivo (1969-1988), diretor-executivo (1988-1992) e secretário-geral (1992-1999) (KECSKEMÉTI; KÖRMENDY, 2014; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2021).



Fonte: *Archivistes sans frontières* (2021).

*de fonctionnement restent loin derrière les besoins, les locaux manquent, de même que les équipements techniques et le personnel qualifié est rare. Il en résulte que le patrimoine documentaire latino-américain, un des plus riches et plus prestigieux du monde, se trouve menacé de destruction, que l'administration est astreinte à fonctionner sans infrastructure d'archives et de gestion de documents, et que les chercheurs ne peuvent accéder à la grande masse des sources de l'histoire latino-américaine. Conscient de ses devoirs professionnels, le Conseil International des Archives souhaiterait prendre l'initiative d'une action à long-terme pour surmonter la crise actuelle. L'action devrait être placée sous le double égide de l'Unesco et de l'Organisation des Etats Américains, notre Conseil et sa branche régionale, l'Association des Archives Latino-Américaines, pouvant y apporter l'expertise professionnelle indispensable et assurer les conditions d'une coopération archivistique à l'échelle continentale. Avant de soumettre officiellement ses propositions aux deux organisations intergouvernementales compétentes, le Conseil International des Archives souhaiterait connaître l'accueil qui serait réservé à une telle initiative par les hautes autorités de votre pays. Fidèle à sa vocation et so soucieux de respecter l'esprit et les règles de la coopération internationale, notre Conseil s'interdit tout initiative qui ne rencontrerait pas l'approbation des gouvernements concernés. Je vous prie d'agréer, l'assurance de ma très haute considération" (Fundo ICA).*

Desde os anos 1970, Kecskeméti possuía contatos no Brasil, quando passou por aqui, a caminho de uma missão em Córdoba, na Argentina.<sup>111</sup> O contexto arquivístico brasileiro, ainda que desfavorável – tendo em conta os problemas já descritos por outros especialistas franceses –, estava propício à celebração de convênios de cooperação técnica e manutenção de intercâmbio com organizações nacionais e internacionais. Em entrevista concedida por Kecskeméti à Heloísa Castelo Branco, em Paris, publicada no *Jornal do Brasil*, sob o título “Arquivos: documento não é velharia nem serve apenas aos que escrevem a História”, registra-se que

Para o secretário do Conselho, a excelência em arquivos está ao alcance de qualquer país. No caso do Brasil, por exemplo, bastariam prédios, pessoal adequadamente treinado, um diagnóstico minucioso da situação local. Assim, em menos de 20 anos o país seria “uma potência arquivística”, como já são a Malásia, o Senegal e os EUA. Por onde se vê que o mapa do chamado Terceiro Mundo arquivístico não corresponde ao do Terceiro Mundo econômico. Pois, mais do que uma questão de dinheiro, o “reflexo arquivístico” é questão de mentalidade, que se traduz em um comportamento.<sup>112</sup>

Na ocasião, ele lembra o papel do ICA, que “[...] foi criado para dar apoio à comunidade internacional ligada ao assunto, ‘passando por cima das fronteiras políticas e procurando acomodar um arquivo em pleno funcionamento à vida específica de cada nação’ e objetivando ‘eliminar o terceiro mundo arquivista [sic].” Em carta a Raul Lima, diretor do AN, Kecskeméti explica que, para o desenvolvimento dos arquivos da América Latina, é necessária a cooperação entre os países-piloto (como o Brasil), a *Asociación Latinoamericana de Archivos* (ALA) e o ICA.<sup>113</sup>

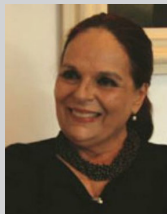
Seu diálogo com a diretora do AN, Celina Vargas, é registrado em vários documentos.<sup>114</sup>

111 Correspondência de Kecskeméti para Francisco de Assis Barbosa (do Arquivo de São Paulo), de 34 [sic] de junho de 1976 – Fundo ICA.

112 *Jornal do Brasil*, 9 de junho de 1979 – Fundo ICA.

113 Correspondência de Kecskeméti para Raul Lima, de 20 de junho de 1979 – Fundo ICA.

114 Correspondências de Celina Vargas para Kecskeméti, de 27 de junho de 1983; de Kecskeméti para Celina Vargas, acerca da elaboração de instruções normativas relativas à gestão de documentos e à administração de arquivos, de 4 de julho de 1983 – Fundo ICA.

**Celina Vargas (1944- )**

Fonte:VozeRio (2015).

Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas, filha de Alzira Vargas do Amaral Peixoto e Ernani do Amaral Peixoto, nasceu em 1944, no Rio de Janeiro. Graduou-se em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Tornou-se mestre em Ciência Política e Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Em 1972, concluiu o doutorado em Ciências Políticas no *Cycle de l'Enseignement Supérieur des Lettres et Sciences Humaines*, pela Sorbonne, pela *Université René Descartes* e pela *Fondation nationale des sciences politiques* (FNSP). Em 1973, fundou o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do qual foi diretora de 1973 a 1990. Entre 1980 e 1990, foi diretora-geral do Arquivo Nacional. Entre outros cargos, foi membro fundador da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); do Conselho Técnico Científico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (1986-1992); diretora-geral da FGV, entre 1990 e 1997, e diretora técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no Rio de Janeiro (1999-2006) (FONSECA; ESTEVÃO, 2013; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2021).

Ela, que dirigira a instituição durante toda a década de 1980, relata que a encontrou numa situação deplorável.

Eu devo dizer que sabia que o trabalho no Arquivo Nacional envolvendo políticas públicas seria relevante, mas não podia imaginar a gravidade da situação que nós encontramos. Neste ponto, devo dizer que fui ingênua. E devo afirmar que a situação que encontramos foi de abandono, de descaso de uma instituição pública com uma função tão nobre. Pensava que os problemas seriam mais fáceis de resolver, mais simples. Depois que tomei conhecimento da gravidade dos problemas, me recordei que fiz uma lista com os principais itens, cada um era mais complicado e mais difícil que o outro. Vou tentar me lembrar de alguns: mudança do

prédio, recursos humanos para trabalhar, recursos financeiros, legislação nacional para os arquivos, recolher a documentação que estava nos ministérios, conservação e preservação, restauração de papel e outros suportes, a situação do Arquivo Nacional em Brasília, os arquivos independentes dos Ministérios das Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica, os arquivos estaduais, os arquivos municipais, enfim, uma enormidade de problemas complexos (FONSECA; ESTEVÃO, 2013, p. 18).

Nesta situação, Celina Vargas relata que obteve a primeira grande contribuição de Kecskémeti para o AN:

Mas a verdade sobre a situação do Arquivo Nacional, com uma visão técnica, eu tive por ocasião da visita de Charles Kecskeméti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, ao Brasil. Era recém-nomeada diretora. Já estava programada uma reunião latino-americana no Ministério das Relações Exteriores. Deve ter sido uma reunião da ALA, Associação Latino-Americana de Arquivos. Era uma discussão temática sobre educação em arquivos. Acho que estavam o José Manuel Matta Castillon, diretor do Arquivo Nacional da Espanha, e outros diretores de Arquivos Nacionais da América Latina. Com o Charles Kecskeméti foi empatia à primeira vista. Ele disse: “Você quer ajuda?” Eu respondi que sim imediatamente. Imagina uma pessoa com a experiência dele. Seria fundamental para identificar os principais problemas do Arquivo. “Eu fico no Brasil por mais dois dias, vejo o Arquivo Nacional e te faço um relatório”. Eu já não podia andar muito porque estava com uma gravidez adiantada. Fiquei esperando no escritório. Ele passou dois dias andando pelo Arquivo Nacional. Depois do segundo dia, entrou no meu escritório e disse: “É a pior situação de arquivo nacional no mundo”. Eu comecei a sentir contrações. “Primeiro, depois dos arquivos europeus, o Arquivo Nacional do Brasil é o mais importante no hemisfério sul porque tem acervo de uma parte da história da Europa, da Ásia, da África e da própria América Latina”. E depois: “Não tem prédio adequado, não tem lei que dê autoridade à instituição e não tem pessoal qualificado”. O relatório dele deve estar aí e para a instituição foi muito importante. Passei a usá-lo como argumento para os problemas que tinha que enfrentar junto ao governo. “Você tem que trabalhar essas três questões com muita energia porque é um problemão. Sabe o que é isso? Um descaso do governo brasileiro”. Foi nesse momento

que eu tomei conhecimento do real problema do Arquivo Nacional. Eu aceitei o convite ingenuamente, pensando que era uma situação grave, não tinha ilusões que seria um problema de fácil solução. Mas não tinha ideia da gravidade do problema. Mas como não sou mulher de rejeitar problemas, trabalhei, trabalhei muito durante dez anos. Durante os dois dias que o Kecskeméti pôde ficar no Arquivo, ele fez gratuitamente um diagnóstico que o país não conhecia. Portanto, a gravidade da situação do Arquivo Nacional do Brasil foi diagnosticada por um estrangeiro, um técnico especialista em arquivos, o secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos (FONSECA; ESTEVÃO, 2013, p. 20).

A parceria entre Celina Vargas e Charles Kecskeméti ultrapassa os muros do AN. Ela, que já conhecia o *National Archives* dos Estados Unidos e os *Archives nationales de France*, onde fez cursos (PEIXOTO, 2019), recebia dele um roteiro com dicas de instituições a visitar, na ocasião de reuniões internacionais. “Foi assim que conheci os arquivos da Alemanha, Espanha, Itália, Inglaterra. Eu visitava todas as instituições de arquivos para aprender. Quando voltava ao Brasil, ficava arrasada”, lembra Celina (FONSECA; ESTEVÃO, 2013, p. 21).

Aconselhada, ainda, por Kecskeméti, ela dava oportunidade ao pessoal do AN de ampliar a formação no exterior. Durante as reuniões do ICA, mantinha contatos que possibilitassem o envio de funcionários recém-admitidos destacando-se em alguma função no AN. Alguns foram fazer estágio, cursos; outros, trabalhar em arquivos nacionais da Alemanha, da Bélgica, do Canadá, da Espanha, da França e da Holanda. A diretora da instituição prossegue: “Como sempre, estava atendendo aos conselhos do Charles Kecskeméti, que não deixava eu me esquecer: ‘Você tem que formar gente’” (FONSECA; ESTEVÃO, 2013, p. 23).

Celina Vargas foi designada para compor o quadro de membros do Comitê Executivo do ICA (1982-1986), o cargo de secretária-geral (1981) e de vice-presidente da ALA (1982). A interação dos dois extrapolavam as demandas brasileiras. O diretor-executivo do ICA dirigiu-se a ela, como presidente da ALA, sinalizando a premência da implantação de dois projetos para o desenvolvimento dos arquivos da América Latina. O primeiro, que apresentasse um modelo mexicano e brasileiro aos gestores e jornalistas dos países latino-americanos; o segundo, que promovesse uma campanha de informação, nos Estados Unidos, dos problemas dos arquivos, “[...] sobre a amnésia institucional que ameaça a maior parte do continente”, a fim de se mobilizarem recursos financeiros para os arquivos da região.<sup>15</sup>

---

115 Correspondência Kecskeméti para Celina Vargas, de 4 de novembro de 1985 – Fundo ICA.

Para Celina, “Tais atividades propiciaram um relacionamento mais profundo com organismos internacionais, favorecendo, conseqüentemente [*sic*], o fortalecimento da política arquivística na América Latina.”<sup>116</sup> Décadas depois, em entrevista à Revista *Acervo*, ela lembra os desafios da sua presidência da ALA e o auxílio que o Brasil recebeu do ICA, destacadamente, por meio de visitas técnicas de especialistas da área, como Frank Evans e Charles Dollar (Estados Unidos); José Manuel Mata Castellón (Espanha); Salvatore Carbone (Itália) e Wolf Buchman (Alemanha) (FONSECA; ESTEVÃO, 2013).

A parceria entre Celina Vargas e Charles Kecskeméti ampliou-se para outras interlocuções técnico-científicas, chanceladas pelo ICA, a exemplo da disponibilidade do pessoal do *Public Administration Systems and Training Branch* estadunidense, vinculado à *United Nations Development Administration Division* e ao *Departament of Technical-Cooperation for Development*, para assistir ao Arquivo Nacional do Brasil na gestão dos documentos e na organização de um arquivo central, em Brasília. A oferta norte-americana contemplava a consultoria de um especialista, que, em um mês, deveria colaborar para: o desenho de um sistema de gestão de documentos, a regulamentação da avaliação e transferência de documentos, o treinamento de pessoal, a organização e o equipamento dos centros de documentação.<sup>117</sup>

As repercussões desse profícuo encontro foram reconhecidas internacionalmente, durante o UNESCO *Workshop on the Training of Archivists* (Rio de Janeiro, 1986),<sup>118</sup> quando Charles Dollar, do *National Archives and Records Administration* (NARA), dos Estados Unidos, se reporta a Kecskeméti para relatar o desempenho do AN – da diretora e do quadro técnico – e solicitar a sua colaboração para a ampliação da cooperação técnico-científica nos países da América Latina, especialmente no Brasil.

O Brasil é claramente o país latino-americano mais bem posicionado para empreender este tipo de programa de treinamento (com assistên-

116 Correspondência de Celina Vargas para o embaixador João Clemente Baena Soares, de 30 de outubro de 1984 – Fundo ICA.

117 Correspondência de Kecskeméti/Celina Vargas: UM/DTCD (sistema norte-americano), de 18 de novembro de 1985 – Fundo ICA.

118 A Revista ALA (1986-1987) noticia o encontro, organizado pelo AN, com o propósito de discutir e elaborar projeto de curso de especialização em Arquivologia que aconteceria no Brasil, como parte de um projeto-piloto da UNESCO, no âmbito da modernização de arquivos tradicionais. Desse encontro participam José Manuel Mata Castellón, então diretor dos Arquivos da Espanha e Charles Dollar, do NARA.

cia externa, é claro) e não consigo pensar em nenhum outro arquivista na América Latina cujo treinamento, experiência e conhecimento de líderes e questões políticas nacionais se aproxima de Celina. O Arquivo Nacional do Brasil e Celina juntos são a melhor esperança para um sólido treinamento de arquivistas na América Latina. Não tenho dúvidas de que o programa será bem sucedido.<sup>119</sup>

Dollar destaca o equilíbrio entre os princípios e os processos arquivísticos no conteúdo do treinamento, a postura visionária de Celina Vargas e o engajamento do pessoal técnico da instituição, apontando possibilidades de conexão entre os dois países para “[...] promover uma forte afinidade com os programas, questões e preocupações de arquivo no Brasil e em outros países da América Latina”, mediante um acordo de cooperação entre o *Public Archives of Canada*, o NARA e o AN do Brasil. Ao desviar a atenção, geralmente dada aos arquivos europeus, o estadunidense pondera que

[...] [a] pouca perspectiva internacional que a profissão de arquivista na América do Norte tem, em grande parte, é voltada para a Europa. Uma necessidade muito maior, que está muito mais próxima de casa é a América Latina. Há uma enorme necessidade de assistência em treinamento, conservação e automação.

[...] Este programa de intercâmbio poderia ser expandido para incluir o envio de especialistas americanos em conservação e automação, ao Brasil, para participar do programa de treinamento do Arquivo Nacional do Brasil, bem como para trabalhar em projetos específicos em um dos arquivos estaduais brasileiros.

De acordo com pesquisa documental nos arquivos nacionais, brasileiro e francês, Charles Kecskeméti visitou o Brasil cinco vezes: em 1981, 1982, 1985, 1987 e 2000, a partir da profícua parceria com Celina Vargas.

A primeira visita, quando de sua volta da Argentina aqui permaneceu dois dias (de 9 a 11 de maio de 1981), ocasião em que visitou o AN e o curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói.<sup>120</sup> Muito oportuna, pois a visita ia ao encontro dos anseios de Celina quanto à reforma do Arquivo, divulgada

119 Correspondência Charles Dollar para Kecskeméti, de 30 de abril de 1986 – Fundo ICA.

120 Correspondências de Kecskeméti para Celina Vargas, de 15 de abril de 1981; de Dyrce Barreto Taveira, coordenadora do curso de Arquivologia da UFF, para Kecskeméti, de 8 de junho de 1981 – Fundo ICA.



na imprensa da época: “[...] não há cérebros no Brasil, hoje, para nos aconselhar sobre a formulação de uma política arquivística”. De tal afirmação, viria a justificativa da diretora para, no mesmo ano, trazer o secretário-executivo do ICA, Charles Kecskeméti, ao Brasil.

A convite do AN, [Kecskeméti] visita o Brasil, reunindo-se com diretores de divisão e assessores técnicos da Instituição, quando toma conhecimento dos projetos de modernização e mudança da sua sede. Sobre essa mudança, tece considerações e chega a emitir parecer. Na FGV, participa de debate com especialistas da área de Documentação, sobre “a experiência internacional de arquivos” e profere palestra sobre “O papel de um arquivo nacional em países em desenvolvimento” (MARQUES, 2011, p. 203).

No ano seguinte, o Arquivo Nacional recebe o técnico francês Michel Duchein, inspetor-geral dos *Archives nationales de France*, então órgão de consultoria da UNESCO para construção ou adaptação de edifícios destinados à instalação de arquivos. O técnico, reconhecido internacionalmente como o maior especialista em prédios de arquivos, voltava ao Brasil, pela terceira vez, conforme já relatado e, ao examinar as instalações da Casa da Moeda que passou a abrigar o AN, afirmou que a situação do Arquivo era “desesperadora” (O GLOBO, 1982).

No mesmo período, a diretora do AN esteve com o diretor do ICA para verificar a possibilidade de um “curso de emergência” para seus funcionários. Surgiram, então, duas alternativas, já apontadas por Boullier de Branche (1975) e retomadas por Castro (1968): trazer professores estrangeiros para o Brasil e/ou levar arquivistas brasileiros para estágios no exterior. Duchein (1982) recomenda a segunda, considerada a mais exequível, diante da dificuldade de se encontrar profissional estrangeiro que falasse português e tivesse soluções para resolver os problemas arquivísticos próprios do Brasil.

Da perspicaz observação de Kecskeméti do quadro institucional dos arquivos e do ensino de Arquivologia no Brasil, decorreram recomendações convergentes às de Boullier de Branche (1975). Já no programa de trabalho de Kecskeméti para a consecução da sua missão aqui, havia uma parte dedicada ao estudo da organização e do funcionamento do AN, tendo em vista a proposição de soluções para sua modernização, que se materializou em 1981, ano da sua primeira visita.

Quanto à cooperação internacional, a política de modernização soube evitar obstáculos e entraves, tais como o enganoso e prejudicial conflito entre o ‘bilateral’ e o ‘internacional’. Ao privilegiar o relacionalmente e

as consultas à UNESCO e ao Conselho Internacional de Arquivos, o Brasil teve a oportunidade de entrar em contato com os melhores especialistas de diferentes atribuições técnicas (construção de edifícios, informática etc.) e de traçar as linhas de cooperação direta com um grande número de países (República Federal da Alemanha, Canadá, Espanha, E.U.A, França, Índia etc.). Graças a esses múltiplos fatores, a nova arquivística brasileira – inovadora e ambiciosa – tornou-se ‘exportável’, apta a servir e a estimular um esforço continental destinado a pôr fim à ‘síndrome dos arquivos nominais’ na América Latina (KECSKEMÉTI, 1988, p. 8-9).

Nas suas recomendações, Kecskeméti assinala, ao AN, a necessidade de um plano que previsse:

- I – A criação de arquivos centrais contemporâneos em Brasília;
- II – A criação de uma estrutura de pré-arquivamento, para as administrações de Brasília;
- III – O estabelecimento de uma rede de serviços de arquivos e pré-arquivamento para as administrações federais regionais;
- IV – A elaboração de um conjunto de textos regulamentares relativos às eliminações e aos recolhimentos;
- V – O equipamento e a atividade do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, além dos laboratórios e ateliês técnicos e a construção de um prédio suplementar;
- VI – A formação de pessoal para o conjunto de serviços (arquivistas, auxiliares de arquivistas e técnicos);
- VII – As orientações orçamentárias (investimento e funcionamento).<sup>121</sup>

Desse modo, as recomendações de Kecskeméti também vão ao encontro daquelas de Boullier de Branche que, já no seu programa de trabalho para a consecução da missão técnica no Brasil (1959-1960), dedicara-se ao estudo de organização e funcionamento do AN, tendo em vista a proposição de soluções para sua modernização<sup>122</sup>. Retrospectivamente, Vargas reflete sobre a permanência dos problemas identificados pelo especialista francês:

<sup>121</sup> *Recommandations* de Kecskeméti, de 12 de maio de 1981 (tradução nossa) – Fundo *Inspection générale des Archives*.

<sup>122</sup> *Programme de mission* de M. Henri Boullier de Branche, *expert-archiviste* – Série *correspondances* do Fundo *Rio Ambassade*, custodiado pelos *Archives Diplomatiques*, em Nantes (França).

Este é sem dúvida um dos problemas que fazem parte do diagnóstico do Charles Kecskeméti, em 1980. O Brasil e a administração pública, em geral, tendem a acumular problemas e a não resolvê-los. Se não existissem tantos problemas acumulados, que pudessem ter sido resolvidos ao longo das últimas décadas, não estaríamos discutindo um problema diagnosticado em 1980. E pelo que vocês dizem, continua o problema de recolher documentos. O Brasil não gosta de lembrar que teve escravidão, que teve tortura, que tem documentos a recolher e que estes vão revelar nossos problemas. Mas é preciso conhecer, é preciso tratar e é preciso se transformar para que a democracia se consolide (FONSECA; ESTEVÃO, 2013, p. 29).

Kecskeméti é convidado a participar do V Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), na cidade do Rio de Janeiro.<sup>123</sup> Embora não tenha encontrado informação sobre a sua participação no evento, a sua segunda visita, em 1982, foi noticiada AN. Com Frank Evans, ele visita a instituição, quando participa da discussão acerca da estrutura organizacional e do perfil de pessoal para arquivos; do arranjo, da descrição e das especificidades da preservação, conservação e restauração de documentos em países de clima tropical (ARQUIVO NACIONAL, 1982a).

No mesmo ano, participa do Seminário Latino-americano de Arquivos (Brasília, 4 a 8 de outubro), no qual são discutidas e elaboradas recomendações relacionadas à legislação e regulamentação dos Arquivos Nacionais; à legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural; à estrutura e ao funcionamento dessas instituições; ao gerenciamento e funcionamento dos sistemas nacionais de informação. Quanto a este último tópico, recomenda-se “um esforço sistemático e reflexivo para formar pessoal profissional e técnico com conhecimentos multidisciplinares atualizados sobre a matéria” (ARQUIVO NACIONAL, 1982b, p. 373-374, tradução nossa).

A terceira visita técnica de Kecskeméti ao Brasil decorre de uma demanda de Celina Vargas à UNESCO em 1982, quando participava de uma reunião do *Records and Archives Management Program* (RAMP), em Berlim. Segundo ela,

Durante a reunião, a que estavam presentes apenas três representantes do Terceiro Mundo (eu, inclusive), propus à entidade sediar um projeto-piloto na América Latina, argumentando que a região apresentava

123 Correspondência da AAB para Kecskeméti, de 15 de setembro de 1982 – Fundo ICA.

uma situação dramática no setor de arquivos e recuperação de documentos. Foi um grito de alerta e a Unesco aprovou em novembro de 1983, em Paris, a minha solicitação. Em 1984, o Governo brasileiro pediu oficialmente a implantação do projeto no Brasil e no início de maio a primeira missão do projeto desembarcou no Rio.<sup>124</sup>

Em 1984, Celina Vargas contata Jacques Tocatlian, diretor da divisão do *Programme général d'information* (PGI) da UNESCO, solicitando-lhe apoio, na esfera de assistência na área de arquivos prestada aos Estados-Membros, para a elaboração e planificação do programa do projeto-piloto de modernização de um centro de arquivo histórico do tipo tradicional,<sup>125</sup> ideia já contemplada na gestão de José Honório Rodrigues, quando da sua tentativa de modernização, no fim da década de 1950 (FONSECA; ESTEVÃO, 2013). Kecskeméti mediou o diálogo entre a instituição brasileira e a francesa e, no mesmo ano, a diretora do AN se comunica com o embaixador João Clemente Baena Soares, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), apresentando-lhe o projeto de criação de um centro regional de treinamento profissional em Arquivologia para estudantes de língua espanhola e portuguesa. Solicita-lhe apoio para divulgação e fomento da iniciativa junto aos Estados-Membros da Organização, explicando a situação e as perspectivas de cooperação arquivística internacional do Brasil.

No processo de modernização administrativo-institucional levado a efeito pelo Arquivo Nacional desde 1981, criamos e sistematizamos metodologias de tratamento material do acervo, procedimentos de arranjo e descrição, técnicas de avaliação e identificação de documentos etc. Como julgamos da maior relevância divulgar nossas experiências entre instituições congêneres, apresentamos ao PGI um projeto de criação de um centro regional de treinamento profissional em arquivologia, para estudantes de língua espanhola e portuguesa.

A consolidação desse centro propiciará a formação de profissionais especializados na área de documentação e arquivo, o estímulo à pesquisa sobre conservação e preservação de documentos em regiões tropicais,

---

124 Reportagem de jornal carioca (não identificado), intitulada “Assessor da Unesco ajuda a modernizar Arquivo Nacional. Brasil, finalmente no século xx”, anexa ao *Rapport de mission “Projet-pilote pour la modernization des Archives Nationales du Brésil”* – Fundo ICA.

125 Correspondências de Celina Vargas para Jacques Tocatlian, de 11 de janeiro de 1984; de Kecskeméti para Celina Vargas, de 18 de junho de 1984 – Fundo ICA.

bem como uma maior integração entre instituições arquivísticas da América Latina. O sucesso a longo prazo de programas dessa natureza depende, basicamente, dos recursos humanos e financeiros disponíveis para sua implantação, assim como da conjugação de esforços entre os órgãos responsáveis pela formulação de políticas de cooperação interinstitucional.<sup>126</sup>

Ela ainda solicita, ao PGI, a consultoria especializada de Kecskeméti para uma missão de 15 dias no Brasil, que proporcionasse recomendações para a instalação do referido centro regional de formação. Em seguida, ele lhe escreve, pondo-se à disposição da missão, em maio de 1985.<sup>127</sup>

Em conversa com o Kecskeméti, falávamos muito em modernização institucional e eu tinha uma proposta sobre o tema. Não me recordo mais como surgiu dentro da Unesco uma concorrência para se fazer um projeto com o tema da modernização institucional. Quando surgiu este concurso fui avisada e apresentamos um projeto e o mandamos para a Unesco: um projeto de modernização institucional para o Arquivo Nacional do Brasil. “Pode ser interessante, não vai ser muito dinheiro, mas pode ajudar”, me alertou o Kecskeméti. E o Arquivo Nacional apresentou o pedido. Já havia me esquecido do projeto quando, um dia, recebemos um telegrama da Unesco que pedia ao governo brasileiro que confirmasse o interesse para que o Arquivo Nacional pudesse receber ajuda para o seu projeto de modernização institucional. Fiquei sozinha pensando: governo brasileiro? Vou ter de ligar para o ministro da Justiça? Vou ter que falar com a Presidência da República para saber se esta é uma decisão de governo? Mas será que o Arquivo Nacional não é o governo? Pensei mais e imaginei que, se não andasse rápido, um país vizinho estaria pronto para receber o dinheiro. Chamei a Mariza [Motta, assessora de gabinete de Celina] e juntas redigimos o telegrama: “Em nome do governo brasileiro, o Arquivo Nacional aceita receber ajuda para um projeto de modernização institucional da Unesco. Assinado: Celina Vargas do Amaral Peixoto, diretora geral do Arquivo Nacional”.

---

126 Correspondência de Celina Vargas para o embaixador João Clemente Baena Soares, de 30 de outubro de 1984 – Fundo ICA.

127 Correspondências de Celina Vargas para Mahin (PGI), de 12 de novembro de 1984; de Kecskeméti para Celina Vargas, de 24 de dezembro de 1984 – Fundo ICA.

Nesse dia eu me senti poderosa e ganhamos o recurso; não foi muito, mas ajudou em situações inesperadas (FONSECA; ESTEVÃO, 2013, p. 24).

Celina referia-se à maior visita de Kecskeméti ao país, que se deu entre 9 de maio e 1º de junho de 1985, também em missão da UNESCO, para a instauração do projeto-piloto para a modernização dos arquivos históricos.

O principal objetivo da missão era “auxiliar o Arquivo Nacional na preparação de um plano para a criação de um curso de Arquivologia para especialistas do Arquivo Nacional, dos arquivos públicos brasileiros, bem como das instituições arquivísticas da América Latina e da África lusófona.”<sup>128</sup>

Ao longo dos 23 dias de sua estada, o diretor do ICA permanece vários deles no Rio de Janeiro, onde se reúne com o pessoal do AN para discutir o projeto da Lei de Arquivos, a formação profissional, a situação dos arquivos intermediários e permanentes, o supramencionado projeto-piloto (tema de palestra ministrada na FGV) e o acordo de microfilmagem Brasil-Portugal. No Rio, ainda visita os arquivos da Polícia Federal e o Arquivo do Estado, em Niterói.

Permaneceu quatro dias em São Paulo, quando visitou o Arquivo da Cidade de São Paulo, estabeleceu contato com o diretor da instituição, Rofran Fernandes Pimenta, e o inseriu na lista de instituições arquivísticas a serem apoiadas em sua modernização.<sup>129</sup> Visitou, também, o Arquivo Municipal de Rio Claro (ocasião em que se encontrou com Ana Maria de Almeida Camargo, diretora da instituição, e Heloísa Liberalli Bellotto, professora da Escola de Comunicação e Artes da USP. Oportunamente, apontou a “[...] ‘extrema modéstia’ das técnicas de restauração de documentos históricos desenvolvidas no Brasil.”<sup>130</sup> destacando a escassez de pessoal especializado e a falta de equipamentos e materiais necessários à restauração de documentos.

Por três dias, permaneceu em Pernambuco, ao dedicar a sua visita ao Arquivo Público Estadual, onde participou da formação e capacitação de recursos humanos na área de

128 *Rapport de Mission “Projet-Pilote pour la Modernization des Archives nationales du Bresil”* – Fundo ICA.

129 Rofran Fernandes Pimenta teria viajado, em missão de estudos, para a França, Alemanha e Holanda em 1986, conforme correspondência de Kecskeméti para Jânio Quadros, de 11 de julho de 1986 – Fundo ICA.

130 Reportagem do Jornal da Tarde, intitulada “O Arquivo do Estado vai mudar”, anexa *Rapport de Mission “Projet-Pilote pour la Modernization des Archives nationales du Bresil”* – Fundo ICA.

Arquivologia. Conheceu os arquivos e a biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, o prédio do Hospital Pedro II que serviria de depósito para os arquivos, e a Casa da Cultura.

Ao voltar para seu país, Kecskeméti elabora um detalhado relatório da missão, no qual descreve o programa de modernização do AN do Brasil, de iniciativa de Celina Vargas. Ao resumir a situação diagnosticada, afirma que “Somente um adjetivo pode caracterizar a situação em que o Arquivo Nacional se encontrava em 1980: catastrófica.”<sup>131</sup> Depois de descrevê-la, ele condiciona a modernização à aquisição de novo prédio; à identificação dos documentos desprovidos de descrição; ao levantamento dos documentos dispersos e ainda não recolhidos; à formação e ao treinamento de pessoal para que pudesse exercer as funções arquivísticas. Os avanços alcançados pela instituição no escopo destas quatro ações são relatados.

Prossegue descrevendo a situação dos arquivos nos estados e pondera que “A história dos arquivos e da Arquivologia latino-americanos, em geral, e dos arquivos brasileiros, em particular, ainda não foi escrita. No entanto, os problemas dos estados brasileiros de hoje somente podem ser entendidos, levando em conta esta história.” Problemas e projetos locais são mencionados, a partir das suas visitas a São Paulo, Niterói e Recife, e pensados para outros estados, inferindo-se situações semelhantes àsquelas por ele identificadas nos três lugares mencionados.

A organização dos arquivos em torno do SINAR é relatada, com ênfase, na necessidade de triagem dos documentos para o seu recolhimento aos arquivos públicos. Sobre a formação e a remuneração de arquivistas, Kecskeméti assinala a sua premência e a falta de reconhecimento, respectivamente.

Uma pesquisa realizada no início de 1985 pelo Arquivo Nacional levou às seguintes conclusões:

- a) Os cursos superiores em Arquivologia não estão nem estruturados nem equipados para formar profissionais competentes capazes de exercer a profissão;
- b) os professores responsáveis pelo treinamento dos arquivistas não receberam treinamento neste campo;
- c) o currículo é pouco mais que uma longa lista de “Introduções” a várias disciplinas;
- d) a formação não os prepara para o trabalho em uma instituição arquivística (arquivo permanente).<sup>132</sup>

131 *Rapport de Mission “Projet-Pilote pour la Modernization des Archives nationales du Bresil”* – Fundo ICA.

132 *Rapport de Mission “Projet-Pilote pour la Modernization des Archives nationales du Bresil”*

Diante da situação, ele sugere duas alternativas: ou a aceitação de que o Brasil não forma arquivistas de alto nível ou a implementação desta formação pela instituição. Destaca a iniciativa do AN na promoção da referida formação e a importância do apoio da UNESCO (inclusive, financeiro) para tal. Justifica, então, a organização de um curso de formação, pelo AN, que deveria acontecer em 1986, no escopo do projeto-piloto em questão. O curso seria oferecido na modalidade de estágio, com duração de 12 a 24 meses, e com o fim de formar entre 10 e 25 arquivistas, por edição, para ocupação de postos na própria instituição e nos arquivos dos estados.

Ao comentar a formação de arquivistas brasileiros pelas universidades, destaca a fragilidade do ensino, segundo ele, raso na promoção de conhecimento da bibliografia histórica, e recomenda que o AN deveria acolher estagiários estrangeiros – especialmente africanos e latino-americanos –, mediante o reconhecimento pelas suas instituições de origem, do certificado do estágio, como um título que proporcionasse acesso à categoria A da função pública.<sup>133</sup> Em outras palavras, o estágio deveria habilitar arquivistas para a ocupação de cargos públicos.

Para o perfil científico, indica um programa de estudos a partir de um “ateliê de reflexão”, previsto para ocorrer no AN, entre 18 e 28 de novembro de 1985, com a moderação de Jay Atherton,<sup>134</sup> diretor-geral do departamento de gestão de documentos do *Public Archives of Canada*, e José Manuel Mata Castellón, diretor do *Archivo General de la Administración* (Madri).<sup>135</sup> A previsão de custo era de US\$5.640. As discussões ocorreriam em torno de dez temas inicialmente apresentados pelos anfitriões:

- 1) Arquivologia geral: terminologia e princípios arquivísticos, política de arquivos, legislação e regulamentação, planejamento e gestão de instituições de arquivos.
- 2) Arquivos na primeira e segunda idades: serviços de arquivos correntes, pré-arquivamento, triagem, eliminação e recolhimento.

---

(tradução nossa) – Fundo ICA.

133 *Projet d'un stage de formation professionnelle aux Archives Nationales du Brésil*, redigido por Kecskeméti. – Fundo *Inspection générale des archives*.

134 Jay Atherton é diretor geral do *Records Management Branch of Public Archives of Canada* e ex-diretor da *Federal Archives Division*. É membro da *Association of Canadian Archivists*, da *Association des Archivistes du Québec*, da *Association of Records Managers and Administrators* e da *Society of American Archivists* (ATHERTON, 1985).

135 José Manuel Mata Castellón foi, também, subdiretor geral do Ministerio de Cultura (EL PERIÓDICO, 2011) e diretor do *Archivo General de la Administración en Alcalá de Henares* (1982) (AGENCIA ESTATAL BOLETÍN OFICIAL DO ESTADO, 1982).



- 3) Controle intelectual dos arquivos: classificação, inventário, notação e organização de salas de leitura.
- 4) Tratamento de documentos não convencionais e reprografia, entre os quais: documentos cartográficos, audiovisuais, fontes orais, microfilmagem.
- 5) Automação: tratamento dos arquivos informáticos e automação dos arquivos.
- 6) Preservação de documentos: prédios, instalações e equipamentos, medidas de prevenção e restauração de documentos.
- 7) Animação cultural: serviços educativos, exposições e museus de arquivos, programa de publicações e relações públicas.
- 8) Disciplinas históricas e jurídicas: História das Instituições, Geografia Histórica, Direito, Administração, Bibliografia Histórica, Diplomática, Paleografia, Sigilografia, Genealogia, Heráldica e Estatística.
- 9) Métodos de ensino: lições de magistério, seminários e trabalhos dirigidos, pesquisas pessoais dos alunos, bibliografia de obras para consulta, assuntos a serem apresentados por especialistas estrangeiros.
- 10) Questão de organização: condições de admissão, duração dos estudos, número e perfil dos alunos, duração e organização de estágios nos diferentes serviços, exame ao fim do estágio e trabalho final (como condição para recebimento do diploma), além de orçamento para o funcionamento.

Tanto os representantes dos estados que optaram pelo envio de estagiários quanto os representantes das instituições, com os quais o AN tivesse acordos de cooperação, deveriam participar do ateliê.

Além do estágio, a Comissão Nacional do Brasil pela UNESCO reitera a demanda de cooperação, ao diretor do PGI, para a realização de um ateliê voltado à restauração do Arquivo.<sup>136</sup>

Nas suas conclusões e recomendações à UNESCO, Kecskeméti reitera que a instalação do projeto-piloto de modernização em uma instituição arquivística tradicional, como o AN, ressoaria em todo o país. Para tal, sinaliza o indispensável investimento para a realização do ateliê de reflexão, pela instituição internacional, bem como para a vinda, em missão, de dois ou três professores visitantes ao Brasil, para o ensino de matérias altamente especializadas, como, sobretudo, a preparação de manuais de gestão de arquivos correntes e instrumentos de trabalho automatizados.

Ao retomar o principal objetivo do projeto supracitado – o de “apoiar o trabalho do Arquivo Nacional na renovação do treinamento profissional dos arquivistas

---

<sup>136</sup> Correspondência de Cleantho de Paiva Leite para M. J. Tocatlían, de 8 de abril de 1985 – Fundo ICA.

no Brasil” –, ele ainda solicita à UNESCO, o equipamento do ateliê de restauração, como condição para que o AN pudesse formar o seu quadro técnico. Recomenda que, “Finalmente, a UNESCO poderia ajudar o Brasil a compartilhar sua experiência com outros países da região e, assim, ajudá-los a empreender a modernização de seus arquivos.”<sup>137</sup>

Em decorrência da terceira visita de Kecskeméti, Celina Vargas apresenta a conferência “O Arquivo Nacional e a Política Nacional de Arquivos” – texto escrito em parceria com o especialista francês, no VI Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro, 13 a 18 de abril de 1986). Seu pronunciamento, amparado nas experiências arquivísticas francesas, norte-americanas e australianas, prenuncia os anseios vistos no Projeto de Lei 4895/1984, mais tarde, a Lei de Arquivos (BRASIL, 1991), como:

- O tópico patrimonial, que abrange a conceituação dos arquivos públicos e dos privados (reconhecidos como de interesse público), o papel do AN no tratamento dos documentos de arquivos públicos federais e as suas relações com as instituições congêneres. Com vistas à instalação de uma política nacional de arquivos, ela recomenda que: a sua definição seja atrelada à função desta instituição, quanto ao recolhimento dos documentos produzidos pela administração pública federal; o direito à pesquisa e à informação, contida nos documentos públicos, seja assegurado; o direito de posse dos arquivos privados seja reconhecido, assim como a responsabilidade por sua custódia e preservação; os documentos provenientes da Presidência da República tenham um tratamento especial, ou seja, “Estes documentos devem receber tratamento de arquivo privado e sua destinação terá de ser dada pelo proprietário. Porém, aqueles definidos como públicos ao final do mandato presidencial, são obrigatoriamente entregues ao Arquivo Nacional.”<sup>138</sup>
- A relação entre o Arquivo e a administração condicionada à “[...] transformação de um Estado tradicional e cartorial para um Estado moderno e racional, condição indispensável à agilização dos mecanismos de controle da máquina estatal sobre si mesma, tendo em vista os interesses da sociedade.” Nesta perspectiva, Celina aponta a relevância da implantação de um programa de gestão de documentos – nos moldes da UNESCO – e não apenas a

---

137 *Rapport de Mission “Projet-Pilote pour la Modernization des Archives nationales du Brésil”* – Fundo ICA.

138 Texto de autoria de Celina Vargas, anexo ao *Rapport de Mission “Projet-Pilote pour la Modernization des Archives nationales du Brésil”* – Fundo ICA.

criação de arquivos intermediários, como solução para imprimir agilidade ao sistema de controle e gerenciamento de documentos.

- A relação entre o Arquivo e a sociedade, definida pelos parâmetros jurídicos com vistas ao livre acesso aos documentos, à exceção das restrições legais para tal e mediante a interação entre a Lei de Arquivos, a Lei de Acesso à Informação (LAI), e o respeito à privacidade do cidadão.

Neste sentido, estamos propondo, hoje, a inclusão no novo texto constitucional de artigos que estabeleça [sic] no capítulo referente aos direitos e garantias individuais, o direito do cidadão sobre as informações que o Estado acumula sobre sua pessoa e, ao mesmo tempo, o limite de sua utilização pelo próprio Estado e por outros cidadãos.

A quarta visita de Kecskeméti se dá entre 14 e 21 de junho de 1987, quando ele, também vai ao México e à Costa Rica com Hans Booms.<sup>139</sup> No Brasil, o franco-húngaro permanece no Rio de Janeiro, onde participa da sessão de abertura do Seminário de Modernização de Arquivos do AN; conhece o Serviço de Documentação Geral da Marinha; visita o Paço Imperial a convite do presidente da Fundação Pró-Memória; assiste a uma conferência de Booms, na FGV; reúne-se com o comitê diretivo da ALA no AN, onde também participa de reunião para discutir o projeto do guia de instrumentos de pesquisa para arquivos da América Latina e do guia para a África. Além disso, ele integra o seminário sobre a formação profissional do arquivista e visita Vassouras (RJ). Na quarta visita, intermedia a presença de duas participantes nordestinas no Seminário de Tecnologia da Informação Aplicada.<sup>140</sup>

A diretora do Arquivo Nacional chega a solicitar à UNESCO – também por intermédio de Kecskeméti – recursos para a implantação de um projeto de cooperação entre Brasil, Cuba, Índia e México, sob a direção da instituição, em que um especialista indiano pudesse visitar os países para diagnosticar a conservação e a

---

139 Hans Booms foi presidente do ICA e do *Bundesarchiv Federal Republic of Germany*. Professor de História Contemporânea e de Arquivologia na *Cologne University* (Alemanha), destaca-se como escritor e editor, um dos mais conhecidos arquivistas da Europa (BOOMS, 1991).

140 Correspondências de Kecskeméti para Andreas Klien, de 12 de maio de 1987; de Viviane Levy para Kecskeméti, de 21 de janeiro 1987; de Kecskeméti para Celina Vargas, de 5 de maio 1987; de Kecskeméti para Luz Alba Chacon Leon, diretora do *Archivo Nacional* de Costa Rica, de 5 de maio 1987; de Kecskeméti para Leonor Ortiz Monasterio Pietro, diretoria do *Archivo General de la Nation* (México), de 3 de abril de 1987; de Kecskeméti para Mahin, de 16 de janeiro de 1988, mencionando cópias do contrato da missão no Brasil; de Isa Poupard para Kecskeméti, de 3 de abril de 1989 – Fundo ICA.

restauração de documentos de países tropicais e prognosticar a respeito.<sup>141</sup> Interessante destacar o título do projeto: “*South to South Cooperation between India, Mexico, Brazil and Cuba in the Field of Conservation and Restoration of Documents*”, que sublinha a circulação do conhecimento arquivístico entre os países do Sul. Celina, mais uma vez, reconhece a contribuição de Kecskeméti, assinalando que

Se Kecskeméti não tivesse identificado a gravidade da situação e ajudado a buscar soluções internacionais para apoiar o projeto brasileiro, provavelmente não teríamos conseguido modernizar o Arquivo. Se Aloísio Magalhães<sup>142</sup>, com o seu conhecimento de artista plástico, não tivesse nos apontado uma solução arquitetônica para abrigar a instituição, provavelmente não teríamos recolhido a documentação produzida pela administração pública mais recente. Se Maria Amélia Migueis<sup>143</sup> não tivesse estudado e encontrado uma metodologia capaz de nos auxiliar na organização, identificação e análise da documentação existente no Arquivo Nacional, talvez não tivéssemos conseguido a excelência técnica da instituição. Foram pessoas emblemáticas para mim, mas muitos outros em torno deles foram fundamentais para conseguirmos transformar o Arquivo Nacional (FONSECA; ESTEVÃO, 2013, p. 25).

Anos mais tarde, Kecskeméti retorna ao Brasil a convite da comissão organizadora do XIII CBA, que ocorre em Salvador, de 17 a 20 de outubro de 2000, quando ministra a conferência de abertura do evento, intitulada “A profissão do Arquivista: olhar sobre o passado e perspectivas de futuro” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 2000).

As recomendações sobre cooperação internacional, levando em conta a sua vasta experiência à frente do ICA, devem ser lembradas. Ele pondera sobre as possibilidades de cooperação em relação às peculiaridades de cada país:

Outro efeito do reflexo nacionalista é que a complementaridade entre a cooperação internacional e a bilateral nem sempre é percebida. As duas

141 Correspondência de Celina Vargas para Kecskeméti, de 18 de março de 1988, em que encaminha o referido projeto – Fundo ICA.

142 Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (1927-1982) foi artista plástico, *designer*, ativista cultural brasileiro, considerado “uma das mais importantes figuras do *design* gráfico do país” (FRANZÃO, 2015).

143 Maria Amélia Migueis foi pioneira na sistematização das propostas de descrição, com o “Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa”, em 1976 (LOPEZ, 2002).

abordagens são então vistas como dois termos da mesma alternativa, mutuamente exclusiva.

Deste ponto de vista, a abordagem bilateral é certamente a que deve ser favorecida, já que atende diretamente ao interesse nacional.

De fato, a cooperação bilateral e a cooperação internacional, que decorrem do mesmo desejo de transcender o que divide e construir o que une, reforçam-se mutuamente, tanto no campo dos arquivos como nas relações entre os Estados. O estágio internacional [STIA] criado pelos *Archives de France* para fortalecer as relações bilaterais com todos os países do mundo oferece um exemplo particularmente eloquente a este respeito (KECSKEMÉTI, 1985, s. p.).

Para finalizar a síntese das considerações de Kecskeméti, destaco aquelas em torno da deontologia do trabalho internacional, para ele pautado na seguinte tríade:

- a) o trabalho internacional é possível porque, apesar de todas as tensões, há sempre áreas não trabalhadas onde podemos nos encontrar;
- b) o trabalho internacional é útil, não só pelo que traz (progresso na ciência, resolução de disputas, etc.), mas também por sua própria existência, uma vez que os contatos entre pessoas e países são valiosos em si;
- c) o trabalho internacional é indispensável em nosso mundo, em que as fronteiras políticas são muito demarcadas, mas cada país depende de todos os outros, em que os eventos atuais nacionais se realizam sob um pano de fundo de problemas comuns (KECSKEMÉTI, 1985, s. p.).

A possibilidade, a utilidade e a imprescindibilidade do trabalho internacional são, desse modo, consideradas em suas palavras: “[...] há sempre uma solução aceitável para todos, mesmo que as diferenças sejam proclamadas em voz alta e as convergências negadas ou deixadas nas sombras” (KECSKEMÉTI, 1985, s. p., tradução nossa), o que, certamente, não compromete a singularidade dos fenômenos segundo o Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2004). Afinal, pontos comuns, neste caso no escopo da cooperação internacional, não contradizem peculiaridades nacionais: apenas dão voz a elas.

Na ocasião do seu falecimento, em 2 de abril de 2021, o ICA o homenageia, ao reconhecer a extensa repercussão de suas contribuições para a área:

Em cada uma dessas posições, ele teve um enorme impacto sobre a comunidade internacional de arquivos. Ele defendeu o valor e a im-

portância dos arquivos e dos arquivistas e o uso dos arquivos como plataforma para incentivar o diálogo durante tempos difíceis na política internacional. Um historiador de renome, ele contribuiu muito para nossa compreensão da política e da história húngaras. Ele também escreveu extensivamente sobre arquivos e teoria de arquivos, com livros como *Les écrits s'envolent: La problématique de la conservation des archives papier et numériques* (Favre, 2014), em coautoria com Lajos Körmendy. Lamentamos sua morte e seu impacto sobre a comunidade arquivística será sentido por gerações (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2021, tradução nossa).

Eu não poderia deixar de registrar a minha admiração e gratidão a Kecskeméti que, gentilmente, me encontrou duas vezes, em um café parisiense, durante o meu estágio pós-doutoral na ENC, para informalmente relatar as suas experiências em missões técnico-científicas nos arquivos dos países do Sul, especialmente no Brasil. O que deveria ser uma entrevista se converteu em conversas muito interessantes, entremeadas de descontração e curiosidades sobre o país, que ratificaram a sua generosidade e elegância.

## Repercussões das contribuições francesas na Arquivologia brasileira

**O**S ARQUIVOS E A ARQUIVOLOGIA FRANCESA FORAM SEMINAIS PARA A FORMAÇÃO das instituições arquivísticas, da disciplina e dos arquivistas no mundo e, destacadamente, no Brasil. Há possibilidades diversas de se notarem as repercussões das contribuições da França. E a minha escolha recaiu sobre a circulação de autores e obras francesas em duas situações: 1) a dos livros franceses acerca dos arquivos e a da Arquivologia e 2) a da produção científica arquivística brasileira dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, além da participação de brasileiros em instâncias francesas relacionadas à disciplina.

### 6.1. Livros franceses sobre arquivos e Arquivologia no Brasil

No fim da década de 1950, o AN começou a editar uma série de publicações técnicas que contemplou traduções de obras internacionais de referência. Das 45 publicações identificadas por Fonseca (1988), quinze eram brasileiras e, mais da metade, norte-americanas ou francesas. Os resultados se aproximam daqueles da minha tese (MARQUES, 2011), a respeito da predominância dos Estados Unidos e da França no *ranking* de países de publicação das obras arquivísticas estrangeiras mapeadas na biblioteca do AN, considerados apenas os livros.

Pela análise de 1.517 referências bibliográficas, nota-se que a maioria dos livros identificados havia sido publicada nas décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos, na França, na Espanha, no Canadá, no Reino Unido, na Itália e no México. Vale lembrar que no período supracitado, o pensamento arquivístico internacional foi redimensionado a partir da visão integrada dos arquivos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Com exceção do México,<sup>144</sup> os outros países que mais contemplaram as pu-

---

144 Há que se destacar pesquisas acerca da epistemologia arquivística no México, a exemplo dos projetos realizados pelo professor Miguel Ángel Rendón Rojas (2011; 2017), dedicados ao estudo das fronteiras e da identidade da Biblioteconomia, da Arquivologia, da Documentação e

blicações analisadas possuem tradições arquivísticas consolidadas e com grande repercussão no mundo, em manuais científicos e operacionais.

Levando em conta os resultados da última pesquisa, formulei – com a colaboração de um ex-aluno do curso de Arquivologia<sup>145</sup> –, nova pesquisa no catálogo *on-line* da mesma biblioteca, entre julho de 2018 e maio de 2019. Foram levantadas 27.968 referências bibliográficas a partir dos mesmos descritores utilizados em minha tese. Esse universo foi reduzido a 3.449 obras, mediante a seleção daquelas identificadas pelo AN como “livro” ou “livro raro” e, novamente, a 334 obras (1,19% do total), cujos títulos contemplavam os arquivos e a Arquivologia explicitamente e que tivessem sido publicadas na França. Foram, assim, consideradas obras de autores de diferentes nacionalidades, mas que também circularam naquele país.

Em 2011, observei que 32 autores eram recorrentes. Excluídas as autorias institucionais, cheguei a 21 autores, cujos vínculos profissionais remetiam às seguintes origens institucionais: cinco norte-americanas, cinco inglesas, quatro espanholas, três canadenses, uma francesa, uma portuguesa, uma argentina e uma equatoriana. De um lado, a baixa frequência de autores franceses me chamou a atenção, levando em consideração a relevância da França na trajetória da Arquivologia mundial. De outro, a presença de autores norte-americanos, ingleses, espanhóis e canadenses pode ser justificada pelos avanços do pensamento arquivístico internacional em torno da gestão de documentos, do papel do arquivista e dos arquivos nas instituições, dos estudos de tipologia documental e da integração dos arquivos administrativos e históricos.

Das 310 obras arquivísticas estrangeiras identificadas, 32 tinham sido reeditadas, reimpressas ou traduzidas. Quanto às traduções brasileiras para o português, verifiquei 12 ocorrências, das quais três eram de obras francesas. Naquela ocasião, identifiquei uma amostra significativa da produção arquivística mundial em circulação no Brasil. Embora o número de traduções fosse relativamente pequeno, pude tecer considerações sobre a qualidade e as repercussões de tais obras, como possibilidades de reinscrição do discurso arquivístico, a exemplo das reedições e reimpressões. O progressivo aumento dessas publicações – concentradas nos últimos anos, com a participação de autores pessoais e institucionais –, indica o importante papel das instituições arquivísticas, dos conselhos e das associações nos avanços da área. Quanto aos autores estrangeiros, merecem realce as contribuições de vários

---

da Ciência da Informação.

145 Agradeço a José Mauro Gouveia de Medeiros pelo levantamento e pela sistematização das informações que culminaram em um artigo (MARQUES; MEDEIROS, 2021), que detalha os resultados da pesquisa.



que visitaram o Brasil a partir do fim da década de 1950, sobretudo de argentinos, espanhóis, franceses e norte-americanos, colaborando para a organização dos arquivos brasileiros e para a institucionalização da Arquivologia no país.

Embora no catálogo da biblioteca do AN as obras estivessem classificadas como “livro” ou “livro raro”, nesta última pesquisa, feita em 2018, notou-se uma diversidade de tipos bibliográficos. Os instrumentos de pesquisa lideraram com mais de 40% do total, seguidos dos livros propriamente ditos (26,65%), das publicações técnicas (24,25%), sobretudo aquelas do RAMP da UNESCO. Se, no primeiro caso, observam-se publicações decorrentes da descrição arquivística de determinados fundos e documentos, no segundo e terceiro casos há publicações nacionais e internacionais de especialistas em assuntos variados que afetam os arquivos.

Na França, a maioria dos 334 livros publicados (44,91%) foi nos anos 1980, semelhantemente à minha pesquisa anterior, e, em Paris, com mais de 90% das publicações. Os resultados podem ser atrelados à Lei de Arquivos francesa, no final da década de 1970 (FRANCE, 1979). Acompanhada da descentralização administrativa dos serviços públicos franceses, a lei demandaria, certamente, uma produção que atendesse aos seus obstáculos, o que pode ter culminado na publicação de um número expressivo de obras nos anos 1980, na França. E o destaque para Paris, provavelmente, se deve por ser a sede dos *Archives nationales*, do ICA e de vários serviços administrativos do Estado, que demandam e produzem tecnicamente na área dos arquivos.

Quanto ao idioma, 68,86% das obras sobre arquivos e Arquivologia publicadas na França estavam em francês, certamente por ser a língua materna. Como também foram identificadas várias publicações da UNESCO e do ICA, nas quais o inglês e o espanhol foram recorrentes (com 17,37% e 11,98%, respectivamente). Os estudos RAMP produzidos pela UNESCO foram originalmente publicados em mais de um idioma, o que não caracteriza tradução de uma edição diferente.

Chama à atenção a diversidade de aspectos tratados nas obras identificadas “livros” pela instituição, conforme Tabela 1.

**Tabela 1: Temas dos livros arquivísticos publicados na França (2018)**

Temáticas	Frequência	%
Livro (acesso)	1	1,12
Livro (aquisição)	1	1,12
Livro (arquivo e história)	1	1,12
Livro (arquivo intermediário)	2	2,25
Livro (arquivo)	2	2,25
Livro (arquivos empresariais)	2	2,25
Livro (arquivos históricos)	1	1,12

**Tabela 1: Temas dos livros arquivísticos publicados na França (2018)**

Temáticas	Frequência	%
Livro (arquivos institucionais)	4	4,49
Livro (arquivos nacionais)	1	1,12
Livro (arquivos públicos)	2	2,25
Livro (arquivos)	4	4,49
Livro (automação)	2	2,25
Livro (avaliação)	1	1,12
Livro (bibliografia)	1	1,12
Livro (classificação e conservação)	2	2,25
Livro (classificação)	3	3,37
Livro (comitê)	1	1,12
Livro (conservação e restauração)	1	1,12
Livro (conservação)	6	6,74
Livro (contencioso)	1	1,12
Livro (cooperação internacional)	2	2,25
Livro (descrição)	2	2,25
Livro (diagnóstico)	5	5,62
Livro (difusão)	1	1,12
Livro (Diplomática)	1	1,12
Livro (documentos eletrônicos)	2	2,25
Livro (documentos públicos)	1	1,12
Livro (formação)	6	6,74
Livro (função do arquivo e política do arquivo)	1	1,12
Livro (função do arquivo)	1	1,12
Livro (gênero documental)	1	1,12
Livro (gestão de documentos)	1	1,12
Livro (instalações de arquivos e equipamentos)	1	1,12
Livro (instalações e equipamentos)	1	1,12
Livro (instalações)	5	5,62
Livro (legislação)	1	1,12
Livro (manual)	6	6,74
Livro (memória)	2	2,25
Livro (orientações)	1	1,12
Livro (paleografia)	1	1,12
Livro (pesquisa histórica)	1	1,12
Livro (política de harmonização)	2	2,25
Livro (preservação e conservação)	1	1,12
Livro (preservação)	1	1,12
Livro (profissão)	1	1,12
Livro (sistemas de informação)	2	2,25
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora.

Dos 379 autores das 334 obras, 120 (67%)<sup>146</sup> eram reincidentes (Tabela 2). Mais de 25% das obras concentravam-se em três autores institucionais (*Archives nationales*, *Direction des archives de France* e ICA). Importante destacar que foi possível identificar dez obras (2,64%) de franceses que contribuíram para a institucionalização da Arquivologia brasileira (Michel Duchein, Bruno Delmas, Charles Kecskeméti e Ivan Cloulas), conforme o meu projeto de pesquisa.

**Tabela 2: Autores recorrentes das obras arquivísticas publicadas na França (2018)**

Autor	Frequência	%
ARCHIVES NATIONALES (França)	55	14,51
DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE	24	6,33
ICA	21	5,54
HILDESHEIMER, Françoise	6	1,58
UNESCO	5	1,32
RHOADS, James B.	4	1,06
FAVIER, Jean	4	1,06
DUCHEIN, Michel	4	1,06
BIMBENET-PRIVAT, Michèle	4	1,06
ARCHIVES DÉPARTEMENTALES (Val-de-Marne, FR)	4	1,06
GOTTERI, Nicole	4	1,06
BUCHANAN, Sally A.	4	1,06
ROPER, Michael	4	1,06
KATHPALIA, Yash Pal	3	0,79
CHARON BORDAS, Jeannine	3	0,79
MAZIKANA, Peter C.	3	0,79
THOMAS, D. L.	3	0,79
COOK, Michael	3	0,79
LEARY, William	3	0,79
BABELON, Jean-Pierre	3	0,79
ARCHIVES DÉPARTEMENTALES (Bouches-du-Rhône, FR)	3	0,79
CENTRE DE RECHERCHE SUR LA CONSERVATION DES DOCUMENTS GRAPHIQUES	3	0,79
CUNHA, George Martin	3	0,79
DELMAS, Bruno	3	0,79
GROLIER, Eric de	3	0,79
LEE, Mary Wood	2	0,53
FONTAINE, France	2	0,53
NEIRINCK, Daniele	2	0,53

<sup>146</sup> Este número é aproximado, porque não foi possível identificar a nacionalidade de 10 autores (5% do total).

**Tabela 2: Autores recorrentes das obras arquivísticas publicadas na França (2018)**

Autor	Frequência	%
ARCHIVES DÉPARTEMENTALES (Seine-Maritime, FR)	2	0,53
GALLET GUERNE, Danielle	2	0,53
GREEN, Adam	2	0,53
MOSS, William W.	2	0,53
BERNARD, Gildas	2	0,53
PARKER, Thomas A.	2	0,53
WALNE, Peter	2	0,53
TANODI, Aurélio	2	0,53
HARRISON, Helen P.	2	0,53
ULATE SEGURA, Bodil	2	0,53
HENDRIKS, Klaus B.	2	0,53
EVANS, Frank B.	2	0,53
CORTÉS ALONSO, Vicenta	2	0,53
NAUGLER, Harold	2	0,53
KECSKEMÉTI, Charles	2	0,53
OLIER, J. H.	2	0,53
KITCHING, Christopher	2	0,53
BERNHARD, Paulette	2	0,53
KRAKOVITCH, Odile	2	0,53
STARK, Marie Charlotte	2	0,53
LAMUR-BAUDREU, Anne-Claude	2	0,53
TAYLOR, Hugh A.	2	0,53
LANGLOIS, Monique	2	0,53
TOURTIER-BONAZZI, Chantal de	2	0,53
LE MOËL, Geneviève	2	0,53
GERBAUD, Henri <i>et al.</i>	4	1,06
GUERIN-BROT, Isabelle	2	0,53
ARCHIVES DÉPARTEMENTALES (La Sarthe, FR)	2	0,53
Autores não recorrentes	136	35,88
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora.

O quadro 3 demonstra a síntese comparativa das duas pesquisas (de 2011 e de 2018) que, embora com especificidades decorrentes dos seus distintos objetivos, partiram do mesmo universo de análise.

**Quadro 3: Indicadores predominantes nas obras arquivísticas da biblioteca do AN**

Aspecto analisado	2011	2018
<b>Universo</b>	310 livros (excluídos os demais tipos bibliográficos após a análise), publicados internacionalmente.	334 livros (mantidos os demais tipos bibliográficos após a análise), publicados na França.
<b>Períodos</b>	1970 e 1980	1980
<b>Países ou cidades</b>	Estados Unidos e França	Paris
<b>Idioma</b>	Português	Francês
<b>Tipos bibliográficos</b>	-	Instrumentos de pesquisa.
<b>Autores recorrentes</b>	Norte-americanos e ingleses (considerados somente os autores pessoais).	Franceses e com sede na França (considerados os autores institucionais).

Fonte: Elaboração da autora.

Ao tomar por base uma pesquisa produzida há 10 anos, esperava-se ter resultados semelhantes (considerando o mesmo universo de coleta dos dados, atualizado, o acervo da biblioteca do AN), mas, também, vislumbrava peculiaridades, em razão do recorte para este trabalho: livros sobre arquivos e Arquivologia publicados na França.

Observei que parte do período apontado na primeira pesquisa permaneceu em destaque – a década de 1980 –, época de movimentos e repercussões no panorama arquivístico francês em razão da Lei de Arquivos (FRANCE, 1979). O que, certamente, repercutiria na demanda por estudos e, por consequência, na publicação de obras que dessem conta das exigências do novo contexto. Por ser a capital administrativa da França e por sediar instituições internacionais como a UNESCO e o ICA, Paris centralizou as publicações que diziam respeito, sobretudo, a instrumentos de pesquisa, livros e publicações técnicas, contemplando diversos interesses da Arquivologia e do seu objeto de estudo, os arquivos.

Especificamente, quanto aos instrumentos de pesquisa, parece haver um cuidado acerca da sua produção, no sentido de as instituições arquivísticas francesas se dedicarem à descrição dos fundos e documentos por elas custodiados, tendo em vista o seu acesso intelectual. Contudo, é curioso encontrá-los em grande número no acervo da instituição brasileira que, mesmo inspirada nos *Archives nationales* (como desde a sua criação, no século XIX), há, certamente, outros tipos de obras que também merecem investimento da instituição. Afinal, o pensamento arquivístico francês continua a ser referência internacional na contemporaneidade, e há uma produção de livros considerável.

## **6.2 Autores e obras francesas na produção científica arquivística brasileira**

Inicialmente, inspirada em um estudo de Rodrigues e Aparício (2002), pude observar a progressão da produção científica sobre arquivos e Arquivologia nos

programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, bem como as referências bibliográficas presentes nas teses, dissertações e nos TCCs mapeados. As autoras empreenderam uma pesquisa no catálogo de teses e dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no acervo de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em CI da UnB e, na ocasião, identificaram 33 pesquisas – em mestrados e doutorados de CI, Comunicação, Biblioteconomia e História – de oito universidades brasileiras. Observaram a escassez de linhas de pesquisa que abrangessem pesquisas sobre arquivos e Arquivologia em tais programas, o que poderia justificar o pequeno número de teses e dissertações a respeito.

No projeto de iniciação científica do qual participei durante a graduação (CUNHA, 2003), mapeei 57 dissertações e teses, a partir de consultas aos sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação que poderiam abrigar pesquisas com temas de interesse da Arquivologia. Produzidas em 13 instituições, essas pesquisas desenvolveram-se nos mesmos mestrados e doutorados identificados por Rodrigues e Aparício (2002), bem como em Administração e em Tecnologia.

Um estudo que serviu de referência para a continuidade da pesquisa foi a tese de Fonseca (2004), na qual a pesquisadora identificou 53 dissertações e teses ao consultar o banco de teses da CAPES, utilizando como filtros temáticos as palavras “arquivos”, “Arquivologia” e “arquivística”. Além dos programas levantados nos estudos mencionados, as pesquisas estavam abrigadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Letras e Linguística, Arquitetura, Engenharia de Produção, Memória Social e Documento, Educação e Ciência Social (Antropologia Social), de 14 universidades brasileiras. Fonseca verificou um aumento regular na produção científica arquivística, concentrada em programas de pós-graduação.

Ao dar continuidade ao projeto de iniciação científica e com base na metodologia de Fonseca (2004), atualizei, em 2007, os levantamentos anteriores e identifiquei 87 dissertações e teses, produzidas em 19 instituições, em mestrados e doutorados de Artes Visuais, Educação e Música, além dos programas já referidos (MARQUES, 2007).

Silva (2009), ao seguir os passos de Fonseca (2004), mapeou 97 dissertações e teses no catálogo de teses da CAPES, produzidas em todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* identificados nos estudos que precederam o seu, apresentando, como novidade, a produção de pesquisas sobre arquivos e Arquivologia em Saúde Pública.

Ainda buscando atualizar o mapeamento dessa produção científica, dediquei parte da minha tese (MARQUES, 2011) ao levantamento de dissertações e teses com temas arquivísticos quando, sob a metodologia de Fonseca (2004), identifiquei 101 pesquisas produzidas em 21 instituições brasileiras, entre 1972 e 2006, nos programas registrados anteriormente (com exceção de Saúde Pública). Com o objetivo

de compreender os movimentos do percurso da Arquivologia como disciplina no Brasil, a partir dos seus intercâmbios internacionais, verticalizei o estudo para analisar as referências bibliográficas contidas nas 86 dissertações e 15 teses verificadas. Na ocasião, identifiquei 10.266 referências bibliográficas, das quais analisei 4.216 (41,06 % do total), relativas às referências de obras arquivísticas e com temas de interesse direto da área, distinguindo-as das referências não arquivísticas, das fontes primárias e das entrevistas. Ao catalogar os autores, a origem institucional, o país, o período e os idiomas de publicação de cada uma das referências bibliográficas, cheguei aos resultados descritos no quadro 4.

**Quadro 4: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área por programa de pós-graduação (1972-2006)**

Universidade /Programa	Média de referências arquivísticas por dissertação/tese	País de publicação	Período de publicação	Idioma de publicação		Autores recorrentes (30 maiores frequências)	Obras recorrentes (30 maiores frequências)
UFF-IBICT CI	60	Brasil (53%)	1991-2000 (47%)	Português (52%)	Tradução (4%)	Brasileiros (14)	Brasileiras (9)
UFMG CI	48	Brasil (59%)	1991-2000 (42%)	Português (50%)	Tradução (12%)	Brasileiros (19)	Brasileiras (14)
UFRJ-IBICT CI	42	Brasil (49%)	1991-2000 (41%)	Português (43%)	Tradução (9%)	Brasileiros (18)	Brasileiras (10)
UnB CI	44	Brasil (70%)	1991-2000 (48%)	Português (59%)	Tradução (11%)	Brasileiros (19)	Brasileiras (13)
UNESP CI	49	Brasil (48%)	1991-2000 (60%)	Português (46%)	Tradução (11%)	Brasileiros (13)	Brasileiras (7)
USP CI	73	Brasil (36%)	1991-2000 (49%)	Português (25%)	Tradução (10%)	-	Brasileiras (4)
CEFET Tecnologia	27	Brasil (89%)	1991-2000 (74%)	Português (86%)	Tradução (7%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (6)
PUC/SP Administração	27	Brasil (96%)	1991-2000 (63%)	Português (81%)	Tradução (19%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (6)
PUCCAMP CI	56	Brasil (74%)	1981-1990 (41%)	Português (66%)	Tradução (11%)	Brasileiros (16)	Brasileiras (11)
Severino Sombra História	20	Brasil (90%)	1991-2000 (45%)	Português (85%)	Tradução (5%)	Brasileiros (3)	Brasileiras (2)
UERJ Letras	15	Brasil (53%)	1981-1990 (40%)	Português (33%)	Tradução (27%)	Franceses (2)	Brasileiras (2) Norte-americanas (2)

**Quadro 4: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área por programa de pós-graduação (1972-2006)**

Universidade / Programa	Média de referências arquivísticas por dissertação/tese	País de publicação	Período de publicação	Idioma de publicação		Autores recorrentes (30 maiores frequências)	Obras recorrentes (30 maiores frequências)
UFBA Educação	23	Brasil (71%)	1991-2000 (70%)	Português (78%)	Tradução (4%)	Brasileiros (4)	Brasileiras (4)
UFBA Letras	130	Brasil (45%)	1991-2000 (60%)	Português (55%)	Tradução (12%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (11)
UFF Comunicação	61	Brasil (69%)	1991-2000 (52%)	Português (51%)	Tradução (19%)	Brasileiros (9)	Brasileiras (6)
UFF História	9	Brasil (100%)	1991-2000 (78%)	Português (100%)	-	Brasileiros (4)	Brasileiras (3)
UFMG Artes Visuais	1	Brasil (100%)	1991-2000 (100%)	-	Tradução (100%)	-	-
UFPB CI	32	Brasil (84%)	1991-2000 (50%)	Português (78%)	Tradução (9%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (5)
UFRJ Arquitetura	21	Brasil (38%)	1981-1990 (71%)	Português (24%)	Tradução (10%)	Francês (1) <sup>147</sup>	Brasileira (1) Holandesa (1)
UFRJ Comunicação	33	Brasil (94%)	1991-2000 (58%)	Português (82%)	Tradução (15%)	Brasileiros (11)	Brasileiras (8)
UFRJ Educação	60	Brasil (52%)	1991-2000 (63%)	Português (49%)	Tradução (7%)	Brasileiros (11)	Brasileiras (7)
UFRJ História	12	Brasil (58%)	1981-1990 (42%)	Português (50%)	Tradução (17%)	Brasileiros (5)	-
UFSC Administração	29	Brasil (82%)	1991-2000 (77%)	Português (82%)	Tradução (3%)	Brasileiros (11)	Brasileiras (8)
UFSM Engenharia de Produção	20	Brasil (82%)	1981-1990 (85%)	Português (85%)	Tradução (13%)	Brasileiros (7)	Brasileiras (7)
UFSM Educação	3	Brasil (100%)	1981-1990 (100%)	Português (100%)	-	Brasileiros (2)	-
UNIRIO Educação	28	Brasil (100%)	1971-1980 (31%)	Português (93%)	Tradução (7%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (2)
UNIRIO Memória social	35	Brasil (70%)	1971-1980 (37%)	Português (61%)	Tradução (18%)	Brasileiros (14)	Brasileiras (9)
UNIRIO Música	12	Brasil (92%)	1991-2000 (75%)	Português (83%)	Tradução (8%)	Francês (1)	-

147 O mesmo autor aparece duas vezes.



**Quadro 4: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área por programa de pós-graduação (1972-2006)**

Universidade / Programa	Média de referências arquivísticas por dissertação/tese	País de publicação	Período de publicação	Idioma de publicação		Autores recorrentes (30 maiores frequências)	Obras recorrentes (30 maiores frequências)
USP Antropologia	16	Itália (69%)	1961-1970 (25%)	Italiano (63%)	-	Brasileiro (1) <sup>148</sup>	-
USP Ciências da Comunicação	30	Brasil (49%)	1971-1980 (37%) e 1991-2000 (37%)	Português (49%)	Tradução (11%)	Brasileiros (12)	Brasileiras (5)
USP Educação	39	Brasil (56%)	1991-2000 (58%)	Português (56%)	Tradução (9%)	Brasileiros (12)	Brasileiras (9)
USP História Social	50	Brasil (58%)	1991-2000 (42%)	Português (53%)	Tradução (7%)	Brasileiros (17)	Brasileiras (14)

Fonte: Marques (2011, p. 272-273).

Concluída a tese, para dar continuidade ao estudo, orientei sete pesquisas de iniciação científica, elaboradas por discentes do curso de Arquivologia da UnB. No primeiro projeto (MARQUES, 2014), uma aluna levantou 3.327 referências bibliográficas (arquivísticas, não arquivísticas e afins), presentes em 40 dissertações e nove teses sobre arquivos e Arquivologia, produzidas em 17 universidades e em 26 programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, entre 2006 e 2008. Do total, ela analisou 899 referências bibliográficas de obras arquivísticas (explicitamente sobre arquivos e/ou Arquivologia) e com temas de interesse direto da área (consideradas como afins aos arquivos e à Arquivologia, mas não exclusivamente) e que, em muitos casos, eram comuns a outras disciplinas do campo da informação. Os resultados do estudo apontaram: uma média de 36,70% de referências arquivísticas por dissertação ou tese; que a maioria das referências arquivísticas foi publicada no Brasil (69,28%), na década de 1990 (45,60%) e, em português, (74,10%). Considerando a análise por universidade, houve 110 autores recorrentes, dos quais 57 eram brasileiros e 53, estrangeiros. Os brasileiros predominaram entre as 30 maiores frequências de referências arquivísticas por autor e as 30 maiores frequências de obras citadas.

No segundo projeto (MOREIRA, 2017), foram identificadas 3.293 referências bibliográficas em 35 dissertações e cinco teses sobre arquivo e Arquivologia, ela-

148 O mesmo autor aparece quatro vezes.

boradas em 16 universidades e em 12 programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, nos anos de 2009 e 2010. Do total, foram analisadas 1.368 referências bibliográficas arquivísticas e afins à Arquivologia, quando a discente constatou que havia uma média de 46,06% de referências arquivísticas por dissertação ou tese. Semelhantemente aos resultados do estudo anterior, a maioria das referências arquivísticas foi publicada no Brasil (66,28%) e em português (72,71%), mas na primeira década do século XXI (56,91%). Novamente, os brasileiros foram maioria entre os autores e as obras mais referenciadas no universo estudado.

No terceiro projeto (VILARDI JÚNIOR, 2018), um aluno analisou 2.389 referências bibliográficas de 26 dissertações e teses com os mesmos temas, produzidas em 2011, em 10 universidades e em 10 programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu*. Na análise de 1.162 referências identificadas como arquivísticas, ele constatou que as referências também haviam sido publicadas majoritariamente no Brasil (65,89%) e em português (68,50%), ratificando os resultados dos estudos precedentes, especialmente no ano de 2001 (2,32%). Os autores brasileiros (60,24%) se destacaram em relação aos estrangeiros (39,76%). As 30 obras e autores mais referenciados eram de brasileiros (100%).

No quarto projeto (DONATO, 2017), uma aluna analisou os autores e as obras referenciadas em 37 dissertações e teses com temáticas de interesse para a Arquivologia, todas produzidas em 2012. Das 3.649 referências bibliográficas de tais pesquisas, 1.318 eram obras com os referidos temas. Nesse universo, havia uma média de 37,3% referências arquivísticas por dissertação ou tese; 67,6% das referências arquivísticas também tinham sido publicadas no Brasil, sobretudo em português (71,77%), na primeira década do século XXI (59,7%). Quanto aos autores que mais apareceram, considerando a análise por universidade, 177 foram reincidentes: 107 estrangeiros e 70 brasileiros. E, por fim, reiterando os resultados da tese e dos projetos precedentes, nas 30 maiores frequências de referências arquivísticas por autor e de obras referenciadas, prevaleceram autores e obras brasileiras.

A quinta pesquisa abrangeu 1.488 referências bibliográficas arquivísticas, que correspondiam a 32,58% do total de referências mapeadas (4.566) em 134 teses, dissertações e TCCs com os mesmos temas, produzidas em 2013, provenientes de 17 universidades e 13 programas de pós-graduação brasileiros. Com uma média de 33,06% referências arquivísticas por pesquisa, predominaram obras publicadas no Brasil (72,26%), no ano 2005 (7,1%) e em português (74,10%). Essas referências diziam respeito tanto a autores estrangeiros como brasileiros, embora estes sutilmente tenham se destacado. Nas 46 obras e autores mais citados, prevaleceram brasileiros. As 30 maiores frequências de citação – que se referiam a 21 brasileiros e a 11 estrangeiros – concentraram 886 referências (59,54% das referências arquivísticas analisadas) (SOARES, 2019).

Num universo de 4.880 referências bibliográficas, o sexto projeto de pesquisa voltou-se à análise de 1.910 referências bibliográficas arquivísticas (39,22%), identificadas em 48 teses, dissertações e TCCs, produzidas 2014, em 15 universidades e em um instituto de pesquisa, em 19 programas de pós-graduação brasileiros. Verificou-se que a maioria das referências bibliográficas arquivísticas foram publicadas no Brasil (73,61%), em programas de CI (50%) e História (18%), em português (77%) e por autores brasileiros (68%), que correspondiam 60% dos 10 autores mais citados das referências contabilizadas (BATISTA, 2019).

O último projeto foi dedicado à análise de 4.807 referências bibliográficas, vinculadas a 47 pesquisas de mestrados e doutorados brasileiros, elaboradas em 20 instituições e em 12 programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, em 2015. Das 1.711 referências arquivísticas analisadas, destacaram-se aquelas de pesquisas de programas de CI (52,6%) e Gestão de Documentos e Arquivos (18,47%). A década de 2001-2010 (38,26%), o Brasil (74,82%) e o português (77,84%) sobressaíram como período, país e idioma de publicação das referências arquivísticas. As 30 maiores frequências correspondiam a 52,16% das referências arquivísticas analisadas, que, por sua vez, diziam respeito a 20 brasileiros e 11 estrangeiros (LIMA, 2020).

A síntese comparativa dos resultados que compõem uma série histórica de dados, pode ser visualizada no quadro 5. O conjunto de referências bibliográficas identificadas nos cinco estudos que lhes deram origem foram o universo de análise de um artigo, que apresenta maiores detalhes a respeito (MARQUES; CARDOSO, 2020).

Quadro 5: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses sobre arquivos e Arquivologia

Pesquisa	Teses, dissertações e TCCs	Referências bibliográficas totais	Referências bibliográficas arquivísticas analisadas	Média de referências por tese, dissertação ou TCC (%)	País de publicação predominante	Período de publicação predominante	Idioma de publicação predominante	Autores mais recorrentes	Obras mais recorrentes
<b>Marques (2011)</b>	101	10.266	4.216	42,74	Brasil	Anos 1990	Português	Estrangeiros (canadenses e franceses)	Brasileiras
<b>Marques (2014)</b>	49	3.327	899	36,7	Brasil	Anos 1990	Português	Brasileiros	Brasileira
<b>Moreira (2017)</b>	40	3.293	1.368	46,06	Brasil	Anos 2000	Português	Brasileiros	Brasileira
<b>Vilardi Junior (2018)</b>	26	2.389	1.162	48,7	Brasil	2001	Português	Brasileiros	Brasileira
<b>Donato (2017)</b>	37	3.649	1.318	37,3	Brasil	Anos 2000	Português	Brasileiros	Brasileira
<b>Soares (2019)</b>	134	4.566	1.488	33,06	Brasil	2005	Português	Brasileiros	Brasileira
<b>Batista (2019)</b>	48	4.880	1.910	39,79	Brasil	2011-2012	Português	Brasileiros	Brasileira
<b>Lima (2020)</b>	47	4.807	1.711	36,4	Brasil	Anos 2000	Português	Brasileiros	Brasileira

Fonte: Marques (2011), Marques (2013), Marques (2016), Vilardi Junior (2017), Donato (2016), Soares (2018), Batista (2018) e Lima (2019).

Tendo em vista o estudo da circulação de obras francesas no Brasil, analisei – juntamente com uma aluna do curso de Arquivologia<sup>149</sup> – a sua ocorrência na produção científica arquivística brasileira dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, considerando a análise de 5.145 referências bibliográficas arquivísticas (de interesse direto e afins à Arquivologia), submetidas a controle de duplicidade, contidas em 253 teses, dissertações e TCCs, por sua vez identificados como arquivísticos (sobre arquivos e Arquivologia).

Nesse universo, foram identificadas 388 referências bibliográficas referentes a obras de autores franceses, o que representa apenas 7% do total. Dessas, 273 (70,36%) eram de autoria pessoal, 110 (25,77%) de autoria institucional e cinco (1,28%) com outro tipo de autoria, como legislação, livros e instrumentos de pesquisa, que mencionam apenas o país como autor.

De tais obras, a) 178 (45,87%) foram publicadas em francês; b) 108 (27,83%) foram traduzidas; e c) 97 (25%) foram publicadas em outro idioma, três situações doravante relatadas. Delas, cinco (1,28%) não foram identificadas, em razão de algumas serem publicações eletrônicas que não estavam *on-line*, e outras, em que as obras não foram localizadas para saber se diziam respeito ou a traduções ou a publicações em francês ou outros idiomas.

Na primeira situação, das 178 obras de autores franceses publicados em francês, a maioria o foi na França (92,85%) e na década de 1990 (38,03%). Desde os anos 1950, o aumento ininterrupto das publicações teve, curiosamente, um decréscimo a partir dos anos 2000. Vale destacar que esse aumento parece ser mais expressivo a partir da publicação da Lei de Arquivos francesa (FRANCE, 1979), embora não tenha sido possível investigar as suas possíveis ligações.

Quanto aos tipos bibliográficos das obras analisadas, 67 (39,18%) eram livros, seguidos de 48 (28,07%) artigos de periódicos. As CITRAs, organizadas pelo ICA, foram o único evento recorrente dentre os seis eventos mapeados (aparecendo duas vezes). Quanto aos periódicos, *La Gazette des archives*, publicada pela AAF, também foi o único regular, dentre as 28 revistas identificadas, com duas frequências.

Dos 192 autores identificados, os mais referenciados foram Michel Duchein, com 20 (10,42%) ocorrências, seguido de Bruno Delmas, com 10 (5,21%), e da AAF, com nove (4,69%).

---

149 Agradeço a Aline da Cruz Cardoso, egressa do curso de Arquivologia, por participar de um projeto de iniciação científica sob minha orientação e colaborar no levantamento e na sistematização das informações aqui apresentadas (MARQUES; CARDOSO, 2020).

**Tabela 3: Autores das obras publicadas em francês**

<b>Autor</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
DUCHEIN, Michel	20	10,42
DELMAS, Bruno	10	5,21
AAF	9	4,69
ICA	8	4,17
FAVIER, Jean	7	3,65
BAUTIER, Robert-Henri	7	3,65
NORA, Pierre	5	2,60
PARIS	5	2,60
DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE	5	2,60
DUCLERT, Vincent	5	2,60
NOUGARET, Christine	4	2,08
ARTIÈRES, Philippe	3	1,56
WELFELÉ, Odile	3	1,56
TESSIER, Georges	3	1,56
HILDESHEIMER, Françoise	3	1,56
KECSKEMÉTI, Charles	3	1,56
DUCROT, Ariane	3	1,56
PÉTILLAT, Christine	2	1,04
BRAIBANT, Guy	2	1,04
BABELON, Jean-Pierre	2	1,04
CERTEAU, Michel de	2	1,04
GILLE, Geneviève	2	1,04
LAVERGNE, Marie Edith Brejon de	2	1,04
TAILLEMITE, Étienne	2	1,04
LE COADIC, Yves-François	2	1,04
UNESCO	2	1,04
CHARMASSON, Thérèse	2	1,04
BAUDOT, Marcel	2	1,04
ANHEIM, Étienne	2	1,04
Outros*	66	34,32
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora.

Nota: \* Dizem respeito aos autores com menos de 1% de ocorrência.

Michel Duchein, conforme subseção 5.2, teve importante papel na institucionalização da Arquivologia brasileira. Bruno Delmas já veio ao Brasil diversas vezes – dentre elas, participando do X CBA (São Paulo, 1994) e do XVI CBA (Santos, 2010) – e comparece com 12 obras diferentes no universo utilizado, o que ratifica a sua relevância com temas de interesse para os arquivos e a Arquivologia na contemporaneidade (MARQUES, 2011).

As obras mais referenciadas foram de autoria de pessoas físicas e jurídicas, vistas no capítulo 3 deste livro: “*Les archives*”, de Jean Favier e “*Manuel d’archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*”, da AAF, ambas com cinco repetições. A terceira obra de maior recorrência foi “*Les archives*”, de Robert-Henri Bautier, com quatro repetições. As demais tiveram uma frequência menor, com três e duas repetições.

**Tabela 4: Obras publicadas em francês**

Obras	Frequência	%
<i>Les archives (Favier)</i>	5	2,81
<i>Manuel d’archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France</i>	5	2,81
<i>Les archives (Bautier)</i>	4	2,25
<i>Manuel d’archivistique</i>	3	1,69
<i>La pratique archivistique française</i>	3	1,69
<i>Archives, archivistes, archivistique: définitions et problématique</i>	3	1,69
<i>Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques</i>	3	1,69
<i>Les lieux de mémoire</i>	2	1,12
<i>La formation professionnelle des archivistes: liste des écoles et des cours de formation professionnelle d’archivistes</i>	2	1,12
<i>Manifeste pour une diplomatie contemporaine: des documents institutionnels à l’information organisée</i>	2	1,12
<i>La Législation archivistique</i>	2	1,12
<i>Les instruments de recherche dans les archives françaises</i>	2	1,12
<i>Classement, tris et éliminations: instruments de recherche</i>	2	1,12
<i>L’espace de l’archive ou la perversion du temps</i>	2	1,12
<i>Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines</i>	2	1,12
<i>La diplomatie</i>	2	1,12
<i>Les archives privées</i>	2	1,12
<i>Les archives privées: le traitement des archives personnelles, familiales, associatives</i>	2	1,12
<i>Usages et usagers de l’information</i>	2	1,12

**Tabela 4: Obras publicadas em francês**

Obras	Frequência	%
Outros*	128	71,68
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora.

Nota: \* Dizem respeito às obras com menos de 1% de ocorrência.

A segunda situação analisada relacionou-se às obras traduzidas do francês para outros idiomas, que corresponderam a 108 (27,83% do total). A sua maioria foi publicada no Brasil (80,18%), em português (88,89%), o que parece ratificar as tradicionais relações de cooperação entre os dois países, especialmente, na perspectiva dos arquivos e da Arquivologia. Nesse âmbito, predominaram obras publicadas partir dos anos 2000 (36,11%); livros, 46 (42,59%), e 25 (23,15%), normas técnicas. Não houve nenhuma menção a eventos. Já quanto aos periódicos, a mais recorrente foi a revista brasileira *Arquivo & Administração*, da AAB, com sete ocorrências (6,48%).

Os autores mais referenciados nas obras traduzidas foram: o ICA – instituição internacional com sede em Paris; Jacques Le Goff,<sup>150</sup> e, novamente, Michel Duchein, com 29 (25,89%), 17 (15,18%) e 10 (8,93%) ocorrências, respectivamente. Nesse universo, realço a presença de Boullier de Branche, importante agente para a institucionalização da disciplina arquivística no Brasil, conforme seção 5.1.

**Tabela 5: Autores das obras francesas traduzidas**

Autor	Frequência	%
ICA	29	25,89
LE GOFF, Jacques	17	15,18
DUCHEIN, Michel	10	8,93
DERRIDA, Jacques	6	5,36
HALBWACHS, Maurice	5	4,46
NORA, Pierre	4	3,57
FAVIER, Jean	3	2,68
FAVREAU, Robert	3	2,68
BOULLIER DE BRANCHE, Henri	3	2,68
DUCROT, Ariane	3	2,68

<sup>150</sup> Le Goff é um autor da História que também contempla questões de interesse direto da Arquivologia, quanto ao documento e à memória.



**Tabela 5: Autores das obras francesas traduzidas**

Autor	Frequência	%
UNESCO	2	1,79
SIBILLE, Claire	2	1,79
BRIET, Suzanne	2	1,79
DELMAS, Bruno	2	1,79
VERHOEVEN, F. R. J.	2	1,79
Outros*	19	16,91
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora.

Nota: \* Dizem respeito a autores com menos de 1% de ocorrência.

As obras mais referenciadas foram a norma técnica “ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística”, do ICA, com 15 ocorrências (13,89%), seguida do livro “História e Memória”, de Jacques Le Goff, com nove (8,33%) (tabela 6).

Interessante observar que as normas internacionais editadas pelo ICA aparecem em destaque, ao lado de obras de autores da História que também são de interesse da Arquivologia. Desse modo, há questões propriamente arquivísticas que reiteram as especificidades dos seus métodos (no caso, da descrição arquivística de documentos), além de aspectos comuns à Arquivologia e a outras disciplinas que se dedicam, dentre outros tópicos, ao estudo do documento, da memória, da preservação e da conservação de documentos.

**Tabela 6: Obras francesas traduzidas**

Obras	Frequência	%
ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística	15	13,89
História e Memória	9	8,33
A memória coletiva	5	4,63
Documento/Monumento	5	4,63
ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias	4	3,70
Entre Memória e História: a problemática dos lugares	4	3,70
ISDF: Norma internacional para descrição de funções	4	3,70
Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil	3	2,78
Memória	3	2,78
Mal de Arquivo: uma impressão freudiana	3	2,78

**Tabela 6: Obras francesas traduzidas**

Obras	Frequência	%
Arquivos, memória da humanidade	3	2,78
O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos	3	2,78
A classificação dos arquivos pessoais e familiares	3	2,78
Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science	3	2,78
Documentos de arquivo eletrônicos: manual para arquivistas	2	1,85
A descrição arquivística na França, entre normas e práticas	2	1,85
Arquivos na França e na Malásia	2	1,85
Outros*	35	32,55
Total	108	100

Fonte: Elaboração da autora.

Nota: \* Obras com menos de 1% de ocorrência.

Considerando as referências bibliográficas analisadas, verificou-se, ainda, a terceira situação que se refere a 97 (25%) obras que foram publicadas em outro idioma, predominantemente na França (33,70%), em inglês (52,58%) e, na década de 1990, (39,08%). Também se nota aumento progressivo das obras arquivísticas francesas publicadas em outro idioma, a partir dos anos 1970, que, novamente, teriam um decréscimo a partir dos anos 2000, cujas razões não pude identificar. Nesse domínio, 32 (33,33%) obras diziam respeito a artigos de periódicos, seguidos de 25 (26,04%) livros. O evento de maior destaque, dentre os seis mapeados, foi o *International Congress on Archives (Congrès International des Archives)*, organizado pelo ICA, com duas ocorrências. Já os periódicos de maior recorrência foram a revista americana *"The American Archivist"* e a brasileira *"Acervo"*, do AN, com seis e cinco frequências, respectivamente. Os autores mais referenciados nas obras francesas publicadas em outro idioma foram, mais uma vez, o ICA e Michel Duchein, com 32 (32,65%) e 24 (24,49%) ocorrências, respectivamente. Realço, novamente, a presença de Charles Kecsméti no referido universo, o que reitera a dimensão das suas contribuições para a institucionalização da Arquivologia no mundo e no Brasil.

**Tabela 7: Autores das obras francesas publicadas em outro idioma**

<b>Autor</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>ICA</b>	32	32,65
<b>DUCHEIN, Michel</b>	24	24,49
<b>UNESCO</b>	10	10,20
<b>ARTIÈRES, Philippe</b>	5	5,10
<b>KECSKEMÉTI, Charles</b>	4	4,08
<b>DELMAS, Bruno</b>	4	4,08
<b>RENÉ-BAZIN, Paule</b>	2	2,04
<b>BERCHE, Claire</b>	2	2,04
<b>BAUTIER, Robert-Henri</b>	1	1,02
<b>PEYCERÉ, David</b>	1	1,02
<b>NIEUWENHUYSEN, Andrée Van</b>	1	1,02
<b>FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION (FID)</b>	1	1,02
<b>HIMLY, François-Jacques</b>	1	1,02
<b>RÉPERTOIRE INTERNATIONAL DES SOURCES MUSICALES (RISM)</b>	1	1,02
<b>BARTHES, Roland</b>	1	1,02
<b>DUBOSCQ, Guy</b>	1	1,02
<b>NOUGARET, Christine</b>	1	1,02
<b>CHABIN, Marie-Anne</b>	1	1,02
<b>FARGE, Arlette</b>	1	1,02
<b>HILDESHEIMER, Françoise</b>	1	1,02
<b>GUICHEN, Gaël de</b>	1	1,02
<b>FREUND, Gisèle</b>	1	1,02
<b>GLENISSON, Jean</b>	1	1,02
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora.

As obras mais referenciadas foram o artigo “*The history of European Archives and the development of the Archival Profession in Europe*”, de Michel Duchein, a obra “*Arquivar a própria vida*”, de Philippe Artières, e, novamente, a “*ISAD(G): Norma Internacional General de Descripción Archivística*”, agora, na versão em espanhol do ICA, todas com cinco repetições (5,15%).

**Tabela 8: Obras francesas publicadas em outro idioma**

Obras	Frequência	%
The history of European Archives and the development of the Archival Profession in Europe	5	5,15
Arquivar a própria vida	5	5,15
ISAD(G): Norma Internacional General de Descripción Archivística	5	5,15
O papel da arquivologia na sociedade de hoje	4	4,12
Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil	4	4,12
A modernização do Arquivo Nacional do Brasil	3	3,09
ISAD(G): General International Standard Archival Description	3	3,09
Archival Science facing the information society	2	2,06
Los obstaculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del RAMP	2	2,06
La evolucion de las tecnicas de description archivística	2	2,06
The archival revolution: the challenge of modern archives to the archivist	2	2,06
Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information	2	2,06
Committee on Current Records in Electronic Environment (CER)	2	2,06
Dictionary of archival terminology: English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish	2	2,06
El uso popular de los archivos	2	2,06
Relatório sobre os arquivos no Brasil	2	2,06
Outros*	50	51,5
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora.

Nota: \* Obras com menos de 2% de ocorrência.

A síntese dos indicadores predominantes nos três universos analisados das obras sobre arquivos e Arquivologia de autores franceses (quadro 6) propicia algumas conclusões.

**Quadro 6: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas de autores franceses das teses, dissertações e TCCs sobre arquivos e/ou Arquivologia**

Descrição	Obras publicadas em Francês	Obras traduzidas do Francês	Obras publicadas em outros idiomas
Quantidade de referências	178	108	97
País de publicação %	França (87,64%)	Brasil (78,70%)	França (30,93%)
Período de publicação %	Anos 1990 (34,83%)	Anos 2000 (36,11%)	Anos 1990 (35,05%)
Idioma de publicação %	Francês (100%)	Português (88,89%)	Inglês (52,58%)

**Quadro 6: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas de autores franceses das teses, dissertações e TCCs sobre arquivos e/ou Arquivologia**

Descrição	Obras publicadas em Francês	Obras traduzidas do Francês	Obras publicadas em outros idiomas
<b>Tipo bibliográfico de publicação %</b>	Livro (37,64%)	Livro (42,59%)	Artigo de periódico (32,99%)
<b>Autores recorrentes %</b>	Michel Duchein (10,42%)	ICA (25,89%)	ICA (32,65%)
<b>Obras recorrentes %</b>	<i>Les archives (Favier)</i> <i>Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France (AAF)</i> (2,81% cada uma)	ISAD(G) (13,89%)	<i>The history of European Archives and the development of the Archival Profession in Europe (Duchein)</i> <i>Arquivar a própria vida (Artières)</i> ISAD(G) (ICA) (5,15% cada uma)

Fonte: Elaboração da autora.

A primeira delas é que, independentemente do idioma, a maioria das obras foi publicada na França, nos anos 1990. Sobre o país, este já era um resultado esperado; em relação à década, a sua predominância pode ser justificada pela publicação de obras de normalização da descrição arquivística, pelo ICA, a partir desse período. Tais obras foram publicadas simultaneamente em inglês, francês e espanhol, facilitando a sua circulação e o acesso internacional.

Além do francês, o português e o inglês são frequentes no universo de obras traduzidas do francês. Já naquelas publicadas em outros idiomas, prevalecem o inglês e o espanhol. As obras francesas traduzidas para o português foram publicadas no Brasil e dizem respeito a livros e a normas do ICA, majoritariamente. As obras publicadas em outro idioma (que não o francês) o foram em inglês, sobretudo na França, e se relacionam a artigos publicados em periódicos. Mais uma vez, o ICA se destaca como autoria institucional, embora as duas obras que mais apareçam sejam de autores pessoais, reconhecidos mundialmente.

A análise das referências bibliográficas arquivísticas de obras de autores franceses nos permitiu conhecer três universos distintos apresentados nas seções anteriores. Vimos que as obras publicadas originalmente em francês e em outros idiomas tiveram como país predominante a França. Já em relação às obras traduzidas, o Brasil é o país predominante dessas traduções, o que se dá pelo fato de o campo de análise da pesquisa ter sido as referências arquivísticas presentes nas teses, dissertações e TCCs dos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Importante lembrar que a série de publicações técnicas do AN pode ter repercutido nessas referências, uma vez que contemplou várias obras de autores franceses, traduzidas para o português, a partir do final dos anos 1950.

Em relação ao período de publicação dessas obras, destacou-se a década de 1990, período de grandes avanços para a Arquivologia brasileira, que se consolidou com a criação da Lei de Arquivos, a Lei nº 8.159/1991 (BRASIL, 1991), e com a expansão dos cursos de graduação, de publicações e eventos da área. Na França, a publicação de dois manuais pela *Direction des archives de France* (1991; 1993), no início dos anos 1990, provavelmente marcou a literatura da área, com livros de repercussão nacional e internacional.

Quanto aos tipos bibliográficos predominantes, notamos a recorrência de livros e de artigos em periódicos, sendo que, nas obras publicadas em francês, o mais usual foi *La Gazette des archives*, o mais antigo periódico especializado na área. Nas obras traduzidas, a revista brasileira Arquivo & Administração se destacou: primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista era publicada pela extinta AAB. Entretanto, nas obras publicadas em outro idioma, o destaque foi para a revista *The American Archivist*, renomado periódico norte-americano que corrobora a predominância do idioma inglês.

Em relação aos eventos mencionados nas obras referenciadas, os únicos que se repetiram foram os dois organizados pelo ICA: a CITRA, importante evento que reúne representantes de instituições arquivísticas internacionais, de associações profissionais e, também, os presidentes das seções e comitês do ICA; e o *Congrès International des Archives*, evento mundial que opera como fórum de discussão, planejamento e orientação por meio de *workshops*, palestras e painéis, que contam com a presença de profissionais de diversas partes do mundo.

No que diz respeito às obras, a de maior frequência foi a norma técnica “ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística”, do ICA, a primeira de grande repercussão internacional para a normalização da descrição arquivística. Ela passou a servir de base para outras semelhantes, também publicadas pela instituição, que a sucederam. Quanto aos autores franceses, os mais recorrentes foram o ICA, instituição com sede na França e internacionalmente reconhecida no âmbito da normalização das práticas arquivísticas, e Michel Duchein, renomado arquivista e pesquisador francês que contribuiu grandemente para os arquivos e para a institucionalização da Arquivologia no mundo e no Brasil, considerando as suas visitas, assim como a circulação de suas obras no país.

### **6.3 Pesquisadores brasileiros nos espaços franceses de interlocução internacional**

A comunidade científica arquivística brasileira – formada, sobretudo, pelos arquivistas, discentes, docentes e pesquisadores dos cursos de Arquivologia e dos programas de pós-graduação que contemplam linhas de pesquisas sob as quais são produzidas teses, dissertações e TCCs sobre arquivos e/ou Arquivologia – pode ser

estudada segundo o perfil e a performance de todos esses agentes e/ou de cada um deles, na abordagem da circulação do capital científico de Bourdieu (2001). Minha escolha foi apresentá-la sob a perspectiva dos pesquisadores, mestres e doutores titulados em inúmeras áreas do conhecimento, autores das pesquisas supramencionadas, que tiveram os arquivos e a Arquivologia como objeto de estudo, e seus respectivos orientadores e coorientadores.<sup>151</sup>

Esse universo decorre de mapeamentos realizados desde 2002, dos quais destaco aquele da minha tese (MARQUES, 2011), quando identifiquei 101 dissertações e teses e, ao analisar os currículos de 83 dos seus autores e 52 dos seus orientadores e coorientadores, disponíveis na Plataforma Lattes (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2019), cheguei aos indicadores do Quadro 7.

**Quadro 7: Indicadores predominantes nos currículos Lattes dos autores e orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

<b>Aspecto analisado no currículo</b>	<b>Autores</b>	<b>Orientadores/coorientadores</b>
<b>Graduação (Brasil e exterior)</b>	- 22 cursos diferentes (somente um curso no exterior - História na Hungria) - Do total, 18 cursaram Arquivologia	- 31 cursos diferentes (três no exterior: Filosofia na Argentina; Biblioteconomia na Venezuela; História no Peru) - Do total, somente um cursou Arquivologia
<b>Especialização (Brasil e exterior)</b>	- 45 cursos diferentes (35 no Brasil - destaque para os cursos Organização de Arquivos (USP) e Documentação e Informação da UFRJ) - 80% fizeram no Brasil	- 35 cursos diferentes (23 no Brasil - destaque para o curso Documentação e Informação da UFRJ) - 55% fizeram no Brasil e 22%, na França
<b>Mestrado (exterior)</b>	- Somente um no Canadá e outro na Espanha, nas áreas de Biblioteconomia/Documentação/Ciência da Informação	- Seis no exterior (Inglaterra, França e EUA), nas áreas de Documentação/ Ciência da Informação
<b>Doutorado (exterior)</b>	- Dois na Espanha e dois em Portugal, na área de Documentação	- Oito no exterior (Inglaterra, França, EUA e Alemanha), nas áreas de Ciência da Informação e História - Destaque para um curso específico em Arquivologia
<b>Pós-doutorado (exterior)</b>	- Dois na Espanha e um em Portugal	- 27 no exterior (10 o fizeram na França)

151 Considerando a diversidade de programas de pós-graduação nos quais são produzidas pesquisas sobre os arquivos e a Arquivologia, não delimitarei a comunidade científica arquivística pelas áreas desses programas, mas pelos pesquisadores que desenvolveram as teses e dissertações com esses temas, no Brasil.

**Quadro 7: Indicadores predominantes nos currículos Lattes dos autores e orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

Aspecto analisado no currículo	Autores	Orientadores/coorientadores
<b>Publicação em periódico estrangeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 29 periódicos diferentes</li> <li>- Maioria em Portugal (34,15%), França (9,76%) e Peru (9,76%), comuns à Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação</li> <li>- Destaque para as revistas <i>Cadernos BAD</i> (11,36%) e <i>Páginas A&amp;B</i> (9,09%)</li> <li>- Dentre os periódicos recorrentes, dois propriamente arquivísticos se destacam: <i>COMMA</i> (4,55%) e <i>Revista da ALA</i> (4,55%)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>131 periódicos diferentes</li> <li>- Maioria na Espanha (15,24%), Portugal (10,95%) e Argentina (9,52%)</li> <li>- Dentre os periódicos recorrentes, cinco propriamente arquivísticos<sup>152</sup> se destacam: <i>Archives</i> (1,9%), <i>Archivum</i> (1,43%), <i>Boletín de la Comisión de Archivos Universitarios</i> (1,43%), <i>International Journal on Archives</i> (1,43%) e <i>Revista d' Arxius</i> (1,43%)</li> </ul>
<b>Apresentação de trabalho em evento no exterior</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 82 trabalhos apresentados em 37 eventos</li> <li>- Maioria no Chile (21,95%), Portugal (15,85%) e Argentina (10,98%)</li> <li>- Dentre os eventos recorrentes, destaca-se, como evento arquivístico, o Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 295 trabalhos apresentados em 161 eventos</li> <li>- Maioria em Portugal (14,92%), Espanha (11,53%) e Chile (9,49%)</li> <li>- Dentre os eventos recorrentes, destacam-se como eventos arquivísticos: o CAM (3,86%), o <i>Congrès International des Archives</i> (1,05%) e a <i>Reunión del Sistema Nacional de Archivos</i> (0,70%)</li> </ul>
<b>Livros publicados no exterior</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dois nos EUA (um com tema arquivístico e outro de interesse comum da Arquivologia e outras disciplinas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 20 publicações (sete em Portugal)</li> <li>- Nenhum com temática arquivística</li> </ul>
<b>Capítulos de livros publicados no exterior</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seis publicações (Argentina, Colômbia, Espanha, França, Inglaterra e Peru), das quais três são arquivísticas, ou seja, que estudaram os arquivos e/ou a Arquivologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 105 publicações, com destaque para a Espanha (21,90%), Portugal (16,19%) e Alemanha (14,29%)</li> <li>- Somente seis com temas de interesse da Arquivologia</li> </ul>
<b>Participação em grupo de pesquisa do CNPq</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 26 grupos diferentes, com temáticas diversas</li> <li>- Todos os grupos congregam autores e orientadores / coorientadores</li> <li>- A maioria relaciona-se a grupos vinculados às universidades que abrigam cursos de Arquivologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 99 grupos diferentes, com temáticas diversas</li> <li>- A maioria relaciona-se a grupos vinculados às universidades que abrigam cursos de Arquivologia</li> </ul>

Fonte: Marques (2011, p. 284).

No quadro 7, chamo a atenção para os aspectos relacionados à participação dos autores, orientadores e coorientadores brasileiros das pesquisas em cursos, eventos e publicações francesas. Quanto aos autores das teses e dissertações, de um total de 83, seis (9,09%) fizeram cursos de pós-graduação *lato sensu* na França; dois (2,02%), no STIA, dos *Archives nationales*; quatro (9,76%) publicaram em periódicos, dos quais destaco dois (4,55%), na revista *COMMA*, do ICA; três (4,23%) partici-

<sup>152</sup> Periódicos cujo escopo contempla artigos que estudam os arquivos e a Arquivologia.



param do *Congrès International des Archives*,<sup>153</sup> organizado pelo mesmo conselho; e um capítulo de livro foi publicado na França.

Quanto aos orientadores e coorientadores das pesquisas, dez (22%) fizeram cursos de especialização (dois no STIA); dois mestrados (*Sciences de l'Information et de La Communication*, da EHESS, e *Documentation*, da EPHE); dois doutorados (História, na *Université de Paris IV* e Análise do discurso, na *Université de Paris-I*); dez estágios pós-doutorais; 12 (5,71%) publicaram em periódicos franceses (1,43%, na revista *Archivum*, sucedida pela COMMA); oito (2,71%) participaram de eventos na França (no *Congrès International des Archives*, participaram 1,05% desses pesquisadores); dois publicaram livros na França (que não eram sobre arquivos e/ou Arquivologia) e quatro, capítulos de livros (MARQUES, 2011).

Desses mapeamentos, pude constatar que embora tímida, a participação da comunidade científica arquivística brasileira em cursos, eventos e publicações na França era frequente, em 2011.

Com o propósito de investigar a participação de pesquisadores da comunidade arquivística brasileira em cursos, publicações e eventos científicos franceses, analisei – com a colaboração de um ex-aluno do curso de Engenharia de Computação da UnB<sup>154</sup> – 499 currículos de autores, orientadores e coorientadores de 470 teses, dissertações e TCCs sobre arquivos e Arquivologia, cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq.

Pela análise dos 499 currículos dos pesquisadores localizados na referida plataforma, nenhum deles possuía vínculo empregatício na França e apenas oito estudaram naquele país. Identifiquei cinco mestrados e sete doutorados nas seguintes instituições: *Université de Franche-Comté*, em Linguística; EHESS, em Ciências da Informação e Comunicação; *Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne*, em Arqueologia e em Análise do Discurso; EPHE, em Documentação; *Université Paul Cézanne Aix Marseille III*, em Informação Técnica e Científica; *Université Paris IV Sorbonne*, em História; e *Institut National Polytechnique de Grenoble (INPG)*, em Informática: sistemas e comunicações.

Sobre a produção científica desses pesquisadores na França, houve uma comunicação (de um autor do universo analisado) com tema arquivístico, em um evento científico franco-brasileiro. Do mesmo universo, notei quatro artigos publicados nos seguintes periódicos científicos franceses: *Le rotarien*; *Études de communica-*

---

153 Embora organizado pela instituição sediada em Paris, esse evento acontece em diferentes países.

154 Bruno Justino Garcia Praciano colaborou com a coleta e a análise de dados que resultaram em um artigo (MARQUES; PRACIANO, 2020). Agradeço por sua valiosa colaboração.

tion: *Langages, information, médiations e Janus*. Nenhum deles sobre arquivos e/ou Arquivologia.

No caso dos orientadores e coorientadores das pesquisas arquivísticas levantadas, houve 10 comunicações em eventos franceses, com a publicação de um resumo e de nove trabalhos completos. Apenas um desses trabalhos contemplou temática de interesse direto da Arquivologia, também apresentado em um evento franco-brasileiro. Os orientadores e coorientadores tiveram 31 capítulos em livros publicados na França. Somente um deles relacionava-se aos interesses temáticos da Arquivologia. Quanto aos artigos científicos, identifiquei 47, dos quais apenas quatro se relacionavam a questões arquivísticas, publicados nas revistas *Janus, Archivum, Archivelor e Penser l'Éducation (Mont-Saint-Aignan)*.

Ao relacionar as duas pesquisas de 2011 e de 2019, constatei um aumento considerável na participação de pesquisadores da comunidade arquivística brasileira em cursos, publicações e eventos científicos franceses, conforme observado no Quadro 8.

**Quadro 8 – Aspectos analisados nos currículos Lattes dos autores e (co)orientadores das teses, dissertações e TCCs sobre arquivos e/ou Arquivologia**

Aspecto analisado	2011	2019
Pesquisas (teses, dissertações e TCCs)	101	470
Pesquisadores (autores, orientadores e coorientadores)	135	499
Mestrados na França	2	5
Doutorados na França	2	7
Publicação em periódicos científicos franceses	16	51
Publicação de livros	2	2
Publicação de capítulos de livros	4	31
Participação em eventos científicos franceses	11	11

Fonte: Elaboração da autora com base em Marques (2011).

Nesse quadro, verifica-se um aumento de mais de três vezes no número de pesquisas; de mais de duas vezes no número de mestrados e doutorados cursados na França e no de artigos publicados em periódicos franceses; de mais de seis vezes no número de capítulos de livros publicados naquele país, pelos autores, orientadores e coorientadores brasileiros das pesquisas arquivísticas. Contudo, esses números devem ser analisados com cautela.

Evidentemente, as informações aqui apresentadas estão aquém da realidade, uma vez que nem todos os autores, orientadores e coorientadores das pesquisas a respeito registraram e atualizaram os seus currículos com regularidade na Plataforma Lattes do CNPq. Com base nos currículos aos quais tivemos acesso, observa-se

o aumento da participação dos pesquisadores da comunidade científica arquivística brasileira em cursos, publicações e eventos científicos franceses, mas ainda timidamente.

Em relação aos cursos, eles foram realizados em áreas diversas, destacando-se os doutorados. As publicações dos autores, orientadores e coorientadores das teses, dissertações e TCCs analisados são raras: apenas duas comunicações com temas arquivísticos em um evento França-Brasil, realizado naquele país. Quanto aos artigos, nenhum daqueles dos autores do universo analisado os contemplava; dos orientadores e coorientadores, apenas quatro abrangiam os arquivos. Dos capítulos de livros, embora tenhamos mapeado vários em livros publicados na França, somente um estava voltado aos arquivos.

O entrecruzamento dos dados apresentados neste capítulo a respeito dos livros franceses sobre arquivos e Arquivologia em circulação no Brasil, dos autores e das obras francesas na produção científica arquivística brasileira, e da presença de pesquisadores brasileiros em eventos e periódicos científicos franceses simultaneamente aponta para o crescimento de intercâmbios entre a comunidade científica dos dois países, que deve ser intensificado, particularmente quanto à participação de brasileiros em espaços franceses de interlocução internacional. Paulatinamente, a comunidade arquivística brasileira se apropriou de conhecimentos e práticas francesas para a institucionalização da disciplina e passou a produzir pesquisas que devem ser comunicadas no Brasil e no exterior.



## Para além das influências: possibilidades multilaterais de cooperação

**R**UMO ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS, INCONSTANTES E INCONCLUSIVAS, RETOMO aquelas iniciais da minha a tese, nas quais entrevia contribuições de estrangeiros na institucionalização da Arquivologia no Brasil como influências das práticas e dos pensamentos arquivísticos internacionais nos fazeres e conhecimentos arquivísticos no Brasil, sem me atentar aos movimentos dos profissionais e dos pesquisadores brasileiros da área, em instâncias internacionais. A identificação desses movimentos, nas fontes orais, documentais e bibliográficas consultadas, alertou-me para correlações e mutualidades – e não meras influências –, ainda que tênues, assinalavam a cooperação bilateral entre o Brasil e outros países e, mais do que isso, sinalizavam colaborações multilaterais, que contribuiriam de forma singular para a atual configuração científica da Arquivologia do Brasil. Assim, o objetivo do projeto de pesquisa do estágio pós-doutoral – identificar as contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, a fim de compreender as suas (re)configurações diante das relações interdisciplinares atuais – foi alcançado e ultrapassado.

Com a investigação do percurso dos arquivos e da Arquivologia como disciplina científica na França e no Brasil, considerando suas relações interdisciplinares no âmbito político-institucional; das contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia no Brasil e as suas repercussões; das interfaces entre as instituições, a disciplina e os profissionais dos dois países, avaliando a estruturação das áreas do conhecimento na França e no Brasil; da circulação de obras francesas no país, da participação de pesquisadores brasileiros da área em cursos, eventos e publicações francesas, pude, enfim, sistematizar muitos dos movimentos da comunidade científica arquivística francesa e brasileira nas esferas de interlocução técnico-científica.

Pela arqueologia dos saberes arquivísticos – inspirada na obra de Foucault (2005) – estudei os percursos histórico-epistemológicos da Arquivologia, discipli-

na desenhada desde o século XVI, a partir de práticas, legitimadas pelo Estado e conforme os redimensionamentos do seu objeto. Os arquivos em si – na Administração, na História, no Direito, na sociedade, na cultura, nos direitos, nas obrigações, nas relações, nos sentidos, nos significados, nas memórias, enfim – que existem desde a Antiguidade, passaram a definir as fronteiras da disciplina de acordo com conceitos, princípios, métodos e técnicas que identificam a Arquivologia no campo científico.

No século XIX, conforme a legislação que os prescreve, alcançam credibilidade institucional, notadamente nos países europeus, ninho dos saberes arquivísticos, que ganham o mundo a partir do intercâmbio de experiências e teorias, comungadas em viagens e visitas técnico-científicas de especialistas a outros países, eventos e publicações científicas internacionais. As perspectivas macro (internacionais) e micro (nacionais, regionais) se interconectam e desassocia – em razão de padronizações e especificidades, respectivamente – em diversas instâncias que, ao longo do tempo, contribuem para o delineamento da identidade da disciplina, do seu objeto de estudo, do profissional nela formado e da sua comunidade científica. Pessoas e instituições produtoras e acumuladoras de documentos, fundos por elas custodiados, associações profissionais, cursos, publicações e eventos científicos se emaranham entre os múltiplos usos dos arquivos, em lugares de interlocuções internacionais para arquivistas, docentes, pesquisadores e discentes da comunidade científica arquivística. *Habitus* ditam regras e propiciam a comunicação de gerações, no espaço de um campo científico, diversificado internacionalmente e específico nacionalmente, regulado, na perspectiva de Bourdieu (2001), pelo capital político-científico, que conjuga prestígios pessoais e institucionais.

Se, no mundo, a Arquivologia foi concebida há séculos, no Brasil, ela passa a ser institucionalizada a partir do primeiro curso regular para a formação de arquivistas, o Curso Permanente de Arquivo (CPA), instituído nos anos 1960, de acordo com a recomendação de um arquivista francês que reitera as considerações do AN, de outrora. Seminal para a conquista de novos meios universitários, o CPA foi o primeiro de 16 cursos de graduação presenciais de Arquivologia em universidades públicas federais e estaduais. Da expansão do ensino, atualmente oferecido nas cinco regiões do país, o número de arquivistas aumenta paulatinamente, assim como a quantidade de pesquisas produzidas na graduação e em programas de pós-graduação. A comunidade científica arquivística de hoje moldou-se entre o mundo do trabalho – que acolhe parte dos arquivistas formados nesses cursos – e o mundo acadêmico – dos discentes, docentes e pesquisadores dos cursos de Arquivologia, de mestrados e doutorados de áreas diversas, que abrigam estudos e investigações sobre a disciplina e o seu objeto.

O estudo dessa comunidade científica, da sua formação e configuração reivindica uma investigação do histórico dos seus movimentos, agentes e discursos com vistas à compreensão da arqueologia dos conhecimentos arquivísticos, retroalimentados por práticas locais e mundiais, consubstanciados em *habitus* que caracterizam a identidade dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas. Evidentemente, trata-se de uma complexa e interminável empreitada, por mim iniciada há 19 anos, em um projeto de iniciação científica, desdobrado em uma dissertação, uma tese e uma pesquisa de pós-doutorado sobre as rotas de internacionalização e de institucionalização da Arquivologia no Brasil, a partir das experiências e dos pensamentos internacionais, sobretudo da França, em conformidade com os recortes da última fase dos estudos.

Nesta pesquisa, que teve vários segmentos, resultados, considerações e estudos a respeito da identidade arquivística, das relações entre a internacionalização da disciplina até a sua institucionalização aqui, privilegiei o relato de algumas parcerias com a França, numa versão elaborada pela análise de muitas fontes documentais, bibliográficas e orais. Para tanto, pressupus que a epistemologia da Arquivologia se pauta na sua busca por autonomia, sempre balizada pelas relações com outras disciplinas, isto é, por perspectivas práticas, políticas, sociais e culturais de campos do conhecimento, que são acomodados institucionalmente, mas não, necessariamente, teórico-epistemologicamente, demarcando fronteiras permeáveis.

Ao estudar os arquivos, a Arquivologia e os arquivistas na França, ampliei, aprofundi e reiterei meus conhecimentos acerca de sua tradição histórica, fortemente vinculada à História, ao longo de séculos, certificada pela formação de arquivistas-paleógrafos, pela ENC, em Paris. Ainda que existam outros perfis de formação profissional no país, não constatei aproximação da Arquivologia francesa à CI, de forma tão explícita como ocorre no Brasil, nas últimas décadas. Lá, a Arquivologia, disciplina cujos conceitos e princípios foram concebidos precipuamente no seio do Estado, não é apresentada e representada em instâncias governamentais e institucionais de modo independente. A sua vinculação à História é subentendida para a sua legitimação em instituições de ensino e pesquisa, bem como para a atuação dos profissionais formados nas escolas e universidades. As Ciências da Informação (no plural, diferente da sua versão no singular, no Brasil), por sua vez, são atreladas à Comunicação e, pelo menos, segundo a perspectiva chartista, não harmonizam com a missão histórica dos arquivos (embora, muito gradualmente, a visão esteja sendo ampliada).

No Brasil, a aproximação da Arquivologia à CI, desde os anos 1980 e mais visível nos últimos anos, porta influências, marcas e trocas com a Arquivologia francesa, no esforço contínuo de entender-se com a tradição histórica, em grande medida

herdeira da França, com a abogagem informacional, advinda dos Estados Unidos (*records management*) e do Canadá (arquivística integrada), sobretudo. Fatores múltiplos parecem convergir para a hibridez que empreende esforços para conciliar as dimensões administrativas, jurídicas, legais, históricas e sociais dos documentos, encampadas pelos australianos de maneira articulada (*records continuum*).

No tocante às práticas e ao pensamento arquivístico francês, eles foram trazidos ao Brasil por especialistas franceses e por brasileiros que foram à França, a partir de iniciativas do Estado e da colaboração de instituições internacionais, como a UNESCO e o ICA. Nesses intercâmbios, foram partilhados conhecimentos por meio de estágios, cursos, treinamentos, eventos, publicações, traduções de obras, diagnósticos e recomendações técnicas, que promoveram estudos, discussões e deliberações caras à institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, desde a vinda de Boullier de Branche, em 1959. A ele, somaram-se outros especialistas franceses que colaboraram para os rumos da disciplina, dos quais relatamos as viagens técnico-científicas de Duchein e Kecskeméti ao país.

Na estada de um ano (1959-1960), Henri Boullier de Branche foi recepcionado por José Honório Rodrigues. O arquivista francês participa da identificação e da organização de fundos custodiados pelo AN, ministra cursos na instituição. Ao relatar a situação dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, especialmente no âmbito do AN, recomenda o oferecimento de cursos regulares para a formação de arquivistas, determinante para a consolidação do CPA, que responde a demandas já registradas pela instituição no século anterior. Ainda que não seja tão conhecido na literatura da área – levando-se em conta as suas relevantes contribuições –, Boullier de Branche, juntamente ao seu anfitrião, nos deixa um legado de boas práticas, estudos e condutas imprescindíveis ao desempenho profissional e à formação acadêmica dos arquivistas.

Michel Duchein, que faz quatro viagens técnicas ao país (1978, 1979, 1982 e 1987), vai a algumas cidades, participa de reuniões, profere palestras, visita várias instituições e arquivos, onde estuda a situação de cada um, aconselha sobre a sua organização, construção, legislação, chegando a recomendar um “sistema arquivístico nacional”, a organização da carreira do seu pessoal e a promoção de ensino voltado para os arquivos históricos. Participa de um acordo com o AN que incentiva a ida de funcionários da instituição à França para capacitação profissional. Colabora com a preparação de um curso de pós-graduação em Arquivologia com aulas no Estágio Nacional de Arquivos do AN. Ministra aulas, analisa o currículo do curso e assessora o projeto de restauração do edifício da instituição. Ainda que oficialmente não tenha exercido a docência – e, por isso, não se considere professor –, transmite inestimáveis conhecimentos técnicos para a sedimentação dos fazeres e saberes da área.



Charles Kecskeméti, por sua vez, a partir da larga experiência internacional (à frente do ICA) – que inclusive lhe propicia a participação em missões técnico-científicas em países do Sul, menos favorecidos arquivisticamente – e da profícua parceria com a diretora do AN, Celina Vargas, participa ativamente do projeto-piloto para a modernização da instituição nos anos 1980, quando vem ao Brasil quatro vezes (1981, 1982, 1985 e 1987). Generosa e impecavelmente, diagnostica, analisa e presta advertências e aconselhamentos que resultam em ações e considerações fulcrais para direcionamentos estratégicos voltados à articulação da gestão, custódia e preservação dos documentos, particularmente dos públicos, pelo AN. Visita, ainda, instituições de ensino e suas recomendações acerca da organização do Arquivo Nacional e da oferta de cursos regulares para a formação de arquivistas ratificam os apontamentos de Boullier de Branche. Mais do que isso: ele foi um importante mediador na articulação de diálogos entre a instituição brasileira e órgãos internacionais, destacadamente a UNESCO, o ICA e os da América Latina, para a celebração de convênios de cooperação técnica, a manutenção de intercâmbios e o robustecimento da política de arquivos na região.

As visitas desses e de outros especialistas franceses – como Jean Glenisson (1921-2010), Ivan Cloulas (1932-2013), Paule René-Bazin (1941- ) e Bruno Delmas (1941- ) – favoreceram discussões e resoluções de problemas arquivísticos pontuais e imediatos e promoveram considerações, deliberações e possibilidades de trocas bilaterais, mediante a circulação de obras, autores e agentes entre os dois países.

Das informações do último capítulo, no que tange a livros de autoria francesa que formam o acervo da biblioteca do AN e de obras congêneres referenciadas na produção científica brasileira, com temas arquivísticos, infere-se o quão vastas têm sido a representatividade e a circulação de obras arquivísticas francesas no Brasil, que concorrem para os avanços da Arquivologia como disciplina científica no país, a partir de um arcabouço teórico-metodológico próprio da disciplina e voltado para as demandas arquivísticas no mundo do trabalho.

Há muito, a França se destaca internacionalmente quanto às suas práticas e pesquisas na Arquivologia, inclusive como país de referência para o desenvolvimento da disciplina no Brasil. O estudo das obras francesas é, assim, relevante para a compreensão da sua trajetória histórico-epistemológica e, mais especificamente, dos diálogos entre a Arquivologia, os arquivos e os arquivistas franceses e brasileiros.

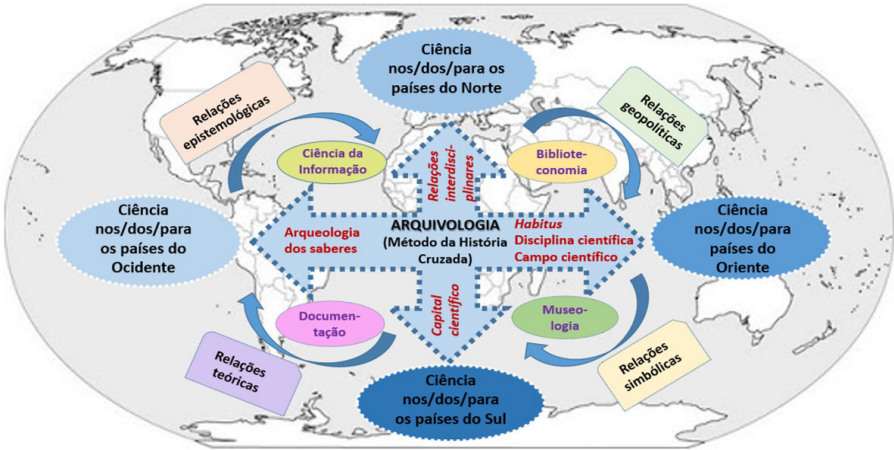
Do mesmo modo, o mapeamento da participação de pesquisadores brasileiros em eventos e publicações científicas francesas – mesmo que indique um notável aumento no número de pesquisas, pesquisadores, artigos e capítulos de livros publicados na França –, ainda é escasso e insuficiente para demonstrar a amplitude e os graus da referida participação. Ainda tímida, levando-se em conta as tradicio-

nais e amistosas relações técnico-científicas entre o Brasil e a França, a presença desses brasileiros em instâncias de intercâmbios internacionais e as suas repercussões requerem investigações mais extensas e detalhadas.

As marcas deixadas pelos especialistas franceses entre nós – uma alusão ao estudo de Massi (1991) – permite o estudo e a compreensão da institucionalização da Arquivologia brasileira a partir das ações do Estado, da cooperação de agências internacionais, da concessão e disposição de agentes, do Brasil e do exterior, que nortearam a história da disciplina. Sinalizam particularidades dos trajetos e avanços científicos nos/dos países do Norte e nos/dos países do Sul, diante da emergência de contrastes e divergências político-institucionais e assimetrias teórico-epistemológicas, minimizadas pela cooperação internacional. A transferência científica de um contexto a outro indica a ruptura e a continuidade de ações mobilizadas por forças exteriores e nacionais, como o envio de pesquisadores a outros países e a vinda de pesquisadores estrangeiros, a tradução de obras técnico-científicas, o aprimoramento de práticas e a elaboração de pesquisas e as suas aplicações, a promoção de cursos de formação e capacitação que envolvem o Estado, a comunidade e a sociedade, de maneira mais ampla.

A precedência histórica, os avanços teórico-epistemológicos da Arquivologia francesa em relação àqueles de outros países e o incontestável prestígio internacional francês estimulariam e até definiriam os rumos da disciplina no contexto brasileiro, sem restringir as suas interações com outras nacionalidades. O estudo de tais tópicos suscitam outras relações que definem e são definidas pelos fluxos do conhecimento arquivístico, suas influências, interlocuções, (re)apropriações e tendências em movimentos que transbordam os acordos bilaterais, propondo a sua ampliação para diálogos multilaterais, ilustrados na Figura 3, na tentativa de suprir lacunas de organização dos documentos administrativos, não abrangidas no arranjo, na descrição e na conservação tradicional dos documentos históricos do século XIX.

**Figura 3: Referenciais teóricos para a compreensão das relações histórico-epistemológicas multilaterais da Arquivologia com outras disciplinas e a sua configuração como disciplina científica.**



Fonte: Elaboração da autora.

Nesta perspectiva amplamente dialógica, democrática e diversificada, os fluxos do conhecimento arquivístico podem comportar procedimentos intelectuais, culturais e sociais diversos, incentivando intercâmbios entre a ciência clássica, a moderna e a contemporânea, com a elaboração de novas propostas científicas que acolham as necessidades, demandas e características dos países do Sul, ressignificando influências, transferências e promovendo a inclusão de perspectivas inovadoras, na proposição de territórios e fronteiras teórico-epistemológicas inéditas, que favoreçam a movimentação latitudinal e longitudinal do conhecimento.

As tendências históricas da Arquivologia francesa e as prospecções inovadoras que se abrem a partir de novas expectativas e oportunidades possibilitam movimentos, trocas, e interfaces que impõem renovação nas práticas, nos pensamentos, nas relações e nas pesquisas, sem perder de vista os fundamentos teóricos da disciplina e as suas parcerias convencionais. Assim como os rumos da Arquivologia francesa se redefinem em razão das exigências contemporâneas de organização, recuperação, disponibilização e acesso aos documentos, em várias dimensões, a Arquivologia brasileira deve ampliar sua agenda de pesquisas, empreendendo parcerias com outros países, instituições e disciplinas.

Nesta direção, recomendo o estudo das contribuições de outros especialistas estrangeiros para a institucionalização da disciplina no Brasil e na América Latina, a partir de outras instituições, outras fontes documentais e outros recortes topográficos que possam ampliar as possibilidades de entrecruzamentos,

relacionamentos, análises e considerações, conforme proposto pelo Método da História Cruzada.

Por fim, creio que as contribuições francesas aqui relatadas sintetizam condutas da cooperação internacional bilateral. Rastros de memórias para a compreensão da história e da identidade dos arquivos, dos arquivistas e da Arquivologia brasileira refletem nos seus fazeres e saberes e ressoam para a posteridade, ao difundirem conhecimentos que, nutridos por heranças intelectuais, põem diversas perspectivas abertas a partir de então, amplificam parcerias com outros países, consideradas as peculiaridades de cada contexto histórico, político, social, teórico-epistemológico e simbólico, caros à preservação da organicidade, essência dos arquivos, identidade da Arquivologia.

# Fundos pesquisados

## Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

- Fundo Arquivo Nacional.
- BOULLIER DE BRANCHE, Henri. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

## CNPq (Brasília, DF)

- SOUZA, Rosali Fernandez de. **Tabelas de áreas do conhecimento**: proposta de metodologia do trabalho de revisão. [Rio de Janeiro]: 2005. (Fundo CNPq)

## Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

- Fundo José Honório Rodrigues.

## Instituto de Estudos Brasileiros da USP (São Paulo)

- Fundo José Honório Rodrigues.

## Archives nationales (Pierrefitte-sur-Seine)

- *Fonds Conseil international des Archives* (ICA)
- *Fonds Directeur* (Direction des archives de France)
- *Fonds Inspection générale des Archives*
- *Fonds Inspection générale des Archives de France*
- *Fonds Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940*

- PÉROTIN, Yves. *Le records management et l'administration américaine des archives: rapport de mission adressé a M. le Préfet de La Seine*. Paris: Archives de la Seine et de la Ville de Paris, 1962.

### **Archives departementales (La Lozere)**

- *Papiers d'Henri Boullier de Branche*. 2019. Disponível em: [http://archives.lozere.fr/archive/fonds/FRAD048\\_F2848-2989/inventaire/n:11?RECH\\_S=Br%C3%A9sil&RECH\\_eadid=FRAD08F2848-2989&Archives.RECH\\_Valid=&type=inventaire](http://archives.lozere.fr/archive/fonds/FRAD048_F2848-2989/inventaire/n:11?RECH_S=Br%C3%A9sil&RECH_eadid=FRAD08F2848-2989&Archives.RECH_Valid=&type=inventaire). Acesso em: 21 jun. 2019.

### **Archives departementales (La Sarthe)**

- *État des fonds* [Henri Boullier de Branche]. Disponível em: [http://archives.sarthe.fr/arkotheque/inventaires/ead\\_ir\\_consult.php?fam=1&ref=-FRAD072\\_etatdesfondsad72](http://archives.sarthe.fr/arkotheque/inventaires/ead_ir_consult.php?fam=1&ref=-FRAD072_etatdesfondsad72). Acesso em : 21 jun. 2019.

### **Archives diplomatiques (La Courneuve)**

- *Accord-cadre de Coopération entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil* (1996)
- *Accord Conclu sous Forme D'Échange de Lettres Franco-Brésilien relatif au Projet France-Brésil* (1985)
- *Accord Culturel entre la France et le Brésil* (1948)
- *Accord de Coopération Technique et Scientifique entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil* (1967)
- *Accord de Sécurité relatif aux Échanges D'Informations Protégées entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil* (1974)
- *Convention pour la Création d'une Union Latine* (1954)
- *Accord sous Forme D'Échange de Lettres entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil sur les Privilèges Accordés aux Experts Français de la Coopération Technique* (1963)
- *Accord Conclu sous Forme D'Échange de Lettres Franco-Brésilien relatif au Projet France-Brésil* (1985)

- *Accord sous Forme d'Échange de Lettres relatif à la Coopération Technique Administrative entre le Pouvernement de la République Française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil* (1959)
- *Accord sous Forme d'Échange de Notes relatif à la Recherche, Complémentaire à l'Accord de Coopération Technique et Scientifique du 16 janvier 1967, ensemble un Arrangement Complémentaire du 31 août 1982 entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement du Brésil* (1982)
- *Fonds Amérique/Questions Culturelles/Coopération Technique (bourses, stages, missions scientifiques et techniques) – 1952-1961*
- *Protocole de Coopération entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil portant Création d'un Forum Franco-Brésilien de l'Enseignement Supérieur de la Recherche* (2006)
- *Protocole entre le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil relatif à la Coopération dans le Domaine de L'Enseignement Professionnel* (2008)

#### **Archives diplomatiques (Nantes)**

- *Fonds Rio Ambassade (correspondances)*
- *Rio Ambassade (télégrames)*

#### **UNESCO (Paris)**

- DUCHEIN, Michel. **Organisation des archives:** rapport établi à l'intention du Gouvernement de la République fédérative du Brésil par l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture. Paris: UNESCO, 1978.





## Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo José Honório Rodrigues. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 319-332, 2011.
- ACADÉMIE FRANÇAISE. **François Guizot**. Disponível em: <https://www.academie-francaise.fr/les-immortels/francois-guizot>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- ACCORD-CADRE DE COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL. Paris, 1996. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587668070987](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587668070987). Acesso em: 23 abr. 2020.
- ACCORD CULTUREL ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL. Rio de Janeiro, 1948. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheal/1766?lang=fr>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- ACCORD DE COOPERATION TECHNIQUE ET SCIENTIFIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRESIL. Paris, 1967. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587582917047](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587582917047). Acesso em: 22 abr. 2020.
- ACCORD DE SÉCURITÉ RELATIF AUX ÉCHANGES D'INFORMATIONS PROTÉGÉES ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL. Brasília, 1974. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587583188911](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587583188911). Acesso em: 22 abr. 2020.
- ACCORD SOUS FORME D'ÉCHANGE DE LETTRES ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRÉSIL RELATIF AU PROJET « FRANCE-BRESIL ». Brasília, 1985. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587667493935](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587667493935). Acesso em: 23 abr. 2020.

- ACCORD SOUS FORME D'ÉCHANGE DE LETTRES RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ADMINISTRATIVE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/excl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587581487500](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/excl-php/util/documents/accede_document.php?1587581487500). Acesso em: 22 abr. 2020.
- AGENCIA ESTATAL BOLETÍN OFICIAL DO ESTADO. **Orden de 30 de noviembre de 1982 por la que se aprueba el expediente del concurso-oposición para cubrir la plaza vacante de Director del Archivo General de la Administración y se nombra para la misma a don José Manuel Mata Castellón.** Disponível em: [https://www.boe.es/diario\\_boe/txt.php?id=BOE-A-1982-32871](https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-1982-32871). Acesso em: 27 jul. 2021.
- ALVES JÚNIOR, Paulo. O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão, 19., 2008. **Anais [...]**, São Paulo: ANPUH/SP-USP, 8 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/144391797/Pensamento-Radical>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. História e fonte para a história do CNPq. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E ARTES AFINS (MAST/CNPq). **Arquivo CNPq (Acervo MAST): inventário sumário.** Rio de Janeiro: MAST, 1998.
- ARCHEOLOGIE CULTURE. **Membres de la CTG: Jean-Noël, dit Natalis de Wailly (1805-1886).** Disponível em: <https://archeologie.culture.fr/sources-archeologie/fr/jean-noel-dit-natalis-wailly-1805-1886>. Acesso em: 8 jul. 2021.
- ARCHIVES DE FRANCE. **Historique des archives publiques en France.** 2018a. Disponível em: <https://francearchives.fr/article/37706>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- ARCHIVES DE FRANCE. **Liste des formations universitaires en archivistique.** 2018b. Disponível em: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/archives-publiques/formations/formations-universitaires/liste-des-formations-par-niveau/>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- ARCHIVES NATIONALES. **Les Archives nationales: des lieux pour l'histoire de France.** Paris: Somogy Editons d'Art, 2008.
- ARCHIVES NATIONALES. **Déménagement de Fontainebleau.** 2020. Disponível em: <http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/de/web/guest/demenagement-de-fontainebleau>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- ARCHIVISTES SANS FRONTIÈRES. **Décès de Charles Kecskeméti... AsF perd un ami.** Disponível em: <http://archivistessansfrontieres.fr/Deces-de-Charles-Kecskemeti-AsF-perd-un-ami>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional,** ano 5, v. 3, Rio de

- Janeiro, mar./1974.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 8, v. 2, Rio de Janeiro, fev./ 1977a.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 8, v. 6, Rio de Janeiro, jul./1977b.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 9, n. 11, Rio de Janeiro, nov./1978.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 13, n. 12, Rio de Janeiro, dez./1982a.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 13, n. 11, Rio de Janeiro, nov./1982b.
- ASSEMBLÉE NATIONALE. **Pierre, Claude, François Daunou**: 1761-1840.  
Disponível em: [https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/\(num\\_dept\)/12821](https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/(num_dept)/12821). Acesso em: 7 jul. 2021.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Programa oficial:  
Os arquivos e o descobrimento de um novo Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 13., 2000, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 17 a 20 de outubro de 2000.
- ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. **Abregé d'archivistique**: principes et pratiques du métier d'archiviste. Paris: Association des archivistes français, 2012.
- ASSOCIATION DES PROFESSIONNELS DE L'INFORMATION ET DE LA DOCUMENTATION. **L'ADBS**. 2021. Disponível em: <https://www.adbs.fr/ladbs>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- ATHERTON, Jay. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management–archives relationship. **Archivaria**, Ottawa, v. 21, January 1985, p. 43-42. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11233>. Acesso em: em 16 jul. 2021.
- BABELIO. **Georges Tessier**. Disponível em: <https://www.babelio.com/auteur/Georges-Tessier/258999>. Acesso em: 28 jul. 2021a.
- BABELIO. **Charles-Victor Langlois**. Disponível em: <https://www.babelio.com/auteur/Charles-Victor-Langlois/91456>. Acesso em: 9 jul. 2021b.
- BABELON, Jean-Pierre. **Les archives**: mémoire de la France. Paris: Découvertes Gallimard Culture et Société, 2008.
- BANAT-BERGER Françoise; BORGEAUD, Emily; NOUGARET Christine.  
InterPARES 2: Archivistique et diplomatique numériques: une traduction en français d'une partie des livrables du projet InterPARES 2. **Éditions en ligne de l'École des Chartes (Élec)**. Disponível em: <http://elec.enc.sorbonne.fr/>.

Acesso em: 20 mar 2020.

- BATISTA, Maria Luíza Rosa da Silva. Referências bibliográficas sobre arquivos e Arquivologia na produção científica arquivística dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros (2014). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 25., 2019. **Resumos [...]**. Brasília, DF: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaoocientifica/25CICUnB16df/paper/view/19016>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- BAUTIER, Robert-Henri. La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVe – début du XIXe siècle). **Archivum**, Paris, n. 18, p. 139-149, 1968.
- BÉCHU, Philippe. 1871-1914. Le « Grenier de l'Histoire »: accueillir le public. In: ARCHIVES NATIONALES. **Les Archives nationales: des lieux pour l'histoire de France**. Paris: Somogy Éditions d'Art, 2008. p. 154-190.
- BÉCHU, Philippe et al. 1948-1975. Les Archives sortent du « Quadrilatère ». In: ARCHIVES NATIONALES. **Les Archives nationales: des lieux pour l'histoire de France**. Paris: Somogy Éditions d'Art, 2008. p. 234-271.
- BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **Catalogue général**. 2021. Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- BLAQUIÈRE, H.; FAVREAU, R. ; PÉROTIN, Y. Les archives en formation et le pré-archivage. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France**. Paris: Archives nationales, 1991.
- BOOMS, Hans. **Überlieferungsbildung: keeping archives as a social and political activity**. Archivaria, Ottawa, v. 33, January 1991. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11796>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BOURDIEU, Pierre. **Science de la science et réflexivité: Cours du Collège de France 2000-2001**. Paris: Raisons d'Agir, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 145, p. 3-8, 2002. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_2002\\_num\\_145\\_1\\_2793](https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793). Acesso em: 27 abr. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologie générale: Cours au Collège de France 1981-1983**.

Paris: Raisons d'Agir; Seuil, 2015. (volume 1).

BRAIBANT, Charles. **Les archives de France**: hier, aujourd'hui, demain.

Conférence faite à la Société de l'École des Chartes, le 1er décembre 1949. Paris: Imprimerie Nationale, 1949.

BRASIL. **Decreto nº 79.329, de 2 de Março de 1977**. Transfere à Federação das

Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências. Brasília, DF, 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79329-2-marco-1977-428242-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 776, de 7 de Outubro de 1938**. Dispõe sobre a

especialização e aperfeiçoamento de funcionários públicos civis federais no estrangeiro, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-776-7-outubro-1938-350291-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de

arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 6 de março de 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 11 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações

previsto no inciso XXXIII do art. 50, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 6 de mar. de 2021.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Herder, 1969.

BRUNTERC'H, Jean-Pierre; PONCET, Olivier. Prologue. Lieux d'archives, lieux de pouvoir: de Rome à l'hôtel Soubise. In: ARCHIVES NATIONALES. **Les Archives nationales**: des lieux pour l'histoire de France. Paris: Somogy Éditions d'Art, 2008. p. 8-37.

BUZZATTI, João Vicente Teixeira. **Da máquina erudita à instituição**

**arquivística**: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). Porto Alegre, 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CAMPUS FRANCE. **Le programme CAPES-COFECUB 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.campusfrance.org/fr/capes-cofecub>. Acesso em: 23 abr. 2020.

- CARDOSO, Aline da Cruz. Obras francesas na produção científica arquivística brasileira. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 25., 2019. **Resumos** [...]. Brasília, DF, 20 a 26 de setembro de 2019. Disponível em: [proic.unb.br](http://proic.unb.br). Acesso em: 2 out. 2019.
- CASTRO, Astréa de Moraes e. Arquivo no Brasil: a preservação de documentos. **Correio Braziliense**, Brasília, ano 1, n. 46, 1968.
- CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. **Présentation**. 2017. Disponível em: <http://www.cnrs.fr/fr/organisme/presentation.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.
- CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. **Annexe**: Typologie des domaines de connaissances. 2020a. Disponível em: <http://www.ism.univ-amu.fr/oldism/IMG/pdf/Domanines.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. **Les instituts du CNRS**. 2020b. Disponível em: <http://www.cnrs.fr/fr/les-instituts-du-cnrs>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. **INSHS**. 2020c. Disponível em: <http://www.cnrs.fr/inshs/presentation/sections.htm>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. **INS2I**. 2020d. Disponível em: <https://www.ins2i.cnrs.fr/fr/ins2i>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORANEA DO BRASIL. **Memória das Ciências Sociais no Brasil**: Celina Vargas. 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/celinavargas>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- CHABIN, Marie-Anne; WATEL, Françoise. L'approche française du records management: concepts, acteurs et pratiques. **La Gazette des archives**, Paris, n. 204, p. 113-130, 2006.
- CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. **Brafitec**. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/brafitec>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- COMITÉ NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. **Le Comité national de la recherche scientifique**. 2020a. Disponível em: <https://www.cnrs.fr/comitenational/CN.html#presentation>. Acesso em: 3 abr. 2020a.
- COMITÉ NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. **Les sections**. 2020b. Disponível em: <https://www.cnrs.fr/comitenational/sections/intitsec.php>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- COMMISSION D'ACCÈS AUX DOCUMENTS ADMINISTRATIFS. **Qu'est-ce que la CADA ?**. 2021. Disponível em: <https://www.cada.fr/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

- CONSEIL NATIONAL DE RECHERCHES CANADA. **À propos du CNRC.** (2020a). Disponível em: <https://nrc.canada.ca/fr/organisation/propos-cnrc>. Acesso em: 6 maio 2020.
- CONSEIL NATIONAL DE RECHERCHES CANADA. **Centres de recherche.** (2020b). Disponível em: <https://cnrc.canada.ca/fr/recherche-developpement/recherche-collaboration/centres-recherche>. Acesso em: 6 maio 2020.
- CONSEIL NATIONAL DES UNIVERSITÉS. **Conseil national des universités: accueil.** 2020a. Disponível em: <https://www.conseil-national-des-universites.fr/cnu/#/>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Classificação das áreas do conhecimento. **Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, n. 1, 1978.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Áreas do conhecimento: classificação.** Brasília, DF, 1984.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Plataforma Lattes.** Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Plataforma Lattes.** Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- CONVENTION POUR LA CREATION DE L'UNION LATINE. Madri, 1954. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587580735448](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587580735448). Acesso em: 22 abr. 2020.
- COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação.** 2016. 185f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; ROUSSEAU, Jean-Yves. *L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité?* **Argus**, Quebec, v. 17, n. 2, p. 51-60, jun. 1988.
- COX, Richard J.. Archival Education in North American Library and Information Science Schools. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy.** Chicago, v. 71, n. 2, p. 141-194, Apr./2001.
- COUZINET, Viviane. Représenter, répertoire, transmettre: formes d'institutionnalisation d'une discipline. In: MARTELETO, R. M.; THIESEN, I. (Coord.). **Actes du 1er colloque international du réseau MUSSI: Médiations et usages des savoirs et de l'information**, 2008. p. 63-81.



- COUZINET, Viviane; SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. A ciência da informação na França e no Brasil. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, dez. 2007.
- CRUZ DOMÍNGUEZ, Silvana Elisa. La permanente defense de la Archivística por su autonomía. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. (Org.). **La Archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependencias**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. 7. ed. Madrid: Fundación Sánchez Ruipérez, Pirámide, 2001.
- CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB, 9., 2003, Brasília. **Resumos [...]** Brasília, DF: UnB, 2003.
- CUVELIER, J.; STAINIER, I. **Congrès de Bruxelles 1910: actes publiés par J. Cuvelier et al. Stainier**. Bruxelles, 1912. Disponível em: <https://archive.org/details/BrusselsCongress1910>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT, 1979. p. 352-370.
- DEFRANCE, Jean-Pierre. Stage technique international d'archives 1951-2000. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. Bureau de la formation. **50<sup>ème</sup> anniversaire du stage technique international d'archives: 1951-2000**. Paris, 2000. p. 7-15.
- DELABORDE, Henri-François. Notice sur le registre de Pierre d'Étampes. 2018. In: **Bibliothèque de l'École des chartes**. 1900, tomo 61. p. 426-446. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/bec\\_0373-6237\\_1900\\_num\\_61\\_1\\_452605](https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1900_num_61_1_452605). Acesso em: 21 jul. 2021.
- DELMAS, Bruno. Naissance et renaissance de l'Archivistique française. **La Gazette des archives**, Paris, n. 204, p. 5-32, 2006.
- DELMAS, Bruno. Galerie des directeurs des Archives nationales et des Archives de France. In: ARCHIVES NATIONALES. **Les Archives nationales: des lieux pour l'histoire de France**. Paris: Somogy Éditions d'art, 2008. p. 319-354.
- DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France**. Paris: Archives nationales, 1991.
- DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives nationales, 1993.



- DONATO, Júlia Araújo. Mapeamento de referências bibliográficas arquivísticas em dissertações e teses com temáticas na área (2012). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 23., 2017. **Resumos** [...]. Brasília, DF: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaoocientifica/23cicunb14df/paper/view/6376>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- DOUSSET, F. Présentation du manuel. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France**. Paris: Archives nationales, 1991.
- DUCHATEL, T. **Rapport au roi sur les archives départementales et communales**. 1841. Disponível em: [https://play.google.com/books/reader?id=PTE11wstxdkC&hl=pt\\_BR&pg=GBS.PA19](https://play.google.com/books/reader?id=PTE11wstxdkC&hl=pt_BR&pg=GBS.PA19). Acesso em: 3 jan. 2020.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.
- DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988.
- DUCHEIN, Michel. Archives, archivistes, archivistique: définitions et problématique. In: Direction des archives de France. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives nationales, 1993. p. 19-39.
- DUCHEIN, Michel. **Guy Duboscq (1909-1994)**. In: BIBLIOTHEQUE DE L'ECOLE DES CHARTES. Tomo 153, livro 2, 1995. p. 595-597. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/bec\\_0373-6237\\_1995\\_num\\_153\\_2\\_464355](https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1995_num_153_2_464355). Acesso em: 12 jul. 2021.
- DUCHEIN, Michel. Os Arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 13-22, dez. 2011.
- DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2002.
- ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES. **Lancement des Cahiers Jean-Mabillon**. 2021a. Disponível em: <http://www.chartes.psl.eu/fr/actualite/lancement-cahiers-mabillon>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES. **Olivier Guyotjeannin**. 2021b. Disponível em: <http://www.chartes.psl.eu/fr/olivier-guyotjeannin>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- EL PERIÓDICO. **Una reunión en Huesca**, en 1983. 2011. Disponível em: <https://www.elperiodicodearagon.com/aragon/2011/04/17/reunion-huesca-1983-47643112.html>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- ERMISSE, Gérard; MARTINEZ, Christine. Archives, archivistes et archivistique françaises, à l'épreuve des relations internationales. **La Gazette des archives**,

- Paris, n. 204, p. 89-106, 2006.
- ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. Publicações técnicas do Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 101-110, jul./dez. 1988.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (re) definição de marcos interdisciplinares. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da; ESTEVÃO Silvia Ninita de Moura. Entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FRANCE. **Loi du 7 messidor an II (25 juin 1794) concernant l'organisation des archives établies auprès de la représentation nationale**. 1794. Disponível em: <https://legilux.public.lu/eli/etat/leg/loi/1794/06/25/n1/jo>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- FRANCE. **Décret n° 60-878 du 12 août 1960 portant publication de l'accord culturel entre la France et le Brésil, signé le 6 décembre 1948**. 1960. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587579513724](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587579513724). Acesso em: 22 abr. 2020.
- FRANCE. **Code du patrimoine**. 2021. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGITEXT000006074236/>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- FRANCE ARCHIVES. **Archives de l'École des Chartes (1821-1945)**. Disponível em: <https://francearchives.fr/findingaid/1ae9e1cd0033eba46fcdf0063030501e77f329e>. Acesso em: 20 mar 2020.
- FRANCE ARCHIVES. **Service interministériel des archives de France**. Disponível em: [https://francearchives.fr/file/daedd1d4359c6dfd64c4foe3b752257do74c6ff2/2021\\_juin\\_organigramme\\_Siaf.pdf](https://francearchives.fr/file/daedd1d4359c6dfd64c4foe3b752257do74c6ff2/2021_juin_organigramme_Siaf.pdf). Acesso em: 17 ago. 2021.
- FRANCO, Celina Moreira. In: DUMAR, Deborah. A memória brasileira ameaçada se muda enquanto é tempo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15.5.1981.
- FRAZÃO, Dilva. **Aloísio Magalhães**: artista plástico. 2015. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/aloisio\\_magalhaes/](https://www.ebiografia.com/aloisio_magalhaes/). Acesso em: 17 jul. 2021.
- GAILLARD, Jacques; SCHLEMMER, Bernard. *Chercheurs du Nord, chercheurs*

- du Sud: itinéraires, pratiques, modèles: un essai d'analyse comparative. In: WAAST, Roland (Ed). **Les Sciences au Sud: état des lieux**. Paris: ORSTOM Éditions, 1996. p. 113-135.
- GLEZER, Raquel. **O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. 1976. 241f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- GOUVERNEMENT [France]. **Le réseau des Archives en France**. Disponível em: <https://www.gouvernement.fr/le-reseau-des-archives-en-france>. Acesso em: 20 mar 2020.
- GRAILLES, Bénédicte; MARCILLOUX, Patrice. La formation continue des archivistes: une expérience universitaire. **La Gazette des archives**, Paris, n. 218, p. 115-129, 2010.
- HAUTE CONSEIL DE L'ÉVALUATION DE LA RECHERCHE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR. **La position scientifique de la France dans le monde 2000-2015**. Paris: Hcéres, 2018a. Disponível em: [https://www.hceres.fr/sites/default/files/media/downloads/Hc%C3%A9res\\_OST\\_Position\\_Scientifique\\_France\\_.pdf](https://www.hceres.fr/sites/default/files/media/downloads/Hc%C3%A9res_OST_Position_Scientifique_France_.pdf). Acesso em: 7 abr. 2020.
- HAUTE CONSEIL DE L'ÉVALUATION DE LA RECHERCHE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR. **Rapport d'activité 2018**. 2018b. Disponível em: [https://www.hceres.fr/sites/default/files/media/downloads/Hc%C3%A9res\\_RapportActivit%C3%A9\\_2018\\_o.pdf](https://www.hceres.fr/sites/default/files/media/downloads/Hc%C3%A9res_RapportActivit%C3%A9_2018_o.pdf). Acesso em: 7 abr. 2020.
- HAUTE CONSEIL DE L'ÉVALUATION DE LA RECHERCHE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR. **Faire connaissance**. 2020. Disponível em: <https://www.hceres.fr/fr/faire-connaissance>. Acesso em: 7 abr. 2020.
- HOTTIN, Christian. L'archivistique est-elle une science?: Réactions aux journées d'études organisées par l'École des chartes et l'Association des archivistes français à la Sorbonne (salle Louis-Liard) les 30 et 31 janvier 2003. **Labyrinthe**, Paris, v. 3, n. 16, p. 98-105, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Remembering Charles Kecskemeti (1933-2021)/En mémoire du Charles Kecskemeti (1933-2021)/En conmemoración del Charles Kecskemeti (1933-2021)**. E-mail de: 16 abril 2021.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 15489**. Information et documentation — Gestion des documents d'activité — Partie 1: Concepts et principes. 2016. Disponível em: <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:15489:-1:ed-2:v1:fr>. Acesso em: 21 abr. 2020.

- INSTITUT NATIONALE DU PATRIMOINE. **Formation des conservateurs**. 2020. Disponível em: <http://www.inp.fr/Formation-initiale-et-continue/Formation-des-conservateurs>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **José Honório Rodrigues**. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jhrodrigues.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. p. 53-75.
- JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **INFORMARE**, v. 1, n. 1, p. 41-50, 1995.
- JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da Documentação no Brasil**. 2016. 341f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- KECSKEMÉTI, Charles. **Réflexions sur la coopération internationale**. Rassegna degli Archivi di Stato, Roma, XLV, n. 3, p. 421-433, 1985.
- KECSKEMÉTI, Charles; KÖRMENDY, Lajos. **Les écrits s'envolent: la problématique de la conservation des archives papier et numériques**. Paris: Favre, 2014.
- KUROKI, Ívina Flores Melo. **Demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação: contribuições para a configuração científica das disciplinas no Campo da Informação**. 2016. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- LA GAZETTE DES ARCHIVES. Le Manuel d'archivistique et les Archives de France aux «Lundis de l'Histoire». **La Gazette des archives**, Paris, n. 75, p. 190-191, 1971.
- LA GAZETTE DES ARCHIVES. De la diplomatie médiévale à la diplomatie contemporaine. **La Gazette des archives**, Paris, n. 172, 1996-1.
- LA LIBRE. **France: mort de l'historien médiéviste Jean Favier**. 2014. Disponível em: <https://www.lalibre.be/culture/livres-bd/2014/08/16/france-mort-de-lhistorien-medieviste-jean-favier-D2FQPOFNZJE5FDPCOOEPCOQ3II/>.

Acesso em: 15 jul. 2021.

- LANGLOIS, Charles-Victor. La Science des Archives. **Revue Internationale des Archives, des Bibliothèques et des Musées**, Paris, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1895.
- LANGLOIS, Charles-Victor; STEIN, Henri. **Les archives de l'histoire de France**. Paris: Alphonse Picard, 1891.
- LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.
- LIARD, Louis. **Logique**. 10. ed. Paris: Masson. (s. d.)
- LIARD, Marie-Françoise. L'Archivistique est-elle une science? **Bulletin des Bibliothèques de France (BBF)**, Paris, n. 3, p. 99-100, 2003. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2003-03-0099-005>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 64 p. (Projeto Como Fazer, 6).
- LORIA, Steven. **Textblob: simplified text processing**. Secondary TextBlob: Simplified Text Processing, 2018. Disponível em: <https://buildmedia.readthedocs.org/media/pdf/textblob/latest/textblob.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- LIMA, Douglas Pereira de. Referências bibliográficas arquivísticas na produção científica sobre arquivos e Arquivologia dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros (2015). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 26., 2020. **Resumos [...]**. Brasília, DF: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaoocientifica/26CICUNB17DF/paper/view/31774>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- MABBS, A. W.; DUBOSCQ, Guy. **Organisation du préarchivage : études et recherche**. Paris: UNESCO, 1974a. (Documentation, bibliothèques et archives: études et recherches). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001378/137819fo.pdf>. Acesso em: 16 ago 2021.
- MABBS, A. W.; DUBOSCQ, Guy. **The organization of intermediate records storage**. Paris: UNESCO, 1974b. (Documentation, libraries and archives: studies and research). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000009046>. Acesso em: 16 ago 2021.
- MARCILLOUX, Patrice. L'Archivistique à l'université: quel régime disciplinaire? **La Gazette des archives**, Paris, n. 226, p. 297-311, 2012.
- MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de

- Janeiro, 2012.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocações entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os lugares da arquivologia no campo da informação. **Ciência da Informação** (Online), Brasília, DF, n. 42, p. 109-123, 2013.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas?. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 26, p. 169-184, 2016.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A investigação científica em Arquivologia e a sua busca de identidade. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, p. 77-89, 2017a.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Ciência da Informação e Arquivologia: áreas do conhecimento?. In: RENDON ROJAS, Miguel Ángel. (Org.). **La Archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependencias**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017b. p. 99-117.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; CARDOSO, Aline da Cruz. Obras francesas na produção científica arquivística brasileira. **Ágora**, Florianópolis, v. 30, p. 163-195, 2020.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; MEDEIROS, José Mauro Gouveia de. Circulação de obras francesas arquivísticas no Brasil. **Informação & Informação** (Online), Londrina, v. 26, p. 440-458, 2021.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Os saberes e fazeres na institucionalização da Arquivologia no Brasil: memória das contribuições francesas. In: **MUSSI 2018** – Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire, Lille, 2018.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; PRACIANO, Bruno Justino Garcia. Pesquisadores da comunidade científica arquivística brasileira nos espaços de interlocução internacional franceses. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.25, p.1-14, 2020.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a Arquivologia

- no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 176-191, 2017.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011.
- MARQUES, Mariana Sande. Mapeamento de referências bibliográficas arquivísticas em dissertações e teses com temáticas na área (2006-2008). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 19., 2014. **Resumos** [...]. Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: <http://proic.unb.br/images/Anais/2015/ResumoProIC-2013-Vol2.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.
- MASSI, Fernanda Peixoto. **Estrangeiros no Brasil**: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo. 1991. 281f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1991.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto et. al. (Org.). **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.
- MELO, Ívina Flores. **As funções arquivísticas à luz do Princípio da Proveniência**: um habitus em construção. 2021. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.
- MENA-CHALCO, Jesús Pascual; CÉSAR JÚNIOR, Roberto Marcondes. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, Campinas, v. 15, n. 4, p. 31-39, 2009.
- MENA-CHALCO, Jesús Pascual; CÉSAR JÚNIOR, Roberto Marcondes. Prospecção de dados acadêmicos de currículos Lattes através de scriptLattes. In: HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; LETA, Jacqueline. (Org.). **Bibliometria e Cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 109-128.
- MINISTÈRE DE LA CULTURE. **Conférence Internationale Supérieure d'Archivistique**. Paris, 2020. Disponível em: <https://www.culture.gouv.fr/Nous-connaître/Emploi-et-formation/Formations-professionnelles/Stages-internationaux/Conference-Internationale-Superieure-d-Archivistique>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- MINISTÈRE DE LA CULTURE. **Stage technique international d'archives**. 2021. Disponível em: [213](https://www.culture.gouv.fr/Nous-connaître/Emploi-</a></p>
</div>
<div data-bbox=)



- et-formation/Formations-professionnelles/Stages-internationaux/Stage-technique-international-d-archives. Acesso em: 21 jul. 2021.
- MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION. Direction des archives de France. Département du Réseau Institutionnel et Professionnel. **L'activité de la Direction des archives de France et des services publics d'archives**. Paris, 2003. Disponível em: [https://francearchives.fr/file/06e952000b2be0c1e875814b25a872ad42a27daa/static\\_1175.pdf](https://francearchives.fr/file/06e952000b2be0c1e875814b25a872ad42a27daa/static_1175.pdf). Acesso em: 23 mar 2020.
- MINISTÈRE DE L'EDUCATION NATIONALE; MINISTÈRE DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR ET DE LA RECHERCHE. **Dictionnaire des compétences**. 2011. Disponível em: [https://cache.media.enseignementsup-recherche.gouv.fr/file/Ressources\\_humaines/49/4/2011\\_repertoire\\_metiers\\_dicocompetences\\_199494.pdf](https://cache.media.enseignementsup-recherche.gouv.fr/file/Ressources_humaines/49/4/2011_repertoire_metiers_dicocompetences_199494.pdf). Acesso em: 7 abr. 2020.
- MINISTÈRE DE L'EDUCATION NATIONALE ET DE LA JEUNESSE. **Répertoire des métiers de l'éducation nationale**. 2020. Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/repertoire-des-metiers-de-l-education-nationale-de-l-enseignement-superieur-et-de-la-recherche-9287>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- MINISTÈRE DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR, DE LA RECHERCHE ET DE L'INNOVATION. **Guide d'utilisation**: fichier sise inscriptions SISE 2016-2017. 2016-2017. Disponível em: [http://www.progedo-adisp.fr/documents/lil-1196/Guide\\_d'utilisation\\_Inscriptions\\_2016-2017.pdf](http://www.progedo-adisp.fr/documents/lil-1196/Guide_d'utilisation_Inscriptions_2016-2017.pdf). Acesso em: 7 abr. 2020.
- MINISTÈRE DE L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR, DE LA RECHERCHE ET DE L'INNOVATION. **Domaines de recherche**. 2020a. Disponível em: <https://www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- MINISTÈRE DE L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR, DE LA RECHERCHE ET DE L'INNOVATION. **Sciences de l'homme et de la société**. 2020b. Disponível em: <http://www.wnenseignementsup-recherche.gouv.fr/cid56106/sciences-de-l-homme-et-de-la-societe-l-etude-de-l-homme-en-societe.html>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- MOREIRA, Verônica Luiza Souza. Mapeamento de referências bibliográficas arquivísticas em dissertações e teses com temáticas na área (2009-2010). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 23., 2017. **Resumos** [...]. Brasília, DF, Universidade de Brasília. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaocientifica/23cicunb14df/paper/view/6636>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- MORELLE, Laurent. « Arthur Giry (1848-1899) », dans L'École pratique des hautes études. In: HENRIET P. **Invention, érudition, innovation (1868-**



- 2018). Paris: Somogy, 2018. p. 334-335. Disponível em: [https://www.academia.edu/37481318/\\_Arthur\\_Giry\\_1848-1899\\_dans\\_L\\_%C3%89cole\\_pratique\\_des\\_hautes\\_%C3%A9tudes\\_Invention\\_%C3%A9rudition\\_innovation\\_1868-2018\\_dir.\\_P.\\_Henriet\\_Paris\\_Somogy\\_2018\\_p.\\_334-335](https://www.academia.edu/37481318/_Arthur_Giry_1848-1899_dans_L_%C3%89cole_pratique_des_hautes_%C3%A9tudes_Invention_%C3%A9rudition_innovation_1868-2018_dir._P._Henriet_Paris_Somogy_2018_p._334-335). Acesso em: jul. 2021.
- MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, set./dec. 1988. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So103-40141988000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40141988000300008). Acesso em: 2 jun. 2019.
- MOTOYAMA, Shozo. A gênese do CNPq. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 27-46, 1985.
- MOTOYAMA, Shozo; NAGAMINI, Marilda. CNPq e CNRS: duas histórias numa perspectiva comparada. In: HAMBURGER, Amélia Império et al. **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1996. p. 331-359.
- MÜELLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.
- MUÑOZ, Marie-Claude. La mobilité internationale à destination de la France: objectivation des parcours et expérience existentielle. **Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs** [En ligne], Hors-série, n. 2, p. 157-181, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cres/724>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- NADEAU, Robert. **Vocabulaire technique et analytique de l'épistémologie**. Paris: Puf, 1999.
- NATIONAL ARCHIVES. **Records of the National Archives and Records Administration**. 2020. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/064.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia. **Cartografia da pesquisa e ensino em Arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2015.
- NOUGARET, Christine. L'apport de l'Association des archivistes français à l'archivistique: 70 ans de Gazette des archives. **La Gazette des archives**, Paris, n. 204, p. 33-57, 2006.
- NOUGARET, Christine. L'École des Chartes forme-t-elle encore des archivistes? **La Gazette des archives**, Paris, v. 4, n. 208, p. 23-29, 2007.
- O GLOBO. TÉCNICO Francês acha “desesperador” estado do Arquivo Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4.5.1982.
- PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Celina Vargas do Amaral Peixoto III**

- (**depoimento, 2012**). Rio de Janeiro: CPDOC; Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/\default/files/cientistas\\_sociais/celina\\_vargas/TranscricaoCelinaVargas.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/\default/files/cientistas_sociais/celina_vargas/TranscricaoCelinaVargas.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.
- PÉROTIN, Yves. L'administration et les trois âges des archives. **Seine et Paris**, Paris, n. 20, p. 1-4, 1961.
- PÉROTIN, Yves. **Le records management et l'administration américaine des archives**: rapport de mission adressé à M. le Préfet de La Seine. Paris: Archives de la Seine et de la Ville de Paris, 1962.
- PERSÉE. **Giry, Arthur (1848-1899)**. 2021a. Disponível em: <https://www.persee.fr/authority/175073>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- PETITJEAN, Patrick. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGER, Amélia Império et al. **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 1996. p. 25-39.
- PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les archives contemporaines ou l'arrivée du flux au quotidien. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives nationales, 1993.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília, DF/Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p. 155-182.
- POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, v. 2, 1998.
- PROTOCOLE DE COOPERATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL PORTANT CREATION D'UN FORUM FRANCO-BRESILIEN DE L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR DE LA RECHERCHE. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000017651224&categorieLien=id>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- PROTOCOLE D'INTENTION DU GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE ET DU GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL CONCERNANT LA COOPERATION DANS LE DOMAINE DES TECHNOLOGIES AVANCEES ET DE LEURS APPLICATIONS. Paris, 2005. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587682242633](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587682242633). Acesso em: 23 abr. 2020.

- PROTOCOLE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL RELATIF À LA COOPÉRATION DANS LE DOMAINE DE L'ENSEIGNEMENT PROFESSIONNEL. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1587735086002](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587735086002). Acesso em: 24 abr. 2020.
- RAGOUET, Paul; WAAST, Roland. Sciences pour le Sud, Sciences pour le Nord. L'Orstom et le CNRS: champs scientifiques et contrastes épistémologiques. In: WAAST, Roland (Ed.). **Les Sciences au Sud: état des lieux**. Paris: ORSTOM Éditions, 1996. p. 301-332.
- RAMÍREZ ACEVES, Merizanda M. C. Apuntes sobre los fundamentos científicos de la Archivística. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. (Org.). **La Archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependencias**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017. p. 59-98.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. (Coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinaridad**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. (Org.). **La Archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependencias**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.
- RODRIGUES, Georgete Medleg; APARÍCIO, Maria Alexandra. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 1, p. 31-39, jan./jun. 2002.
- RODRIGUES, José Honório. Apresentação da edição brasileira: Theodore R. Schellenberg e a lição arquivística no Brasil. In: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.
- RODRIGUES, José Honório. **Relatório**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. O homem e sua escrita. In: RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1994.

- ROMANI, Jacqueline Pitanguí. O Conselho Nacional de Pesquisas e institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, DF: CNPq, 1982. p.135-166. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/jacqueline.htm>. Acesso em: 9 jan. 2020.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 1963.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Teatral; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), 2010.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Manual de Arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul/dez. 2015.
- SCHMIDT, Benício Viero; MARTINS, Carlos Benedito. O acordo CAPES/COFECUB no contexto da pós-graduação brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito. (Org.). **Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica**. Recife: Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN); Ed. Massangana, 2006. p. 151-168.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, Armando Malheiro da. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.
- SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção do**

- conhecimento em Arquivologia:** 1996-2006. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SILVA, Júnia Guimarães e. **Socialização da informação arquivística:** a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- SIMÕES, Mariana. José Honório Rodrigues, a turma de publicações e as publicações técnicas do Arquivo Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Resumos** [...], 2013.
- SOARES, Iaponan. José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da arquivística brasileira. **Ágora**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 6-11, 1987. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/50/pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- SOARES, Meryn Dienyfan Vieira. Referências bibliográficas sobre arquivos e Arquivologia na produção científica arquivística dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros (2013). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 25., 2019. **Resumos** [...]. Brasília, DF: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaocientifica/25CICUnB16df/paper/view/19017>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'HERALDIQUE ET DE SIGILLOGRAPHIE.  
**Hommage à Robert-Henri Bautier (1922-2010):** Président de la Société française d'héraldique et de sigillographie. 2014. Disponível em: <http://sfhs-rfhs.fr/wp-content/PDF/bautier.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- SOUZA, Kátia Isabelli de B. Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília, DF: Starprint, 2011.
- SOUZA, Rosali Fernandez de. Áreas do conhecimento. **DataGramZero:** Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2004.
- SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização e representação de áreas do conhecimento em Ciência e Tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso da informação. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., 2006.
- SOUZA, Rosali Fernandez de. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 8., 2008, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, 2008.
- SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da

- Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. 14, n. especial, p. 41-58, 2009.
- TAILLEMITE, Étienne. **Yves Pérotin (1922-1981)**. In: BIBLIOTHÈQUE DE L'ÉCOLE DES CHARTES. tomo 140, livro 2, p. 355-357, 1982. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/bec\\_0373-6237\\_1982\\_num\\_140\\_2\\_464405](https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1982_num_140_2_464405). Acesso em: 15 jul. 2021.
- THE EMMETT LEAHY AWARD. **Emmett J. Leahy (1910-1964)**. 2021. Disponível em: <https://emmettleahyaward.org/about-emmett-leahy>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- THE NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. **Who we are**. 2020a. Disponível em: <http://www.nationalacademies.org/about/history/index.html>. Acesso em: 6 maio 2020.
- THE NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. **Program Divisions and Units**. 2020b. Disponível em: <https://www.nationalacademies.org/about/organization>. Acesso em: 6 maio 2020.
- THE U.S. NATIONAL ARCHIVES. **Photograph of Charles Braibant, Director of the Archives of France and President of the International Council on Archives, Examining the French Instrument of Ratification of the Treaty of Alliance Between the United States and France, 1778**. 2021a. Disponível em: <https://nara.getarchive.net/media/photograph-of-charles-braibant-director-of-the-archives-of-france-and-president-d99579>. Acesso em: 7 jul. 2021.
- THE U.S. NATIONAL ARCHIVES. **Portrait Photograph of Guy Duboscq, Inspector General of the French Archives**. 2021b. Disponível em: <https://nara.getarchive.net/media/portrait-photograph-of-guy-duboscq-inspector-general-of-the-french-archives-3e9dea>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- THE U.S. NATIONAL ARCHIVES. **Portrait Photograph of Yves Pérotin, Director of Archives, Services of the Seine in Paris**. 2021c. Disponível em: <https://nara.getarchive.net/media/portrait-photograph-of-yves-Pérotin-director-of-archives-services-of-the-seine-9173ff>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- TRAITÉ D'AMITIÉ, DE COMMERCE ET DE NAVIGATION. Rio de Janeiro, 1826. Disponível em: [https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/recherche/mae\\_internet\\_traites](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/recherche/mae_internet_traites). Acesso em: 24 abr. 2020.
- UHIARA, Érika. **Ensaios de José Honório Rodrigues**: em busca de uma historiografia brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2014.
- UK RESEARCH AND INNOVATION. **AHRC Disciplines**. 2020. Disponível em: <https://ahrc.ukri.org/funding/research/subjectcoverage/ahrc-disciplines/>.

Acesso em: 6 maio 2020.

- VERLET, Martin. De la Science de l'Empire à l'Empire de la Science. In: WAAST, Roland (Ed). **Les Sciences au Sud: état des lieux**. Paris: ORSTOM Éditions, 1996. p. 137-150.
- VERRY, Élisabeth. L'Association des archivistes français: un engagement résolu au service de la formation. **La Gazette des archives**, Paris, n. 2018, p. 33-50, 2010.
- VERRY, Élisabeth; LE POTTIER, Jean. L'Association des archivistes français, une histoire centenaire. **La Gazette des archives**, Paris, n. 195, p. 9-22, 2004.
- VILARDI JÚNIOR, Mark Morrison. Mapeamento bibliográfico das referências arquivísticas das dissertações e teses relacionadas aos arquivos e à Arquivologia (2011). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 24., 2018. **Resumos...** Brasília, DF, Universidade de Brasília. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaocientifica/24CICUNB15DF/paper/view/13155>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- VOZERIO. **Guinle e Vargas: protagonistas da história do Rio**. 2015. Disponível em: <http://vozerio.org.br/Guinle-e-Vargas-protagonistas-da>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- WAILLY, Natalis. **Éléments de Paléographie**. Paris: Imprimerie Royale, 1838.
- WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. In: WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. **De la comparaison à l'histoire croisée**. Paris: Le Genre Humain, 2004.
- WIKIPÉDIA. **Alain de Boüard**. 2021a. Disponível em: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Alain\\_de\\_Bo%C3%BCard](https://fr.wikipedia.org/wiki/Alain_de_Bo%C3%BCard). Acesso em: 5 jul. 2021.





# Apêndices

## Apêndice A – Masters em Arquivologia e que abrangam pesquisas com temas da área, na França

Principais Formações		Outras Formações	
Curso	Instituição	Curso	Instituição
<b>Master</b> "Métiers des archives et des bibliothèques. Médiation de l'histoire et humanités numériques"	Université Aix-Marseille <a href="https://masterabd.hypotheses.org/">https://masterabd.hypotheses.org/</a>	Master Sciences Humaines et Sociales, mention: Histoire Parcours Patrimoines et Cultures Numériques <a href="http://univ-avignon.fr/rechercher-une-formation/master-histoire-patrimoines-et-cultures-numeriques-8270.kjsp?RH=UAPV_FORMATION">http://univ-avignon.fr/rechercher-une-formation/master-histoire-patrimoines-et-cultures-numeriques-8270.kjsp?RH=UAPV_FORMATION</a>	Université d'Avignon
<b>Master professionnel, mention histoire et territoires, spécialité</b> "Métiers des archives et technologies appliquées"	Université de Picardie Jules Verne (Amiens) <a href="https://www.u-picardie.fr/catalogue-formations/FI/co/master-hcp-mata.html">https://www.u-picardie.fr/catalogue-formations/FI/co/master-hcp-mata.html</a>	<b>Master Histoire</b> <b>Parcours Histoire et patrimoine</b> <a href="https://uniform.unicaen.fr/catalogue/formation/master/5439-master-histoire-parcours-histoire-et-patrimoine?ufrhss&amp;r=1485772694124">https://uniform.unicaen.fr/catalogue/formation/master/5439-master-histoire-parcours-histoire-et-patrimoine?ufrhss&amp;r=1485772694124</a>	Université de Caen Normandie; Institutions culturelles de la région (Archives départementales, Frac, Mémorial de Caen, etc.)
<b>Master spécialité</b> "Histoire et métiers des archives et des bibliothèques", parcours archives	Université d'Angers <a href="http://formations.univ-angers.fr/fr/offre-de-formation/master-lmd-MLMD/sciences-humaines-et-sociales-03/master-archives-IZFFWD20.html#programContent121ce42c-e69f-4e15-9418-6a6e51263325-6">http://formations.univ-angers.fr/fr/offre-de-formation/master-lmd-MLMD/sciences-humaines-et-sociales-03/master-archives-IZFFWD20.html#programContent121ce42c-e69f-4e15-9418-6a6e51263325-6</a>	Master Histoire Parcours histoire et métiers de l'image et du son <a href="https://www.u-pec.fr/fr/formation/master-histoire-parcours-histoire-et-metiers-de-l-image-et-du-son">https://www.u-pec.fr/fr/formation/master-histoire-parcours-histoire-et-metiers-de-l-image-et-du-son</a>	Université Paris-Est Créteil
<b>Master professionnel, spécialité</b> "Archives des XXe et XXIe siècles européens"	Université de Bourgogne (Dijon) <a href="https://www.u-bourgogne.fr/images/stories/odf/master/ff-archives-XXe-XXIe-siecles-europeens-m2.pdf">https://www.u-bourgogne.fr/images/stories/odf/master/ff-archives-XXe-XXIe-siecles-europeens-m2.pdf</a>	Master Information, documentation Parcours Ingénierie de l'information numérique <a href="https://www.univ-tlse2.fr/accueil/formation-insertion/odf-2016-2020/master-ingenierie-de-l-information-numerique-386164.kjsp">https://www.univ-tlse2.fr/accueil/formation-insertion/odf-2016-2020/master-ingenierie-de-l-information-numerique-386164.kjsp</a>	Université de Toulouse
<b>Master histoire</b> "parcours Archivistique et monde du travail"	Lille (Archives départementales du Nord), Roubaix (Archives nationales du monde du travail), Villeneuve d'Ascq		
<b>Master Archives</b>	Université de Lyon <a href="https://www.univ-lyon3.fr/master-archives">https://www.univ-lyon3.fr/master-archives</a>		

Principais Formações		Outras Formações	
Curso	Instituição	Curso	Instituição
<b>Master Histoire, Civilisations et Patrimoine, parcours "Gestion contemporaine des archives"</b>	<i>Université de Haute-Alsace (Mulhouse)</i> <a href="http://www.findglocal.com/FR/Mulhouse/317699214963829/Master-Archives---Universit%C3%A9-de-Haute-Alsace">http://www.findglocal.com/FR/Mulhouse/317699214963829/Master-Archives---Universit%C3%A9-de-Haute-Alsace</a>		
<b>Master mention "Histoire, patrimoine et technologies numériques", spécialité "Technologies numériques appliquées à l'histoire"</b>	<i>Université Paris 5 e ENC (Paris)</i> <a href="http://www.chartes.psl.eu/fr/rubrique-admissions/master-technologies-numeriques-appliquees-histoire">http://www.chartes.psl.eu/fr/rubrique-admissions/master-technologies-numeriques-appliquees-histoire</a>		
<b>Master "Archives"</b>	<i>Université Paris 8 (Vincennes) e Archives nationales (Pierrefitte-sur-Seine)</i> <a href="http://www2.univ-paris8.fr/histoire/?page_id=3842">http://www2.univ-paris8.fr/histoire/?page_id=3842</a>		
<b>Master mention histoire Parcours archivistique, bibliothéconomie et patrimoine numériques</b>	<i>Paris XIII (Villetaneuse)</i> <a href="http://odf.univ-paris13.fr/fr/offre-de-formation/feuilleter-le-catalogue-1/sciences-humaines-et-sociales-SHS/master-lmd-XB/master-mention-histoire-parcours-archivistique-bibliotheconomie-et-patrimoine-numeriques-program-lp8abpn-116-2.html">http://odf.univ-paris13.fr/fr/offre-de-formation/feuilleter-le-catalogue-1/sciences-humaines-et-sociales-SHS/master-lmd-XB/master-mention-histoire-parcours-archivistique-bibliotheconomie-et-patrimoine-numeriques-program-lp8abpn-116-2.html</a>		
<b>Master mention Information et communication, spécialité "Archives et images"</b>	<i>Université de Toulouse</i> <a href="https://www.univ-tlse2.fr/accueil/formation-insertion/odf-2016-2020/master-archives-et-images-386162.kjsp">https://www.univ-tlse2.fr/accueil/formation-insertion/odf-2016-2020/master-archives-et-images-386162.kjsp</a>		
<b>Master 2 "Culture et communication", parcours "Gestion des archives et de l'archivage"</b>	<i>Université Paris-Saclay (Saint-Quentin-en-Yvelines)</i>		

Fonte: Archives de France (2018b).

## Apêndice B – Entrevista com Michel Duchein

**A**NTES DE SAIR DO BRASIL PARA O ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL PARCIAL NA FRANÇA, a supervisora brasileira, Prof<sup>a</sup> Dra. Georgete Medleg Rodrigues recomendou-me entrevistar Michel Duchein, orientação ratificada pela supervisora francesa, Prof<sup>a</sup> Dra. Christine Nougaret que sugeriu que o contato com Duchein deveria ser por telefone, uma vez que ele tinha dificuldades de se comunicar pela Internet. Ela me passou o seu contato, o que, para mim, configurou-se como grande desafio, uma vez que eu ainda não me comunicava, com fluência oral, em francês.

Por dias seguidos, procurei uma solução, até que me perguntei “como as pessoas se comunicavam, antigamente”. E a resposta veio imediata: “por carta!”. Escrevi-lhe, então, uma, na qual apresentava a mim e a minha pesquisa, solicitando-lhe uma entrevista, pessoalmente ou por escrito, conforme o roteiro preliminar, apresentado a seguir.

Quinze dias depois, fui surpreendida com sua resposta, colocando-se à disposição para a entrevista e me pedindo que entrasse em contato por telefone para acertarmos os detalhes. Mais tranquila, assim o fiz, e marcamos a entrevista para o dia 17 de junho de 2015, na *École nationale des chartes* (ENC).

No dia tão ansiado, preparei-me e o esperei, depois de alguns minutos de atraso de sua parte (que pareceram uma eternidade), chegou elegantemente vestido, com chapéu e uma pasta, na qual trazia documentos que guardara sobre seus contatos e suas relações com o Brasil.

Emocionada, introduzi os itens norteadores da entrevista, quando ele me interrompeu e disse: “Eu vou contar para a senhora tudo que me lembro das vezes que fui ao Brasil, país pelo qual tenho imenso carinho. Lá, fiz vários amigos”. Ao abrir a pasta, mostrou-me algumas cartas que recebera do Brasil, convidando-o a participar de viagens técnicas e eventos científicos.

Pacientemente, ele me conduziu às suas lembranças e às questões inicialmente previstas no roteiro da entrevista, que foram se perdendo, meio à minha emoção e à sua fala encantadora. Pouco intervi e me deixei levar pelas imagens, momentos, eventos e pessoas que ele me apresentava. Em mais de uma hora da conversa, perguntou-me se havia respondido às minhas questões, e eu as retomei, superficial-

mente, somente buscando alguns detalhes. Muito atencioso, Duchein quis saber do Brasil, do Arquivo Nacional, do Sistema Nacional de Arquivos e de alguns conhecidos de quem ele ainda se lembrava.

Passada uma hora e meia da sua chegada, caminhamos juntos até a parada de ônibus, quando ele relatou que morava longe dali e havia pegado dois ônibus para me encontrar e, por isso, se atrasara (como se tivesse que justificar alguma coisa!). Ao avistar o prédio antigo da *Bibliothèque nationale de France*, que fica ao lado da ENC, contou-me do que se tratava, da Biblioteca, antes de pegar o ônibus para casa, com seu elegante chapéu e a pasta com lembranças do Brasil embaixo do braço.

A seguir, a transcrição da nossa conversa que, mais do que uma entrevista, tornou-se um momento inenarrável e inesquecível da minha vida profissional. Ao senhor Michel Duchein, meu agradecimento por ter conhecido alguém tão amável e generoso – suas contribuições para a Arquivologia internacional são inestimáveis.

### **Roteiro preliminar para a entrevista com Michel Duchein**

A entrevista insere-se nos propósitos de uma pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB) e na *École nationale des chartes* (ENC), sobre as configurações e reconfigurações de uma disciplina: um estudo sobre o trajeto e a consolidação da Arquivologia na França e no Brasil –cujo principal objetivo é estudar as semelhanças e diferenças entre a Arquivologia brasileira e a Arquivologia francesa, em suas atuais relações interdisciplinares.

### **Questões preliminares**

1. Já na década de 1950, o senhor defendia a necessária colaboração entre os administradores (gestores) e os arquivistas e, num segundo momento, entre estes e os documentalistas (artigo *A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos*, traduzido pelo Arquivo Nacional, em 1959). No contexto da grande demanda informacional do Pós-Guerra, o senhor concorda que podem estar as origens das relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação?

2. O senhor pontua, nos seus textos, a relevância da formação especializada em Arquivologia e, conseqüentemente, a inevitabilidade da criação de cursos de Arquivologia. À época das suas três primeiras visitas ao Brasil (1979, 1982 e 1987), tínhamos três cursos: na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal Fluminense (UFF). Hoje, o Brasil conta com dezesseis cursos de graduação em Arquivologia e um mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO). Como o senhor vê os avanços da Arquivologia brasileira em relação ao

desenvolvimento da Arquivologia nos outros países?

3. Numa recente dissertação de mestrado, defendida na UnB, sobre o percurso de formação e configuração da Arquivologia como disciplina no Brasil, observamos que ao longo do seu desenvolvimento esta disciplina teve uma tradição muito próxima da História, marcada pela performance do Arquivo Nacional. Atualmente, vemos uma aproximação intensa entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, quanto à formação dos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia, aos vínculos acadêmico-institucionais destes cursos e à produção científica relacionada à área. A quais aspectos o senhor atribui a atual proximidade entre as duas disciplinas? Isso seria influência do “movimento” arquivístico internacional?

4. As atividades destes cursos, conjugadas com a produção científica sobre os arquivos e a Arquivologia, na maioria das vezes consubstanciada em teses e dissertações, contribuem para a configuração científica da Arquivologia no Brasil. A partir da literatura brasileira da área divulgada no exterior, o senhor identifica, hoje, uma “Arquivologia brasileira”? Quais seriam seus principais traços? Nestes traços, haveria uma herança da Arquivologia francesa?

5. Conte-me um pouco sobre a sua experiência de colaboração para a Arquivologia brasileira, a partir das visitas que fez ao Brasil no fim da década de 1970 e início dos anos 1980.

**Tradução da transcrição da entrevista concedida por Michel Duchein<sup>155</sup>  
(École nationale de Chartes, 17 de junho de 2015)**

**Duchein** – Inicialmente, vou dizer qual a minha relação e até onde vão meus conhecimentos sobre o Brasil. Estive lá, pela primeira vez, em 1975, em missão pela UNESCO. Minha incumbência, por solicitação do governo brasileiro, consistia em examinar o funcionamento do Arquivo Nacional, dos arquivos estaduais e outros. Naquela época, eu não sabia nada sobre o país, onde permaneci durante três semanas. Fui a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Belo Horizonte e à Brasília. Em Brasília, encontrei o arquiteto Oscar Niemeyer que deveria construir o edifício do Arquivo Nacional – aliás, devo dizer que edifícios de arquivo eram minha especialidade na França. Depois disso, entreguei meu relatório à UNESCO e acho que tudo o que você poderá me perguntar sobre o assunto está nesse relatório.

**Angelica** – Quem deu início a essa missão?

**Duchein** – Foi um embaixador do Brasil na UNESCO, que se chamava Paulo Car-

---

155 A transcrição e a tradução da entrevista foi feita por Sophie Mateus e Miguel Filho Ferreira de Oliveira, respectivamente.

neiro<sup>156</sup>. Naquela época, ele já tinha certa idade, mas era um homem realmente notável, um “grande homem”, como se diz na França. Foi ele quem me pediu para voltar ao Brasil, para ver um pouco como as coisas tinham evoluído. Então, em 1979, retornei a São Paulo e ao Rio de Janeiro e, depois, em 1982, a pedido da diretora do Arquivo Nacional que se chamava Celina Moreira Franco. Retornei em 1987, para dar algumas conferências sobre o assunto. Como se vê, minhas missões foram sempre bastante pontuais, sobre itens específicos.

**Angelica** – O senhor se ocupou do ensino de Arquivologia?

**Duchein** – Não, não exclusivamente. Eu me ocupei mais da organização administrativa, preparando uma lei sobre arquivos, que não existia. Não havia lei federal sobre arquivos. Então, cada estado fazia livremente a gestão dos seus arquivos, particularmente São Paulo, que tinha um arquivista muito simpático chamado José Sebastião Witter. Ele foi meu primeiro contato no Brasil. No que se refere ao ensino da Arquivologia, eu tinha minha formação francesa. Eu também havia trabalhado muito em parceria com os ingleses (porque falo inglês bem melhor do que português), de modo que eu tinha um pouco de experiência sobre a maneira como se ensinava Arquivologia, em vários países. Entretanto, naquela época, 1975, a Arquivologia era algo totalmente novo na França. O que parece surpreendente, uma vez que trabalhávamos com arquivos há muito tempo. Mas não havia uma ciência chamada Arquivologia. Era mais uma prática. E, na *École nationale des chartes* – que não era esta de hoje, claro; na antiga *École des Chartes*, na qual eu fiz meus estudos – nós falávamos de Paleografia, de Diplomática, de Cronologia... Esse tipo de coisa, de Arqueologia, mas a palavra “Arquivologia” não existia. Quando fui nomeado arquivista, à minha saída da *École des Chartes*, em 1949, eu conhecia o princípio da proveniência<sup>157</sup>, sabia o que era um recolhimento de arquivos<sup>158</sup>, mas não sabia qual era a teoria por trás daquilo tudo. Foram, então,

---

156 Paulo Estevão Berredo Carneiro (1901-1982).

157 Alinhada ao respeito aos fundos – “O respeito aos fundos – para adotar aqui sua definição mais simples, deixando de lado todos os problemas de interpretação que abordaremos no decorrer deste trabalho – consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa” –, está a noção de proveniência, conforme explicação de Duchein: “A maior parte das definições de respeito aos fundos se reportam, na verdade, a esta noção, a tal ponto que o equivalente da expressão *respeito aos fundos*, nos países de língua germânica e em vários outros, é *princípio da proveniência*: o fundo é definido como o conjunto de arquivos cuja proveniência é a mesma” (DUCHEIN, 1982; 1986, p. 14-23).

158 O termo *versement* (fr.) pode ser traduzido tanto por “transferência”, “Passagem de docu-

os arquivistas, na França, bem como em outros países, que, dos anos 1950 aos 1970, se debruçaram sobre estes assuntos e criaram – ousou dizer – a doutrina arquivística. O resultado, na França, foi o *Manuel d'Archivistique*<sup>159</sup>, publicado em 1970. De maneira geral, a Arquivologia de 1975-1980 mais ou menos se resumia ao *Manuel d'Archivistique*. Eu fui o redator-chefe do manual. Não escrevi todo ele, naturalmente, mas fiz o planejamento e dei a visão geral, em parceria com o diretor da *École des Chartes* que, à época, se chamava *Monsieur Marot*<sup>160</sup>, e outro professor, também da *École des Chartes*, já falecido, assim como o senhor Marot, que se chamava *Monsieur Bautier*. Você, provavelmente, ouviu falar dele.

**Angelica** – Bautier? Sim, claro!

**Duchain** – O Robert-Henri Bautier, que foi um grande amigo, era um pouco mais velho do que eu, não muito, talvez dois ou três anos. Ele foi um dos que refletiram muito sobre os arquivos e a Arquivologia. A Arquivologia francesa nasceu, em grande parte, das suas ponderações. A partir dessa época, todos os países da Europa, inicialmente, e, depois, também os não europeus, passaram a estudar esses problemas por dois ou três motivos, e acredito que foi isso que deu origem à Arquivologia como ciência. O primeiro motivo foi a grande quantidade de documentos produzidos pela Segunda Guerra Mundial. Que fosse nos Estados Unidos, claro, na Inglaterra, na Alemanha, na França, só para citar alguns, na Itália também, na Rússia (mas, naquela época, não tínhamos muitas relações com a URSS), nos deparávamos com uma avalanche de documentos jamais vista e com novos problemas jurídicos, em razão da natureza dos assuntos envolvidos: o massacre dos judeus, por exemplo, os campos de concentração. E, aí, o que devíamos fazer com esses documentos: devíamos guardá-los, devíamos escondê-los?

**Angelica** – De fato, era um problema novo para os arquivistas.

**Duchain** – Nós criamos uma comissão franco-alemã com arquivistas franceses e alemães, que trabalhavam em conjunto para saber o que iríamos fazer, porque os alemães tinham documentos de arquivo pilhados da França, os franceses tinham

---

mentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário” quanto por “recolhimento”, a “Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida” ou a “Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 143-165).

159 *Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France* (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991).

160 Pierre Eugène Alexandre Marot (1900-1992).

documentos de arquivo apreendidos na Alemanha. Isso que é preciso ter em mente. Quando falávamos de Arquivologia, era esse o problema; muito maior do que os arquivos da Idade Média. Ao passo que quando se falava de arquivos no século XIX, quando se começou a falar de arquivos, estávamos interessados nos do Antigo Regime e nos da Idade Média. Meus professores quando falavam o termo “arquivo”, referiam-se aos pergaminhos da Idade Média, às antigas escrituras. Um arquivista era isso!

**Angelica** – Interessavam-se mais pelos documentos medievais do que pelos documentos contemporâneos?

**Duchain** – Exatamente. Ao passo que nos anos 1960, período sobre o qual falávamos, o interesse era mais pelos documentos mais recentes, os arquivos da guerra. Esse foi o primeiro motivo. O segundo motivo [que proporcionou as considerações que levaram ao surgimento da Arquivologia como ciência] foi a popularização dos meios de comunicação.

**Angelica** – A questão do acesso aos arquivos?

**Duchain** – Na França, a maior parte dos documentos de arquivo só era liberada depois de 50 ou 60 anos e alguns, ao cabo de 100 anos. Era a velha tradição do século XIX: os arquivos não eram destinados ao grande público, mas a pesquisadores, historiadores... e, aí, de repente (esse período foi o dos anos da democracia no Ocidente, na Inglaterra, inicialmente, na França e na Alemanha depois da queda de Hitler), surgiu uma necessidade de democracia, de saber o que diziam os arquivos. Assim, os arquivistas se viram diante de uma carência de comunicação totalmente nova. Este é o segundo aspecto da nova Arquivologia. E a terceira novidade foram os edifícios. Todos os arquivos daquela época eram conservados em velhos prédios históricos – muito bonitos, os *Archives nationales*. Você já foi aos *Archives nationales*?

**Angelica** – Aqui em Paris? Sim, para uma exposição.

**Duchain** – Os *Archives nationales de France* ficavam desde 1808 no *Palais Soubise*, no mesmo lugar onde ainda se encontra uma parte deles. Como o espaço era pequeno, nós tínhamos que descartar muitos documentos, porque não podíamos conservar todos eles. Este é o terceiro ponto da evolução da Arquivologia.

**Angelica** – Decidir o que deveria ser conservado e o que poderia ser destruído?

**Duchain** – De fato, este se tornou um dos principais fundamentos da Arquivologia. Mas era uma coisa da qual não se falava muito. Descarte significa relações



com os serviços que produzem os documentos. A Arquivologia tornou-se algo estipulado em contrato entre os arquivistas e os produtores dos documentos.

**Angelica** – Para os arquivistas de hoje, isso é, de fato, fundamental.

**Duchein** – O quarto motivo surgido um pouco mais tarde, foi a Informática. De repente, em vez de papéis, passamos a ter documentos eletrônicos e, aí, foi uma revolução completa.

**Angelica** – Que reside no próprio cerne da Arquivologia moderna.

**Duchein** – Devo confessar que não presenciei essa mudança. Estou muito velho, como você pode ver, e esta verdadeira revolução da Informática, da eletrônica, aconteceu depois da minha aposentadoria. Quando parei, os documentos ainda eram, em sua maioria, em papel. Os arquivos eletrônicos começavam a aparecer, mas este não era o verdadeiro problema. Eis, de maneira geral, como vejo a evolução da Arquivologia. Isso se passou em todos os países, claro! Alguns foram mais rápidos. Outros foram um pouco mais tradicionalistas. E isso ainda se vê, hoje em dia. O país mais dinâmico, avançado, era os Estados Unidos, por várias razões. Inicialmente, porque era um país rico que dominava o mundo ocidental. Quando queríamos aprender alguma coisa inovadora, dizíamos “então, vá aos Estados Unidos”. E logo os Estados Unidos que não tinham documentos antigos como nós. Eu me lembro de quando me tornei arquivista à saída da *École des Chartes*, em 1949. Eu disse a meus familiares próximos: “Agora sou arquivista!”. Então, me disseram: “Ah! Então você vai ler os pergaminhos da Idade Média?”. Porque arquivo, na cabeça de qualquer um, era isso! Então, quando fui nomeado para meu primeiro cargo na cidade de Limoges, dei-me conta de que os documentos da Idade Média já tinham sido arquivados e, conseqüentemente, eu não tinha mais nada a fazer. Tudo o que eu podia era acessá-los e recuperá-los, quando alguém os solicitava. Mas, em contrapartida, defrontei-me com uma avalanche de informações da Guerra, em 1949. A Guerra terminou em 1945, portanto era bem recente. Encontrei pessoas que não sabiam o que fazer, assim como eu. Você está vendo como nasceu a Arquivologia moderna? Foi nessa época que os Estados Unidos criaram o que chamamos *records management*, algo que não existia de jeito nenhum. Nessa época, encontrei arquivistas dos Estados Unidos. E minha carreira foi facilitada porque eu falava inglês, o que não era o caso de todo mundo.

**Angelica** – O senhor conheceu Schellenberg?

**Duchein** – Pessoalmente, não. Mas seus livros já eram célebres no âmbito da Ar-

quivologia. Depois, a Inglaterra também adotou o *records management*. Eu acho que foi a Inglaterra que fez a primeira experiência de “arquivo intermediário”. Isso era uma completa novidade: um prédio no qual se guardavam documentos que não eram mais úteis à administração que os produziu e que, também, ainda não estavam liberados ao público. Não sei o que aconteceu com esse primeiro arquivo intermediário da Inglaterra. Na época, ele ficava numa antiga usina de armamento, não muito longe de Londres. Lá, colocaram todos os documentos, especialmente aqueles do tempo da Guerra, os arquivos do abastecimento, os arquivos da defesa civil; tudo o que se podia imaginar da administração de guerra, eles colocaram nesse prédio: ele se chamava *Hayes*, não sei se ele ainda existe. Aí, nossos amigos arquivistas britânicos se puseram a perguntar o que iriam conservar, o que iriam destruir, o que iriam amostrar. Isto é, guardar somente uma parte representativa – amostragem alfabética, amostragem cronológica, enfim, todo tipo de coisas diferentes que, hoje, são comuns. E, foi assim, inspirando-nos nessa experiência que criamos o grande depósito do arquivo intermediário de *Fontainebleau*.

**Angelica** – *Fontainebleau* foi inspirado na experiência inglesa?

**Duchain** – Absolutamente. Aliás, há uma prova. A UNESCO publicou em 1976, um folheto franco-britânico que se chama *Organisation du Préarchivage*. Ele foi escrito na França por Guy Duboscq, e na Inglaterra por A. W. Mabbs (MABBS; DUBOSCQ, 1974a). O título em inglês é *The Organisation of Intermediate Records Storage* (MABBS; DUBOSCQ, 1974b).

**Angelica** – Isso faz parte da Arquivologia moderna?

**Duchain** – De fato, foi assim que se constituiu a Arquivologia. Esta era a situação quando fui ao Brasil, o que me faz lembrar que cometi alguns erros lá, porque, em razão da minha inexperiência com o país, eu tinha imaginado um sistema muito mais centralizado, esquecendo que o Brasil é uma federação. No meu projeto, eu tinha dado, aos arquivos federais ou nacionais, uma autoridade sobre os arquivos dos estados, mas, então, disseram-me: “Não, isso não é possível, porque não está em conformidade com a Constituição.” Você vê o quanto não é aconselhado considerar um êxito minha missão no Brasil. Eu cometi erros, mas tentei aplicar as regras do arquivo intermediário, da avaliação, etc. E, depois, enfrentei a questão dos edifícios, que consiste em saber a finalidade de um edifício de arquivo. A partir desse momento, passava a ser um problema do engenheiro e do

arquiteto. Em 1966, escrevi um livro, *Les bâtiments et équipements d'archives*,<sup>161</sup> que foi pioneiro no assunto. Construíamos edifícios de arquivo, como se fossem bibliotecas. Dispúnhamos as estantes e os gabinetes e pronto! Mas, com as novas técnicas, o arquivo intermediário, o acesso controlado, era preciso dispor de salas de leitura, prever salas de avaliação, locais para armazenar os documentos que chegavam, etc. Nesses assuntos, contribuí bastante no Brasil. Foi por isso que me encontrei com o Oscar Niemeyer que, na época, deveria construir o Arquivo Nacional de Brasília; mas ele não foi construído, eu acho.

**Angelica** – Exato. Atualmente, no espaço, há uma praça na qual fica o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional, mas o Arquivo Nacional permanece no Rio, na Casa da Moeda.

**Duchein** – O prédio da Casa da Moeda no Rio de Janeiro? Eu conheço. Já fui lá, inclusive dei algumas sugestões sobre as instalações. O diretor ainda é o Jaime Antunes da Silva?

**Angelica** – Sim, é o Jaime Antunes. E, em Brasília, o prédio do Arquivo Nacional fica próximo ao prédio da Imprensa Nacional. O senhor conhece?

**Duchein** – Não. Visitei Brasília, já faz tanto tempo. A cidade deve ter mudado muito, muito, desde então.

**Angelica** – Sim, sim, com certeza. A última vez que o senhor esteve lá foi em 1987?

**Duchein** – Portanto, faz 21 anos!

**Angelica** – Os documentos históricos do Brasil permanecem, sobretudo, no Arquivo Nacional no Rio, na Casa da Moeda.

**Duchein** – A propósito, acho que a instalação do Arquivo Nacional no prédio da Casa da Moeda foi um pouquinho consequência da minha primeira missão. Estimo que tenha sido a minha a missão de 1975 que deu, ao governo brasileiro, a ideia de instalar o Arquivo Nacional no prédio da Casa da Moeda.

**Angelica** – O senhor conheceu um diretor do Arquivo Nacional que se chamava José Honório Rodrigues?

**Duchein** – O diretor que conheci se chamava Raul Lima.<sup>162</sup>

---

161 DUCHEIN, Michel. *Les bâtiments et équipements d'archives*. *La Gazette des archives*, Paris, n. 56, p. 72-73, 1967. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/gazar\\_0016-5522\\_1967\\_num\\_56\\_1\\_1959\\_t1\\_0072\\_0000\\_2](https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_1967_num_56_1_1959_t1_0072_0000_2). Acesso em: 26 ago. 2021.

162 Os diretores do Arquivo Nacional nesse período foram: José Honório Rodrigues (1958-

**Angelica** – Acho que o Raul Lima veio depois. Em seguida, a Celina Franco.

**Duchein** – Conheci muitos arquivistas brasileiros, que se tornaram meus amigos, mas, agora, estão certamente aposentados, também.

**Angelica** – Sim, o senhor é muito caro a todos os brasileiros, professores, colegas, alunos: todos falam do senhor com bastante reconhecimento.

**Duchein** – Porque somos muito amigos. Devo dizer que o que mais me agradou no Brasil, foi a abertura de espírito. Podíamos debater ideias, fazer projetos. Nessa época, eu falava um pouquinho de português – eu estava começando –, e podíamos discutir ideias e debater. Todos tinham ideias. Foi um prazer muito grande, para mim, trabalhar lá.

**Angelica** – Nós lhe somos muito agradecidos, porque temos conhecimento da sua obra e podemos acessá-la e lê-la para dar cursos e fazer pesquisa, mesmo depois de muitos anos.

**Duchein** – Às vezes, recebo cartas de arquivistas brasileiros, pedindo autorização para traduzir esse ou aquele artigo. Em 2004, teve um grande congresso em Brasília. O Jaime Antunes da Silva teve a gentileza de me convidar, mas, infelizmente, não pude ir porque não posso mais viajar tanto.

**Angelica** – Eu li sua carta de agradecimento. Foi a professora Georgete Medleg Rodrigues, minha orientadora durante o mestrado, doutorado e, agora, no pós-doutorado, quem me apresentou. Ela o aprecia bastante.

**Duchein** – Tenho uma linda placa com meu nome inscrito, que me foi entregue pela Embaixada da França, por ocasião do I Congresso Brasileiro [Nacional] de Arquivologia, em Brasília.

**Duchein** – Um dos primeiros artigos que os brasileiros me pediram autorização para traduzir, foi aquele sobre *Les archives dans la Tour de Babel*.<sup>163</sup>

**Angelica** – Eu conheço, claro! Ele foi traduzido a pedido do Jaime Antunes e publicado na revista *Acervo*.

**Duchein** – *Os Arquivos na Torre de Babel* é um trabalho que eu gosto muito, porque, como viajei por muitos países – depois do Brasil, estive em muitos outros –,

---

1964), Pedro Moniz de Aragão (1964-1969), Raul do Rego Lima (1969-1980) e Celina Vargas do Amaral Peixoto (1980-1990).

163 Artigo publicado em *La Gazette des archives*, Paris, n. 129, 1984, p. 103-113, traduzido para português por Silvia de Moura, sob o título *Os Arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional* (DUCHEIN, 2011).

dei-me conta de que uma mesma palavra não significava sempre a mesma coisa. Mesmo considerando o francês e o inglês, que são línguas muito próximas, uma mesma palavra não significa a mesma coisa. Por exemplo, *selection*, em inglês, não é a mesma coisa que *sélection*, em francês. Não é muito diferente, mas não é exatamente a mesma coisa. Portanto, escrevi este artigo para mostrar que os arquivistas estão numa Torre de Babel, porque cada um fala sua língua e nem sempre se entendem.

**Angelica** – Eu penso que, antigamente, era mais difícil; mas, hoje, ainda é difícil por causa, sobretudo, dos problemas de tradução.

**Duchein** – Certamente! Temos, na França, um periódico que se chama *La Gazette des archives*. Eu fui o redator-chefe até 1975. Nós temos problemas de tradução, porque os colegas estrangeiros nos enviam textos, mas, se os traduzirmos, sem conhecer bem os termos, podemos incorrer em erros.

**Angelica** – O senhor também foi diretor da revista *Archivum*?

**Duchein** – Sim, fui redator-chefe, depois de Robert-Henri Bautier, que foi o primeiro. Eu o sucedi e fiquei na *Archivum* durante muito tempo.

**Angelica** – O senhor se lembra se houve contribuições de brasileiros para a revista *Archivum*, que não foram publicadas por causa do idioma ou por outro motivo?

**Duchein** – Não. Nós tínhamos – quando digo nós, quero dizer a *Archivum* – uma correspondente brasileira, chamada Astréa de Moraes e Castro.

**Angelica** – Sim, eu a conheço.

**Duchein** – Astréa de Moraes. Se você a vir, transmita-lhe meus cumprimentos.

**Angelica** – Seguramente. Obrigada.

**Duchein** – Quando publicávamos um número da *Archivum*, solicitávamos a colaboração de todos os correspondentes estrangeiros. Mas, dependendo do tema, havia aqueles que respondiam e os que não respondiam. Se o número fosse sobre os documentos da Idade Média, o assunto não interessava aos arquivistas americanos.

**Angelica** – De qualquer forma, havia uma colaboração entre a *Archivum* e o Brasil, que permitia a participação brasileira. Astréa de Moraes e Castro contribuiu muito para a Arquivologia brasileira, com a criação do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília – ela e Nilza Teixeira. Muito simpática, atualmente está aposentada. Considerando a contribuição do senhor para a Arquivo-

logia internacional e para a Arquivologia brasileira, eu desejava entrevistá-lo pela curiosidade de compreender quais são – sobretudo, atualmente, e considerando a história da Arquivologia internacional – as semelhanças e dessemelhanças entre a Arquivologia aqui na França e no Brasil, porque observo que a Arquivologia francesa é muito próxima da História.

**Duchain** – Sim, claro!

**Angelica** – E no Brasil, atualmente, a Arquivologia é muito próxima da Ciência da Informação.

**Duchain** – Isso é influência dos Estados Unidos.

**Angelica** – Sim, hoje contamos com 16 cursos de graduação em Arquivologia e um de mestrado, no Rio de Janeiro, em arquivos e gestão de documentos. A maioria deles funciona em departamentos, institutos, ao lado da Ciência da Informação.

**Duchain** – Então, é, sem dúvida, muito diferente da ótica francesa.

**Angelica** – Consequentemente, a maior parte da produção científica que tem arquivos e/ou Arquivologia como tema, é produzida pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação – os professores dos cursos de Arquivologia se titulam em Ciência da Informação, fazem seus mestrados e doutorados em Ciência da Informação. Então, o que me preocupa é: considerando que a Arquivologia brasileira já foi muito próxima da Arquivologia francesa – no sentido histórico de conservação dos documentos, de preservação dos documentos históricos – por que e como ela se aproximou da Ciência da Informação? Esse aspecto é diferente na Arquivologia francesa, atualmente? E também gostaria de saber se o senhor acha que a origem das relações entre Arquivologia e Ciência da Informação refere-se ao contexto de demanda por informação do Pós-guerra.

**Duchain** – Sem dúvida, isso teve influência, mas você está me fazendo perguntas sobre as quais não tenho nenhuma ascendência, porque tratam de uma evolução que é nova para mim. Conforme eu lhe dizia, já faz 25 anos que não estou mais na profissão, de modo que não sei muito bem quem provocou o quê. Mas é certo que, historicamente, na Europa – repito, Europa porque é verdade para todos os países do continente, inclusive até para aqueles do Leste Europeu –, a organização dos arquivos nasceu da necessidade de conservar e esquadrihar os documentos antigos. O termo “arquivista” vem do grego ἀρχαῖος, que quer dizer “antigo”. No início, era a ciência dos documentos antigos. Jamais surgiu na Europa a ideia de designar documentos recentes pelo termo “arquivo”. Esta é uma formulação nova, moderna. Ao passo que os Estados Unidos, que são uma nação jovem, em comparação a nós, não há o problema, por não haver arquivos antigos no sentido europeu, com vários séculos de existência. Para eles, documentos antigos são um pouco como monumentos históricos, que devemos respeitar, mas

que não desempenham nenhuma função na vida cotidiana. Preservam as cartas de Washington, por exemplo, porque qualquer carta de Washington é considerada um monumento histórico!

**Angelica** – De fato!

**Duchein** – Mas isso não acarreta nenhum problema de pesquisa para eles. Por outro lado, possuem uma quantidade considerável de produtos da administração moderna e, para eles, isso é arquivo. Na realidade, acho que são duas tradições diferentes relacionadas com a própria história das instituições. Eu diria que na Europa – que é o continente que conheço menos mal –, existem países que evoluíram muito bem em relação aos arquivos modernos: a Inglaterra, a Alemanha, a França; e há países, como a Itália e a Áustria, que permaneceram mais tradicionais. Se, na Itália, você disser *archivio* a um arquivista italiano, ele pensará, imediatamente, nos arquivos da Idade Média ou do Antigo Regime. Sem dúvida, as coisas não avançaram muito nesses últimos 30 ou 40 anos. A gestão de documentos modernos não faz parte da tradição arquivística italiana. Tenho um belo livro que se chama *Archivi e memoria* ou *Memoria e archivi*, pouco importa, publicado pela direção do Arquivo Nacional italiano que trata dos arquivos de Florença, de Veneza e das repúblicas da Idade Média, da Renascença, etc., mas não trata, de modo nenhum, de documentos modernos.

**Angelica** – Mas, em sua opinião, a França evoluiu à sua própria maneira, inspirada na tradição americana?

**Duchein** – Sim, nós nos inspiramos muito nos americanos e, sobretudo, nos ingleses, devo dizer, no que se refere a arquivo intermediário. Foi o sistema inglês que adaptamos na França. Mas, na América – eu sei que numa época foi motivo de discussão entre nós e os americanos –, quando eles resolveram o problema do *records management*, resolveram o problema dos arquivos. Todavia, para nós, era somente o começo do problema. São duas tradições diferentes. A Ciência da Informação? Bem, a Ciência da Informação, na França, é relativamente recente. A França nunca esteve na vanguarda nesta área.

**Angelica** – O senhor acha que a Ciência da Informação também é muito próxima da Informática ou da Comunicação?

**Duchein** – Eu acho que é essencial. No passado havia jornal, depois veio o rádio, em seguida a televisão e agora, temos as redes sociais, a informática. São coisas recentes...

**Angelica** – Sim, creio que, sobretudo, a partir dos anos 1980.

**Duchein** – É uma evolução tecnológica, mas, também, uma evolução psicológica e política. Atualmente, os problemas de informação se tornaram fundamentais. É uma coisa da qual falávamos muito pouco, antigamente. Penso que, durante a minha época de estudante de Arquivologia, não escutei essa palavra uma única vez. Falavam-nos de arquivo como memória histórica, falavam-nos de arquivo até do ponto de vista patriótico: os documentos instituidores da liberdade, etc., etc., mas nunca de arquivos na qualidade de repositório de informações.

**Angelica** – É uma nova concepção, sim.

**Duchein** – Sim. Nesse caso acho que se pode realmente dizer que é uma profunda mudança na concepção da Arquivologia. Mas me apresso a lhe dizer que não conheço nada do ensino da *École de Chartes* de hoje. Portanto pode ser que o que digo seja falso, porque não estudávamos isso lá, há sessenta anos. Mas acho que atualmente já se incorporou completamente nos costumes. Nós tínhamos um professor, M. Marot, que foi em seguida diretor da *École*. Ele não ensinava Arquivologia, porque isso não existia. A palavra não existia. O termo entrou nos dicionários franceses nos anos 1960. Ele era professor de ... arquivo, simplesmente!

**Angelica** – Em que consistia o curso?

**Duchein** – Acho engraçado quando me lembro disso. Inicialmente, ele nos explicava como eram formados os arquivos na Antiguidade, claro! Depois, ele recuava até a Idade Média, às abadias, aos monges que conservavam os documentos num cofre. Isso era a história dos arquivos. E, também, ao rei Felipe Augusto quem, pela primeira vez, reuniu os arquivos reais no *Louvre*. Em seguida, o professor Marot nos ensinava em que consistiam os arquivos: arquivos administrativos, arquivos religiosos, arquivos de tribunais, do exército. Depois, ele nos explicava as diversas formas de documentos: correspondências, leis, regulamentos, éditos reais, etc. Por fim, ele nos ensinava a lê-los e a interpretá-los, quer dizer, Diplomática e Paleografia. Era isso o curso de arquivo. Acho que nem existia o termo comunicação pública.

**Angelica** – O acesso aos arquivos era muito restrito.

**Duchein** – Posso lhe dar um bom exemplo. Meu primeiro emprego foi como diretor dos *Archives de Limoges*, uma cidade no centro da França. Não era uma cidade grande, mas também não era pequena; havia, mais ou menos, 100.000



habitantes e, nos arquivos de Limoges e da região de Haute-Vienne,<sup>164</sup> havia três ou quatro pesquisadores.

**Angelica** – Somente?

**Duchain** – Sim. E, muito frequentemente, acontecia de a sala de leitura ficar vazia, sem um único leitor, porque a ideia de ir a um arquivo consultar documentos era algo exclusivamente para pesquisadores, historiadores, estudantes de nível avançado. Esse pequeno detalhe dá a noção de como era situação. A ideia de considerar a Arquivologia uma Ciência da Informação não poderia, realmente, ter passado pela cabeça de ninguém, à época.

**Angelica** – Eu pergunto isso porque, no Brasil, a Ciência da Informação é vista, por muitos, como evolução da Documentação. É uma noção que foi concebida pelos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, no fim do século XIX, em que acrescentaram à concepção de Documentação, as noções de comunicação, acesso e recuperação da informação.

**Duchain** – Hoje em dia, é fundamental. É, certamente, uma visão mais abrangente e muito mais democrática dos arquivos.

**Angelica** – Penso da mesma forma. Só não entendo por que a Arquivologia, na França, não tem uma representação no conselho de pesquisa do CNRS e é considerada como disciplina auxiliar da História.

**Duchain** – Inicialmente, existe uma tradição, e não creio que possamos mudá-la: a administração dos *Archives nationales*, a *Direction des archives de France* sempre foram vinculadas ao *Ministère de la Culture*. Os arquivos fazem parte, assim como os museus, como os monumentos históricos, do que se denomina patrimônio. Você sabia que, atualmente, os arquivistas na França, são chamados de “*conservateurs du patrimoine*”? É como se chamam, formalmente, os arquivistas.

**Angelica** – Eles são funcionários do Estado?

**Duchain** – Todos, não. Existem duas, três, quatro classes de arquivistas na França: os arquivistas do Estado, os arquivistas das regiões, os arquivistas das comunidades, que são os Arquivos Municipais.

**Angelica** – E os arquivistas dos departamentos<sup>165</sup>?

164 Limoges é a capital do Departamento de Haute-Vienne situado na região Nouvelle-Aquitaine.

165 A França se organiza administrativamente em *régions* (total de 26), *départments* (total de 96) e *communes*.

**Duchein** – Os arquivistas dos departamentos são funcionários do Estado colocados à disposição dos departamentos. É um bom sistema, porque possibilita ao arquivista, não fazer toda a sua carreira em um mesmo lugar. É perfeitamente possível ser arquivista dos *Archives nationales* e ser nomeado em algum departamento ou ser arquivista em um departamento e ir trabalhar nos *Archives nationales*, como foi o meu caso, de maneira que, administrativamente, é uma só equipe que chamamos de *conservateurs du patrimoine*. Quando nos diplomamos na *École des Chartes*, obtemos o título de conservadores do patrimônio e, conforme a necessidade, somos nomeados em Paris ou fora da capital, mas, depois, podemos ir para qualquer lugar. Da mesma forma, os arquivistas das comunidades – os dos *Archives communales* – podem ir para outra e, também, para os *Archives nationales*, em princípio.

**Angelica** – Gostaria de saber como o senhor vê o progresso da Arquivologia brasileira em relação ao desenvolvimento desta disciplina em outros países.

**Duchein** – Sinceramente, não sei nada sobre o estado atual da legislação brasileira sobre arquivos. Eu perdi o contato há 25 anos.

**Angelica** – Nossa lei sobre arquivos foi publicada em 1991<sup>166</sup> e já foi modificada várias vezes, por causa dos prazos de sigilo, ao fim dos quais os documentos podem ser acessados pelo público. Inicialmente, os arquivos deveriam ter um sigilo de 30 anos para o público, renováveis por mais 30. Depois, esse prazo foi fixado em 50 anos, renováveis indefinidamente.

**Duchein** – É um sistema de eclusas.

**Angelica** – Sim, depois voltamos à primeira situação de 30 anos. Ainda há muita discussão em torno desse assunto.

**Duchein** – É um bom sistema, se funciona bem.

**Angelica** – Na prática, é muito difícil.

**Duchein** – Eis a questão, você sabe. Tratando de arquivos ou de qualquer outra coisa, uma lei pode ser excelente e não ser aplicada. Na França, temos muitas situações assim. Há muitas leis bem elaboradas, mas que não são aplicadas.

**Angelica** – Em 2012, tivemos um grande avanço, não exatamente na Arquivologia, mas sim, na democracia. Falo da Lei de Acesso à Informação (LAI),<sup>167</sup> que estabelece que todas as informa-

166 Lei nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991).

167 Lei n. 12.527/2011, de 11 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

ções sobre pessoas produzidas pelos estados e pelo poder central devem se tornar públicas. Por exemplo, eu sou professora concursada do curso de Arquivologia em Brasília. Meu salário é publicado no *site* do governo para que todos os cidadãos possam tomar conhecimento, porque sou funcionária do Estado.

**Duchein** – *Freedom of information act*: isso foi os americanos que começaram. Na França, não temos, exatamente, uma *Freedom of information act*, mas uma lei que reza, mais ou menos, a mesma coisa. Ela se chama “*Loi sur l'accès aux documents administratifs*” (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos)<sup>168</sup>, que prevê, assim como a lei brasileira, que todos os documentos administrativos devem ser livremente liberados para qualquer cidadão que os solicite, exceto aqueles referentes à vida privada.

**Angelica** – E à segurança do Estado, naturalmente.

**Duchein** – De fato, é bastante limitador. Como isso envolve muito os arquivos, foi criada a *Commission d'accès aux documents administratifs* (CADA) – Comissão de acesso aos documentos administrativos –, da qual eu já fui membro durante dez anos. Esta comissão fica subordinada ao Primeiro-Ministro, porque não se pode permitir que um ministro entre em conflito com outro ministro. É o Primeiro-Ministro que decide. A comissão é presidida por um Conselheiro de Estado e dela fazem parte um representante dos *Archives nationales*, um representante do *Ministère de l'Intérieur*, um representante do exército, por causa dos segredos militares, e mais dois ou três outros que não me recordo mais. Ainda vejo a mesa na qual nos sentávamos. Éramos seis ou oito, mais ou menos. E a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos diz se determinado documento pode ou não ser acessado.

**Angelica** – No Brasil, funciona da mesma forma.

**Duchein** – Então, é um pouco parecido com o sistema brasileiro. Atualmente, depois de tantos anos, acho que tudo deve transcorrer muito bem, mas, na minha época, como a lei era recente, havia sérios embates. Algumas vezes, uma parte dos membros da comissão era a favor da liberação do acesso, outra parte discordava e, em geral, não era o representante dos arquivos que dava a palavra final.

**Angelica** – Nós também não éramos muito escutados. O senhor falou da importância que atribui à proximidade entre a disciplina arquivística e a Ciência da Informação. A questão mais diretamente ligada à minha pesquisa é: o senhor identifica, atualmente, uma Arquivologia brasileira marcada por traços característicos herdados da arquivística francesa?

168 Para mais informações, consultar *Commission d'accès aux documents administratifs* (2021).

**Duchein** – Sinceramente, não conheço o suficiente da atual Arquivologia brasileira. Minha experiência remonta há 25 anos, mas acho que, num país moderno e dinâmico como o Brasil, vocês se deparam com os mesmos problemas. Evidentemente, com uma tradição cultural um pouco diferente, mas os problemas de acesso, de liberação de acesso, por exemplo, são tão relacionados ao problema da democracia que não creio que o Brasil possa agir de maneira diferente dos outros países. O que acontece é que há, frequentemente, uma diferença entre realidade e teoria. Quanto a países com governo autoritário, vou lhe contar um caso um pouco antigo, mas que poderia ser atual: um historiador francês queria consultar arquivos egípcios – isso se passou no tempo de Nasser, ditador egípcio. Eram documentos do século XIX, da época da construção do Canal de Suez, que estavam, em teoria, liberados inteiramente para consulta. Ele havia escrito para a direção dos Arquivos do Egito, mas não tinha recebido resposta. Como já tinha marcado uma data para ir ao Cairo, decidi apostar: “chegando lá, eu me viro”. Ao chegar ao Arquivo, ouviu: “não, o senhor não pode fazer consultas, é necessário que tenha uma autorização de fulano, beltrano.” Aí, ele se dirigiu à embaixada da França, acreditando que, talvez, fosse melhor. Num belo dia, recebeu uma carta que dizia: “Sr. ..., nós tomamos conhecimento de vossa visita etc. etc... a autorização lhe foi concedida. Ela lhe foi enviada...”. Acontece que eles tinham se articulado para que a autorização não chegasse até ele; nela, havia um erro de endereço ou algo parecido. Quando o pesquisador chegou ao Arquivo, disseram-lhe: “Sinto muito, senhor, mas sua autorização estava válida somente do dia tal ao dia tal”. Bem, esse é um exemplo típico de uma lei que existe, mas não é aplicada. E isso pode se passar em todos os países.

**Angelica** – Sim, mas agora o Brasil é um país democrático, e não acho que aconteça esse tipo de bloqueio, sobretudo a partir da lei de acesso de 2012. Existem formas de participação social com o objetivo de solicitar informações.

**Duchein** – Como isso funciona?

**Angelica** – Em cada serviço do governo, há uma unidade encarregada de responder os pedidos de informação e solicitar as informações desejadas aos arquivos. Mas, se os arquivos não estão organizados, a busca se torna impossível. Então, existe um tipo de pressão social para que os arquivos sejam organizados com a finalidade de responder a esse tipo de demanda.

**Duchein** – É um bom sistema. Na França, funciona um pouco assim. Você sabia que os *Archives nationales* têm um representante em cada ministério? É um tipo de arquivamento intermediário e existe há muitos anos. Dessa forma, é o representante dos *Archives nationales* no ministério que fica encarregado de responder a esse gênero de questão.

**Angelica** – Eu conheci, na semana passada, o arquivista do *Ministère de la Culture*, formado aqui na *École des Chartes*, que me explicou que eles são “arquivistas em missão” e fazem o pré-arquivamento nos seus ministérios.<sup>169</sup>

**Duchain** – Esses cargos foram criados para isso. Tal sistema remonta aos anos 1960. Funciona bem; enfim, mais ou menos bem, dependendo do ministério, porque há ministério que não se interessa de modo nenhum. Mas nos grandes ministérios – o do Interior, da Educação Nacional, da Justiça – funciona muito bem. Aliás, é um bom início de carreira para um arquivista. Aqueles egressos da *École des Chartes* colocados a serviço de um ministério, em geral, fazem belas carreiras.

**Angelica** – Para finalizar, professor Duchain, eu o chamo assim porque, para mim, o senhor é e sempre será um professor.

**Duchain** – Ah, já estou habituado! Chamam-me sempre de professor, apesar de eu nunca ter tido o título.

**Angelica** – A pergunta que quero lhe fazer não tem relação direta com minha pesquisa, mas com o projeto de pesquisa que dirijo, porque, atualmente, estou vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e oriento discentes que foram meus alunos na graduação e, hoje, fazem mestrado sobre os princípios da Arquivologia. Tenho uma aluna, que estuda a fundo o rigor científico do princípio da proveniência, e outro que pesquisa na literatura arquivística, o princípio da territorialidade. Diz-se “princípio da territorialidade” em francês?

**Duchain** – Dizemos, também, princípio da pertinência territorial.

**Angelica** – Alguns autores denominam pertinência territorial, outros falam de territorialidade. Um aluno meu estuda isso. O texto da sua autoria, traduzido no Brasil, sobre o respeito aos fundos, o princípio do respeito aos fundos<sup>170</sup>, é muito utilizado até hoje por nós nos cursos de graduação. O que eu gostaria de perguntar é o que o senhor pensa desses princípios, atualmente. O senhor acha que o princípio da proveniência e o princípio da territorialidade são válidos, hoje em dia, ou deveriam sofrer algum tipo de atualização para se adaptarem à realidade atual?

**Duchain** – Sou bastante cauteloso no assunto. Antes de tudo, com relação à territorialidade, existem princípios internacionais.

---

169 Agradeço ao arquivista Vincent Bouat por ter muito gentilmente me recebido e explicado sobre o funcionamento dos arquivos franceses, particularmente da articulação entre os *Archives nationales* e os *ministères*.

170 DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

**Angelica** – Sim, a Convenção de Viena.<sup>171</sup>

**Duchein** – É responsabilidade da UNESCO. A pessoa que trabalhou nisso foi Charles Kecskeméti que você deve conhecer.

**Angelica** – Sim, eu o entrevistei na semana passada.

**Duchein** – Kecskeméti está muito bem atualizado nestas questões, porque ele próprio é de origem húngara, antes de obter a cidadania francesa. E toda a Europa Central teve o mesmo problema do Império Austro-Húngaro, depois de sua queda, em 1918: deparamo-nos com uma avalanche de documentos os quais não sabíamos se deviam permanecer em Viena ou em Budapeste.<sup>172</sup> Nesse caso, o problema da pertinência territorial foi fundamental. Em razão disso, é que foi feita a tal convenção, na qual Kecskeméti foi muito atuante. Nós, também, tivemos o mesmo problema aqui na França, quando a Argélia se tornou independente. Havia muitos documentos em Argel. O que deveria ficar lá e o que deveria vir para a França? Para concluir, lembro-me da regra geral que consistia em: tudo o que era da competência do Estado, como Estado, deveria ser repatriado para a França, porque, antes, não havia o Estado argelino. Por outro lado, tudo o que era administrativo e que se relacionava com o território argelino deveria ficar em Argel. Mas a questão da territorialidade pode aparecer, por exemplo, quando há uma mudança de circunscrição administrativa ou mudança de uma administração para outra região.

**Angelica** – Atualmente, os canadenses falam que a territorialidade pode ser nacional, considerando os conflitos entre os diferentes países. Mas, também, institucional, levando em consideração as instituições multinacionais. Existem questões que, hoje, são preponderantemente administrativas.

**Duchein** – Esse é um problema que vocês têm no Brasil, mas que não existe na França. Por isso, não tenho nenhuma experiência no assunto. Na França é muito claro: uma administração é ou do Estado, ou regional ou é ela departamental ou municipal.

**Angelica** – Sim, é segmentado.

---

171 A Convenção de Viena (1983) trata da sucessão de Estados em matéria de bens arquivos e dívidas do estado (Rousseau e Couture, 1998).

172 O Império Austro-Húngaro foi uma união constitucional do Império Austríaco e do Reino da Hungria que existiu de 1867 a 1918, quando entrou em colapso após sua derrota na Primeira Guerra Mundial. Ele tinha duas capitais: Viena e Budapeste.

**Duchein** – Mas, desde a Revolução, desde a *loi 7 messidor* do ano II (1794), os arquivos de serviços do Estado, nos departamentos, e os arquivos dos departamentos, propriamente ditos, são mantidos juntos com o nome de arquivos departamentais. Quando eu estava em Limoges, tinha nos meus arquivos do Estado, por exemplo, os arquivos da prefeitura que são um serviço do Estado. Eu tinha, também, os arquivos dos departamentos propriamente ditos, por exemplo, aqueles da direção departamental da agricultura, que é uma administração vinculada ao departamento.

**Angelica** – Sim, mas cada fundo é identificado claramente e separado dos outros?

**Duchein** – Em princípio, sim.

**Angelica** – Esse princípio da proveniência dos arquivos é válido, hoje em dia, considerando o conjunto de todos os documentos produzidos e recebidos pela administração pública, pelas famílias, pelas pessoas? Ou o senhor acha que seria necessário modificá-lo para que ele possa responder à demanda atual, principalmente, para os documentos eletrônicos?

**Duchein** – Serei cauteloso sobre a questão. Confio, totalmente, no princípio da proveniência, porque os arquivos são produzidos por alguém, uma administração, um órgão, e eles fazem parte da história dessa instituição. Isso é o princípio da proveniência. Não se deve – nesse ponto, eu sou taxativo, tendo em vista o atual estado das coisas – misturar os arquivos de diferentes procedências. Foi o que fizemos – infelizmente – no século XIX, e Deus sabe os resultados que isso deu. Mas, em contrapartida, por razões de comodidade, de clareza, e até de transparência, não vejo nenhuma inconveniência no fato de mantê-los próximos. Mas sem embaralhá-los. É isso que quero dizer. Se dois ou três fundos cobrem um pouco o mesmo domínio, não vejo nenhum inconveniente conservá-los no mesmo depósito. Entretanto, não se pode misturá-los, de maneira nenhuma. É preciso que cada um deles conserve sua personalidade.

**Angelica** – O princípio da proveniência funciona bem, então?

**Duchein** – Com relação a esse aspecto, você pode me mencionar, porque acredito ser um princípio muito importante. No entanto, existe um novo problema, o dos arquivos eletrônicos, dos quais não sabemos mais quem é o produtor. As diversas origens são modificadas, misturadas. E, aí, como respeitar o princípio da proveniência? É um assunto sobre o qual não tenho conhecimento. Mas, tratando-se de documentos escritos, tradicionais, em suporte de papel, sou taxativo: não devemos misturá-los. Podemos aproximá-los, compará-los, completar um com o outro, mas com a condição de que cada um continue guardando sua in-

dividualidade, sabendo-se de qual órgão adveio. Hoje, o principal problema é o das atribuições administrativas que mudam, que migram de uma administração ou de um órgão para outro. Hoje, uma atividade gerida por uma administração, amanhã, um decreto a transfere para outra administração. Nesses casos, é preciso conservar a origem, estabelecendo os vínculos entre os fundos, o que não é fácil. Em 1997, tratei disso, em um artigo de *La Gazette des Archives*, “*Le respect des fonds en archivistique*”<sup>173</sup>.

**Angelica** – Ele foi traduzido para português e, ainda hoje, é referência.

**Duchein** – Ele foi fruto de uma experiência em que me deparei com um problema de fundos misturados e não muito bem definidos.

**Angelica** – Gostaria de agradecer o senhor por esta entrevista, em nome da Arquivologia brasileira, em nome da Universidade de Brasília e em meu próprio nome, porque, para mim é uma honra, uma alegria, uma satisfação, uma emoção, e eu não tenho palavras para agradecê-lo. É um momento histórico da minha vida.

**Duchein** – *Muito obrigado, e, para mim, é um prazer..* [Ele o diz em português]. Como se diz “*les liens*”?

**Angelica** – Ligação, relação...

**Duchein** – *Por ter a ligação com o Brasil e muitos recordos do Brasil* [Sua fala mistura palavras em português e em espanhol].

**Angelica** – E saiba que o senhor é muito querido e que quando eu mostrar esta entrevista para meus alunos, eles ficarão muito felizes e muito emocionados.

**Duchein** – Eu gostaria de agradecer, do fundo do coração, o vosso livro *Arquivologia Brasileira*, que vou ler e que me lembrará desse belo país, do qual guardo boas lembranças.

---

173 DUCHEIN, Michel. Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette des archives*, Paris, 1977, vol. 97, p. 71-96.





50

## Realização

---



## Cooperação

---



Cooperação  
Representação  
no Brasil



---

ESTA OBRA É PARTE DA COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS E FOI  
COMPOSTA EM MINION PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO  
TUTORIAL DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ EM  
OUTUBRO DE 2021.



Compartilho, nesta obra, parte dos resultados de uma pesquisa de pós-doutorado, sobre as relações atuais da Arquivologia brasileira com a Ciência da Informação, a partir de sentidos retrospectivos sobre a tradição arquivística francesa e, prospectivos, sobre suas disposições atuais no contexto internacional.

Foram quase 6.000 itens documentais pesquisados em instituições brasileiras e francesas, além de uma ampla pesquisa bibliográfica no Brasil e na França, visitas técnicas a arquivos, entrevistas e conversas com franceses protagonistas dos movimentos que delinearão a disciplina arquivística no Brasil, das quais destaco a entrevista a Michel Duchein, transcrita, traduzida e apresentada ao final do livro.

**EM COOPERAÇÃO**

